

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFRJ

EDUARDO FELIPE WEINHARDT PIRES

DEMOCRACIA E INTERNET, UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA,
DESENCANTO E REINVENÇÃO:

Dez anos de trajetória do Meu Rio e do Nossas

RIO DE JANEIRO

2021

EDUARDO FELIPE WEINHARDT PIRES

DEMOCRACIA E INTERNET, UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA,
DESENCANTO E REINVENÇÃO:

Dez anos de trajetória do Meu Rio e do Nossas

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, linha de pesquisa: Tecnologias da Comunicação e Estética

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivana Bentes

RIO DE JANEIRO

2021

CIP - Catalogação na Publicação

PE24d Pires, Eduardo Felipe Weinhardt
DEMOCRACIA E INTERNET, UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA,
DESENCANTO E REINVENÇÃO: DEZ ANOS DE TRAJETÓRIA DO
MEU RIO E DO NOSSAS / Eduardo Felipe Weinhardt
Pires. -- Rio de Janeiro, 2021.
196 f.

Orientadora: Ivana Bentes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
Graduação em Comunicação, 2021.

1. Democracia digital. 2. Ciberativismo. 3.
Participação política. 4. Representação democrática.
I. Bentes, Ivana, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDO FELIPE WEINHARDT PIRES

**DEMOCRACIA E INTERNET, UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA,
DESENCANTO E REINVENÇÃO:
DEZ ANOS DE TRAJETÓRIA DO MEU RIO E DO NOSSAS**

Tese aprovada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, linha de pesquisa: Tecnologias da Comunicação e Estética.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivana Bentes

Prof.^a Dr.^a Ivana Bentes

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Rose Marie Santini - UFRJ

Prof. Dr. Henrique Antoun - UFRJ

Prof. Dr. Rogério da Costa – PUC-SP

Prof. Dr. Fábio Malini - UFES

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ivana Bentes, pela generosidade, apoio e direcionamento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ e ao CNPq, pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro durante o primeiro ano desta pesquisa.

A todos os entrevistados que se prontificaram a conversar comigo, compartilhando suas experiências e percepções, tornando possível esta pesquisa.

Às professoras Dr.^a Rosemary Segurado e Dr.^a Rose Marie Santini, pela leitura atenta e sugestões que se mostraram essenciais durante o processo de qualificação.

A João Frederico Rickli e Luíz Augusto Campo, pelo apoio constante.

A José Szwako, pela ajuda a qualquer hora, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

A Bruno Thomaz Fernandes, pela companhia e paciência ao longo desta jornada.

À minha mãe, leitora atenta e revisora de primeira hora, pela inspiração constante.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo averiguar se e em que medida a trajetória da ONG Nossas permite vislumbrar novos ordenamentos políticos e arranjos sociotécnicos capazes de estabelecer outras dinâmicas estáveis de poder, idealmente carregando novas possibilidades democráticas, com formas alternativas de participação e representação. Com 10 anos de existência, o Nossas foi criado no Rio de Janeiro, com o nome de Meu Rio, e expandiu-se para outras cidades brasileiras, formando a Rede Nossas Cidades, até entender-se atualmente como um laboratório de ativismo. O foco da instituição é promover a participação dos cidadãos junto ao poder público pelo desenvolvimento de ferramentas digitais e novas estratégias ativistas. A história da organização serve, assim, como fio condutor para os quatro capítulos que estruturam este trabalho, ilustrando o desenvolvimento das ideias e ideais que a motivaram e modularam, assim como os eventos históricos que marcaram sua trajetória. O primeiro capítulo busca recuperar condições que determinaram a emergência do Nossas, tratando das expectativas e esperanças sobre os impactos que a internet teria sobre a sociedade, de sua consolidação como ambiente de produção coletiva e também traçando um breve histórico dos movimentos ciberativistas até 2011. No entanto, se estamos fazendo referência a um desejo por transformação, há que se ter claro o que exatamente se quer transformar. Assim, o segundo capítulo delinea o processo de formação do modelo de democracia liberal representativa, suas fissuras e as alternativas a ele propostas. O terceiro capítulo dedica-se a indicar como o ideal de multidão inspira e ajuda a entender o desenvolvimento do Nossas e também detalha os impactos das Jornadas de Junho em 2013 no país. Se até esse ponto a atmosfera política era dominada por uma certa esperança e acreditava-se estarmos iniciando um processo de aprofundamento e intensificação de práticas democráticas frente às insuficiências do modelo liberal representativo, o quarto capítulo traz o desencanto, com o crescimento da extrema direita no mundo, em particular no Brasil, e as presentes ameaças totalitárias ao regime democrático, especialmente à democracia brasileira. Por fim, com base na análise das diversas experiências desenvolvidas pelo Nossas, proponho repensar a representação como experiência democrática.

Palavras-chave: Democracia digital; Ciberativismo; Participação política; Representação democrática.

ABSTRACT

This research aims to find out if and to what extent the trajectory of the NGO Nossas allows us to envision new political orders and socio-technical arrangements capable of establishing other stable dynamics of power, ideally carrying new democratic possibilities, with alternative forms of participation and representation. With 10 years of existence, Nossas was created in Rio de Janeiro, under the name of Meu Rio and expanded to other Brazilian cities, forming the Nossas Cidades Network, until being understood as an activism laboratory. The institution's focus is to promote citizen participation in public decision-making processes through the development of digital tools and new activist strategies. The organization's history thus serves as guide for the four chapters that structure this work, illustrating the development of the ideas and ideals that motivated and modulated Nossas along this period, as well as the historical events that marked its trajectory. The first one recovers the conditions that determined the emergence of Nossas, addressing the expectations and hopes about the impacts the internet would have on society, its consolidation as collective production environment and also tracing a brief history of cyberactivist movements until 2011. However, if we are referring to a desire for transformation, we need to be clear about what exactly should be transformed. Thus, the second chapter outlines the development process of the liberal representative democratic model, its cracks and also others democracy models presented as alternatives. The third chapter indicates how the ideal of *multitude* inspires and helps to understand the development of Nossas, and also details the impacts in the country of the Jornadas de Junho in 2013. If up to this point the political atmosphere was dominated by a certain hope as it was believed that we were beginning a process of deepening and intensifying democratic practices in the face of the representative liberal model insufficiencies, the fourth chapter brings disenchantment, with the growth of the extreme right in the world, specially in Brazil and the present totalitarian threats to the democratic regime. Finally, based on the analysis of the various experiences developed by Nossas, I propose to rethink representation as a democratic experience.

Key-words: Digital democracy; Cyberactivism; Political participation; Democratic representation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DIAGRAMAS DAS REDES DE PAUL BARAN.....	34
FIGURA 2: INFOGRÁFICO SOBRE FUNCIONAMENTO DA FERRAMENTA PANELA DE PRESSÃO.....	84
FIGURA 3: HOMEPAGE DA MOBILIZAÇÃO CONTRA A DEMOLIÇÃO DA ESCOLA FRIEDENREICH.....	87
FIGURA 4: EXEMPLO DE POST DIVULGANDO A AÇÃO DE POLÍGRAFO DIGITAL.....	103
FIGURA 5: POST DIVULGANDO MOBILIZAÇÃO PAULISTA ABERTA.....	117
FIGURA 6: PRIMEIRAS CIDADES INTEGRANTES DA REDE NOSSAS CIDADES	119
FIGURA 7: HOMEPAGE DO PROJETO MAPA DO ACOLHIMENTO.....	144
FIGURA 8: RESUMO DAS EDIÇÕES REALIZADAS DO PROGRAMA DE MOBILIZADORES.....	151
FIGURA 9: IMAGEM DA CAMPANHA PELA ABERTURA 24 HORAS DAS DELEGACIAS DA MULHER.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO 1 – OTIMISMO E ENCANTAMENTO: A INTERNET COMO UMA NOVA FERRAMENTA POLÍTICA.....	18
1.1. As origens do Nossas.....	18
1.2. A esperança libertária da internet	21
1.3. A internet como ambiente de colaboração e horizontalidade.....	31
1.4. Internet, democracia e transformação.....	36
1.3. Breve panorama histórico do ciberativismo	40
1.6. O Meu Rio em contexto.....	51
2. CAPÍTULO 2 – AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: REPRESENTAÇÃO E OUTRAS DEMOCRACIAS.....	54
2.1. A trajetória histórica que cruza democracia, representação e liberalismo.....	54
2.2. Democracia e representação em crise?	64
2.3. Participação e outros modelos de democracia	72
2.3.1 Corrente multicultural	74
2.3.2. Republicanismo cívico	75
2.3.3. Democracia deliberativa.....	76
2.3.4 Modelo agonístico de democracia.....	77
2.3.5 Democracia participativa.....	79
2.4. Pressão de baixo para cima e o caso da escola Friedenreich.....	82
3. CAPÍTULO 3 – ESPERANÇAS MULTITUDINÁRIAS: POTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO.....	89
3.1. O ideal multitudinário.....	89
3.2. Novas estratégias e funcionalidades	97
3.3. As Jornadas de Junho	104
3.4. A expansão do Meu Rio e a formação da Rede Nossas Cidades	114
4. CAPÍTULO 4 – DESENCANTO E REALIDADE: SOLIDARIEDADE E DEMOCRACIA, COMUM E REPRESENTAÇÃO	128
4.1. Depois de 2013: A emergência da direita autoritária como ameaça à democracia	128
4.2. A rede Nossas Cidades vira o Nossas.....	141
4.3. Mobilização, solidariedade e produção de comum	148
4.4. Repensando a representação	158
5. CONCLUSÃO	174
6. REFERÊNCIAS.....	184
7. APÊNDICE	196
7.1. Lista de entrevistados.....	196

INTRODUÇÃO

Em maio de 2014, a organização não governamental Meu Rio foi uma das vencedoras do Prêmio Desafio Impacto Social Google Brasil. Fundada três anos antes por dois jovens cariocas, a instituição propunha promover o uso da tecnologia como instrumento para que a população do Rio de Janeiro pudesse influenciar as tomadas de decisão relativas à gestão da cidade. Ela desenvolvia, assim, ferramentas digitais e estratégias de mobilização que permitiam que os cidadãos se organizassem para pressionar o poder público de forma coletiva. Um dos principais exemplos de vitória alcançada pela iniciativa foi a preservação da Escola Municipal Friedenreich, localizada ao lado do Estádio do Maracanã na capital carioca, que seria demolida para a construção de um estacionamento como parte do projeto de preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio em 2016. O projeto premiado pela Google com um milhão de reais previa expandir essa experiência para 20 outras cidades do país, dando origem à Rede Nossas Cidades.

Hoje, a organização passou a se chamar apenas “Nossas”, e tanto o Meu Rio quanto a Rede Nossas Cidades tornaram-se projetos por ela incubados. Além deles, o Nossas é responsável também pelo Bonde, uma plataforma de ferramentas digitais com foco em ativismo; a Beta, um *chatbot* programado para viralizar causas feministas nas redes sociais *on-line*; o Mapa do Acolhimento, uma rede de solidariedade que conecta mulheres que sofreram violência de gênero a advogadas e psicólogas voluntárias dispostas a ajudá-las; e o Programa de Mobilizadores, um projeto de treinamento que visa compartilhar com outros ativistas a metodologia e os aprendizados acumulados pela instituição. Também segue realizando campanhas, não mais focadas apenas nas cidades, mas também de âmbito nacional, que visam tanto interferir na ação estatal, quanto prestar apoio a quem precisa.

Ao longo de sua trajetória, a organização já mobilizou mais de 1,6 milhão pessoas e conectou aproximadamente 5.400 ativistas. Foram mais de 200 campanhas lançadas e cerca de 120 mudanças em políticas públicas conquistadas, além de 3,4 milhões de reais acumulados com financiamento coletivo (NOSSAS, 2021).

O Nossas posiciona-se como uma organização independente e apartidária que tem como objetivo principal impulsionar o ativismo democrático e solidário no Brasil, adotando sempre a tecnologia como uma ferramenta para este fim. É sustentado pela

doação de fundações e pessoas físicas, e não aceita recursos de governos, partidos políticos ou concessionárias de serviços públicos.

A iniciativa é, assim, tanto exemplo quanto resultado das expectativas relativas ao potencial político da internet. A esperança pela emergência de uma nova experiência democrática mistura-se com a história das redes digitais, ganhando renovada força a partir dos movimentos insurgentes que atravessaram o globo em 2011 e desembarcaram no Brasil em junho de 2013. O desenvolvimento de novas formas comunicacionais a partir da evolução das tecnologias digitais prometia trazer a solução para o afastamento entre a esfera política e a sociedade. Nas palavras do pesquisador brasileiro Wilson Gomes:

As possibilidades oferecidas pelos meios e ambientes digitais de comunicação representam uma onda de renovação das instituições e processos que sustentam a democracia liberal. Se esta foi uma premissa compartilhada por muitos bem antes que os meios digitais se tivessem multiplicado globalmente e em vertiginosa velocidade, imaginem agora, depois da sua adoção extensiva e da sua incorporação completa ao modo de vida contemporâneo. Neste momento, parece não haver desafiante explícito e consistente da ideia de que os onipresentes recursos das comunicações digitais podem ser empregados para formar governos e Legislativos mais eficazes e eficientes [...] [A] democracia digital parece ser uma daquelas ideias cujo tempo chegou. (GOMES, 2016, p. 39)

Como essa transformação se efetuará, no entanto, ou como deveria se efetuar, nunca foi ponto pacífico. Assim como a própria noção de democracia é território de disputa, o papel a ser desempenhado pela internet também o é. Inclusive, a perspectiva de que esta serviria para aprimorar os processos da democracia liberal segue não sendo por todos compartilhada, uma vez que as ferramentas digitais poderiam servir justamente para forjar um novo tipo de democracia radical, direta, sem intermediários, mais fiel aos princípios do modelo original da Grécia antiga. Como apontam Silva, Sampaio e Bragatto (2016, p. 10), a “democracia digital é, sem dúvida, um caminho sem volta na relação entre Estado e sociedade”, mas, “por ser um campo em disputa e com visões muito diferentes do que seria desejável em termos democráticos, as formas de uso e apropriações das tecnologias podem ser amplamente diferentes e, por vezes, contraditórias”.

O objetivo deste trabalho é justamente contribuir para esta discussão, especialmente em relação ao debate entre representação e participação democráticas, a partir da análise de um caso concreto. Buscaremos averiguar se, e em que medida, o Nossas, enquanto iniciativa que visa promover a participação dos cidadãos na definição de políticas públicas fazendo uso de ferramentas *on-line*, nos permite vislumbrar novos ordenamentos políticos e arranjos sociotécnicos capazes de estabelecer outras dinâmicas

estáveis de poder, idealmente carregando novas possibilidades democráticas, com formas alternativas de participação e representação.

Três características marcantes da organização aqui estudada foram determinantes para sua seleção. Em primeiro lugar, ela se desenvolve a partir da sociedade civil. É ela, e não o Estado, que desenha os processos de participação a serem implementados. Caracteriza-se, assim, como uma iniciativa *bottom-up*, que parte da base em direção ao topo, enquanto boa parte da bibliografia sobre democracia digital, especialmente no Brasil, dedicou-se a analisar experiências *top-down*, nas quais o governo convida o cidadão a participar e determina os termos nos quais se deve dar essa participação (SANTINI, CARVALHO, 2019)¹. Em segundo lugar, a experiência do Nossas é especialmente rica por conta do caráter multicausal da organização. Ao assumir o próprio ativismo democrático como centro de sua ação política, ela acaba por encampar ao longo de sua trajetória uma série de pautas de diferentes naturezas, cuja diversidade nos permite uma análise também mais ampla. Por último, ela é uma das iniciativas mais duradouras de movimentos que colocam o potencial político da internet como elemento central. Em 2021, completa dez anos de atuação.

Esses dez anos, vale ressaltar, foram especialmente ricos em acontecimentos, ao longo dos quais testemunhou-se o recrudescimento das medidas neoliberais como suposta tentativa de recuperação da crise financeira global de 2008, seguidas de uma onda de protestos que ocuparam praças e ruas ao redor do mundo em 2011, em um encadeamento de mobilizações insurgentes que chegou ao Brasil dois anos depois, quando o país investia pesado nas obras de preparação para a Copa do Mundo de 2014. Em 2016, o Rio de Janeiro recebeu os Jogos Olímpicos enquanto o país enfrentava uma severa crise política e econômica, que culminou em um controverso processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. O período também marca a emergência no debate público de uma direita que mistura premissas econômicas ultraliberais a ideais nacionalistas e conservadores, em um movimento que resultou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

¹ As pesquisadoras Rose Marie Santini e Hanna Carvalho realizaram duas revisões sistemáticas (uma de âmbito global e outra com foco em publicações brasileiras) de literatura sobre estudos de caso relativos a iniciativas de participação cidadã *on-line* considerando o período entre 1995 e 2015, a partir das quais concluíram que “variados tipos de origem e modelos de iniciativas de participação política são estudados ao redor do mundo, enquanto no Brasil os casos não-governamentais não recebem a devida atenção da academia ou não existem em quantidades comparáveis aos do governo” (2019, p. 168).

Se o Meu Rio emerge em 2011 a partir de uma atmosfera na qual dominava certa utopia em relação ao potencial transformador da internet – que encontrou seu ápice em 2013 no Brasil –, hoje o cenário está mais próximo do desencanto. Ao invés de uma democracia renovada e mais profunda, temos observado uma “recessão democrática” (DIAMOND, 2015), que parece colocar em risco o próprio regime democrático (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019). As características sociotécnicas da internet, e das redes sociais *on-line* em especial, ao invés de promoverem mais democracia, acabaram por favorecer o fortalecimento de líderes autocráticos, em sua maioria de extrema direita. Como principal marco desse fenômeno, tem-se a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016 e, mais próximo de nós, a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

Dessa forma, ao recuperar o percurso do Nossas, acabamos por recuperar também as ideias e os ideais que ganharam força ao longo desses anos, direcionando e modulando o desenvolvimento da organização, assim como os acontecimentos que estes enfrentaram. Identificamos especialmente o sentimento de esperança que surgia – ao colherem-se os frutos do crescimento econômico e da distribuição de renda alcançados durante os governos petistas da década anterior – de que avanços mais radicais eram possíveis. Ao ocupar as ruas em junho de 2013, acreditava-se que seria possível – conforme clamava o manifesto do Nossas – “matar o poder” e inaugurar uma nova era de maior participação popular, mais liberdade e justiça social. Uma ambição um tanto desmedida e ilusória, como nos mostrou a realidade dos anos seguintes.

Chegamos a 2021, então, tentando exorcizar os fantasmas de um tipo de totalitarismo que acreditávamos já vencido, ao mesmo tempo que é difícil não nos questionarmos como foi que chegamos até aqui, especialmente quando pensamos no otimismo que marcou o início da década. E se é urgente encontrar estratégias para superar as novas-velhas ameaças que se colocam frente a um regime democrático enfraquecido, nos parece essencial antes rever as esperanças passadas, para entender o que delas se concretizou, e o que se mostrou ilusório, ingênuo, ou simplesmente inalcançável ao longo do desenrolar nos fatos.

A trajetória do Nossas serve assim como um fio condutor cronológico para os quatro capítulos que estruturam este trabalho, que começa justamente resgatando essas esperanças. O primeiro capítulo não trata apenas do surgimento do Meu Rio, em 2011, mas busca também reconstruir, ainda que em linhas gerais, o contexto social que determinou sua emergência. Recupera os escritos dos primeiros analistas a se dedicarem

ao ciberespaço e à cibercultura, tais como Castells (1999, 2003), Levy (1999), Manovich (2001), Wellman (2004), para identificar os traços libertários que marcaram a internet desde sua origem. Tomando por base especialmente os escritos de Costa (2005), Silveira (2010) e Gomes (2016), também trato da sua consolidação como ambiente de produção colaborativa, avesso a hierarquias, cujo potencial político fazia vislumbrar novos modelos de governança estatal, radicalmente – por vezes, utopicamente – democráticos. Para completar tal contexto, apresento, também em linhas gerais, um histórico dos movimentos ciberativistas que encarnaram essa esperança por transformação desde os anos 1990 até a primeira década do milênio, me apoiando especialmente nas obras de Antoun (2002, 2014), Silveira (2010) e Di Felice (2013).

Se estamos tratando de uma busca por transformação, no entanto, devemos ter claro exatamente o que queremos transformar, e porque deveríamos fazê-lo. O segundo capítulo começa então tratando do modelo de representação democrática, conforme detalhado principalmente por Manin (1997), delineando sua evolução histórica e retomando a discussão em torno de uma possível crise da representação, com base ainda em Manin (1997) e Miguel (2013). Também recupera quais os principais modelos de democracia alternativos ao modelo liberal representativo, assumindo como ponto de partida a classificação proposta por Miguel (2005, 2013). Por último, apresenta o que é possível identificar como uma primeira fase na história do Nossas com base na vitória da campanha pela não demolição da Escola Friedenreich, que consolida a organização no cenário político da cidade.

O terceiro capítulo apresenta o ideal de multidão proposto por Hardt e Negri (2005, 2012) como uma das principais inspirações para o desenvolvimento do Meu Rio, em um primeiro momento, e, depois, do Nossas. O conceito também ajuda a entender as principais ferramentas e estratégias de pressão sobre o poder público desenvolvidas pela organização ainda na primeira fase do seu desenvolvimento. Na sequência, apresento um dos principais pontos de inflexão da política brasileira nesses últimos dez anos, a série de mobilizações ocorridas por diversas cidades do país em 2013, as quais costumou-se chamar de Jornadas de Junho. A partir da descrição cronológica de Singer (2013), busco delinear as principais características do movimento, apoiados também nos escritos de Gondim (2016) e de Bentes (2015), em relação às novas dinâmicas comunicacionais estabelecidas; e de Mendonça (2018), na avaliação relativa às percepções dos manifestantes sobre a democracia. O capítulo encerra-se com o projeto de multiplicação

da experiência do Meu Rio para outras cidades do país, dando origem à Rede Nossas Cidades e marcando o início de um novo período na história da organização.

Se até este ponto a atmosfera política é dominada por uma certa esperança de transformação frente às contradições e insuficiências da democracia liberal representativa, o quarto capítulo trará o desencanto. Do crescente volume de pesquisas e reflexões sobre o fenômeno recente do crescimento da extrema direita no Brasil, adotarei sobretudo os escritos de Silveira (2015), Tatagiba *et al.* (2015), Tatagiba, Galvão (2019), Messenberg (2017) e Rocha (2019) para delinear o movimento que culmina com a eleição de Jair Bolsonaro, buscando identificar os riscos que isso representa para a democracia brasileira conforme as evidências levantadas por Levitsky e Ziblatt (2018). Nesse contexto, identifico a terceira fase da trajetória da instituição, quando a replicação da experiência do Meu Rio em outras cidades deixa de ser foco, e a organização passa a chamar-se apenas “Nossas”, apresentando-se como um laboratório de ativismo que tem como objetivo desenvolver novas ideias e ferramentas que possam servir ao ativismo progressista no país. Dos projetos desenvolvidos mais recentemente, destacam-se dois: o Mapa da Solidariedade e o Programa de Mobilizadores, por entender-se que eles, em especial, permitem vislumbrar novas dinâmicas democráticas, especialmente à luz do conceito de “comum”, tal como proposto por Hardt e Negri (2005, 2014, 2016) e por Dardot e Laval (2017). Por fim, com base na análise das diversas experiências desenvolvidas pelo Nossas no decurso dessas três fases, proponho rever a representação como experiência democrática a partir das perspectivas propostas pelos autores associados ao que se costumou chamar de Virada Representativa, especialmente os escritos de Urbinati (2006).

Para levar a efeito a proposta deste trabalho, realizaram-se 23 entrevistas, de 30 a 80 minutos de duração, colhidas entre outubro de 2020 e março de 2021. Para estabelecer a seleção de entrevistados, adotou-se a técnica conhecida como “bola de neve”: cada entrevistado indica novos indivíduos que cabia escutar para melhor compreender o objeto. Devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, todas as entrevistas foram realizadas por videochamada. Dezesesseis entrevistados identificaram-se como mulheres e 7 como homens, sendo que, desse total, 12 têm de 25 a 29 anos; 8 têm de 30 a 34; apenas um está na faixa de 35 a 39 anos; e dois deles têm mais de 40 anos. Dos 23, apenas dois não têm uma associação direta com a organização, tendo apenas participado do Programa de Mobilizadores, projeto de treinamento de ativistas. Entre os vinte e um restantes, 11 trabalham ou trabalharam diretamente com o Meu Rio ou com o Nossas,

enquanto 10 integraram as iniciativas da Rede Nossas Cidades fora do Rio de Janeiro. Ainda entre esses vinte e um, 11 deles já deixaram a organização. Durante a pesquisa, também tive acesso a materiais diversos, indicados pelos entrevistados, publicados em *sites* noticiosos ou na própria plataforma da organização. Infelizmente, não consegui entrevistar a cofundadora e atual diretora executiva da instituição, Alessandra Orofino. Assumindo que ela é uma das protagonistas da história aqui retratada, de quem a voz não poderia ser desconsiderada, busquei compensar essa falta incorporando ao *corpus* da pesquisa falas públicas dela encontradas na plataforma de vídeos YouTube. Indiquei seu nome no campo de busca da plataforma e identifiquei na lista de resultados 23 vídeos nos quais ela se colocava publicamente, em palestras, entrevistas, debates ou conteúdos jornalísticos.

Cabe registrar que tenho consciência quanto às dificuldades e limitações de se considerar um objeto tão próximo temporalmente, avaliando o desenvolvimento da organização até o momento de escrita deste trabalho, com o objetivo de cobrir o marco simbólico de dez anos de existência do Nossas. Não há como escapar ao fato de que a falta de distanciamento pode restringir o alcance de algumas análises. Espero que tal limitação, no entanto, possa ser compensada pelo frescor e pela atualidade da investigação, e que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o debate relativo à democracia digital. Devo assumir ainda que, ao propor esta pesquisa, esperava que o uso de ferramentas digitais faria vislumbrar ordenamentos novos, permitindo a experimentação de modelos democráticos alternativos, e não que, ao fim, acabaria por defender a representação enquanto base possível para a democracia. A realidade se impôs sobre minhas expectativas de partida.

1. CAPÍTULO 1 – OTIMISMO E ENCANTAMENTO: A INTERNET COMO UMA NOVA FERRAMENTA POLÍTICA

1.1. AS ORIGENS DO NOSSAS

Em outubro de 2011, Alessandra Orofino, então com 21 anos de idade, e Miguel Lago, com 22 anos, fundaram o Meu Rio, uma associação que buscava usar a tecnologia digital para aproximar os cariocas de seus governantes. O Partido dos Trabalhadores estava então há quase 9 anos no poder e Dilma Roussef cumpria o primeiro ano de seu mandato. Exatos 4 anos antes, em outubro de 2007, o Brasil era selecionado como anfitrião da Copa do Mundo de 2014 e, em 2008, o Comitê Olímpico Internacional escolhia o Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016. Dois megaeventos de escala mundial que deveriam mostrar ao mundo um país promissor e otimista com seu futuro. Com um crescimento econômico sustentado acima da média mundial ao longo da primeira década dos anos 2000, chegando a 7,5% em 2010, o Brasil “decolava” na emblemática capa da edição de 14 de novembro de 2009 da revista britânica *The Economist*, na qual uma montagem fazia a estátua do Cristo Redentor alçar voo como um foguete². Dois anos depois, o Brasil tornava-se a sexta maior economia do mundo, ultrapassando a Grã-Bretanha.

Foi justamente a perspectiva das Olimpíadas que motivou os dois jovens ativistas a se mobilizarem, vendo na ocasião uma janela de oportunidade para transformação da cidade:

Vimos que o Rio mudaria muito rápido e que havia uma era de ouro começando, com investimentos federais e estaduais. Mas como acontece com todo processo de mudança urbana, não se tem necessariamente o cidadão no centro do processo. Se ele não tiver oportunidade de entrar na disputa, os resultados acabam orientados por outros interesses mais bem articulados³.

Uma matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo* (OROFINO, LAGO, 2013), em 2013, conta as origens da iniciativa: ainda em 2009, Miguel Lago teve as primeiras ideias do que viria a ser o Meu Rio “ouvindo música durante caminhadas em Buenos Aires”, onde escolheu fazer um intercâmbio durante a graduação. Lembrou então de uma

² Ver imagem disponível em: www.economist.com/weeklyedition/2009-11-14. Acesso em: 13 jan. 2021.

³ Fala retirada de artigo publicado em: <https://www.napratica.org.br/como-exercer-sua-cidadania-pode-transformar-politicas-publicas/>. Acesso em: 13 jan. 2021.

colega de segundo grau, Alessandra Orofino, para quem explicou seus planos em uma ligação de uma hora pelo Skype: “Tenho uma ideia maluca e preciso conversar com você. Uma coisa parecida com Facebook para falar de política”⁴. O texto conta que a amiga “comprou a ideia”, mesmo tendo “achado tudo um pouco confuso”, e “no outro dia, ela já estava com quase tudo esquematizado”⁵. Os dois haviam estudado juntos no Lycée Molière, uma escola particular bilíngue de elite situada no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro, onde foram as lideranças de uma greve estudantil contra o corte de disciplinas optativas por conta de restrições orçamentárias. Na ocasião, todos os alunos do ensino médio aderiram à ocupação do pátio e o diretor recuou da decisão.

Lago é formado em Ciência Política e mestre em Administração Pública pelo Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po Paris). Orofino também começou os estudos em Gestão Pública na Science Po, mas achou o curso muito voltado para as especificidades da gestão pública francesa. De volta ao Rio de Janeiro, ficou um ano trabalhando para o terceiro setor, na campanha de direitos da criança “Não bata, eduque”. Foi depois desse período de volta ao Brasil que ela decidiu estudar Economia e Direitos Humanos na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde completou a graduação como bolsista da Fundação Estudar. Nesse período, começou a estagiar em uma então pequena organização não governamental (ONG) chamada Purpose, com sede em Nova York, que funciona como incubadora de movimentos sociais voltados ao uso de tecnologias para mobilização de pessoas. Foi a quarta contratada da organização que hoje conta com mais de cem funcionários. Em 2009, ela foi cofundadora da filial da organização no Rio de Janeiro, atuando como *general manager* do escritório carioca até 2013.

Com apoio estratégico da Purpose, o projeto Meu Rio foi incubado no início pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), que ajudou na captação de recursos. No início, a organização contava com um time de cinco pessoas. Lago assumiu o posto de diretor-presidente, responsável pelas relações da associação com outras instituições, e Orofino o de diretora-executiva, liderando a equipe formada por um redator, um responsável pelo material em vídeo e um gerente de comunidade (RAMALHO, 2016).

⁴ Fala retirada de vídeo disponível em: www.youtube.com/watch?v=luy_aknJouo. Acesso em: 13 jan. 2021.

⁵ Fala retirada de matéria disponível em: www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/finalistas/2013-alessandra-orofino-e-miguel-lago-meu-rio.shtml. Acesso em: 13 jan. 2021.

Em 2013, foi lançado a Minha Sampa, e no ano seguinte mais sete cidades foram escolhidas para replicar o conceito e a tecnologia já usados pelo Meu Rio, mas de maneira autônoma e independente. Caberia à estrutura carioca fornecer as ferramentas, compartilhar metodologias e capacitar os times locais, mas as equipes de cada cidade deveriam determinar suas próprias pautas. Nascia assim a Rede Nossas Cidades, da qual o Meu Rio passa a fazer parte.

Em seu estatuto, a Rede Nossas Cidades apresenta-se como uma associação sem fins lucrativos, “apartidária, com duração de tempo indeterminado”. Ela tem como finalidades:

- a promoção gratuita da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.
- o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e excelência na prestação de contas dos poderes públicos em todas as suas instâncias.
- a promoção da participação da população na avaliação das políticas públicas empreendidas localmente
- o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitem a participação política dos cidadãos⁶.

O último ponto é o que mais me interessa aqui: a centralidade das “novas tecnologias”. Trata-se, claramente, de explorar o potencial da internet para promover e fomentar a participação política. Um dos elementos que definem o Meu Rio e o Nossas, especialmente quando consideramos a falta da adoção de uma causa ou tema específico de luta, é justamente a centralidade do uso de ferramentas digitais para o ativismo. É por essa característica, e também pela consistente história desenvolvida pela organização nesses dez anos, que a iniciativa serve para ilustrar e investigar as novas dinâmicas desenvolvidas por conta da internet entre Estado e sociedade civil, o que se sonhou possível e o que se mostrou possível (pelo menos até agora). E, como se pode notar no manifesto que norteava as ações da organização, a ambição e o ímpeto por transformação eram grandes:

Chegamos.

Somos a geração que nasceu do fim da história. Depois da declarada morte de todas as utopias. Mas quando parecia que a história tinha acabado, decidimos reescrevê-la.

Quando nos disseram que havíamos conquistado a democracia, decidimos que queríamos mais do que instituições democráticas. Queremos o fim da

⁶ Documento disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AHxKX-jXGb-9F0BIbSICZnQZF3hVVd13/view?usp=sharing>. Acesso em: 13 jan. 2021.

intermediação de nossos sonhos por uma casta política cada vez mais afastada de nós.

Quando nos garantiram que o mundo já não via gênero ou cor, resolvemos resgatar nossas heranças históricas, reparar as injustiças presentes e denunciar as culturas de abuso.

Quando nos convenceram de que havíamos dominado a natureza, defendemos a importância e fragilidade do nosso planeta.

Quando nos afirmaram que muitos de nós haviam atingido o conforto material, decidimos que é mais importante ter acesso do que propriedade. Resolvemos conhecer mais o mundo com cada vez menos bagagem.

Quando nos asseguraram que a inclusão de todos os marginalizados se faria apenas pelo consumo, exigimos cidadania.

Muitas vezes, expressamos nossa desconfiança com o que nos afirmavam nos recusando a participar de um sistema falido – e paramos de votar.

Deixamos de acreditar que nossa voz faria diferença, porque muitas vezes não fez.

Acabamos permitindo que tiranos se erguessem. Que o medo vencesse. Que o preconceito ganhasse.

Mas de toda nossa descrença, de todo este silêncio, vamos tirar uma nova voz. A energia para reorganizar nossa forma de produzir o novo.

Vamos criar instrumentos para transformar profundamente a maneira como tomamos decisões.

Se conseguirmos, seremos conhecidos como a geração que matou o poder. Porque o poder, só existe – e só pode existir – se for mal distribuído. Em um só lugar, ele é concreto, mas distribuído, é poeira.

Nos expressamos nesta parte que não pode ser capturada – invisível aos que buscam apenas sua permanência no poder.

Lutamos pela liberdade de criar o comum e compartilhar ideias, territórios e experiências.

Nos tornamos visíveis nos movimentos de multidão cada vez mais difíceis de explicar, mas capazes de iniciar revoluções.

Não queremos mais carros, queremos poder sair, e chegar. Não queremos mais remédios, queremos viver. Não queremos só coisas. Queremos a capacidade real de produzir o que decidimos inventar.

Educação, saneamento, segurança, renda, sim. **Mas também diversidade, criatividade, respeito – e a possibilidade de um mundo por vir**.

**Distribuímos poder,
porque somos potência!**⁷

1.2. A ESPERANÇA LIBERTÁRIA DA INTERNET

Assumindo que o principal elemento diferenciador do Meu Rio e do Nossas frente a outras iniciativas ativistas é o protagonismo da internet enquanto instrumento de ação política, ou seja, a busca por desenvolver novas práticas e ferramentas políticas digitais *on-line*, torna-se essencial para compreender a emergência da iniciativa considerar a trajetória da própria internet, recuperando as condições de seu surgimento e os discursos

⁷ Manifesto disponível em texto (www.nossas.nossas.org/) e também em vídeo (www.youtube.com/watch?v=o1zZGT4YmVQ) Acesso em: 15 fev. 2021. Grifos no original.

que começam a se tecer a partir dele. São esses discursos e narrativas que formam linhas de força que influenciaram diretamente o desenvolvimento do Nossas.

Trata-se, na verdade, de recuperar uma história ainda recente. Foi em 1991 que Tim Berners-Lee deu início ao projeto da *World Wide Web*, capaz de interligar todos os computadores mundialmente, criando a internet como conhecemos hoje. Em 1993 foi lançado o Mosaic, um *software* capaz de “navegar” pela rede, superado já no ano seguinte pelo Netscape, primeiro navegador comercial. O crescimento da nova rede foi exponencial: segundo Rüdiger (2011, p. 19), em 1991 havia 376 mil *sites*, quatro anos mais tarde já eram 4.852 milhões, e em 2000 chegou-se a 72.398 milhões de *sites*, impulsionados pelo desenvolvimento de ferramentas *on-line* de busca capazes de varrer o amplo volume de conteúdo disponibilizado e identificar onde encontrar determinadas combinações de palavras.

Logo no início, o fenômeno da internet e aquilo que ele trazia de novo chamou atenção tanto da imprensa quanto de uma série de pesquisadores, que pouco mais podiam fazer, em um primeiro momento, além de traçar cenários especulativos identificando novas possibilidades advindas da comunicação digital. Um novo vocabulário floresceu buscando traçar as linhas definidoras daquele novo estágio: começou-se a falar em “comunicação mediada por computadores” ou “redes de teleinformática”, anunciava-se a “era digital” ou “era da informação” (CASTELLS, 1999, 2003), com o florescimento das “mídias digitais”, ou das “novas mídias” (*New Media*) (FOSTER, 1995; BOLTER, GRUSIN, 1999).

A expressão *ciberespaço*, criada pelo romancista William Gibson na obra *Neuromancer* (1984), também expandiu-se para além do universo da ficção científica para identificar aquele espaço imaterial que emergia nas redes e que, pela primeira vez, reunia numa mesma solução tecnológica três possibilidades: a realização de encontros e trocas assíncronas (as pessoas envolvidas não precisam estar mobilizadas no mesmo momento para concluir o processo comunicacional), sem amarras geográficas (tampouco precisam estar no mesmo espaço, pelo contrário, podem estar em qualquer parte do globo), nos quais é possível uma comunicação de mão dupla, rompendo com a unidirecionalidade dos meios de comunicação em massa. Tratava-se de um novo tipo de territorialidade, no qual estaria emergindo um também novo tipo de cultura: a cibercultura. *Ciberespaço* e *cibercultura* são dois termos hoje um tanto esquecidos, mas que foram largamente utilizados e debatidos na década de 1990 e no início dos anos 2000.

Muitas análises combinavam (ou confundiam) os efeitos e as possibilidades da rede mundial de computadores com o surgimento de outras mídias digitais, tais como o CD-ROM, os registros digitais de áudio e vídeo, a televisão e o rádio digitais, o disquete, etc. Falava-se de uma “revolução digital” que permitia que qualquer informação (som, vídeo, imagem, texto, dados numéricos, etc.) fosse traduzida e comprimida em uma única linguagem baseada em códigos binários, facilitando seu armazenamento e transmissão. Sobre esses primeiros anos, o sociólogo Berry Wellman (2004) escreveu:

A internet foi vista como uma forte luz, brilhando acima das preocupações do dia a dia. Foi uma maravilha tecnológica, pensada para trazer um novo Iluminismo para transformar o mundo. A comunicação dominou a Internet, por e-mails e listas de discussão assíncronos, e por mensagens instantâneas e grupos de bate-papo síncronos. Todos estavam supostamente conectados a todos, sem limites de tempo e espaço. Como John Perry Barlow, um líder da Electric Frontier Foundation, escreveu em 1995: “Com o desenvolvimento da Internet e com a crescente difusão da comunicação entre computadores em rede, estamos no meio do evento tecnológico mais transformador desde a captura de fogo. Eu costumava pensar que era a coisa mais importante desde Gutenberg, mas agora acho que você tem que voltar mais longe”. (1995: 36). (WELLMAN, 2004, p. 124)⁸

Em um dos livros de maior repercussão desse período, *The Language of The New Media* (2001), Lev Manovich corrobora com essa visão revolucionária:

[...] assim como a prensa de impressão no século XIV e a fotografia no século XIX tiveram um impacto revolucionário no desenvolvimento da sociedade e da cultura modernas, hoje estamos no meio de uma revolução da nova mídia – a mudança de toda cultura para meios de distribuição, produções e comunicação mediados por computador. Pode-se argumentar que esta nova revolução é mais profunda do que as anteriores. (2001, p. 19, tradução nossa)⁹

Hoje, passados 20 anos, é possível apontar uma pequena atualização na previsão de Manovich. O ponto central não está na mediação por computadores – inclusive tal mediação pode ser feita por qualquer tipo de artefato digital –, a centralidade está na

⁸ Trecho original em inglês: “*The internet was seen as a bright light, shining above everyday concerns. It was a technological marvel, thought to be bringing a new Enlightenment to transform the world. Communication dominated the internet, by asynchronous email and discussion lists and by synchronous instant messaging and chat groups. All were supposedly connected to all, without boundaries of time and space. As John Perry Barlow, a leader of the Electric Frontier Foundation, wrote in 1995: With the development of the Internet, and with the increasing pervasiveness of communication between networked computers, we are in the middle of the most transforming technological event since the capture of fire. I used to think that it was just the biggest thing since Gutenberg, but now I think you have to go back farther. (1995: 36)*” (WELLMAN, 2004, p. 124).

⁹ Trecho original em inglês: “[...] *just as the printing press in the fourteenth century and photography in the nineteenth century has a revolutionary impact on the development of modern society and culture, today we are in the middle of a new media revolution – the shift of all culture to computer-mediated forms of production, distribution, and communication. This new revolution is arguably more profound than the previous ones*” (MANOVICH, 2001, p. 19).

possibilidade de conexão entre esses artefatos que a digitalização permite. O elemento mais importante desse profundo processo de transformação, pelo qual poucos negariam que seguimos passando ainda hoje, é a internet, que logo deverá tornar-se a rede mundial de quase todas as coisas.

Já na época, não houve quem discordasse que a rede digital teria impactos marcantes na sociedade. O debate concentrava-se em antever e qualificar esse impacto, em identificar seus potenciais positivos ou negativos. Ao tratar dos diferentes autores que abordam o tema ainda nesses primeiros anos, a maioria das classificações identificava dois campos opostos, como que ecoando a paradigmática divisão entre “apocalípticos” e “integrados” proposta por Umberto Eco (1979), na década de 1960, a respeito de teóricos que trataram da cultura de massas. Poderia classificá-los como de “tendência eufórica” ou de “tendência disfórica” (SANTAELLA, 2003, p. 72), ou ainda aqueles “tecnófobos” e os “tecnófilos” (RÜDIGER, 2011). No percurso histórico que estou traçando aqui, no entanto, interessam em especial as perspectivas mais otimistas com relação ao desenvolvimento da internet. Foram essas perspectivas que deram forma à internet como um ambiente de transformação libertária.

Conforme aponta o sociólogo Manuel Castells, “a internet nasceu da improvável intersecção da *Big Science*, da pesquisa militar e da cultura libertária” (2003, p. 19). Embora o ponto de partida para o desenvolvimento da internet tenha sido uma necessidade de comunicação militar no contexto da Guerra Fria, a contracultura norte-americana sempre esteve presente no desenvolvimento da rede. Segundo o autor, enquanto os militares do pentágono e cientistas de universidades americanas trabalhavam para criar uma rede universal de computadores, surgiu nos Estados Unidos “uma contracultura de crescimento descontrolado, quase sempre em associação intelectual com os efeitos secundários da década de 60 em sua versão mais libertária/utópica” (CASTELLS, 1999, p. 86). Nessa época, estudantes das universidades que participavam desses experimentos já começaram a utilizar a rede de computadores de maneiras inovadoras, dando-lhe utilidades originalmente não imaginadas. Como levanta Pierre Lévy (1999), não só a internet, mas já a invenção do computador pessoal era fruto de um movimento que nascia na Califórnia junto da ebulição causada pela contracultura.

Para Castells (2001), nenhuma tecnologia é autodeterminada, uma vez que são sempre socialmente produzidas, e essa produção social é estruturada culturalmente. Dessa forma, a internet foi moldada em seu surgimento pela cultura de seus produtores, que permeia o ambiente digital até hoje. Ela caracteriza-se, segundo o autor, pela combinação

de quatro camadas: a cultura tecnomeritocrática, a cultura *hacker*, a cultura comunitária virtual, e a cultura empresarial. Essa combinação contribui para a formação de uma ideologia da liberdade que se dissemina pela rede. Castells (2001) destaca, no entanto, que essa ideologia não é a cultura fundadora, porque não impacta diretamente no desenvolvimento tecnológico.

É esclarecedor o detalhamento apresentado por ele sobre como essas quatro camadas interferem umas nas outras:

[...] a cultura tecnomeritocrática especifica-se como uma cultura hacker ao incorporar normas e costumes a redes de cooperação voltadas para projetos tecnológicos. A cultura comunitária virtual acrescenta uma dimensão social ao compartilhamento tecnológico, fazendo da internet um meio de interação social seletiva e de integração simbólica. A cultura empresarial trabalha, ao lado da cultura hacker e da cultura comunitária, para difundir práticas da internet em todos os domínios da sociedade como meio de ganhar dinheiro. Sem a cultura tecnomeritocrática, os hackers não passariam de uma comunidade contra cultural específica de *geeks* e *nerds*. Sem a cultura hacker, as redes comunitárias na Internet não se distinguiriam de muitas outras comunidades alternativas. Assim como, sem a cultura hacker e os valores comunitários, a cultura empresarial não pode ser caracterizada como específica à internet. (CASTELLS, 2001, p. 34-35)

Se a ideologia libertária, no entanto, não era em si a cultura fundadora da internet, sem dúvida ela semeou-se por todo o ciberespaço. Já em 1990, o pesquisador Jay David Bolter defendia que os computadores e os recursos hipertextuais iriam realizar um “*coup de grace*” frente à “erosão gradual da hierarquia social do ocidente” (1990, p. 304). Ainda sem ter a visão de todas as transformações tornadas possíveis pela digitalização e comunicação em redes globais, o autor previa que só a escrita eletrônica já teria o efeito oposto àquele da imprensa na consolidação da cultura burguesa. A estrutura dos conteúdos hipermídia se oporia a “estandardização e unificação, assim como à hierarquia” (BOLTER, 1990, p. 304), uma vez que é o próprio leitor quem determina a construção do texto lido pois pode escolher quais *hyperlinks* acessar.

Um dos documentos que talvez melhor ilustre a ideologia libertária que permeava a internet em seus primeiros anos seja um *e-mail* que o ativista John Perry Barlow (a quem Wellman fez referência em uma citação anterior) enviou para 600 contatos em 1996 defendendo que o conteúdo *on-line* não deveria ser controlado pelo Estado. Antigo rancheiro e também letrista da banda Grateful Dead, Barlow havia participado seis anos antes da fundação de um grupo de defesa pelos direitos digitais chamado Electronic Frontier Foundation. Por conta da atuação nesse grupo, em fevereiro daquele ano ele estava em Davos, na Suíça, acompanhando o Fórum Econômico Mundial. Conforme

contou à revista *Wired* (2016), foram quatro dias escutando líderes mundiais que fingiam entender uma internet que eles mesmos raramente usavam. O que o deixou furioso, no entanto, foi a decisão do então presidente Bill Clinton de transformar em lei o Ato Pela Decência nas Comunicações (*Communications Decency Act*), dando poderes à Comissão Federal de Comunicações (em inglês: Federal Communications Commission – FCC) de banir a transmissão de material obsceno pela internet, da mesma maneira que controlava o conteúdo transmitido pelo rádio e pela TV. Na noite daquele mesmo dia, no seu quarto de hotel, Barrow escreveu o *e-mail* intitulado “Uma Declaração de Independência do Ciberespaço”:

Governos do mundo industrial, seus gigantes cansados de carne e aço, venho do ciberespaço, a nova casa da mente. Em nome do futuro, peço ao passado que nos deixe em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania onde nos reunimos.

Não temos governo eleito, nem é provável que o tenhamos, portanto, dirijo-me a vocês com nenhuma autoridade maior do que aquela com que a própria liberdade sempre fala. Eu declaro que o espaço social global que estamos construindo é naturalmente independente das tiranias que vocês procuram nos impor. Vocês não têm o direito moral de nos governar, nem possuem quaisquer métodos de aplicação que tenhamos motivos verdadeiros para temer.

[...]

Essas medidas cada vez mais hostis e coloniais nos colocam na mesma posição daqueles anteriores amantes da liberdade e da autodeterminação que tiveram que rejeitar as autoridades de potências distantes e desinformadas. Devemos declarar que nosso eu virtual é imune à sua soberania, mesmo enquanto continuamos a consentir com seu domínio sobre nossos corpos. Vamos nos espalhar por todo o planeta para que ninguém possa deter nossos pensamentos.

Vamos criar uma civilização da Mente no Ciberespaço. Que seja mais humana e justa do que o mundo que seus governos fizeram antes. (BARLOW, 1996, s/p, tradução nossa)¹⁰

¹⁰ Trecho original em inglês: *Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather.*

We have no elected government, nor are we likely to have one, so I address you with no greater authority than that with which liberty itself always speaks. I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us. You have no moral right to rule us nor do you possess any methods of enforcement we have true reason to fear.

[...]

These increasingly hostile and colonial measures place us in the same position as those previous lovers of freedom and self-determination who had to reject the authorities of distant, uninformed powers. We must declare our virtual selves immune to your sovereignty, even as we continue to consent to your rule over our bodies. We will spread ourselves across the Planet so that no one can arrest our thoughts.

We will create a civilization of the Mind in Cyberspace. May it be more humane and fair than the world your governments have made before.

O inspirado manifesto de Barlow é rico em imagens que nos ajudam a entender toda a carga de esperança que se investia no desenvolvimento da internet. O ímpeto por mudanças absorvia as narrativas idealizadas sobre aqueles que lutaram pela independência das colônias (“nos colocam na mesma posição daqueles anteriores amantes da liberdade e da autodeterminação que tiveram que rejeitar as autoridades”) e atualizava-as com uma perspectiva de futuro com toques de ficção científica (“[...] venho do ciberespaço, a nova casa da mente. Em nome do futuro, peço ao passado que nos deixe em paz”). Carregava a ideia de rompimento com um poder estatal, visto como antigo e ultrapassado (“gigantes cansados de carne e aço”), de maneira um tanto arrogante e ingênua (“Vocês não têm o direito moral de nos governar, nem possuem quaisquer métodos de aplicação que tenhamos motivos verdadeiros para temer”). E tratava da construção de uma nova civilização de qualidades absolutamente distintas, descolada das limitações da vida material, uma vez que era formada apenas pelas mentes de seus “habitantes”, capaz de fazer florescer uma realidade utópica, “mais humana e justa”. Importante notar que o texto de Barlow (1996) não se tratava simplesmente de aforismos ilusórios de um ativista isolado de verve literária. Ele tanto representava as ideias dos primeiros usuários/desenvolvedores da internet que, segundo a revista *Wired* (2016), tornou-se um marco da luta ciberlibertarianista, sendo peça central de uma campanha bem-sucedida liderada pela Electronic Frontier Foundation que pressionou pela alteração de alguns trechos do Ato pela Decência nas Comunicações, com base na proteção à liberdade de expressão garantida pela primeira emenda da constituição americana.

É importante pontuar que hoje podemos identificar a multiplicidade desse ideal libertário que permeia a internet desde seu surgimento. De maneira paradoxal, ao mesmo tempo que serviu de base para uma série de lutas progressistas, como o próprio Nossas e outros exemplo que veremos a seguir, também fomentou, contraditoriamente, em nome de mais humanidade e justiça, a proliferação das narrativas de ódio e violência, fazendo inclusive ressurgirem ideologias que imaginávamos já superadas; assim como as redes mostraram-se terreno fértil para as teorias de conspiração mais inverossímeis, a ponto de estas chegarem a impactar diretamente na política institucionalizada de alguns países¹¹.

¹¹ Um dos exemplos mais emblemáticos da política recente é que nas eleições americanas de 2020 foram eleitas duas congressistas que defenderam publicamente a teoria conspiratória QAnon, segundo a qual os Estados Unidos seriam dominados por uma seita secreta de pedófilos e satanistas da qual o ex-presidente Donald Trump seria o salvador. Informações disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/vicente->

O fascínio e o entusiasmo com o potencial transformador das redes digitais chegaram a arrefecer no início dos anos 2000. Especialmente após o estouro da bolha das empresas do setor de tecnologia e internet em 2000, os principais produtores de conteúdo estavam atrelados aos conglomerados de mídia tradicionais. Segundo o articulista Nicholas Carr (2005), algo de errado parecia ter acontecido no amadurecimento da internet ao longo da última década do século XX. Em vez de mudar o *status quo*, ela teria passado a integrá-lo. As grandes empresas de comunicação em massa seguiam responsáveis pela maior parte de conteúdo, tanto informativo quanto de entretenimento. Uma nova onda de otimismo, no entanto, emergiu ainda em meados da década com o desenvolvimento do que se costumou chamar de *web 2.0*, uma segunda geração de serviços *on-line*.

O termo foi utilizado pela primeira vez pela O'Reilly Media, em 2004, numa tentativa de mapear as características comuns das empresas que conseguiram sobreviver à crise do mercado de internet entre 2000 e 2001. Para Tim O'Reilly, não seria possível delimitar com exatidão até onde iria a *web 2.0*, mas ele propõe a seguinte definição:

Web 2.0 é a mudança para uma Internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva. (O'REILLY, 2005)

Dessa forma, o elemento-chave para o desenvolvimento de aplicações para a nova *web 2.0* seria o que o autor chamou de “arquitetura de participação”, segundo a qual o sistema deveria incorporar recursos de interconexão e compartilhamento, de maneira que quanto mais pessoas integrassem a rede daquele sistema, mais produtivo e eficiente ele seria. Enquanto na primeira geração da internet os milhares de *sites* existentes eram encarados como unidades fechadas e isoladas, que apenas uma determinada pessoa ou grupo de pessoas poderia alterar ou atualizar tendo pelo menos um conhecimento mínimo de códigos de programação, essa nova fase é marcada justamente pela facilidade de publicação de informações, participação e interação. Novas iniciativas deixam de investir em produção de conteúdo para focar na interface, gerando plataformas amigáveis para que o próprio usuário pudesse criar e publicar seu material mesmo sem nenhum conhecimento técnico. Foi a era da popularização dos *blogs*, os “diários *on-line*” que logo tornaram-se importantes produtores de conteúdo sobre temas específicos, e da

multiplicação de longas conversas travadas nas caixas de comentários desses *blogs*, formando comunidades em torno desses temas e também criando laços entre essas pessoas. Surgiram também as primeiras plataformas de compartilhamento de imagens, como o Fotolog¹² (lançado em 2002), espécie de *blog* de imagens muito popular especialmente no Brasil, ou o Flickr¹³ (de 2004), que permitia aos usuários publicar suas imagens classificando-as por associação livre com termos específicos (as *tags*), assim como navegar pelas fotos publicadas por outros usuários. Em 2005 é lançado o YouTube, permitindo que qualquer pessoa publique também seus vídeos *on-line*. Surgem sistemas de organização de informação (*social bookmarks*) como o del.icio.us (2003)¹⁴, em que o usuário poderia arquivar e catalogar seus *sites* favoritos e também conferir os *sites* favoritos de seus contatos. São criadas enciclopédias escritas colaborativamente, como a Wikipédia (2001), assim como os *sites* de jornalismo participativo, como o coreano OhMyNews¹⁵ (2000), que tinha como lema: “cada cidadão é um repórter”, e o *site* de notícias de ciências e tecnologia Slashdot¹⁶ (1997), no qual o próprio usuário modera os conteúdos publicados.

Mais uma vez emergem as quatro camadas identificadas por Castells (2003) na cultura da internet, com especial ênfase na combinação das comunidades virtuais com o espírito colaborativo dos *hackers*. Mais do que nunca, a internet torna-se social. Volta-se a falar em uma revolução motivada pela internet, na qual os grandes conglomerados jornalísticos não teriam mais o monopólio da informação, uma vez que todos poderiam produzir e compartilhar notícias. Mesmo o conteúdo de entretenimento não seria mais totalmente controlado pelas grandes empresas, podendo inclusive ser criado em parceria com seus consumidores (JENKINS, 2009). Qualquer produto, na verdade, deveria ser desenvolvido, se não por seus consumidores, em parceria com eles (TAPSCOTT, WILLIAMS, 2007). O entusiasmo com o protagonismo da pessoa comum era tanto que, em sua tradicional indicação de personalidade do ano, a revista *Time* trouxe estampado na capa em dezembro de 2006 a tela de um monitor onde se lia: “Você. Sim, você. Você controla a Era da Informação. Bem-vindo ao seu mundo”¹⁷.

¹² Desativado em 2019.

¹³ www.flickr.com/

¹⁴ Descontinuado.

¹⁵ <http://www.ohmynews.com/>

¹⁶ <https://slashdot.org/>

¹⁷ Imagem disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/You_\(Time_Person_of_the_Year\)](https://en.wikipedia.org/wiki/You_(Time_Person_of_the_Year)). Acesso em: 13 jan. 2021.

Era o início da dominação da internet pelas redes sociais digitais, que concentravam em uma mesma interface a formação de comunidades, a troca de informações entre pessoas e a produção de conteúdo gerado pelo usuário. Em 2004 foram lançados tanto o Orkut, pela Google, quanto o Facebook, com acesso restrito a usuários convidados – que em 2006 abre-se para qualquer um com mais de 13 anos e começa uma trajetória de crescimento cujo limite ainda não conhecemos, ultrapassando rapidamente o Orkut. Nesse mesmo ano, têm início as operações do Twitter, que se baseava no conceito dos *blogs*, mas propondo conteúdos de consumo rápido, com até 140 caracteres. A lista de plataformas de redes sociais é extensa, indo daquelas de uso mais amplo até as de interesse restrito: LinkedIn¹⁸ (2003), Myspace¹⁹ (2003), Hi5²⁰ (2004), Badoo²¹ (2006), Foursquare²² (2009), Instagram²³ (2010), etc. Esse fenômeno segue em desenvolvimento e se tornou ainda mais intenso ao longo dos anos 2010 com a popularização dos *smartphones*, que permitiram que as redes sociais digitais estivessem cada vez mais presentes em quase todos os momentos de nossa vida.

Agora sim, parecia que a internet estava realmente colocando o poder nas mãos das pessoas comuns. Mais uma vez, no entanto, olhando o passado armado com os instrumentos do presente, parece fácil classificar essa esperança como utópica e ponderar que a estrutura que começa a emergir então é muito mais complexa. Não se pensava sobre os algoritmos que determinam o que é visto e o que deixa de ser visto no *feed* das redes sociais digitais. Nem se considerava que as pessoas comuns, que investem o seu tempo seja produzindo conteúdo em suas redes, ou apenas “navegando” por elas, estão na verdade trabalhando, uma vez que geram mais-valia captada pelas donas das plataformas (FUCHS, 2014). Não se pode negar que as linhas de força do poder traçaram novos desenhos, mas seguem por fim concentrando-se, muitas vezes, nas mesmas mãos nas quais já se concentravam antes. Mas foi essa esperança utópica que, de uma maneira ou de outra, impulsionou e influenciou muitas das iniciativas políticas que emergiram no ciberespaço, inclusive o caso estudado aqui.

¹⁸ www.linkedin.com/

¹⁹ <https://myspace.com/>

²⁰ <https://hi5.com/>

²¹ badoo.com

²² <https://pt.foursquare.com/>

²³ www.instagram.com/

1.3 A INTERNET COMO AMBIENTE DE COLABORAÇÃO E HORIZONTALIDADE

No breve mapeamento que tracei sobre como os primeiros anos da internet foram permeados de uma esperança por liberdade, foi tocado em um ponto que merece especial atenção porque será importante para dar conta do caso aqui analisado: a combinação entre o colaboracionismo da cultura *hacker* com a formação de comunidades virtuais mapeadas por Castells (2001) fomentava um novo tipo de potencial produtivo. O título de um artigo escrito pelos pesquisadores Berry Wellman, Milena Gulia e Marilyn Tremaine em 1999 é ilustrativo: “*Net Surfers Don’t Ride Alone*”, algo como “Os surfistas da rede não andam sozinhos”. E juntos, esses “surfistas da rede” podiam aprender, trabalhar, criar e produzir, como nunca poderiam se sozinhos.

A noção de diferentes mentes conectadas pela internet ao redor do globo (como vimos na declaração de Barlow da seção anterior) trocando informações entre si constantemente, identificando e desenvolvendo interesses comuns e afinidades, indicava que eram dados os primeiros passos rumo a um novo tipo de conhecimento. Conforme aponta Rogério da Costa (2005), na virada do milênio diversos autores buscaram nomear o fenômeno: Howard Rheingold (2002) falava de “coletivos inteligentes”; Heylighen, Bollen e Riegler (1999), de “cérebro global”; Marvin Minsky (1997), em “sociedade da mente”; Derrick de Kerckhove (1997) tratava de “inteligência conectiva” – termo muito próximo da “inteligência coletiva” de Pierre Levy (2002); e Albert Barabasi (2001) escrevia sobre “redes inteligentes”. Todos estavam atentos às dinâmicas que emergiam no crescimento de comunidades virtuais. Costa chamava atenção sobre como as redes digitais estavam tornando-se determinantes para a formação de capital social em nossa sociedade:

[...] a sinergia entre as pessoas via web, dependendo do projeto em que estejam envolvidas, pode ser multiplicada com enorme sucesso. As diversas formas de comunidades virtuais, estratégia P2P, as comunidades móveis, a explosão dos blog e wikis, a recente febre do Orkut são prova de que o ciberespaço constitui fator crucial no incremento do capital social e cultural disponíveis. (COSTA, 2005, p. 244)

Costa recupera que, já em 1996, no livro *Comunidade Virtual*, Howard Rheingold indicava que as comunidades virtuais não seriam apenas simples pontos de encontro, mas também um meio para atingir determinados fins. E mesmo muito antes, em 1976, Murray Turrof (*apud* COSTA, 2005), pesquisador americano responsável pela idealização do sistema de intercâmbio de informação eletrônica (EIES) (uma das precursoras da

internet), previa que a conferência por computador serviria para que grupos humanos pudessem exercitar a capacidade de “inteligência coletiva”, e que esses grupos tenderiam a apresentar um grau de inteligência superior àquela de qualquer um de seus membros isolados. Ao ver essa previsão se concretizar (assim como vemos até hoje), Steve Johnson identifica em um texto de 2001 algo de “inteiramente novo”, que corresponderia a uma “revolução interativa que a computação desencadeou: um modelo de interatividade baseado na comunidade, na colaboração muitos-muitos” (JOHNSON *apud* COSTA, 2005, p. 244).

O primeiro exemplo mais marcante desse potencial de produção colaborativa foram os *softwares* de código aberto, ou *open source*. Em vez de terem seu código-fonte oculto e protegido sob leis de direito autoral, como ocorre com a maioria dos programas comercializados, os *softwares open source* tem seu código-fonte aberto e disponibilizado para que qualquer um possa modificá-lo e voltar a distribuir o *software* de graça, para diferentes finalidades. Dessa forma, um programa de código aberto é sempre o resultado de um trabalho coletivo, realizado em rede, e em constante atualização.

Por muito tempo, o ensaio “A Catedral e o Bazar” do *hacker* americano Erick Raymond (2000), apresentado pela primeira vez em 1997 e transformado em livro em 1999, foi referência obrigatória para aqueles que buscavam entender essa nova forma de trabalho colaborativo. Para explicitar as diferenças entre os dois tipos de *software*, ele traçou um paralelo entre os programas fechados com as catedrais medievais, e os programas abertos com os grandes bazares. As catedrais não apenas eram construídas por técnicos especializados, organizados por uma hierarquia rígida e trabalhando em isolamento, como supunham, depois de prontas, um determinado protocolo daqueles que as frequentavam, baseado no silêncio, no respeito, e também na devoção. Da mesma forma, os *softwares* proprietários são desenvolvidos por times técnicos fechados que definem como eles podem ser utilizados, relegando aqueles de fora do grupo à obediência (ou à frustração). Já os bazares são ruidosos, abertos a todos, e costumam funcionar por ordenamentos sempre cambiantes que se estabelecem pela desordem. Assim como os *softwares* de código aberto são desenvolvidos também de modo caótico, seguindo dinâmicas relacionais e não hierárquicas, e em constante aperfeiçoamento. Em defesa do segundo modelo, Raymond (2000, s/p.) afirmava que “dados olhos suficientes, todos os erros são óbvios”.

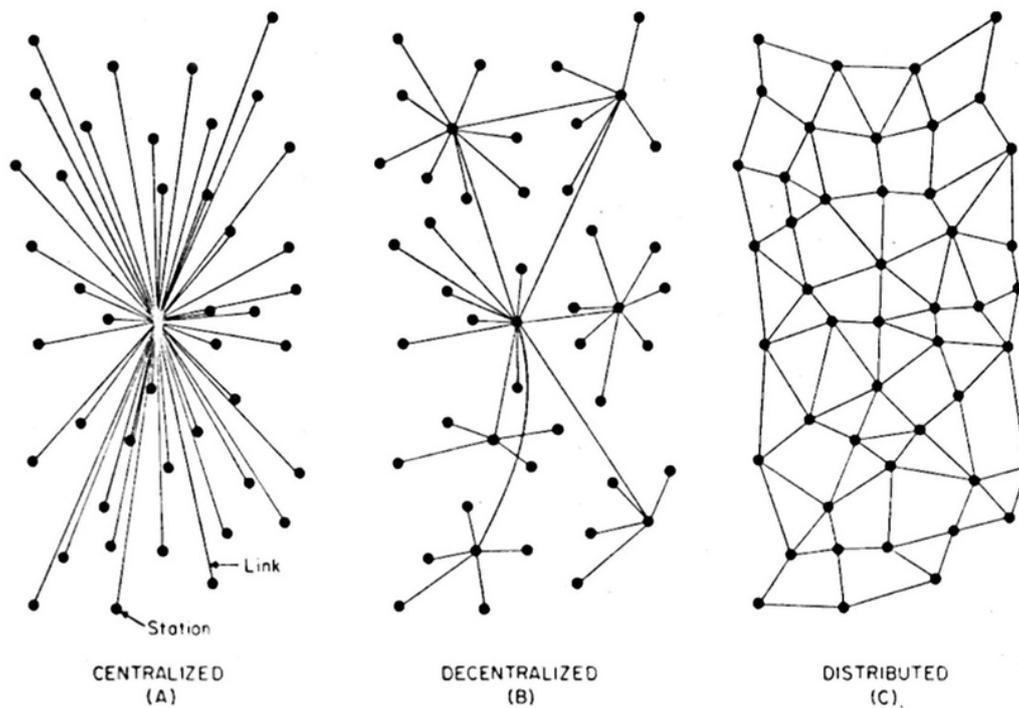
O principal exemplo de programa de código aberto é o sistema operacional Linux, sobre o qual o pesquisador Sérgio Amadeu Silveira escreveu:

O desenvolvimento Linux não segue as hierarquias e o silêncio das grandes catedrais, mas é barulhento, plano e distribuído como em um bazar. Quanto maior o processo colaborativo mais rapidamente se aprimorará o software. É comum ouvir nos encontros de Floss que a comunidade que, de algum modo, participa do desenvolvimento e manutenção das versões do GNU/Linux ultrapassa 100 mil pessoas, espalhadas por todos os continentes. (SILVEIRA, 2010 p. 36)

O pesquisador ressalta que a defesa pelo código aberto não era exclusividade daqueles situados mais à esquerda no espectro político. Mesmo os desenvolvedores de origem neoliberal capitalista acreditavam que o modelo aberto poderia gerar *softwares* de qualidade superior. A colaboração e o compartilhamento de conhecimento maximizariam ao máximo as potencialidades da rede em benefício das “características inerentes a bens informacionais”. Mesmo esses desenvolvedores apregoavam que “o futuro é aberto” e defendiam “que a tendência da tecnologia é substituir a remuneração baseada na propriedade pela receita baseada nos serviços” (BARLOW, s.d., *apud* SILVEIRA, 2010, p. 31).

A própria arquitetura técnica da internet parecia desenhada à imagem dos processos de criação e produção não hierarquizados, mas colaborativas e horizontais, uma vez que segue uma estrutura de rede. O idealizador dessa arquitetura foi o pesquisador Paul Baran, em 1964, enquanto trabalhava na RAND Corporation, *think tank* ligado ao exército americano. No contexto da Guerra Fria, Baran procurava formas de garantir a continuidade da comunicação mesmo em casos de ataques de grande impacto, como um ataque nuclear. Sua proposta foi um sistema caótico no qual a informação é dividida em pacotes que circulam por uma rede distribuída, horizontal e redundante, seguindo um “roteamento dinâmico” (BARAN, 1964, p. 2). Dessa forma, mesmo que alguns nós dessa rede fossem comprometidos, os pacotes seguiriam até o destinatário via os nós remanescentes. Esse modelo, que ele chamou de *rede distribuída*, ficou registrado em um já clássico diagrama, no qual ele contrapunha a arquitetura proposta aos modelos de rede centralizada e descentralizada.

FIGURA 1: DIAGRAMAS DAS REDES DE PAUL BARAN



Fonte: BARAN (1964), p. 2.

A própria internet, que se desenvolveu a partir desse modelo de rede distribuída e da lógica de comunicação por pacotes de informação, seria um exemplo de desenvolvimento autocatalítico e coevolutivo, no qual a ordem emerge a partir do caos, com milhões de agentes atuando simultaneamente segundo regras muito simples (ROSNAY, 1997, p. 107). O cientista americano Nicholas Negroponte (1995, p. 173) destacava que a internet cresceu e estruturou-se “sem a presença de um projetista de plantão e que manteve um formato muito parecido com aquele dos patos voando em formação: inexistiu um comando, e, até agora, todas suas peças se ajustam perfeitamente”.

Coloca-se a questão se esse modelo de produção não deveria expandir-se para outras áreas e não ficar restrito apenas ao universo da programação. Inicia-se assim um movimento que, em um primeiro momento, combina-se com a onda da web 2.0, na qual, conforme já tratado anteriormente, todos são chamados a falar, interagir, participar, produzir e cooperar, sem distinções hierárquicas. Conforme já indicado na seção anterior, seguindo a mesma lógica da programação, notícias não deveriam mais ser redigidas por um grupo de jornalistas fechados numa sala de redação, mas sim produzidas cooperativamente, compondo as experiências e informações especializadas de agentes distribuídos nas redes (DAN GILLMOR, 2004), assim como a criação de entretenimento

não seria mais exclusividade dos grandes conglomerados de mídia. Mesmo as grandes franquias de narrativas ficcionais deveriam estar abertas para a cocriação com os fãs (JENKINS, 2009). A experiência da Wikipédia parecia provar que o conhecimento passaria a ser produzido, ordenado e curado de forma coletiva.

Kerkchove (2009), ao tratar do neologismo *prosumidor*, cunhado pelo escritor norte-americano Alvin Toffler ainda na década de 1980, unindo produtor e consumidor, aponta que a tendência do marketing de envolver os consumidores no ato da produção de um bem vai além de uma vontade de personalização do produto, ele corresponde a uma questão de poder. “À medida que a tecnologia dá poder às pessoas, os consumidores desenvolvem a necessidade de exercer mais controle sobre o seu ambiente imediato” (KERCKHOVE, 2009, p. 110). Olhando para o mesmo fenômeno, Don Tapscott e Anthony D. Willians propõem o termo *Wikinomics*, nome do livro que lançam em 2006: *Wikinomics: How Mass Collaboration Changes Everything*²⁴. Para os autores, a lógica de produção de conteúdo colaborativa das ferramentas *wiki* disponíveis *on-line* estava impactando a economia como um todo, e tornando-se uma condição da inovação. Da lógica da “inovação fechada” estaríamos migrando para a “inovação aberta” (*open innovation*), com a participação não só de consumidores, mas de todos os *stakeholders* envolvidos em um produto ou serviço, potencializada pelas ferramentas digitais. A internet, segundo eles, não serve mais apenas ao ato passivo de navegar, mas principalmente para produzir compartilhando e colaborando.

De maneira mais ampla, todas as mudanças aqui indicadas constituem um profundo processo de reestruturação dos modos de produção e, portanto, da organização da sociedade em si. A informação assume papel central neste novo modelo de sociedade, e se dissemina com uma velocidade nunca vista por redes digitais não hierárquicas, distribuídas horizontalmente ao redor de todo globo, que acabam por impor sua arquitetura aos processos produtivos como um todo. Diversos autores se debruçaram sobre esse processo, que se inicia a partir dos anos 1950 e que ganha força no final do século, conforme resume Silveira:

A emergência de uma era pós-industrial (Bell), estaria baseada em uma mudança de paradigma tecnoeconômico (Dose) que teria culminado no uso disseminado da informática (Nora&Minc), culminando em uma era informacional (Lojkine), com intensa digitalização das atividades humanas

²⁴ Lançado no Brasil com o título: *Wikinomics, como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio* (2007).

(Negroponte) e com a organização de uma sociedade em rede (Castells). (SILVEIRA, 2010, p. 36-37)

Mudanças sociais tão profundas, como não poderia deixar de ser, acabam por ter um impacto direto também nas formas de fazer política, questão central deste trabalho. A este aspecto nos dedicamos nas duas últimas seções deste capítulo.

1.4 INTERNET, DEMOCRACIA E TRANSFORMAÇÃO

A esta altura, já não é mais preciso reforçar o quão espesso é o emaranhado existente entre o desenvolvimento tecnológico, em especial dos meios de comunicação, e as condições de existência de uma sociedade, e, portanto, a sua política. No entanto, cabe ainda considerar que esse desenvolvimento também pauta as narrativas que uma sociedade tece sobre o seu porvir. Vislumbramos o futuro a partir das tecnologias do presente. E essas narrativas sobre futuro determinam realmente o rumo que seguimos, raramente para concretizá-las tal e qual, mas sim porque elas impulsionam a nossa ação no presente. Fazemos hoje, sonhando com um amanhã.

O pesquisador brasileiro Francisco Rüdiger (2011) recupera, por exemplo, que, ao final da Segunda Guerra Mundial, Norbert Wiener defendia que a cibernética, então uma nova ciência, poderia no futuro resolver problemas sociais e conflitos políticos de forma puramente técnica, “mediante a sublimação funcional do ser humano em automatismos” (WIENER, 2001, p. 11-12). Estruturam-se, assim, discursos que desenham os mais variados cenários, dos mais realistas àqueles utópicos ou distópicos – não que a classificação entre estes dois últimos seja sempre unanime, ficando muitas vezes a gosto do freguês, como o exemplo das ideias de Wiener. Em geral, são os cenários utópicos aqueles capazes de construir discursos mais mobilizadores, porque é a esperança por um futuro melhor que nos engaja.

Não que se possa negar ou subestimar o potencial transformador da disseminação da internet. É claro que a estrutura distribuída que indicamos na seção anterior, baseada em um cruzamento horizontal de redes, trazia, entre outras coisas, novas possibilidades para uma maior participação ativa da sociedade civil na vida pública, e, assim, o aprofundamento da experiência democrática. Mas mesmo antes da multiplicação dos meios digitais, uma série de pesquisadores já tratava de identificar seus futuros efeitos benéficos (SILVA, SAMPAIO, BRAGATTO, 2016). Ao delinear uma proposta de cartografia para o campo da “democracia digital”, o pesquisador Wilson Gomes (2016) lembra que, na verdade, já havia um encantamento anterior à internet com as

possibilidades interativas propiciadas pela convergência entre computação e telecomunicações. Ainda nos anos 1970, começou-se a falar em “teledemocracia” em função da “então estupefaciente capacidade de interação” da televisão a cabo (GOMES, 2016, p. 45). “Nos anos 1980 ainda se mantinham bem elevadas expectativas de que as possibilidades trazidas pela TV a cabo pudessem alterar o nível de interação entre representantes e representados” (GOMES, 2016, p. 45) – expectativas estas que se ampliam ainda mais com a tímida disseminação das experiências com redes de computadores:

Assim, entramos na década de 1990, aquela em que efetivamente nasce a nossa disciplina [da “democracia digital”], sobrecarregando o novo fenômeno com demandas e expectativas relacionadas à democracia. Ao discurso de legitimação social (OGDEN, 1994) se somavam autênticas expectativas de autoridades (BROWN, 1993) e pesquisadores (ABRAMSON; ORREN; ARTERTON, 1990; DUTTON, 1992; EDWARDS, 1995; GROSSMAN, 1995; KLEINWÄCHTER, 1995; SCLOVE, 1995; VARLEY, 1991) de que alguma coisa de inovador e renovador em termos democráticos haveria de sair daí. Por outro lado, como não poderia haver clareza nem sobre o provir do desenvolvimento tecnológico nem sobre a adesão social aos seus produtos e processos, nem tampouco sobre o modo como poderiam afetar positivamente a democracia, era tempo de imaginar mais do que de examinar (RHEINGOLD, 1993), e de lidar com as consequências risonhas ou sombrias desta fantasia sociológica. (GOMES, 2016, p. 55)

Silva, Sampaio e Bragatto (2016) ressaltam que a literatura sobre internet e política começa com um caráter marcadamente otimista – bastante diferente daquela sobre comunicação e política que se tinha até então, preocupada especialmente com os efeitos negativos das mídias massivas sobre as políticas e os cidadãos – e também normativo – propondo o desenho de novas dinâmicas comunicacionais que promovessem o caráter democrático das redes digitais. O sentimento de esperança que permeava o desenvolvimento e também a reflexão sobre os primeiros anos da internet, conforme apontei anteriormente, também estaria presente no âmbito da política. Os autores citam a criação de uma dicotomia: de um lado os “*media* tradicionais”, de difusão massiva baseada no fluxo comunicacional de mão única partindo de um emissor para muitos receptores, que apresentavam uma grande concentração de poder na mão de poucos agentes econômicos e, portanto, perpetuavam a baixa pluralidade de agendas, discursos e atores políticos presentes; de outro as “novas mídias”, que funcionavam baseadas em uma “lógica pós-massiva” de comunicação “muitos – muitos” (SILVA, SAMPAIO, BRAGATTO, 2016, p. 80).

Em 1998, o cientista político Bruce Bimber já argumentava que a internet havia alcançado um significado político relevante. Um número crescente de cidadãos estava

utilizando-a não só para aprender sobre política e governo, mas também para discutir entre si sobre temas políticos, decidir seu voto, entrar em contato com representantes eleitos e mesmo mobilizar-se em torno de determinada pauta. Segundo ele, já havia um consenso de que a internet estaria promovendo uma expansão relevante tanto ao acesso à informação política, quanto de novas possibilidades de ação política.

Cabe aqui, no entanto, uma ressalva colocada por Gomes (2016): não se deve ingenuamente acreditar que o fortalecimento da democracia fosse a intenção primeira a promover o desenvolvimento tecnológico digital. Como vimos nas seções anteriores, os interesses propulsores da internet desde sua origem eram outros. O que há de se considerar é que as narrativas que apontavam potencialidades democráticas nos novos meios de comunicação serviram – e servem ainda – como estratégia para a construção de “legitimação social” das novas mídias (GOMES, 2016, p. 54-55).

De qualquer maneira, especialmente após a disseminação das iniciativas de web 2.0, as expectativas pelo desenvolvimento de novos desenhos e ferramentas digitais para promover a participação da sociedade civil atingiram seu ápice. Se o usuário, ou a pessoa comum, fosse colocado como centro das dinâmicas sociais promovidas pela internet, na perspectiva política essa centralidade recairia sobre o cidadão. Na medida em que qualquer um poderia tornar-se um produtor de informações, rompia-se com o monopólio de mediação exercido não só pelos meios de comunicação, mas também pelas instituições políticas, como os partidos, sindicatos, movimentos sociais organizados já consolidados e, no limite, os próprios políticos. Ampliava-se a pluralidade de vozes e atores. Mais ainda, permitia a esses atores novas possibilidades de articulação, de ações coletivas e de ativismo.

Ao longo das décadas, a reflexão sobre as potencialidades democráticas da internet expandiu-se, adotando uma série de termos mais ou menos próximos ou correspondentes, tal como “democracia digital”, “democracia eletrônica”, “e-democracia”, “ciberdemocracia” ou ainda “teledemocracia”, como vimos anteriormente. Multiplicaram-se também as perspectivas sobre quais seriam essas potencialidades, ou qual a melhor forma de explorá-las, produzindo uma diversidade de propostas normativas que correspondem à riqueza tanto do imaginário democrático como também do imaginário tecnológico. Apresentavam-se, assim, propostas de formas de uso e apropriação das novas tecnologias digitais amplamente diferentes entre si, e muitas vezes, até contraditórias (SILVA, SAMPAIO, BRAGATTO, 2016). Como detalharei mais adiante, mesmo o entendimento sobre a definição de *democracia* é um território de

intensa disputa, que se reflete na produção intelectual sobre as possibilidades das novas mídias.

Ainda que hoje já conheçamos também os impactos negativos que as redes digitais tiveram em nosso cenário político, é difícil negar que elas carregam o potencial de promover Estados mais ágeis, eficazes e eficientes nas suas mais diferentes esferas, assim como mais transparentes, abertos e *accountable* ao interesse público. Especialmente os poderes executivo e legislativo tendem a se tornar mais porosos às demandas da sociedade civil, seja por dinâmicas institucionalmente desenhadas, seja por conta da pressão exercida pela própria sociedade civil, com base nas novas possibilidades de associação e por meio de novas estratégias de embate; assim como, pelo menos em teoria, torna-se mais fácil acessar o universo político institucionalizado, uma vez que intermediadores originais perdem força, promovendo mais diversidade entre os tomadores de decisão, também é mais simples acompanhar as iniciativas do Estado, controlar suas ações e responsabilizar seus agentes.

Trata-se de uma miríade de potencialidades promovidas pela evolução tecnológica que tem como pano de fundo desejável um Estado democrático, mas que, em um olhar mais atento, pode estar mais próxima ou mais distante da prática democrática em si (mesmo considerando a diversidade de perspectivas sobre a democracia). A digitalização de serviços do Estado, por exemplo, pode garantir mais agilidade e eficiência, assim como melhor qualidade para o usuário-cidadão, sem que isso tenha qualquer impacto em quão democrático, ou autoritário, seja esse Estado. Conforme Gomes aponta (2016, p. 49), “a dimensão normativa de matriz democrática, embora preciosa, não esgota todos os benefícios sociais proveniente de aplicações de tecnologias digitais no mundo contemporâneo”.

Ao observar o campo de possibilidades políticas advindas da popularização da internet, é possível identificar ainda dois grandes universos. De um lado, têm-se as iniciativas que partem do próprio governo, ou seja, do Estado em direção à sociedade civil – seja no sentido de prover transparência, incentivar o pluralismo de atores e posições ou mesmo abrindo espaços de deliberação e participação –, as quais identifica-se como *top down* (de cima para baixo). De outro lado, temos as ideias e ações que partem da sociedade civil em direção ao Estado, chamadas de *bottom up* (de baixo para cima), como comentei anteriormente; nesse grupo estão as novas dinâmicas de formação de grupos de interesse em torno de determinadas pautas, assim como as novas estratégias ativistas de sensibilização, engajamento e pressão da cidadania sobre o Estado.

Neste trabalho eu proponho focar nesse segundo campo por acreditar que nele emergem as características mais inovadoras e de maior impacto prático nesse cruzamento de política e internet, e também de maior potencial discursivo. Em outras palavras, as principais narrativas que nortearam os esforços por mais democracia vieram de baixo para cima, da cidadania em direção ao governo. Os maiores sonhos de transformação, como sói ocorrer, vêm primeiro da sociedade, e não do Estado. Por isso, para completar este capítulo que busca traçar o contexto que permitiu e determinou o desenvolvimento do Nossas, vou mostrar como essa esperança utópica da qual tenho tratado aqui permeou os movimentos ciberativistas dos primeiros anos da internet.

1.3. BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO CIBERATIVISMO

O ano de 2011, mesmo ano de fundação do Meu Rio, foi marcado pelo intenso uso de ferramentas digitais para mobilização de grandes manifestações políticas ao redor do globo, cujos efeitos ainda se sentem e sobre os quais as interpretações seguem em disputa, mesmo dez anos depois. No entanto, começarei retrocedendo um pouco mais no tempo para mostrar como o ativismo está presente na trajetória da internet desde o início da rede mundial de computadores, identificando as meadas do tecido histórico que criam as condições para emergência do Meu Rio e do Nossas. Ainda que sucinto, esse panorama histórico tem como objetivo identificar não só como vão se delineando os possíveis usos da internet para fins ativistas, mas também como esses usos determinam o desenvolvimento de um novo jeito de fazer política, que irá influenciar diretamente o caso analisado nesta pesquisa.

Embora não seja central para a discussão aqui proposta, é importante indicar primeiramente que ainda não existe consenso com relação ao melhor termo para se referir às ações ativistas nas quais a adoção de ferramentas de comunicação digital assume protagonismo. Diferentes nomeações são utilizadas para referir-se ora ao mesmo tipo de fenômeno, ora a manifestações próximas, ainda que distintas. Há uma série de denominações cuja diferenciação ainda não está inteiramente clara na literatura: hackerativismo, ativismo digital, click-ativismo, desobediência civil eletrônica, *smart mob*, ciberativismo ou ainda net-ativismo. Destes, o termo de utilização mais ampla é ciberativismo, caracterizado por Silveira como “conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet” (2010, p. 31).

Di Felice (2013, 2017) aponta que uma primeira fase ainda “embrionária” (2013, p. 55) do ciberativismo corresponde às mobilizações desenvolvidas originalmente nas primeiras redes de computadores e que ganharam amplitude internacional via internet. É a “emergência de formas experimentais de conflito” (DI FELICE, 2017, p. 135) que tem origem em contextos específicos, mas que acaba assumindo dimensões globais disseminadas pela rede mundial dos computadores. No entanto, continua seguindo estruturas centralizadas de disseminação, a partir de *sites* e arquiteturas específicas. Seria um exemplo desse período o movimento Association Pour la Communication Progressiste (APC), que reuniu, a partir de 1988, mais de seis mil ativistas de diferentes organizações pacifistas, ligadas à ecologia e aos direitos humanos. No interior desse movimento, ainda no mesmo período, nascia uma ramificação chamada Women Networking Support Program, que ligava as bases do movimento já existentes no Canadá a organizações de mulheres no México e a pesquisadores africanos, formando uma rede informativa baseada essencialmente no envio de boletins eletrônicos (CARDON, GRANJON, 2010; e SREBERNY, 2005, *apud* DI FELICE, 2017, p. 138). Poucos anos depois, primeiramente na Austrália e Índia, para em seguida espalhar-se por todo o mundo, mas em especial pelos Estados Unidos, surgem novos movimentos teóricos chamados de *Tactical Media*, que buscavam criar estratégias de intervenção inovadoras a partir das mídias digitais adotando repertórios dos campos das artes, da política e da comunicação.

Segundo Di Felice (2017), é nesse contexto que começam a aparecer os primeiros casos de *mail bombing* e que são organizados os primeiros protestos e manifestações *on-line*. Algumas estratégias já tradicionais de mobilização política, como as petições, migram para o ambiente digital, onde adquirem características próprias. Um dos instrumentos políticos *bottom up* mais antigos usados para pressionar o poder estatal – que data do início da Idade Moderna na Europa nos moldes que conhecemos hoje, mas cujas raízes se perdem no tempo da civilização (VOSS, 2002) –, as petições rapidamente espalham-se por *e-mails* e listas de discussões. Tem-se notícia²⁵, no entanto, de que a primeira petição *on-line* bem-sucedida não dizia respeito propriamente ao universo político: no verão de 1998, um grupo de torcedores do time de beisebol New York Mets escreveu um abaixo-assinado pedindo a contratação pelo time do apanhador Mike Piazza,

²⁵ O caso é relatado como primeira petição *on-line* bem-sucedida pela Wikipédia e em diferentes *sites* que tratam do tema, mas sem nenhuma referência documental do período (https://en.wikipedia.org/wiki/Online_petition).

publicando-o em um *site* hospedado pela plataforma Geocities, e também enviando o documento por *e-mail* para grupos de discussão *on-line*, conseguindo assim mais de 10 mil assinaturas. A primeira plataforma digital para coleta de assinaturas data de 1999, a *PetitionOnline*, descontinuada em 2014.

Emerge assim a percepção de que se poderia utilizar as redes digitais não apenas para a produção e disseminação de contrainformação (frente àquilo veiculado pelas mídias “tradicionais”), mas também para estabelecer novas formas de conflito e novas dinâmicas de embate desenvolvidas integralmente no ambiente digital. Assim, as práticas ciberativistas passam não apenas a integrar a internet aos processos comunicativos já adotados pelo ativismo político, mas começam a transformar o próprio ativismo, seus espaços de debate, as formas de participação, as estratégias e, inclusive, a formação das identidades coletivas que o organizam (MCCAUGHEY, AYERS, 2003). Di Felice (2013) aponta também que essas formas emergentes de conflitualidade apresentam ainda outro traço inédito: diferentemente dos movimentos ativistas tradicionais, elas não assumem como mote central os conflitos de classes ou outras disputas inscritas na lógica da sociedade industrial. Os primeiros movimentos ciberativistas rompem assim com as narrativas revolucionárias que defendem a tomada do poder estatal, substituindo-as por um sonho libertário, assumindo uma postura de puro escracho, ou colocando-se abertamente como avessos à própria ideia de Estado.

É neste sentido que se destacam dois personagens desse período: Luther Blisset e Hakim Bey. O primeiro foi um “nome múltiplo”, ou “nome-multiuso” (BLISSET, 2001, p. 17) associado ao Movimento Luther Blissett, que teve origem em 1994 nos Centros Sociais com gestão horizontal organizados por ativistas, na maioria jovens, em prédios abandonados na Itália (PAUL, 2015, p. 100) e que acabou espalhando-se pela Europa até 1999. De inspiração dadaísta, o movimento buscava zombar da mídia corporativa evidenciando suas incoerências e seu sensacionalismo. Combinando o uso da internet e de outras redes locais de computadores com o rádio e o envio de cartas (PAUL, 2015, p. 98), o coletivo divulgava fatos falsos de maneira a serem incorporados pela pauta da grande mídia. Ao longo do verão de 1994, por exemplo, os veículos de comunicação de Bolonha começaram a receber relatos da população sobre pedaços de animais destrocados encontrados em diversos locais públicos da cidade. Diferentes especialistas, de sociólogos a filósofos, de psicólogos a críticos de arte, foram chamados pelos principais veículos de comunicação da região para interpretar os estranhos acontecimentos. No final da estação, o personagem Luther Blisset acabou com o mistério ao assumir a autoria dos

relatos, informando que todos eram falsos, incentivando que qualquer pessoa adotasse a identidade de Blisset para pregar novos trotes na mídia corporativa. Tratava-se de uma ação de terrorismo midiático, ou guerrilha midiática, que tinha como objetivo expor a superficialidade e, ao mesmo tempo, o poder de manipulação e influência dos meios de comunicação em massa. É importante observar também que, ao incentivar qualquer um a assumir a identidade de Blisset, o movimento rompia tanto com a noção de individualidade e autoria, como com a de liderança e hierarquia, diluindo-se numa rede de estrutura distribuída conforme aquela delineada nas seções anteriores deste trabalho. Um texto publicado na revista *Guerra Psíquica*, assinado pelo personagem, afirmava: “qualquer pessoa pode se tornar Luther Blisset simplesmente se declarando parte do projeto e assinando com o nome coletivo Luther Blisset. Trata-se de um genuíno experimento existencial, um exercício de filosofia prática” (BLISSET, 2000, *apud* DI FELICE, 2017, p. 149).

Já Hakin Bey foi o pseudônimo usado pelo filósofo anarquista americano Peter Lamborn que, no final dos anos 1980, propôs o que chamou de Zonas Autônomas Temporárias (em inglês: *Temporary Autonomous Zones*, TAZ). Inspirado pelas “primitivas”, “cruéis” e eficientes “redes de informação” formadas por piratas e corsários do século XVIII, constituídas por pequenas comunidades instaladas em ilhas escondidas, vivendo conscientemente “fora da lei” e “determinadas a continuar assim, ainda que por uma temporada curta, mas alegre”, ele falava em “utopias piratas” (BEY, 2004, p. 11). Também defendia a criação de “enclaves hierárquicos e de formação espontânea”, parecidos com aqueles dos corsários, como estruturas ideais para as insurreições do nosso tempo em oposição às ideologias revolucionárias do passado (LOPES, 2007). Divulgando suas ideias pela internet ao longo dos anos 1990 em diferentes línguas (DI FELICE, 2013, p. 57), o autor via a rede digital como uma ferramenta para formação das TAZ.

O primeiro marco mais importante do ciberativismo, no entanto, foi o movimento zapatista, que criou no Sul do México um espaço de insurreição não tão distante daquele pregado por Bey/Lamborn. Em 1994, algumas cidades da região mexicana de Chiapas, uma das mais pobres do país, foram tomadas por um grupo armado autodenominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Conforme recupera Antoun (2002, p. 14-15), o movimento era formado originalmente por pessoas vindas da classe média branca mexicana que planejavam a formação de uma guerrilha junto às comunidades indígenas da região com o objetivo final de tomar o governo federal (ANTOUN, 2002,

p. 14-15), seguindo a ideologia clássica dos movimentos revolucionários de esquerda. Os primeiros resultados, no entanto, não foram positivos, fazendo com que os guerrilheiros buscassem apoio junto de ONGs, comunidades indígenas e outros membros da sociedade civil. Mas estes não tinham interesse em conquistar o governo, mas buscavam “estimular uma forma de democracia no México na qual os atores da sociedade civil fossem fortes o bastante para contrabalançar o poder dos atores do Estado e do mercado” (ANTOUN, 2002, p. 14-15).

Com base no diálogo e na aliança forjada com outros agentes da sociedade, o movimento ajustou seus objetivos e a “defesa das populações indígenas, o reconhecimento da participação da mulher e dos direitos na sociedade, a proteção ambiental, a luta pelos direitos humanos e pelos direitos dos trabalhadores subiram para o primeiro plano” (ANTOUN, 2002, p. 14-15). Forma-se então uma rede em torno no movimento EZLN que ia muito além dos guerrilheiros nas serras do Sul do México. Aquela luta, originalmente de caráter local, rompeu seus limites geográficos e tornou-se global ao simbolizar uma nova utopia, ou um novo desejo compartilhado, diferente daquele almejado pelas narrativas revolucionárias da esquerda tradicional. Para Di Felice (2013, p. 57), o movimento “inaugurou uma original forma de conflitualidade glocal que espalhou no mundo inteiro uma onda de ativismo pós-ideológico”.

Como estratégia para construir uma imagem externa diferente daquela apresentada pela mídia corporativa, esse grupo passa a fazer intenso uso da internet para sensibilizar novos agentes, multiplicando a rede de apoio do movimento, fazendo reverberar seus ideais. A mobilização atinge tais proporções que acaba por paralisar as investidas militares do governo mexicano ao mesmo tempo que angaria apoio junto à opinião pública internacional.

A estratégia é tão bem-sucedida que, em 1996, o movimento reúne quatro mil pessoas de diferentes países nas áreas tomadas pelo EZLN, em um encontro de oposição ao neoliberalismo, atraindo personalidades mundialmente conhecidas, como o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o sociólogo francês Alain Touraine, e a ex-primeira-dama francesa Danielle Mitterand. De alguma forma, o nome de uma das mesas do evento parecia já trazer o embrião da ideia que ganharia impulso nos anos seguintes: “Nesse mundo cabem muitos mundos”.

Ao mesmo tempo que apresenta um novo paradigma ao começar a romper a fronteira entre o espaço digital da rede de computadores e o espaço físico, o zapatismo apresenta de maneira ainda mais marcada que no Movimento Luther Blisset uma

estrutura de poder descentralizado, distribuído. Embora o espaço de liderança fosse simbolicamente ocupado pela misteriosa figura encapuzada do Comandante Marcos, para Arquilla e Ronfeldt (1996) a posição que este ocupava estava mais próxima ao de um porta-voz do que propriamente de um líder. A rede formada em torno do movimento, expandida para muito além da região de Chiapas, autocoordenava suas ações de maneira distribuída, enquanto o próprio subcomandante Marcos negava o posto de liderança. Na ocasião de uma entrevista, foi perguntado a ele porque não estava no palanque do comício, ao que respondeu que ele era “apenas um subcomandante da EZLN e não um líder” (ANTOUN, 2002, p. 18). Em vez de comandar, ele dava cara ao movimento, ainda que sempre de rosto coberto. Em um comunicado datado de 1º de agosto de 1999, afirmava: “Somos mulheres e homens e crianças e velhos bastante comuns, ou seja, rebeldes, insatisfeitos, desconfortáveis, sonhadores” (LA JORNADA, 1999 *apud* HOLLOWAY, 2005, p. 161).

É com base nessa estrutura horizontal do movimento mexicano que Arquilla e Ronfeldt (1996) cunham o termo *netwar* como forma de conflito de baixa intensidade com atores organizados em forma de rede, sem líder. Um termo de “dupla natureza, como o deus romano de duas faces Janus, a qual é composta, por um lado, de conflitos travados por terroristas, criminosos e etnonacionalistas extremistas, e, por outro lado, por ativistas da sociedade civil” (ANTOUN, MALINI, 2014, p. 68).

A ação originada na serra mexicana acabou servindo de inspiração também para os conflitos e acontecimentos que deram início a uma nova etapa no panorama histórico do ciberativismo, que corresponde ao que se costumou chamar de web 2.0, fenômeno sobre o qual já tratei. Integram o início dessa fase os movimentos do final da década de 1990 e início dos anos 2000 de oposição aos encontros e reuniões do Fórum Econômico Mundial, da Organização Mundial do Comércio e do G8, como as manifestações e conflitos em Seattle (1999), Praga (2000), Davos (2001) e Gênova (2001).

Especialmente a primeira delas, em 1999, que ficou conhecida como Batalha de Seattle e acabou forçando efetivamente o cancelamento da conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio, marcou a emergência de um movimento antiglobalização de ordem global (BRINGEL, MUÑOZ, 2010). Os “muitos mundos” aos quais o evento zapatista fazia referência ressurgem nas palavras de ordem das ruas de Seattle: “Um outro mundo é possível”. Aqui também não se trata mais da tradicional luta de classes ou da tomada do governo, mas sim de ação potente motivada pelo sonho de um outro mundo possível, um sonho otimista de construção de outra realidade. Mais uma

vez tratava-se de uma narrativa que rompia com a disputa ideológica do século XX e trazia os dois pés fincados numa esperança utópica.

Para Pablo Ortellado (2004), a Batalha de Seattle assemelhou-se mais ao maio de 1968 francês do que às mobilizações nos anos 1960 nos Estados Unidos, que precisaram de anos para alcançar uma vitória com o fim da Guerra do Vietnã: “Um acontecimento impressionante e inesperado que incendiou a imaginação e contaminou a todos” (2004, s/p) com a ideia de que outro mundo seria possível. E é nesse movimento que observamos pela primeira vez algo que se repetirá no futuro: um estranhamento por parte da mídia por não conseguir identificar uma única liderança, ou uma pauta determinada de demandas, uma vez que a convergência de diferentes grupos ativistas acabava diluindo suas bandeiras.

É também a partir das manifestações em Seattle que um grupo de ativistas cria a Indymedia²⁶, uma plataforma jornalística colaborativa por meio da qual qualquer um poderia agir como jornalista e apresentar a sua versão dos fatos, construindo uma alternativa à grande mídia corporativa. Forma-se, assim, uma rede de alcance mundial de um tipo de ativismo midiático, consciente da importância de ampliar o alcance de suas mensagens e perspectivas sobre determinados acontecimentos, rompendo com o monopólio de produção de narrativas da imprensa tradicional.

Em 2001, mais um novo tipo de manifestação surge sendo convocada primeiramente pela internet e por mensagens de texto via celular SMS. Howard Rheingold (2002, p. 157) a chama de *smart mob* enquanto Ugarte (2008, p. 51) cunha o termo *ciberturba*. O primeiro exemplo desse tipo de movimento é a mobilização que leva milhares de filipinos às ruas a acaba por forçar a queda do então presidente Joseph Estrada.

Em 2009, foi o Twitter a principal ferramenta adotada por ativistas do Irã para burlar a forte censura imposta pelo Estado Iraniano e mostrar ao mundo as suspeitas de fraude nas eleições do então presidente Mahmoud Ahmadinejad, gerando protestos e confrontos com a polícia do país. Logo o jornalista americano Andrew Sullivan previu em um artigo na revista *The Atlantic* de 13 de junho “a revolução será twittada”, numa referência clara à expressão “a revolução não será televisionada”, um dos motes da contracultura dos anos 1960 e 70.

Já em 2005, Ugarte afirmava que estaríamos vivendo uma “Primavera das

²⁶ www.indymedia.org/. Acesso em: 12 mar. 2015.

Redes”, um movimento de alcance global no qual as ferramentas digitais estavam transformando a cidadania e sua relação com o poder, “a materialização histórica concreta da globalização da democracia e da liberdade” (2008, p. 51). Ainda assim, era impossível prever a amplitude do ciclo de revoltas que marcou o ano de 2011. Pouco antes do final de 2010, em dezembro, as ruas de Túnis, capital da Tunísia, são tomadas por uma revolta popular contra o ditador Ben Ali que, em janeiro, foge do país. No mês seguinte, centenas de milhares de pessoas reúnem-se na praça Tahir, no Cairo, capital do Egito, pedindo pela renúncia do também ditador Hosni Mubarak, que em 18 dias deixa o poder. Tem início assim uma onda de protestos mobilizados principalmente via redes sociais digitais que se espalha pelo Norte da África e Oriente Médio, no que se costumou chamar de Primavera Árabe. A lista de países onde estouraram revoltas populares inclui Líbia, Iémen, Síria, Bahrein, Iraque, Argélia, Síria e Marrocos.

Ao mesmo tempo, a fagulha revoltosa cruza o Mediterrâneo e chega à Espanha. No dia 15 de maio o movimento Indignados toma as praças das principais cidades do país. Em protesto contra as medidas de austeridades tomadas pelo governo do primeiro ministro José Luiz Rodríguez Zapatero desde o estouro da crise econômica de 2008, os manifestantes pedem por “democracia real já”. Em junho são os gregos que ocupam a praça Syntagma, em Atenas, também contra a política de austeridade implementada no país. Pouco depois, manifestantes armam barracas e passam dias acampados na Rothschild Boulevard, em Tel Aviv, Israel. No segundo semestre, a onda revoltosa migra para o Norte e chega à Inglaterra, em manifestações contra o assassinato de um homem negro pelas forças policiais. Por último, em setembro, é a vez de Nova York, onde centenas integram o movimento Occupy Wall Street, protestando contra o sistema financeiro global em frente à bolsa de valores.

Para além da proximidade temporal, a principal característica de todos esses movimentos, que os aproxima conceitualmente, é que eles levaram ao limite aquele tipo de organização em rede, distribuída, sem hierarquia, que começamos a identificar já nos primeiros movimentos ciberativistas na década de 1990. Ainda que em diferentes níveis de um país ao outro, as mobilizações pareciam ter desenvolvido dinâmicas horizontais de organização, com processos de tomada de decisão compartilhada entre todos, confundindo a imprensa acostumada a buscar por lideranças.

No Brasil, os acontecimentos de Seattle em 1999 tiveram grande impacto sobre parte da esquerda nacional, que passou a buscar replicar aqui o mesmo esquema de mobilização, de caráter autonomista e libertário, originando uma série de manifestações

pró-direitos humanos e antiglobalização a partir de 2011 (ORTELLADO, 2014). A organização em rede e radicalmente horizontal que emergiu na cidade americana mostrava uma alternativa às dinâmicas tradicionais da esquerda no país, fortemente marcadas pelas estruturas rígidas e hierarquizadas dos partidos políticos, dos movimentos sociais organizados e das ONGs, assim como pela crença de que a unidade dos movimentos era essencial para garantir-lhes força, adotando práticas avessas à incorporação da multiplicidade que os compunham (ORTELLADO, 2014).

O mesmo traço autonomista marca também as origens do Movimento Passe Livre (MPL), que viria a se tornar um dos protagonistas do cruzamento entre o ciberativismo e a mobilização nas ruas, como veremos mais adiante. Ainda em 2003, uma série de manifestações ocorreu em Salvador contra o aumento das tarifas de transporte público da capital baiana, no que ficou conhecido como Revolta do Buzu (MPL, 2013). Com intensa participação de estudantes secundaristas, o movimento passou a montar bloqueios em diversos pontos da cidade, com uma organização descentralizada, na qual as ações dos manifestantes eram decididas em assembleias realizadas nos próprios bloqueios. O mesmo ocorre no ano seguinte em Florianópolis, na Revolta da Catraca. É a partir desses eventos que começa a se estruturar o Movimento Passe Livre, fundado em 2005 durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que seguirá organizando uma série de manifestações contra aumentos de tarifas em diferentes capitais do país, mantendo sempre a mesma estrutura de tomada de decisão descentralizada e horizontal.

O primeiro episódio de mobilização política que teve origem nas redes sociais *on-line* e que acabou ganhando maior repercussão no país ocorreu em 2009, com o Fora Sarney. O ex-presidente brasileiro José Sarney, antigo ator da política nacional, havia então assumido pela terceira vez a presidência do Senado. Em junho daquele ano, o apresentador de TV Rafinha Bastos fez um post em seu perfil no Twitter com a expressão “#forasarney”. A *hashtag*²⁷ chegou aos *trending topics*²⁸ da plataforma e ganhou força como um movimento. Chegou-se a propor a organização de passeatas em diferentes cidades no país, mas, no fim, poucas pessoas compareceram às manifestações.

Essa fronteira entre o virtual e as ruas é rompida pela primeira vez no Brasil em maio de 2011, em São Paulo. Naquele mês, foi criada uma página de evento do Facebook

²⁷ Chama-se de *hashtag* a identificação de uma palavra-chave ou uma junção de palavras com o símbolo “#” em um post em redes sociais digitais. No Twitter, qualquer *hashtag*, ao ser clicada, leva para uma busca por outros *posts* que também tenham utilizado-a.

²⁸ *Trending topic* é uma funcionalidade da rede Twitter que indica as *hashtags* mais utilizadas em determinado período, globalmente e por país.

chamada Churrascão de Gente Diferenciada, feita como um deboche à resistência da população de Higienópolis, bairro de elite em São Paulo, à instalação de uma estação de metrô em uma das principais avenidas da região. A pressão dos moradores, que acreditavam que a estação aumentaria o fluxo de pessoas na região, desvalorizando-a, havia forçado o poder público a alterar o planejamento da linha laranja do metrô da cidade. A declaração de uma moradora ao jornal *Folha de S.Paulo* de que o metrô traria “pessoas diferenciadas” para o bairro serviu de inspiração para o nome do evento, que acabou ganhando popularidade na rede e teve presença confirmada de mais de 50 mil usuários. O que originalmente deveria ser uma sátira delimitada ao universo digital, acabou reunindo cerca de 600 manifestantes em um churrasco simbólico nas ruas do bairro.

No mesmo ano, dois outros movimentos, iniciados em outros países, realizaram manifestações fazendo largo uso das redes sociais digitais como instrumento de mobilização: a Marcha da Maconha e a Marcha das Vadias. O primeiro deles tem origem nos Estados Unidos, onde desde 1998 um grupo de ativistas vinha articulando-se para defender a liberação ou regulamentação do consumo de maconha. Também em maio de 2011 foi organizada a primeira mobilização do movimento no Brasil, reunindo cerca de mil pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo. O encontro, no entanto, sofreu forte repressão da polícia, com pelo menos três ativistas sendo presos. Uma nova marcha foi então marcada para o fim de semana seguinte, sendo chamada de Marcha da Liberdade, levando duas mil pessoas às ruas para protestar contra a violência policial²⁹.

Já a Marcha das Vadias começou com uma mobilização no Canadá em janeiro de 2011 por conta de uma série de casos de abuso sexual na Universidade de Toronto. Ao comentar o caso, um policial afirmou à imprensa que as estudantes deveriam “evitar vestir-se como vadias para não serem vítimas”. A declaração inspirou o nome do movimento, que se espalhou para diferentes partes do mundo. Em junho, duas ativistas criaram uma página no Facebook para a versão brasileira do protesto canadense, alcançando mais de 6 mil presenças confirmadas no evento *on-line*. Na data marcada, aproximadamente 300 pessoas compareceram³⁰, dando início a um movimento que se espalhou por outras cidades brasileiras e que se repetiu em anos seguintes.

²⁹ Informações divulgadas pela imprensa, conforme pode ser conferido em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marcha-da-maconha-acaba-em-conflito-com-policia-militar-2789220>. Acesso em: 15 fev. 2020.

³⁰ Informações disponíveis em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925522-marcha-das-vadias-leva-300-pessoas-para-a-av-paulista.shtml. Acesso em: 15 fev. 2020.

Em 2012, centenas de pessoas vestidas de rosa-choque reuniram-se na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, para uma manifestação convocada pelas redes sociais digitais chamada de Amor Sim, Russomano Não, como um evento de resistência à candidatura de Celso Russomano à prefeitura de São Paulo. O candidato do Partido Republicano Brasileiro, de direita e com forte associação com grupos religiosos neopentecostais, despontava então em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Embora procurasse ter impacto no processo eleitoral, o movimento apresentava-se como apartidário, buscando reunir aqueles contrários à ideologia conservadora do candidato, ou que achavam que este não apresentava posições políticas bem definidas (WEINHARDT, 2015).

Embora de proporções bastante modestas, pode-se dizer que essas mobilizações foram precursoras da onda de protestos que avançou pelo país em 2013, no fenômeno que ficou conhecido como Jornadas de Junho, sobre o qual iremos tratar com mais detalhe nos próximos capítulos. Entre estes, destacam-se especialmente o Churrascão de Gente Diferenciada e o Amor Sim, Russomano Não, ao se considerar que foram os primeiros eventos políticos do país sem origem estrangeira que emergem a partir das redes sociais digitais sem qualquer ligação com grupo político ou movimento social já institucionalizado, e sem uma liderança definida.

Silveira afirma que o “ciberativismo se confunde com a própria expansão da rede mundial de computadores”, e que “ele influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da internet” (2010, p. 31). A verdade é que não há como separar a história do ciberativismo e o desenvolvimento da própria internet, assim como não é possível separar o desenvolvimento de qualquer mídia dos usos que se faz dela, uma vez que são justamente esses usos que a determinam, inclusive os usos políticos.

Há dois elementos essenciais que buscamos destacar nesse sucinto trajeto histórico. O primeiro deles é que o desenvolvimento dos movimentos ciberativistas obriga uma revisão da divisão entre esquerda e direita típica do século XX (que se hoje ressurge, é mais como um fantasma ou espantalho do que como questão real): “esse enquadramento tradicional, que orientou a divisão política e ideologias no mundo industrial, encontra crescente dificuldade operacional diante de muitas ações na sociedade informacional” (SILVEIRA, 2010 p. 31). As narrativas dominantes não buscam mais a tomada do poder. Em seu lugar começam a emergir discursos múltiplos ligados a um ideal utópico de transformação, mas que prescindem de clareza sobre, afinal, qual é essa

nova realidade almejada, a qual estrutura ela obedece, e como alcançá-la. O segundo elemento é a descentralização e pulverização pela qual passa o processo de tomada de decisão. Se no movimento zapatista ainda era necessário que o lugar do líder fosse ao menos simbolicamente ocupado, nas mobilizações seguintes, tanto no exterior quanto no Brasil, a liderança acaba diluindo-se por completo.

1.6 O MEU RIO EM CONTEXTO

Voltando ao início deste capítulo, às origens do Meu Rio e do Nossas, não é à toa que Miguel Lago teve a ideia de “uma coisa parecida com Facebook para falar de política”. Estávamos, em 2009, no ápice de desenvolvimento das aplicações de web 2.0, em especial as redes sociais digitais. Todo o funcionamento do Meu Rio foi desenhado para favorecer o que O’Reilly (2005) chamou de “arquitetura de participação”, baseado no compartilhamento em rede, de maneira que quanto mais pessoas interagissem com a plataforma, mais eficiente ela seria.

Como já indiquei anteriormente, se nesse período identificado com a web 2.0 o foco passa a ser o usuário, ou a pessoa comum, quando trazemos essa premissa para o universo da política, o foco é o cidadão. O objetivo dos fundadores do Meu Rio era, por meio da tecnologia, desenvolver novos instrumentos de mobilização política que pudessem ser usados por outros jovens como eles para trazer o cidadão para o centro da vida política, dando-lhe papel ativo, tentando impactar a tomada de decisão dos atores políticos institucionalizados. Eles buscavam promover, segundo Alessandra Orofino, a “descentralização das ferramentas de exercício de poder da cidade”³¹.

Isso significa, em primeiro lugar, que a plataforma é desenhada a partir do cidadão/usuário. Isso se reflete principalmente na escolha do Meu Rio por não levantar nenhuma bandeira ou pauta específica. As demandas deveriam vir da cidadania, e não de um movimento social específico. Nesse sentido, o protagonismo, na verdade, está tanto no cidadão quanto na plataforma em si. É o desenho técnico dela, e a estrutura institucional que a suporta (as pessoas trabalhando para a organização) que determinam as ferramentas disponíveis e as ações possíveis para o cidadão.

³¹ Fala retirada de matéria disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2014/alessandra-orofino-e-miguel-lago>. Acesso em: 15 jan. 2021.

O que estamos buscando ressaltar aqui é que, diferentemente de uma organização ativista ligada ao feminismo, por exemplo, à causa negra ou a qualquer outro tema, o elemento definidor do movimento não é uma pauta, mas o próprio Meu Rio, a combinação de pessoas e aparatos técnicos que o formam; enquanto o conteúdo, ou seja, aquilo que se demanda e pelo que se luta, seria *user generated*, produzido pelo usuário-cidadão. E seria a própria cidadania que, operando cooperativamente, de maneira horizontal e distribuída, acabaria por filtrar organicamente quais demandas seriam realmente relevantes para a comunidade à medida que seriam essas a engajar mais pessoas e ganhar mais visibilidade.

Importante destacar ainda que, ao abrir mão da definição da construção da pauta, o Meu Rio aproxima-se das características mais marcantes dos movimentos ciberativistas, conforme vimos, e rompe com as grandes narrativas ideológicas do século XX. Ele não defende a revolução para tomada do Estado, embora tampouco negue a própria existência da estrutura estatal, como diz Hakin Bey (2004), assim como os zapatistas, os manifestantes de Seattle ou os indignados espanhóis, que esperam mais do Estado, especialmente mais democracia. Afasta-se, assim, também dos atores políticos tradicionais, especialmente das estruturas partidárias, apresentando-se desde sua fundação como uma instituição independente e apartidária. Dessa forma, não aceita doações nem de governos, partidos políticos ou concessionárias de serviços públicos, viabilizando sua operação até hoje com doações de fundações e pessoas físicas.

Nesse sentido, a defesa dos fundadores pela “descentralização das ferramentas de exercício de poder” representa também uma outra perspectiva com relação ao papel e ao funcionamento do Estado. Não só o Meu Rio deveria ser aberto à cidadania, mas o próprio Estado também deveria estar aberto, operando a partir de desenhos institucionais baseados na interatividade, compartilhamento e cooperação. O poder estatal também deveria afastar-se do modelo Catedral de desenvolvimento e aproximar-se do modelo Bazar, de Raymond (2000). Quando em uma entrevista Orofino afirma que “é uma ilusão achar que política tem que ser chata. Política tem que ser divertida e fácil, senão não dá”³², ela está fazendo referência tanto ao que acredita ser importante no desenvolvimento do Meu Rio, que deve atrativo para o usuário, quanto da estrutura do Estado, que deveria ser menos ensimesmado em seus processos e mais amigável à participação cidadã.

³² Fala retirada de matéria disponível em: www.youtube.com/watch?v=luy_aknJouo. Acesso em: 15 jan. 2021.

Assim, daquelas quatro camadas culturais identificadas por Castells como fundadoras da internet, especialmente duas estão profundamente marcadas nas origens do Meu Rio e do Nossas: a cultura *hacker*, e a cultura comunitária virtual, que se apresentam no desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas que buscam não só *hackear* o sistema político, como dependem de uma prática colaborativa comum à comunidade *hacker*, assim como do senso de união alcançado pelas comunidades virtuais. Por último, também segue presente na iniciativa a ideologia da liberdade, que se traduz aqui em uma impetuosa esperança por transformação. Em um artigo escrito em 2014, Orofino afirmou: “Há três anos, eu ajudei a criar uma organização chamada Meu Rio. [...] Nasceu de um sonho do meu amigo Miguel, que virou o meu sonho, que virou o sonho de uma equipe muito apaixonada, que virou o sonho de mais de 150 mil cidadãos que agora compõem essa rede” (OROFINO, 2014).

2. CAPÍTULO 2 – AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: REPRESENTAÇÃO E OUTRAS DEMOCRACIAS

2.1. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA QUE CRUZA DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E LIBERALISMO

A emergência e a hegemonia do modelo democrático de governo podem ser consideradas um dos acontecimentos mais importantes do século XX (SEN, 1999, p. 3). Nas primeiras décadas do século XXI é possível dizer que a ideia ampla de democracia consolidou-se como horizonte normativo não só da ciência política, mas dos discursos políticos possíveis nas mais variadas esferas. Em poucos lugares do globo pode-se assumir um projeto político de poder que se autorreconheça como não democrático.

No entanto, não se pode dizer que a definição ou o entendimento do significado de *democracia* ou da forma ideal de um governo democrático seja um ponto claro e inequívoco. Pelo contrário, defende-se a democracia mesmo que não se tenha claro o que ela é (CUNNINGHAM, 2009, p. 10). A força simbólica do ideal democrático, a carga subjetiva carregada pelos elementos discursivos a ele relacionados, são mais potentes e importantes para compreensão dos fenômenos contemporâneos do que um real significado de democracia. Este, inclusive, é dinâmico, resultante de uma constante disputa de forças, sempre contingente (LACLAU, MOUFFE, 2015). É nesse contexto que se deve inserir a discussão sobre os potenciais democráticos da internet, e é preciso ter claro que as considerações desse debate se colocam frente a um modelo determinado de democracia dominante, o da democracia representativa de caráter liberal.

Dos gregos herdamos não apenas a palavra, mas também o imaginário ligado à democracia. O modelo desenvolvido na cidade-Estado de Atenas em meados do século V a.C., no entanto, era diferente da “democracia representativa” atual. Não havia então intermediários entre o povo (*demos*) e o exercício do poder, uma vez que todos os cidadãos poderiam participar da principal instituição política, a Assembleia (Eclésia). A ela cabiam as principais decisões sobre o presente e o futuro da pólis, da aprovação de leis às definições sobre guerra e paz. Tal modelo permitiria então a aplicação prática do princípio de igualdade entre os homens, uma vez que todos poderiam tomar parte das decisões. O modelo grego, no entanto, não seria aplicável às sociedades contemporâneas por um problema de escala. Elas seriam demasiado grandes para qualquer experiência de democracia direta.

O filósofo Bernard Manin, autor de uma das principais obras de referência sobre a representação política intitulada *Os Princípios do Governo Representativo* (1997), chama atenção, no entanto, para os limites da prática de tomada de decisão “direta” no governo grego. Primeiramente, para além das restrições sobre quem seria considerado “cidadão ateniense”, uma classificação que excluía boa parte daqueles que habitavam a cidade-Estado³³, a dimensão da Atenas clássica já representaria um problema de escala: o número de cidadãos podia superar 50 mil. A participação, no entanto, nunca teria passado de 5 mil. Em segundo lugar, a Assembleia não era o único corpo político da Atenas clássica, ainda que fosse o principal. Uma série de outras instituições tinham papel regulador e executivo, tendo impacto direto na tomada de decisões da cidade. A estrutura de governo contava com pelo menos dois outros corpos políticos.

O primeiro deles, o Conselho de 500 Homens (*Boulé*), era a magistratura mais importante no desenho político grego, formada por 500 cidadãos acima de 30 anos, sorteados entre aqueles que se voluntariavam para um mandato de um ano. Os integrantes da *Boulé* eram responsáveis pela definição da agenda a ser levada para Assembleia, pela elaboração de propostas de lei e moções e também por executar suas decisões. Assim, como aponta Manin, o conselho “ocupava uma posição central no governo de Atenas. Seu papel não era o de um piloto, mas tampouco era de um subordinado” (1997, p. 18)³⁴. O segundo era a Corte dos Seis Mil (*Héliastai*), também formada por cidadãos com mais de 30 anos selecionados por sorteio entre voluntários. Seus membros eram responsáveis principalmente por julgamentos políticos. Qualquer cidadão poderia apresentar à Corte uma ação de ilegalidade contra uma lei ou decreto submetido à Assembleia, mesmo contra aqueles já aprovados pela instituição. Assim, embora a Assembleia fosse o centro do poder político ateniense, ela também contava com controle externo e qualquer decisão sua poderia ser julgada por outra instituição caso alguém o solicitasse.

Manin (1997) levanta então a questão: se a prática de tomada de decisão “direta”, sem mediações, era apenas parte da experiência grega, como podemos então definir o modelo democrático ateniense? Se tanto a *Boulé* quanto a *Héliastai* eram instituições tão

³³ Eram considerados cidadãos somente homens maiores de 19 anos, proprietários de terras e filhos de pais atenienses, excluindo do direito à cidadania os escravos, as mulheres e os estrangeiros. Estima-se que não mais que um quinto da população adulta de Atenas estava apta a participar da Assembleia (THORLEY, 2005).

³⁴ Texto traduzido do original em inglês: “[...] occupied a central position in the government of Athens. Its role may not have been that of a pilot, but neither was it a subordinate one”. (MANIN, 1997, p. 18, tradução nossa).

essenciais quanto a Assembleia no dispositivo de governo grego, o seu caráter definidor não está relacionado apenas ao direito de voto direto de cada cidadão, mas também ao modelo de seleção dos integrantes dos outros corpos políticos. Um modelo absolutamente estranho à prática democrática contemporânea: o sorteio. Ainda que a eleição também fosse um método utilizado em Atenas, ela servia unicamente para seleção de determinadas magistraturas para as quais o conhecimento de uma área específica era essencial, tal como o comando do exército e da frota naval, ou de arquiteto da cidade. O sorteio era o método de seleção mais largamente usado e, segundo defendia Aristóteles, seria essencialmente democrático, enquanto o voto estaria ligado a um modelo oligárquico (MANIN, 1997, p. 27). A seleção por sorteio garantiria, assim, a rotação nos postos de poder: todo o cidadão deveria estar apto a ocupar as posições de governador e governado alternadamente.

A rotatividade representava um dos elementos centrais para a manutenção das principais bases conceituais da democracia grega, que seguem inspirando o ideário político contemporâneo: os princípios de isonomia, isocracia e isegoria. A isonomia pregava a igualdade de direitos entre todos os cidadãos. A isocracia garantia que tal igualdade seria garantida também no acesso aos cargos políticos, todos os cidadãos tinham o direito assim como o dever de participar da vida política da cidade. Por último, a isegoria correspondia ao direito de manifestação na Assembleia, de falar e de apresentar propostas.

No entanto, se hoje o retorno a esse ideário serve de base (ao menos discursiva) para a formação da maioria dos governos no mundo, até meados do século XIX a democracia foi consensualmente considerada perigosa e, portanto, indesejada, justamente por dar poder àqueles que estariam em piores condições de governar: a grande massa da população, iletrada e ignorante (MACPHERSON, 1966 *apud* SANTOS, 2016, p. 14). Foi apenas na primeira metade do século XX que emergiu com intensidade o debate sobre a desejabilidade da democracia como forma de governo.

Ao mesmo tempo, a proposta de modelo democrático que se torna hegemônica durante a segunda metade do século passado rompe com os preceitos da democracia clássica, excluindo a tomada de decisão direta e o sorteio, e restringindo a participação popular ao processo eleitoral, assumindo este como o principal mecanismo para escolha daqueles que deterão o poder. A combinação entre democracia e seleção de governantes por eleições, no entanto, está longe de ser um processo trivial, uma vez que, como vimos, eram consideradas originalmente como práticas opostas.

Em geral, é ponto pacífico que experiência semelhante de “governo do povo” seria inviável em sociedades tão populosas, extensas e complexas como as atuais. Como aponta Luís Felipe Miguel (2005, p. 7), “qualquer proposta de democracia direta, para as sociedades contemporâneas, é quimérica”. No entanto, “gostamos de imaginar que alcançamos uma espécie de adaptação; que a representação política permite a realização, no mundo atual, de algo similar ao que existiu na Atenas do século IV antes da nossa era” (MIGUEL, 2005, p. 6). Há que se destacar que esse “gostamos de acreditar” não é uma banalidade subjetiva, pelo contrário, é justamente o que fundamenta o sucesso da democracia representativa enquanto modelo capaz de ordenar as populações de maneira razoavelmente estável. Entender com maior profundidade o processo que une o ideal de democracia com a representação é essencial para compreender o regime vigente hoje, principalmente para entender e avaliar suas limitações.

É interessante observar que nem mesmo o termo *representação* fazia parte do vocabulário grego, fosse no sentido político, ou em seu sentido mais amplo (PITKIN, 1997; AMARAL, 2005). O Conselho Ateniense (a *Boulé*), embora fosse um corpo político formado por alguns e não por todos os cidadãos, não era entendido como uma forma de representação do povo, e sim apenas uma magistratura colegiada (MANIN, 2016, p. 144). A noção de representação, especialmente quando se trata da ação política de determinadas pessoas em nome de um grupo mais amplo, tem origem na estrutura organizacional da Igreja Católica na Idade Média, já como uma solução para o problema de ligação entre centro e periferia, usando a representação como meio de unificar os cristãos (URBINATI, 2016, p. 144)

O modelo contemporâneo de governo representativo é o resultado da evolução de um sistema político concebido por seus fundadores como oposto à democracia. Ele surge no desenho de instituições, estabelecidas especialmente pelas revoluções que marcaram o século XVIII na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, que não eram inicialmente vistas como uma forma de autogoverno do povo (MANIN, 1997, p. 1). No entanto, a falta de clareza desse processo histórico, segundo Manin, dificulta o entendimento do modelo político contemporâneo:

A incerteza e a pobreza da terminologia moderna, assim como o contraste que ela apresenta em relação a percepção do século XVIII, mostra que não sabemos nem o que faz o governo representativo assemelhar-se com democracia ou o que o distingue disso. Instituições representativas podem ser mais enigmáticas que nos levaria a crer o lugar que ocupa no ambiente que nos é familiar. (MANIN, 1997, p. 6)

A formação de instituições políticas, a princípio associadas à figura do monarca, data ainda da complexa estrutura de poder da Idade Média, quando parte das obrigações do vassalo para com seu soberano incluía também aconselhá-lo quando necessário. O conjunto de vassalos formava assim um conselho que não se opunha ao poder absoluto do senhor, mas que deveria apoiá-lo na tomada de decisões. Com o declínio do poder feudal e a emergência dos Estados-nação, o grupo de conselheiros do monarca, formados por nobres, eclesiásticos e também representantes de regiões específicas, evoluiu para formação de corpos políticos de tal importância que chegaram a fazer frente ao poder do rei. Em cada país, adquiriram estruturas e nomes distintos, mas correspondiam ao surgimento do Parlamento na Inglaterra e aos Estados Gerais na França. Foram essas instituições que evoluíram ou serviram de inspiração para a formação das instituições políticas representativas no século XVIII (STRAYER, 2005).

Já a adoção de eleições como método não hereditário para selecionar os integrantes das instituições representativas em vez de outros recursos, tal como o sorteio, justifica-se pelo fortalecimento de um outro princípio, originário do direito romano e que volta a ganhar força a partir do século XII até ser compartilhado por todos os teóricos das Leis Naturais (de Grotius a Rousseau, incluindo Hobbes, Pufendorf e Locke), o de que “toda autoridade legítima decorre do consentimento daqueles sobre a qual ela será exercida” (MANIN, 1997, p. 83)³⁵. No entanto, diferentemente do entendimento de hoje, cabia ao povo o consentimento, mas não a formulação de propostas – estas seguiam a cargo das elites, aristocráticas ou eclesiásticas. Ao povo cabia aprovar o que as autoridades indicavam, e muitas vezes tal aprovação tomava a forma de uma simples “aclamação” (MANIN, 1997, p. 88), sem uma contagem real de votos. Mesmo as eleições de políticos muitas vezes eram meramente simbólicas, com apenas um candidato, dado que a seleção de um representante corresponderia a honrar um líder natural daquela comunidade, e concorrer com ele poderia ser considerado uma afronta (MANIN, 1997, p. 96).

Assim, a votação serviria para legitimar o poder daqueles que ocupam os cargos públicos ao mesmo tempo que se criaria uma ligação de obrigação e comprometimento dos votantes com o eleito. “Há todas as razões para acreditar que foi essa visão do fundamento da legitimidade e obrigação política que levou ao eclipse do sorteio e o

³⁵ Trecho traduzido do original em inglês: “*all legitimate authority stems from the consent of those over whom it is exercised*” (MANIN, 1997, p. 83, tradução nossa).

triunfo da eleição” (MANIN, p. 86)³⁶. Foi assim que a “representação tornou-se um dos tradicionais e sagrados ‘direitos do Iluminismo’” (PITKIN, 1997, p. 4), pelo qual valia a pena lutar, transformado em um dos “direitos do homem” pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa.

Tal processo representa também uma mudança de foco: a maneira como o poder é concedido passa a ser mais importante do que a quem ele é concedido, ou que questões referentes a uma distribuição igualitária de poder político. Ou seja, o direito ao acesso a posições políticas perde relevância, fazendo emergir um novo conceito de cidadão enquanto sujeito que legitima a liderança, e não que deseja ocupar cargos de poder.

Outra noção não igualitária, no entanto, foi deliberadamente introduzida no desenho dos dispositivos de governo representativo: a de que os representantes sempre deveriam ser socialmente superiores àqueles que os elegeram. Desde o surgimento do modelo representativo, construiu-se a crença, de alguma maneira presente até hoje, de que os eleitos deveriam ser superiores aos eleitores, seja em riquezas, em talentos ou em virtudes. Ainda que o percentual da população que constituísse o eleitorado variasse entre as nações fundadoras do governo representativo (na Inglaterra apenas o estrato superior da sociedade podia votar, enquanto nos Estados Unidos e na França o direito era mais amplo), especialmente na Europa foram tomadas medidas para garantir que os representantes estivessem acima dos representados, constituindo o que Manin chama de “princípio da distinção” (1997, p. 97). Diferentes mecanismos de controle que uniam elementos discursivos e materiais foram adotados, variando de pré-requisitos relativos à propriedade e ao pagamento de impostos até combinações destes com um sistema de eleições indiretas que explicitamente serviam de filtro.

Não se pode afirmar, no entanto, que o princípio da distinção seja estranho à noção de representação no sentido mais amplo, ainda que carregue um traço pouco igualitário no aspecto político. Pelo contrário, pode-se argumentar que ele já está contido na própria ideia de representação, uma vez que esta pode incluir também um sentido de mérito (PITKIN, 1997). Miguel apresenta um exemplo ilustrativo nesse sentido: ao mesmo tempo que uma amostra aleatória de uma população é estatisticamente representativa,

³⁶ Trecho traduzido do original em inglês: “*There is every reason to believe that it is this view of the foundation of political legitimacy and obligation that led to the eclipse of lot and the triumph of election*”. (MANIN, 1997, p. 86, tradução nossa).

caso fôssemos organizar uma ontologia representativa da poesia brasileira, escolheríamos não uma amostra estatística, mas os melhores poemas (MIGUEL, 2013, p. 18).

O sistema de representação política de base eleitoral começa a se aproximar da noção contemporânea de governo democrático apenas em meados do século XIX, e mesmo assim com uma série de restrições até o século XX, conforme expande-se o direito ao voto, culminando no sufrágio universal. Foi um processo gradual que levou mais de meio século para se consolidar mesmo nos países fundadores do modelo representativo. A primeira iniciativa nesse sentido se deu na França em 1792, quando se declarou o sufrágio universal para os homens, excluindo tanto mulheres, quanto servos e aqueles sem residência permanente. E foi somente em 1965, com a Lei do Direito ao Voto, que todos os negros dos Estados Unidos tiveram garantido o sufrágio. Nesse mesmo período, expandiu-se também o direito à candidatura, extinguindo-se progressivamente as restrições relativas à riqueza em todos os países. Ambas as mudanças fizeram acreditar que o modelo representativo progredia rumo a um governo popular e, portanto, democrático.

Tal crença ganhou ainda mais força com a emergência e fortalecimento, no mesmo período, dos partidos de massa alinhados com plataformas políticas minimamente claras. A estrutura dos partidos aproximaria representantes e representados na medida em que servia de ponte entre a base partidária e os eleitos mesmo nos períodos fora das eleições, permitindo certo controle sobre os políticos. Na prática, entretanto, a distância entre ambos nunca deixou de existir, uma vez que a elite do partido, mais intelectualizada, afastava-se da base ao aceder ao poder.

O que pode ser observado é que, mesmo tornando-se sim mais popular e democrático, o regime representativo ainda mantém uma “dimensão aristocrática”. Mesmo com a extensão do direito ao voto e do direito de postular candidaturas, dois fenômenos seguem presentes em governos baseados em eleições: nem todos os cidadãos têm as mesmas chances de aceder a posições de poder político e aqueles que ocupam cargos eletivos seguem sendo vistos como superiores (MANIN, 1997, p. 133-134). Para Ellen Meiksins Wood (1995), o processo representativo, na verdade, não surge para dar conta da impossibilidade da democracia direta em grandes Estados, mas sim para garantir que as posições de governo sejam preenchidas pela elite.

É neste contexto que a tese da “democracia concorrencial”, proposta pelo austríaco Joseph Schumpeter na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, torna-se o principal marco teórico da concepção de democracia dominante, que se

cristalizou ao longo do período pós-guerra sob a denominação de “democracia liberal”, uma vez que teria como ponto de partida os ideais de liberdade e direitos individuais do liberalismo inaugurado com os escritos de John Locke (2001) no século XVII.

Em resumo, segundo a teoria de Schumpeter (1984), os indivíduos, ainda que aptos a gerenciar aquilo que lhes pertence no âmbito privado, não seriam capazes de tratar de questões públicas, não sabendo determinar o que é melhor para eles mesmos, uma vez que são desinformados, equivocados ou dominados por impulsos vagos. Para ele, a imagem do cidadão bem informado, consciente de suas preferências e interessado no bem comum seria inexistente no mundo real. A solução para tal problema seria o processo eleitoral como mecanismo para selecionar naturalmente aqueles mais capacitados para tomada de decisão em nome do Estado. Segundo o autor, “o método democrático é aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelos votos do povo” (SCHUMPETER, 1984, p. 269).

Seguindo as premissas propostas por Schumpeter, o método eleitoral transforma-se assim em uma ferramenta de legitimação que representa a realização da vontade do povo, ainda que ela se apresente em condições extremamente restritas e de maneira indireta em relação à gestão do Estado. A princípio, pode-se apenas interferir na seleção daqueles que serão realmente os tomadores de decisão por meio do voto – com longos intervalos entre uma votação e outra – e isso basta para que a população se disponha a obedecer aos governantes. Em outras palavras, “O que encontramos no sistema denominado representativo é que ele não é um sistema de *representação* do povo e da vontade da nação, mas um sistema de *organização* do povo e da vontade da nação” (MALBERG, 1922, p. 231 *apud* URBINATI, 2006, p. 201).

Claramente, o modelo político delineado por Schumpeter (1984) não era inédito, pelo contrário, já era dominante na maioria dos países centrais do mundo ocidental capitalista. O que o autor faz é traçar os contornos de uma estrutura de governo já em operação, atribuindo-lhe uma racionalidade capaz de justificá-lo. Ele acaba, assim, por ressignificar o termo *democracia*: o processo eleitoral deixa de ser apenas um meio para a realização do governo do povo, tornando-se ele mesmo o elemento definidor da democracia. “A ressemantização promovida com a virada schumpeteriana permite colher frutos simbólicos da democracia-enquanto-governo-do-povo, sem que se procurem arranjos institucionais voltados para realizá-la” (MIGUEL, 2013, p. 54).

Miguel observa que o rótulo “democracia liberal” para caracterizar essa vertente de pensamento que se torna hegemônica é “abrangente demais” (2013, p. 30), uma vez que o liberalismo serve de base para quase todas as teorias contemporâneas. Assim, segundo o autor, o principal elemento diferenciador que determina essa corrente é justamente como ela, de maneira não pouco surpreendente, representa a consolidação do dogma elitista de que a maioria é incapaz de governar. O que Manin (1997), ao tratar dos traços democráticos e aristocráticos do modelo representativo caracteriza como “regime misto”, Miguel (2013, 2002) irá identificar como uma contradição que funda a democracia contemporânea. A teoria concorrencial representaria a domesticação da democracia (MIGUEL, 2002), uma redução significativa do que poderia ser a experiência democrática, uma vez que a eleição de representantes se mostra um instrumento demasiado frágil e imperfeito para se identificar ou fomentar a formação de uma vontade coletiva:

Trata-se da mera agregação de preferências manipuladas, preconceitos e decisões pensadas. E, para que o sistema funcione a contento, os cidadãos comuns devem se contentar com papel que lhes é cabido: votar a cada quatro ou cinco anos e, no intervalo, obedecer sem pestanejar às ordens que, eles imaginam, de alguma forma também emanaram de sua vontade. (MIGUEL, 2005, p. 9)

Diferentes autores, por outro lado, buscam aproximar o modelo desenhado por Schumpeter dos ideais originários da democracia. Anthony Downs (1957), por exemplo, ajustou uma das premissas do autor austríaco para indicar que o modelo de democracia liberal é sim uma experiência perfeita de governo do povo. Para Downs, o cidadão, ainda que geralmente desinteressado e apático, é capaz de avaliar se seus interesses estão sendo atendidos pelo governante eleito, ao mesmo tempo que o político depende do voto do povo. Dessa maneira, será do interesse do político dar conta dos interesses e vontades dos eleitores e não apenas das suas próprias, porque sua manutenção no poder depende disso.

Outro autor de influência decisiva para a concepção atual de democracia liberal foi o americano Robert Dahl (1956/2006), responsável pela teoria pluralista, que retrabalha o legado de Schumpeter de maneira bastante mais complexa. Para ele, os cidadãos, embora sejam apáticos com relação à maioria dos temas da agenda pública, irão mobilizar-se quando alguma decisão afete seus interesses específicos. Também argumenta que, se o governo do povo ou o governo da maioria é inalcançável em sociedades complexas como as nossas, é importante que tenhamos ao menos um sistema político capaz de ampliar a capacidade de influência sobre as decisões políticas para além

da elite. Assim, as eleições assumem papel central em sua teoria porque “aumentam imensamente o tamanho, o número e a variedade de minorias cujas preferências têm que ser levadas em conta pelos líderes quando fazem escolhas políticas” (DAHL, 2006, p. 132 *apud* MIGUEL, 2013, p. 58). Dahl defende então que, se a plena realização de uma democracia verdadeira é utópica, o melhor modelo possível a ser perseguido seria a “poliarquia”, que corresponderia à existência de múltiplos centros de poder dentro da sociedade, resultado de processos de democratização, inclusão e liberalização.

Críticas à parte, não se pode ignorar que há elementos positivos nos regimes eleitorais, seja pela ampliação do sufrágio, seja pela organização política das minorias. Manin conclui que “como Janus, a eleição tem duas faces” (1997, p. 150): uma inquestionavelmente democrática quando comparada com qualquer tipo de mecanismo de ascensão ao poder por indicação de autoridade superior ou sucessão hereditária, ao permitir a todos tanto o voto, como a possibilidade de candidatar-se; outra face aristocrática no sentido de que seleciona um grupo de pessoas que necessariamente deve ser percebido como mais apto à atividade política do que os votantes e outros candidatos. Para ele, é justamente a simultaneidade de características elitistas e igualitárias no governo representativo que ajuda a manter um amplo consenso sobre o uso de eleições, essencial para a estabilidade do governo representativo, caracterizando esse modelo como um “regime de constituição mista” (MANIN, 1997 p. 155). Segundo o autor, sempre haverá um grupo possuidor de características que o favorecem frente ao restante da população – características incomuns valorizadas positivamente pelos eleitores, sejam elas relacionadas direta ou indiretamente à riqueza material ou não. Tais elites sempre exercerão uma influência desproporcional, portanto seu apoio é particularmente importante para garantir a estabilidade das instituições. Manin (1997) também se aproxima da ideia de “poliarquia” de Dahl (2005) ao afirmar que os traços dessa elite nem sempre são inequívocos, determinados por uma mesma qualidade. Dessa forma, o método eleitoral pode atrair o suporte de diferentes elites simultaneamente. Por último, aqueles que não têm nenhum traço distintivo favorável não deixam de ter consciência que desempenham papel semelhante ao restante da população na seleção e exclusão de governantes, assim como têm o poder de arbitrar entre várias elites que estejam competindo pelo poder. “As elites governam, mas ao mesmo tempo essas elites prestam contas perante os cidadãos comuns” (MANIN, 2016, p. 146). Assim, embora aparentemente contraditórias, as dimensões aristocrática e democrática tornam-se inseparáveis no regime representativo:

Deve-se enfatizar que as duas dimensões da eleição são objetivamente verdadeiras e ambas têm consequências significativas. Democratas bem-intencionados, mas talvez ingênuos, quando não estão simplesmente inconscientes do aspecto aristocrático, estão sempre procurando novos argumentos para provar que apenas a dimensão igualitária conta. Mas sempre haverá um estudo empírico para mostrar que os representantes pertencem principalmente a certos estratos distintos da população, e que isso influencia suas decisões, desmentindo, assim, qualquer argumento novo que tenha sido promovido por democratas piedosos. Inversamente, os partidários do realismo e da desmistificação, quer concordem ou não com o fato, nunca conseguirão demonstrar convincentemente que o aspecto igualitário é pura ilusão. Sem dúvida, o debate continuará. (MANIN, 1997 p. 155)

2.2. DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO EM CRISE?

Em uma palestra intitulada “Recarregar a Democracia” (*Reload Democracy*), organizada na Hungria em 2015, Alessandra Orofino, uma das fundadoras do Nossas, resumiu o desconforto compartilhado por muitos frente às práticas democráticas hoje dominantes na maioria dos países:

A representação não é apenas uma resposta logística a um desafio logístico. Não é a evolução natural da democracia adaptada à escala. Não precisamos de representantes apenas porque não podemos realmente tomar decisões por nós mesmos. A representação é um sistema de governo que tem sido capaz de manter um punhado de elites no poder (e podem ser elites de direita ou elites de esquerda), garantindo algum tipo de transição pacífica entre elas, mas não realmente funcionando para nós, como pessoas. Devemos então concluir que a própria democracia é uma falácia, apenas uma bela narrativa usada para manter a voz baixa das pessoas e, de vez em quando, justificar guerras em lugares distantes?

Não penso assim porque criticar as instituições da democracia e, especificamente, a democracia competitiva representativa, não é o mesmo que criticar os ideais de uma sociedade democrática. E, de fato, acho que se não nos rebelarmos contra essas instituições que afirmam ter algum tipo de propriedade totalitária sobre os bens comuns e sobre nós, não seremos mais capazes de nos denominarmos verdadeiros democratas³⁷.

³⁷ Fala original em inglês: “*Representation is not just a logistical answer to a logistical challenge. It is not the natural evolution of democracy adapted to scale. We don't need representatives just because we cannot actually make decisions by ourselves. Representation is a system of government that has been able to keep a handful of elites in power (and it could be right-wing elites or left-wing elites) while guaranteeing some sort of peaceful transition amongst them, but not really working for us, as people. Should we then conclude the democracy itself is a fallacy just a beautiful narrative used to keep people's voices down, and from time to time justify wars in faraway places?*”

I don't think so because criticizing the institutions of democracy and specifically representative competitive democracy is not the same as criticizing the ideals of a Democratic Society. And, in fact, I think that if we do not rebel against these institutions that claim to have some sort of totalitarian ownership over the commons and over us we will no longer be able to call ourselves true Democrats”. Vídeo disponível em: www.youtube.com/watch?v=svKWA8cDwvI. Acesso em: 19 jan. 2021.

Tal discussão sobre os problemas, as armadilhas e o destino da democracia representativa enquanto dispositivo regulador do poder político está em pauta há décadas, ainda que tenha se intensificado nos últimos anos, em especial em função do otimismo promovido pelo desenvolvimento da internet. No entanto, antes de adotarmos aqui também o termo *crise*, há de se tomar cuidado para não o fazer de maneira inconsistente, preservando sua utilidade analítica. Bernard Manin (2016) chama atenção de que se deve reservá-lo a situações específicas. Segundo o autor, cabe o uso da noção de crise somente

quando mudanças e tendências bem estabelecidas parecem, por alguma razão, inconsistentes com as características constitutivas do objeto sob consideração, potencialmente ameaçando sua sobrevivência. Se as mudanças não atingirem aquele nível, diagnósticos de crise são pouco mais que clichês debilmente informativos. (MANIN, 2016, p. 149)

Já em 1997, Manin tratava do tema da crise do governo representativo e alegava que o diagnóstico correto seria de que o modelo representativo estaria passando por uma mudança, mas não uma crise. Quase dez anos depois, em 2016, ele manteve a posição em uma entrevista concedida junto à teórica italiana Nadia Urbinati:

A viabilidade do governo representativo estaria ameaçada se os cidadãos parassem sistematicamente de lhe cultivar interesse e parassem de tomar parte nas diferentes formas de ação política que se lhes oferece. Tal não parece ser o caso. O quadro que emerge é mais o de uma mudança no ritmo e nos termos do envolvimento político. Nada indica que o sistema não seja capaz de se adaptar a tais mudanças. Instituições representativas já demonstraram sua adaptabilidade. Os arranjos dos séculos XVIII que sobreviveram ao deslocamento social causado pela Revolução Industrial, inclusive servindo à pacificação do conflito de classe e à integração política da classe trabalhadora, oferecem a mais impressionante evidência de tal adaptabilidade. (MANIN, 2016, p. 150)

Manin nos lembra que também na passagem do século XIX para o XX classificou-se como “crise da representação” o que, na verdade, era decadência de uma forma específica de representação (1997, p. 196), quando o modelo parlamentar perdeu força frente à emergência da democracia de partido. Os críticos de então acusavam o novo sistema de violar a autonomia dos representantes, uma vez que estes seguiriam sob o controle dos líderes do partido em função das regras partidárias, e também teriam sua liberdade restrita por plataformas políticas previamente estabelecidas, rompendo com características vistas então como partes essenciais do regime representativo.

Traçando um paralelo com esse momento, o autor defende que estaríamos observando desde o final do século XX a emergência de uma terceira forma de governo representativo que, assim como as anteriores de “democracia parlamentar” e a

“democracia de partido”, apresenta uma coerência interna particular. A esse novo modelo Manin dá o nome de “democracia de público” (*audience democracy*) (1997, p. 219), identificando dois fatores chaves de mudança.

Primeiramente, os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação na medida em que os meios massivos permitem uma comunicação direta entre eleitos e eleitores de maneira independente da estrutura do partido. O protagonismo dos meios de comunicação, no entanto, favorece certas qualidades. O candidato ideal não é mais um notável local, como na democracia parlamentar, mas aquele que tem melhor domínio do funcionamento dos meios de comunicação. Tendo em vista a época da produção do texto, Manin (1997) tinha em mente essencialmente a televisão e o rádio como meios de comunicação política, mas o fenômeno por ele observado torna-se ainda mais evidente com o uso da internet, em especial as redes sociais digitais. Nesse sentido, não só o partido perde parte do papel de mediador, mas também os meios de comunicação de massa tradicionais também perdem o monopólio pela definição dos temas a pautar o debate público. A renovada força da extrema direita atual, sobre a qual tratarei com mais detalhe no último capítulo, baseia-se justamente no domínio sobre uma nova dinâmica de comunicação, distribuída e em rede, na qual não só líderes carismáticos podem se comunicar diretamente com os constituintes, como tem mais sucesso quem sabe explorar as especificidades dessa rede para produção de conteúdos capazes de gerar maior impacto e engajamento. Dessa forma, Manin defende que “o que estamos testemunhando hoje não é um rompimento com os princípios do governo representativo, mas uma mudança no tipo de elites que são selecionadas” (1997, p. 220).

Em segundo lugar, a plataforma política que determinado candidato representa perderia importância frente à sua personalidade, devido às novas condições e restrições para o exercício do poder (MANIN, 1997, p. 220). Como consequência de uma crescente codependência econômica entre as diferentes nações, e a influência direta de um número maior de atores no cenário econômico e político, os problemas a serem enfrentados pelos governantes eleitos tornam-se cada vez menos previsíveis e, portanto, acabam por comprometer o respeito a condições estabelecidas por plataformas políticas previamente definidas. Assim, espera-se que, frente a eventos imprevistos, os políticos tomem as melhores decisões possíveis, baseados primeiramente em suas qualidades e aptidões pessoais, sua visão de mundo, e não mais em promessas feitas anteriormente. A confiança pessoal, e não mais em grupos ou ideais, volta a ganhar protagonismo, assim como funcionava no modelo parlamentar.

Manin (1997) destaca, no entanto, que essa transformação rompe com a crença de que o modelo representativo levaria progressivamente a uma maior identificação entre governantes e governados. Pelo contrário, a democracia de público manteria, ou ainda aprofundaria, a separação entre população em geral e a elite governante. Quando um candidato é eleito hoje, os eleitores teriam ainda menos possibilidades de interferência naquilo que ele planeja fazer do que tinham quando era o partido que, em negociação com suas bases, determinava as medidas que deveriam ser implementadas.

Tais limitações, mais marcadas hoje, mas sempre presente nos diferentes modelos de governo representativo, correspondem ao que Luís Felipe Miguel (2013, p. 15) identifica como problemas fundamentais da democracia representativa. O autor brasileiro mapeia quatro disfuncionalidades da democracia liberal: 1) A separação entre governantes e governados, já que as decisões políticas são tomadas efetivamente por uma pequena elite, e não pela massa que deverá responder a elas; 2) o distanciamento dessa elite do restante da população, uma vez que o princípio da rotação (governar e ser governado alternadamente), crucial na Antiguidade, não mais se aplica, ou se restringe à rotação entre diferentes núcleos de um mesmo grupo privilegiado, situação que se agrava à medida que a formação da elite governante tende a seguir as clivagens de maior impacto na reprodução das desigualdades sociais; 3) a ruptura entre a vontade dos representados e dos representantes, considerando que, ao ser eleito, o representante ascende a uma nova posição social, o que leva à produção de novos interesses, diferentes daqueles da base a qual ele representa e da qual possivelmente fez parte um dia; 4) a distância entre o momento da campanha, quando se firmam compromissos com os constituintes, e o exercício do poder. Seguindo o mesmo raciocínio de Manin (1997), em um contexto em constante alteração, promessas feitas hoje podem não ser mais válidas amanhã, mesmo que não haja nenhuma intenção de manipulação. Esses seriam todos elementos de uma experiência democrática que Santos classifica como “de baixa intensidade”, que facilmente pode confundir-se com “antidemocracia” (2016, p. 14).

Os escritos do filósofo francês Claude Lefort, nos anos 1980, guardam algo de premonitório ao afirmar que o regime democrático pode perder sua credibilidade quando os partidos e o parlamento não puderem mais assumir suas responsabilidades sem que surja uma nova forma de representação capaz de responder às expectativas da sociedade (LEFORT, 1988, p. 43). Ele advertia ainda que se deve temer que a distinção entre poder, lei e conhecimento, origem da noção moderna de direito, perca seu efeito simbólico quando “o exercício da justiça por um lado e a disseminação de informação pela

imprensa, rádio ou televisão por outro, não sejam mais vistos como essencialmente independentes um do outro” (LEFORT, 1988, p. 43-44). Ou seja, quando atores sociais de diferentes territórios (político, jurídico e intelectual/noticioso) parecerem estar todos operando de acordo e coordenados pelos mesmos interesses privados, por qualquer tipo de disciplina de grupo ou pela necessidade de “cortejar” a opinião pública, “tem-se boas razões para preocupar-se com a corrupção que eles estão espalhando” (LEFORT, 1988, p. 43-44).

Mónica Brito Viera (2017, p. 24) constata que mesmo Pitkin arrepende-se posteriormente por não ter assumido, ao longo de seu trabalho, a natureza problemática da relação entre democracia e representação. Pitkin questiona abertamente o paralelo aceito hegemonicamente entre representação e democracia, enfatizando a tensão existente entre ambos os conceitos e práticas, “uma tensão que ela acredita ter se agravado pelos desenvolvimentos políticos recentes. A representação genuinamente democrática, Pitkin conclui com tristeza, é possível, mas suas perspectivas são frágeis, se não evanescentes (PITKIN, 2004, p. 340)” (VIERA, 2017, p. 24).

Miguel assume que uma afirmação genérica a respeito de uma “crise disseminada da representação política, em novas e velhas democracias, não é fácil de comprovar” (MIGUEL, 2013, p. 124), mas busca fazê-lo a partir de três conjuntos de evidências. A primeira corresponde ao declínio nas taxas de comparecimento eleitoral, tanto em regimes como voto obrigatório quanto facultativo. Embora seja difícil estabelecer um parâmetro de comparação que abranja períodos mais longos por conta da ampliação do sufrágio e pelas mudanças nas regras de voto obrigatório e facultativo, é possível observar indícios de queda no comparecimento. Nas eleições de 2018 no Brasil, por exemplo, a abstenção atingiu 20,3%, maior percentual desde 1998. Somados aos votos brancos e nulos, o total chega a 32,5% do eleitorado do país. Embora teóricos dos anos 1960 e 70 tenham defendido a abstenção como um sinal positivo (LIPSET, 1963; SARTOR, 1994), de contentamento da população com o sistema, “a baixa participação é lida mais corretamente como expressão de uma sensação de impotência e estranhamento – ‘a política não é para gente como eu’” (MIGUEL, 2013, p. 99), ou “meu voto não faz diferença”.

O segundo conjunto de evidências corresponde a pesquisas que apontam para a ampliação da desconfiança em relação às instituições representativas. Em uma pesquisa divulgada pelo Eurobarómetro em 2011, apenas 33% dos entrevistados em países da União Europeia responderam que confiam em seus parlamentos nacionais, 32% confiam

em seus governos nacionais e 30% julgam ter alguma influência na condução da União Europeia. Já nos Estados Unidos, de 1973 a 1993, houve uma queda de 29% para 12% na confiança popular no poder executivo e de 24% para 7% no Congresso (MIGUEL, 2013, p. 100). Miguel (2013) ainda recupera uma pesquisa global do final da década de 1990 que apontou a emergência em toda parte do que chamou de “cidadãos críticos”, que combinavam altos níveis de apoio aos princípios democráticos com uma desconfiança crescente para com as instituições políticas (NORRIS, 1999; KLINGEMANN, 1999 *apud* MIGUEL, 2013, p. 101).

Por último, o autor indica a crise dos partidos políticos, que a partir do século XIX firmaram-se como os principais instrumentos da representação política. Como exemplo, ele retoma o caso da Itália, onde o sistema partidário colapsou na década de 1990, fazendo com que os dois polos que a organizavam desaparecessem. Mais de duas décadas depois, a estrutura de partidos italiana não se recuperou da crise, sem o estabelecimento de novas forças políticas duradouras. Os principais motivos seriam a burocratização das estruturas internas dos partidos, o estreitamento das possibilidades políticas frente à derrota de projetos históricos da classe trabalhadora, e, em especial, as mudanças que a mídia eletrônica introduziu na competição, tal como identificado por Manin (1997).

Cabe acrescentar ainda a dificuldade que o modelo representativo tem apresentado para dar conta das recentes mudanças nos padrões de pertencimento de grupos sociais e dos processos de formação de identidade. Se nos séculos XIX e em boa parte do século XX o movimento operário foi exitoso em sinalizar a clivagem de classes e construir um projeto político com essa premissa, a partir dos anos 1960 os movimentos sociais dão visibilidade a novas identidades coletivas que passam a desafiar a centralidade da classe social na formulação de um projeto. Especialmente quando essas novas identidades não se fazem representar com facilidade, uma vez que o modelo de representação política atual tem como base primeira a noção de sujeito uno, detentor de direitos individuais a priori de qualquer direito comunitário. O dispositivo de governo representativo tem, assim, dificuldade de dar conta desse processo de “descentramento de identidades” (MIGUEL, 2013, p. 132), ao qual Laclau (1983) chama de “multiplicação de posições de sujeito”.

Enfim, trata-se de um fenômeno global que independe de área geográfica ou do grau de consolidação do regime democrático (MIGUEL, 2003, 2013; SANTOS, 2016). No entanto, esse fenômeno apresenta características aparentemente contraditórias. Ao mesmo tempo que se observa um crescente descontentamento com o desempenho das

instituições democráticas, ele se dá aliado a uma forte adesão discursiva aos princípios democráticos (MIGUEL, 2013, p. 103). No Brasil, por exemplo, segundo pesquisa publicada em 2018, a democracia é a melhor forma de governo para 69% dos entrevistados, maior índice desde 1989. Ocorre que os cidadãos apresentam forte apreço aos ideais democráticos, mas se dão conta de que as instituições existentes privilegiam interesses especiais e têm a sensação que sua influência nas decisões políticas e na condução do governo é nula. “Em suma, de que as promessas da democracia representativa não são realizadas” (MIGUEL, 2013, p. 103).

Cabe então retomar a questão sobre a correta identificação desse movimento enquanto “crise”. A própria descrença dominante com relação às instituições políticas seria suficiente para colocar em risco a existência do modelo representativo, uma vez que ele somente funciona como dispositivo para manutenção do conflito social em níveis manejáveis na medida em que as pessoas nele confiam? Para nos mantermos fiéis à perspectiva de Manin (1997), o modelo representativo pode estar em crise caso estejam ameaçados os quatro elementos que ele classifica como essenciais para o funcionamento da democracia: a liberdade parcial dos representantes; a liberdade de opinião pública; o caráter recorrente das eleições; e o julgamento por discussão. Nesse sentido, é possível afirmar que existem fortes indícios de que os três últimos elementos podem acabar comprometidos nesta segunda etapa da democracia de público, que se desenha com a ascensão democrática de líderes autoritários que garantem sua popularidade com o domínio dos artifícios da comunicação nas redes sociais digitais.

Mesmo que se possa argumentar que a efetividade desses três pontos é relativa e pode variar de governo para governo, servindo para classificar a amplitude ou qualidade da democracia de um país sem necessariamente qualificá-lo como não democrático, é possível que eles passem por um profundo processo de restrição, limitando ainda mais a efetividade dos mecanismos de *accountability*. A liberdade de opinião pública pode ser colocada em risco na medida em que o governo articula maneiras de coibir discursos contrários ao poder instituído, seja incentivando a intolerância para com esses discursos, seja acionando mecanismos jurídicos para imobilizar, isolar ou descredenciar seus autores. A recorrência das eleições só é válida se elas são realizadas de maneira livre e idônea, qualquer tentativa de manipulação do processo utilizando-se do aparato estatal para permanecer no poder descaracteriza o funcionamento da democracia. Por último, a prerrogativa de que qualquer proposta política deve ser colocada em prática após um julgamento baseado na discussão prevê um debate real, capaz de expor prós e contras de

determinada medida para uma tomada de decisão racional. É insuficiente, portanto, a encenação de um debate no qual as posições já estão estabelecidas a priori, em função de benefícios negociados, não relacionados à proposta em julgamento ou, ainda, em função de intimidações de qualquer ordem.

Urbinati identifica a transição pela qual estamos passando como um “curto-circuito no sistema” (2016, p. 151). Sem recusar o diagnóstico proposto por Manin com relação à decadência do modelo de democracia de partido e a emergência de um novo modelo, ela defende uma postura engajada justamente ao identificar a democracia de público (ou de audiência) como um problema. “[...] deveríamos ser apenas descritivos quando diagnosticamos este fenômeno? Não seria a democracia de audiência uma violação do governo representativo?” (URBINATI, 2016, p. 151). Para a autora, a eleição acrítica resultante de um processo de manipulação dos meios de comunicação é uma violação à própria noção de democracia representativa. Perigo ainda maior quando se considera a possibilidade de que a sociedade civil entre na esfera política sem mediação, sem uma representação ativa, tornando-se violenta. “A transferência direta do social (seja ele econômico, religioso ou cultural) para o político é uma violação patente da representação” (URBINATI, 2016, p. 152).

Assim, ainda é cedo para que possamos interpretar o fenômeno em andamento e julgar com segurança que atravessamos um momento de crise. Já podemos afirmar, no entanto, que se trata de um movimento problemático e perigoso, do qual a democracia representativa, ao menos, sai enfraquecida.

Parece-nos que o ponto central para definir os rumos da democracia segue sendo a crença nela enquanto melhor sistema de governo. Não há um modelo ideal verdadeiramente democrático. O que existe é uma estrutura, sempre dinâmica, baseada em um sistema de crenças capaz de prover um mínimo de estabilidade para sociedades extensas. E essa perspectiva tem duas evoluções problemáticas possíveis, às quais devemos estar atentos: o sistema de democracia de público (e sua nova onda de líderes populistas) não dará conta dos anseios democráticos da população, gerando um rompimento, resultando possivelmente em regimes abertamente totalitários; ou, pelo contrário, ele não só é eficiente em engajar e ordenar as populações, como ainda se faz crer democrático, mesmo que não siga preceitos antes vistos como essenciais para tal.

Uma terceira possibilidade ainda emerge quando ampliamos o olhar para outros segmentos da sociedade. Nas mais variadas indústrias, as transformações promovidas pela evolução tecnológica da comunicação digital em rede estão excluindo de diferentes

processos a figura do intermediário, ou, ao menos, transformando-a. Das grandes gravadoras do mercado fonográfico às companhias e rádio taxi, o papel do intermediário está em crise. No âmbito da política, a figura correspondente seria a do próprio político, uma vez que a tecnologia, em teoria, permitiria um acesso direto do cidadão ao Estado. Como vimos no capítulo anterior, sobre esta perspectiva fundam-se muitas expectativas, que não só permeiam a iniciativa aqui analisada, como marcam um determinado período histórico.

Em uma entrevista concedida ao canal Futura, Alessandra Orofino afirma:

Eu acho que as tecnologias de Informação têm uma característica muito legal, que é baixar as barreiras de entrada para a política. A tecnologia tirou intermediários de vários segmentos, várias indústrias. [...] A mesma coisa tende acontecer no segmento da política [...] Ninguém está a salvo dessa transformação, nem o Estado, nem o político, mas é que o Estado demora para responder. Mas ele não está a salvo, nem deveria estar. Porque, em sociedades democráticas, é benéfico que existam menos intermediários. Só que o nosso grande intermediário hoje é o próprio político, então é claro que o papel que já está em crise, mais do que qualquer outro, do representante eleito³⁸.

2.3. PARTICIPAÇÃO E OUTROS MODELOS DE DEMOCRACIA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, embora o formato de democracia representativa liberal já fosse dominante nas nações capitalistas centrais, outros países passam a pleitear o reconhecimento como nações democráticas, criando uma “miríade de democracias adjetivadas” (MIGUEL, 2013, p. 12), colocando em disputa qual modelo corresponderia melhor ao ideal democrático. No Leste Europeu observamos a emergência das “democracias populares”, colocando em questão se é possível aliar socialismo e democracia. Na Líbia, o regime do coronel Muammar al-Gaddafi se autointitulou “democracia islâmica”. No então chamado Terceiro Mundo surgem as democracias desenvolvimentistas (SANTOS, 2016, p. 122), e mesmo as ditaduras de segurança nacional da América do Sul afirmavam serem etapas necessárias para o florescimento futuro de uma democracia (MIGUEL, 2013, p. 12). “O elenco das opções democráticas era variado. Enquanto a DR [Democracia Representativa] se assentava na oposição entre revolução e democracia, os outros tipos de democracia emergiam de rupturas revolucionárias de orientação anticapitalista ou anticolonial” (SANTOS, 2016, p. 125).

³⁸ Entrevista disponível em: www.youtube.com/watch?v=_HaTSwuSVG8. Acesso em: 22 jan. 2021.

A disputa com diferentes forças por conferir legitimidade ao sistema representativo enquanto regime democrático torna-se, assim, estratégica para sustentação do modelo de dominação política que havia sucedido as monarquias hereditárias enquanto dispositivo de poder. Era essencial justificar porque a democracia capitalista do Ocidente era a verdadeira herdeira da noção de “governo do povo” frente às outras experiências em andamento, ainda que a interferência do povo sobre as decisões do governo fosse, como vimos, limitada. Não se pode perder de vista, no entanto, as narrativas de resistência que se formaram ao longo desse período e que disputam, até hoje, o entendimento do significado de democracia, assim como qual modelo de governo a ele corresponde. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, “A DR é uma parte importante, mas apenas uma parte, de uma tradição democrática muito mais ampla, na qual cabem outras concepções e práticas democráticas” (SANTOS, 2016, p. 121).

Estabelecer um panorama – mesmo que breve – de tais perspectivas é essencial para entendermos tanto com quais visões de democracia as expectativas com relação à internet que vimos no capítulo anterior se relacionavam. No entanto, como apontam Silva, Sampaio e Bragatto (2016), embora a apresentação dos modelos de democracia sirva para mapear posicionamentos, identificar tanto suas suposições e argumentos-chave, como as reflexões críticas a eles (HELD, 2006), vale não perder de vista o alerta de Marques de que não se deve ceder à ilusão que esses modelos correspondem a fórmulas prontas, “receitas a serem obedecidas passo a passo” (2008, p. 131).

Essa sistematização serve também para evitarmos a armadilha indicada por Gomes de que os pesquisadores, em geral, partem de “uma ideia genérica de democracia, sem mais, para em seguida apoiar sobre esta plataforma conceitual não examinada o modelo de democracia preferido pelo pesquisador ou militante, entendido, então, como a forma única ou, ao menos, principal, de realização dos ideais democráticos” (GOMES, 2016, p. 3).

E esses mesmos pesquisadores “findam por se concentrar em determinados focos e ênfases, tomados como se fossem o todo, enquanto desconhecem, ignoram ou deitam fogo às possibilidades que lhes são concorrentes” (GOMES, 2016, p. 3). Pelo contrário, adotaremos aqui uma perspectiva mais pragmática do que normativa, buscando identificar elementos, características e iniciativas que, independentemente do modelo ao qual correspondam, possam complementar ou construir novas estruturas para o fortalecimento de uma ideia de democracia.

A diversidade dessas concepções alternativas ao modelo representativo liberal é bastante significativa, sendo possível agrupá-las e organizá-las com base em diferentes perspectivas. Miguel (2005, 2013) apresenta uma classificação bastante ampla, baseada em quatro vertentes, que nos servirá de guia primário, mas a qual acrescentaremos uma quinta perspectiva.

2.3.1 Corrente multicultural

Começaremos de trás para frente, com a última corrente apontada por Miguel (2005, p. 29), que corresponde àquela de desenvolvimento mais recente, a corrente multicultural. As teorias que a compõem dão destaque à política da diferença, baseadas na afirmação das características distintivas de diversos grupos sociais presentes na sociedade enquanto fontes legítimas de ação política. Chamada pelo autor também de “multiculturalismo” (2005, p. 29), essa corrente rompe com a perspectiva liberal ao considerar que também os grupos, e não só os indivíduos, são sujeitos de direito. Os principais pensadores associados a essa vertente são Iris Marion Young (1990, 1997), Melissa Willians (1998) e Nancy Fraser (1989).

Como já indicado, as bases do pensamento político contemporâneo dominante fundam-se nos preceitos de Locke sobre a existência de direitos individuais naturais (jusnaturalismo) que antecedem e restringem o poder estatal. A filosofia liberal clássica, assim, embora identifique a existência de grupos de interesse, não reconhece neles nenhum direito político, uma vez que o único sujeito de direito é o indivíduo. O multiculturalismo se opõe justamente a essa premissa, dando relevância e conferindo legitimidade também aos grupos na arena política, com especial ênfase àqueles em posição e desvantagem estrutural, historicamente oprimidos ou dominados, muitos deles sujeitos, inclusive, à exclusão legal da cidadania e à discriminação estatal (WILLIAN, 1998, p. 17 *apud* MIGUEL, 2005). “São esses grupos [...] que precisam ser protegidos por direitos que lhes garantam, entre outras coisas, um acesso efetivo aos espaços de representação política” (MIGUEL, 2005, p. 30).

Na verdade, a preocupação original dos autores dessa vertente está mais relacionada com uma teoria de justiça do que com uma teoria democrática, mas com base nela ganham forma determinados projetos políticos, tal como mecanismos de financiamento e apoio à auto-organização; cotas eleitorais, partidárias ou parlamentares; e mesmo propostas de atribuir a determinados grupos poder de veto sobre políticas que os afetem.

Miguel (2005, p. 31) aponta três problemas relativos a essa corrente: primeiro, não é tarefa fácil definir quais são os grupos para os quais se justificam medidas de apoio; tampouco é simples dar conta do desafio de estabelecer qual a relação entre diferença e igualdade, entendendo que a igualdade não é um valor a ser desprezado mesmo quando se aceita o direito político de grupos identitários; por último, mas ainda relacionado com o ponto anterior, há que se entender qual a possível acomodação entre os direitos dos grupos e os direitos individuais, considerando ainda que mesmo dentro desses grupos podem se estabelecer dinâmicas de opressão de parte de seus integrantes.

2.3.2. Republicanismo cívico

Sob o termo *republicanismo cívico*, Miguel (2005) identifica o comunitarismo que, parcialmente inspirado em Hanna Arendt, prega que é o pertencimento à comunidade que dota de sentido a ação humana, defendendo que a política é uma atividade instrumental que visa alcançar consenso, e não um bem em si mesmo. Recuperando tanto Maquiavel quanto Rousseau, os autores associados a essa corrente invertem a concepção individualista liberal, que norteia a democracia liberal, e priorizam os deveres cívicos frente aos direitos individuais. Enquanto para os liberais o exercício da liberdade pertence à esfera privada e deve ser preservada frente ao poder repressivo do Estado, os defensores do comunitarismo entendem por liberdade a “ausência de dominação”, a qual depende de ativa participação política na vida pública, que deve visar sempre o benefício da comunidade, e não preferências ou vantagens individuais, priorizando o que Maquiavel (2010) chama de “virtude cívica” e Rousseau (2002) de “bem comum”. Tem-se, assim, da mesma maneira que na democracia deliberativa, que veremos a seguir, um plano normativo mais do que uma formulação prática, determinando um ideal a ser perseguido, mas sem indicar como fazê-lo.

Outros autores também associados a esta corrente, tal como Michael Sandel (1998, p. ix-xvi), não negam os direitos individuais, mas defendem que esses não existem a priori (conforme prega o pensamento liberal), mas sim dentro de um espectro do que é social e moralmente aceito ou visto como importante. Dessa maneira, manifestações nazistas, por exemplo, devem ser proibidas, embora outras manifestações civis pela ampliação de direitos não.

Miguel aponta que certas linhas do comunitarismo, no entanto, parecem flertar com a direita conservadora (ou com perspectivas políticas totalitárias) ao defender, em nome da comunidade, valores familiares e religiosos (MIGUEL, 2005, p. 22). Falham

também – assim como a teoria liberal – ao ignorar o processo de formação de vontades e preferências, entendendo a vontade geral ou o bem comum como algo dado.

2.3.3. Democracia deliberativa

A corrente deliberativa tem como o principal nome Jürgen Habermas (1962/1984) e, em menor medida, John Rawls (1971/1997, 1993/2000). Analisando a sociabilidade burguesa desenvolvida na França, Alemanha e, principalmente, Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, Habermas identifica a emergência de uma “esfera pública burguesa”, um ambiente de livre discussão de questões de interesse coletivo, na qual a argumentação baseada em princípios racionais tendia a prevalecer. O autor apresenta um ideal normativo para a experiência democrática calcado na tomada de decisão com base em um processo de deliberação baseado em um modelo utópico de “situação de fala ideal”, no qual qualquer contribuição pertinente ao debate pode ser apresentada, mas apenas a argumentação racional é levada em consideração, e os participantes procuram atingir o consenso.

A teoria deliberativa dá ênfase ao processo de construção e reconstrução de preferências por meio de interações sociais, em vez de simplesmente assumi-las como fatos dados no processo político, rompendo com o entendimento dominante de democracia como método de agregação de preferências individuais pré-estabelecidas. Também recupera tanto a igualdade de participação, em especial o direito à fala, essencial no entendimento clássico da democracia, quanto o ideal de autonomia, entendida como produção de normas que devem reger uma sociedade pelos seus próprios integrantes.

No entanto, segundo Miguel, Habermas está ciente de que os critérios estabelecidos para a “situação de fala ideal” não são atendidos na realidade e, na maior parte de sua obra, não “apresenta[m] nenhuma ponte entre o ideal e a realidade” (MIGUEL, 2013, p. 73). Em primeiro lugar, o modelo desenhado pelo filósofo alemão não dá conta do desafio da escala imposto pelo tamanho e pela extensão dos Estados contemporâneos, pois prevê condições de comunicação face a face. Incide, assim, em um “problema típico das fantasias de ressurgimento da democracia direta” (MIGUEL, 2013, p. 76). Em segundo, assume a igualdade entre os integrantes do debate como uma prerrogativa que independe de qualquer igualdade substantiva, sem tematizar as condições de acesso à esfera pública na qual se dá a discussão. Ignora as assimetrias inerentes ao debate, uma vez que a posição social de um interlocutor contamina seu discurso e os efeitos deste. “Status, dinheiro, poder ou domínio do padrão linguístico culto

condicionam, de formas muito sutis, o acolhimento dado à intervenção de cada um dos falantes, ainda que, na aparência, não agridam as exigências do ‘livre debate entre iguais’” (MIGUEL, 2013, p. 75). Mais além, é preciso considerar também (e não só com relação ao modelo de democracia deliberativa) que determinados grupos “subalternos ou dominados” tem dificuldade em modular seus interesses comuns uma vez que estão mais suscetíveis a diferentes pressões sociais, ao mesmo tempo que têm menos acesso aos espaços de produção social de sentido (MIGUEL, 2005, p. 18). Dessa forma, acabam por pensar o mundo baseado em um universo delimitado de referências que não correspondem às suas realidades.

Muito do entusiasmo indicado anteriormente em relação aos potenciais políticos da internet ainda nos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000 estava relacionado justamente com a possibilidade de superação de alguns desses problemas. As características da comunicação distribuída e de muitos para muitos pareciam fomentar a emergência de um ambiente que atendia aos requisitos para uma esfera pública democrática de acordo com a teoria habermasiana. Não só todos os agentes estavam, a priori, em pé de igualdade, livres para se expressar e debater sobre qualquer tema, como o acesso à rede tendia a alcançar a universalidade com o tempo. Gomes (2016) recupera que, em 1997, o pesquisador Steven Barnett afirmava que o ambiente comunicacional da internet era o que mais atendia ao requisito de “uma zona neutra onde o acesso à informação relevante que afeta o bem público é amplamente disponível, onde a discussão é imune à dominação do Estado e onde todos os participantes do debate público fazem isso em bases igualitárias” (CURRAN, 1991; BARNETT, 1997, p. 207 *apud* GOMES, 2016, p. 65).

E complementa:

Além do mais, uma esfera pública on-line dispensaria uma série de dificuldades que estão sempre a rondar as discussões off-line: há as superações das injunções, filtros e controles interpostos em geral por parte de instâncias que se situam fora da situação de debate, da disparidade inicial nas discussões promovidas pelas diferenças de valor relativo de cada um na sociedade (reduzida em virtude da possibilidade do anonimato, por ex.), das limitações de espaço (obrigação de contiguidade) e tempo (obrigação de contemporaneidade) que afetam as discussões off-line, etc. (GOMES, 2016, p. 65)

2.3.4 Modelo agonístico de democracia

Aqui realizarei um pequeno desvio para tratar de uma corrente teórica não incluída por Miguel (2013) em sua classificação das concepções de democracia alternativas ao

modelo representativo liberal. Talvez não tenha sido considerada pelo autor nesse levantamento porque não pode-se considerá-la exatamente um modelo alternativo, mas sim uma outra perspectiva sobre o entendimento da democracia, que também identifica o “déficit democrático que caracteriza a maior parte das sociedades liberal-democráticas” (MOUFFE, 2005, p. 17). Em resposta à crescente influência da teoria da democracia deliberativa na área da ciência política ao longo dos anos 1980, a teórica belga Chantal Mouffe propõe com Ernesto Laclau a noção de “democracia radical e plural” (LACLAU, MOUFFE, 2015), que depois aperfeiçoa e passa a identificar como “modelo agonístico de democracia” (MOUFFE, 2005).

Para a autora, uma das principais falhas dos teóricos deliberacionistas seria não aceitar o “caráter paradoxal da democracia moderna e a tensão fundamental entre a lógica da democracia e a lógica do liberalismo” (MOUFFE, 2005, p. 16). Embora os direitos individuais e o autogoverno do povo sejam elementos constitutivos da democracia, existiria uma tensão entre ambos, entre a liberdade do indivíduo e o mando da coletividade. E o que o modelo de democracia liberal traz de novo é justamente a articulação entre esses dois elementos. “Tal tensão, apesar de inerradicável, pode ser negociada de diferentes maneiras. De fato, uma grande parte da política democrática dá-se precisamente em torno da negociação de tal paradoxo e da articulação de soluções precárias” (MOUFFE, 2006, p. 16).

A fé dos defensores do modelo deliberacionista na construção de um consenso racional seria contrária à própria base da política, caracterizada sempre pelo conflito. Para a autora, é próprio da dimensão humana a divisão da sociedade entre um “nós” e um “eles”, um par “amigo/inimigo”, antagonistas entre si. A noção de política corresponde ao “conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições sempre conflituais” (MOUFFE, 2005, p. 20). A ideia de pluralismo defendido pela autora advém da noção de que haverá sempre uma multiplicidade de grupos (de “nós” que veem os outros como “eles”), com valores diferentes, que disputam entre si. Podem acabar estabelecendo acordos, mas esses são sempre contingentes.

Nessa perspectiva, o propósito democrático na política seria justamente transformar o caráter “antagônico” dessas relações para o que a autora identifica como “agonístico”, quando se deixa de encarar o inimigo como tal, vendo-o como um adversário a ser respeitado, ou, nas palavras de Mouffe, “pessoas cujas ideias são

combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão”. Esse seria “o verdadeiro sentido da tolerância liberal-democrática” (MOUFFE, 2005, p. 20).

Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. Esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal-democrática. (MOUFFE, 2005, p. 20)

O único consenso aceito por Mouffe é justamente aquele que assume o agonismo como premissa, ou, em outras palavras, que assume a igualdade e a liberdade como princípios éticos constitutivos de uma democracia pluralista. Essa articulação entre liberdade e igualdade, no entanto, nunca deve ser tomada como garantida. Pelo contrário, a democracia seria “uma conquista frágil que deve ser defendida e aprofundada” (MOUFFE, 1996, p. 17).

2.3.5 Democracia participativa

Deixei por último aqui a corrente da participação, embora seja ela a primeira a se desenvolver temporalmente, porque é aquela que merece um olhar mais atento. Primeiro, para evitar possíveis mal-entendidos: todos os modelos de democracia prescindem de algum tipo de “participação”. E sempre que se procura uma solução aos déficits da política contemporânea a expressão *participação política* aparece. Tem-se claro quem é o sujeito dessa participação, denominando-o “povo”, “público”, “cidadania”, “esfera” ou “sociedade civil”. No entanto, como explica Gomes (2005, p. 59), é o *locus* dessa ação – seja “a vida pública, as eleições, a política institucional, os negócios públicos, a decisão política” – que determina o modelo de democracia ao qual se está fazendo referência.

Quando tratamos de democracia participativa, no entanto, nos referimos à corrente de pensamento político que floresceu nos anos 1970 e privilegiava a participação popular de maneira que a experiência democrática não ficasse limitada a uma competição entre elites. Podem ser classificados como autores participacionistas Pateman (1992 [1970]), Macpherson (1977), Bachrah e Baratz (1962, 1963) e Mansbridge (1983). Eles não propunham um rompimento com o modelo representativo eleitoral, mas combinavam-no com mecanismos de gestão direta da base nos locais de moradia, trabalho ou estudos. Dessa maneira, ao praticar a tomada de decisões políticas para além do voto em âmbitos mais restritos, a população teria conhecimento sobre o funcionamento da política e da sociedade e, assim, tomaria decisões mais bem informadas. Em outras palavras, seria

possível alcançar mais autonomia coletiva no que tange à vida cotidiana, ao mesmo tempo que seria esperada uma melhoria na esfera da macropolítica, devido ao aprendizado proporcionado por uma vivência política mais intensa. A base estaria, assim, mais preparada não só para eleger seus representantes, mas também para supervisioná-los e estabelecer um diálogo, fortalecendo a *accountability* dos mandatos, que tem se mostrado um tanto limitada e insuficiente nas democracias liberais contemporâneas. Assim, seus autores não tratavam de uma recuperação do modelo de democracia direta, mas defendiam um arranjo institucional mais complexo justamente para aprimorar a representação. Segundo Miguel (2005, p. 24), entre as correntes teóricas alternativas, foi essa que mais se aproximou de traçar um modelo institucional possível de ser implementado.

Seu principal objetivo era romper com a ideia presente – abertamente ou não – na teoria democrática liberal de que somente uma elite estaria apta a agir politicamente. Os autores participacionistas defendiam que todos, indiscriminadamente, têm condições para assumir uma postura política ativa na gestão dos negócios públicos. No entanto, “a corrente participacionista fazia uma aposta, talvez excessiva, na disposição das pessoas para o envolvimento político, julgando que a apatia presente seria efeito apenas da ausência de oportunidade e do desestímulo estrutural” (MIGUEL, 2013, p. 65). Ainda na década de 1980, novos estudos (MANSBRIDGE, 1980, 1983; PATEMAN, 1989) realizados sobre processos de tomada de decisão em nível local mostraram algumas disfuncionalidades observadas na implementação de mecanismos por eles propostos, tal como a permanência da desigualdade, a concentração de poder nas mãos daqueles que formulavam a agenda de deliberação, e que as relações interpessoais inibiam a discordância. Assim, o ânimo com experiências de autogestão arrefeceu à medida que se conferia o resultado de experiências colocadas em prática.

O entusiasmo com as possibilidades digitais, no entanto, traz os ideais participacionistas de volta à baila. Assim como no caso da democracia deliberativa, e de alguma maneira também combinada a ela, o ambiente digital permitiria uma participação política em maior escala, tanto no debate quanto na tomada de decisão em si. No limite, as ferramentas digitais poderiam inclusive vencer o obstáculo logístico imposto pelas sociedades extensas e permitiriam retomar a experiência de democracia direta, em que todos podem interferir em qualquer tomada de decisão.

É a essa corrente em especial que se identifica a visão que norteava as ações do Nossas. Esse horizonte fica claro na continuidade da fala de Alessandra Orofino na

entrevista ao canal Futura, na qual ela igualava os políticos aos intermediários de outras áreas que veem sua atuação perder o sentido:

Isso não quer dizer que a gente vai prescindir de políticos, mas isso quer dizer que talvez algumas decisões a gente possa tomar de maneira mais direta. E isso também quer dizer que nosso acesso a esse político vai se dar em outros termos, com mais transparência. E a gente certamente não vai querer ter intermediários entre a gente e o político, que já é um intermediário entre a gente e o Estado. Então essa vontade de acessar mais diretamente à coisa pública ela é muito transformadora e a tecnologia permite que isso aconteça em escala³⁹.

É importante não perder de vista também que, embora as experiências de implementação de iniciativas democráticas alternativas tenham sido restritas, foi nas transições democráticas de “terceira onda”⁴⁰, principalmente na Península Ibérica e na América Latina, que tiveram mais espaço, essencialmente com inspirações participacionistas. Santos aponta que, apesar de ainda moldados pelos princípios da democracia liberal, os regimes democráticos instituídos nessas regiões tinham vocação para experimentar dispositivos de participação, da qual a Constituição Brasileira de 1988 é um bom exemplo. Desde meados dos anos 1970 até a primeira década de 2000, observou-se “um período de renovação democrática e também de muitas contradições que resultariam mais tarde em amargas frustrações” (SANTOS, 2016, p. 19).

O teórico destaca três momentos mais relevantes ao longo desse período (SANTOS, 2017, p. 19-20). O primeiro deles foi a implementação de experiências participativas em nível local na década de 1990, especialmente no Brasil, mas também na Índia, com iniciativas de orçamento participativo. Embora tenha perdido força no Brasil, projetos desse tipo espalharam-se pelo mundo e em 2016 mais de 3.500 cidades adotavam modelos similares, inclusive com dinâmicas inteiramente digitais ou híbridas (OLIVEIRA, 2016). O segundo seria a consagração de uma nova relação entre o princípio de igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença na constituição sul-africana pós-apartheid, promulgada em 1996. Por último, indica os processos constituintes do Equador (2008) e da Bolívia (2009), que deram origem às constituições “mais desviantes da norma eurocêntrica do neoconstitucionalismo do pós-guerra” (SANTOS, 2016, p. 20). Em ambas, misturam-se valores e ideias eurocêtricos com indígenas, normatizando

³⁹ Entrevista disponível em: www.youtube.com/watch?v=_HaTSwuSVG8. Acesso em: 22 jan. 2021.

⁴⁰ Huntington (1991) propõe a ideia de ondas histórias de democratização. A primeira corresponde ao final do século XIX e início do século XX, a segunda se daria entre meados da década de 1940 e da década de 1960, com o fim do nazismo e a independência das colônias europeias, e a terceira e última onda começaria na década de 1970 e iria até os anos 1990, quando ocorrem as transições democráticas no Sul da Europa, na América Latina e na Europa do Leste.

regimes de autonomia territorial e de participação, com o reconhecimento da plurinacionalidade como efetivação material e simbólica do ideal de interculturalidade; e reconhecendo também a natureza como entidade portadora de direitos, e não apenas o homem (art. 71 da Constituição do Equador). Ainda estabeleceram constitucionalmente a coexistência de diferentes modelos de democracia (o art. 95 da Constituição da Bolívia reconhece a democracia representativa, a participativa e a comunitária).

O cenário a partir da segunda década do século XXI, no entanto, não é animador em nenhuma parte do mundo:

As formas de democracia participativa foram cooptadas, neutralizadas no domínio das grandes infraestruturas e megaprojetos e deixaram de motivar as gerações mais novas, órfãs de vida familiar e comunitária integradora, deslumbradas pelo novo consumismo ou obcecadas pelo desejo dele. As políticas de inclusão social esgotaram-se e deixaram de corresponder às expectativas de quem se sentia merecedor de mais e melhor. A qualidade de vida urbana piorou em nome dos eventos de prestígio internacional que absorveram os investimentos que deviam melhorar transporte, educação e serviços públicos em geral. O racismo mostrou sua persistência no tecido social e nos episódios de violência institucional. Aumentou o número de assassinatos de líderes indígenas e camponeses, demonizados pelo poder político como “obstáculos ao desenvolvimento”, apenas por lutar por suas terras e seus modos de vida, contra o agronegócio e os megaprojetos de mineração e hidrelétricos. (SANTOS, 2016, p. 97)

2.4. PRESSÃO DE BAIXO PARA CIMA E O CASO DA ESCOLA FRIEDENREICH

Se o principal potencial da internet seria justamente romper com a necessidade de intermediários, o Meu Rio teve início com uma ferramenta *on-line* por meio da qual o cidadão carioca poderia acompanhar o trabalho dos poderes executivo e legislativo municipais, opinando sobre os trâmites das casas e também votando nas pautas em andamento. Em sua dissertação, Debora Pio (2018), que é gestora de comunicação no Nossas e desenvolveu sua pesquisa de mestrado sobre a experiência do Meu Rio, aponta que a iniciativa, no entanto, esbarrava na burocracia e na falta de transparência dos próprios órgãos oficiais. Em 2011 a Lei de Acesso à Informação ainda não estava vigente e, assim, os documentos governamentais nem sempre eram públicos.

Essa aplicação original evoluiu então para a primeira ferramenta desenvolvida pela equipe de tecnologia da organização: a Panela de Pressão, um *site* de petições públicas que se diferenciava de outros já existentes, tal como o Avaaz⁴¹, pelo foco

⁴¹ www.avaaz.org

exclusivo na cidade do Rio de Janeiro. Ele também apresentava uma interface mais amigável e de design mais informal para aproximar-se do público jovem. Qualquer cidadão, identificado no ambiente do *site* como “cozinheiro”, poderia criar uma mobilização para cobrar determinada ação dos políticos eleitos. Ou seja, ainda que não rompesse com a dinâmica representativa, buscava aproximar a tomada de decisão política da cidadania por meio da pressão sobre a estrutura política estatal. Buscava forçar, assim, a formação de um ambiente poroso entre a sociedade civil e a elite constituída, responsável pelas decisões.

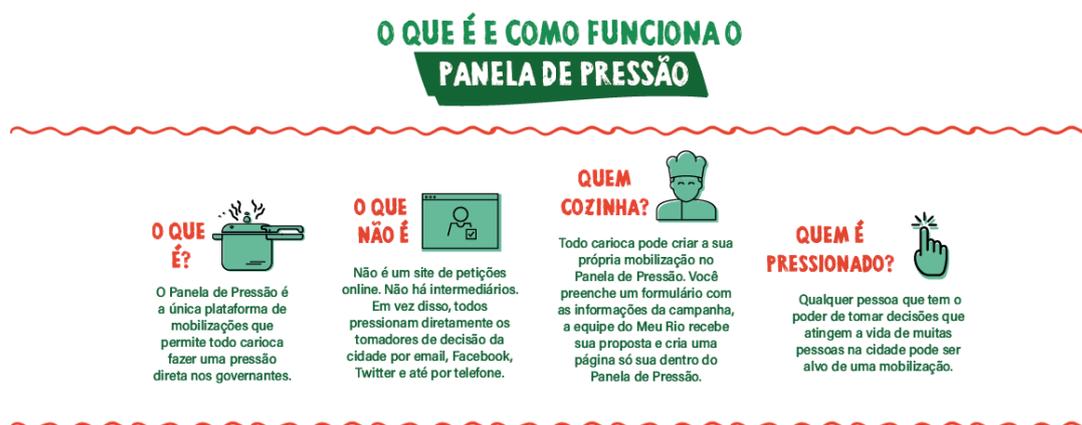
Em pouco tempo, a ferramenta evoluiu para permitir que se pressionasse por *e-mail* diretamente o agente responsável pela tomada de decisão de uma pauta específica, fosse ele um vereador, deputado, prefeito, governador ou secretário. Ela assimilou a tática de *mail bombing*, de maneira que quem participasse não apenas assinaria uma petição, mas também estaria enviando automaticamente um *e-mail* direcionado ao alvo político daquela campanha. Embora não fosse um recurso exatamente novo – conforme vimos essa foi uma das primeiras formas de ciberativismo postas em prática –, a nova funcionalidade permitia uma ação de mais impacto demandando o mínimo de esforço. O cidadão não precisaria entrar em sua conta de *e-mail*, redigir um texto, descobrir quem era o responsável por determinada decisão e seu endereço eletrônico. A Panela de Pressão fazia tudo isso de maneira automática, em uma época que os filtros dos gerenciadores de *e-mails* ainda não eram onipresentes (ou bem menos eficientes). Ou seja, uma mobilização que alcançasse um número alto de aderentes realmente poderia causar um transtorno para o alvo daquela pressão – ou, ao menos, para o responsável pela sua correspondência eletrônica.

Qualquer cidadão-cozinheiro poderia propor uma nova mobilização preenchendo um questionário no *site* contando suas motivações. Durante um período, todas as proposições eram publicadas no *site* diretamente sem moderação, confiando na ação da inteligência coletiva não só para selecionar de forma orgânica as mais relevantes, considerando que elas alcançariam maior repercussão de forma natural, mas também para indicar aquelas cujas intenções estavam em desacordo com os princípios da organização. No entanto, de acordo com Rodrigo Airnaz, ex-diretor executivo do Meu Rio, “*a gente percebeu que muitas vezes a dobradinha da equipe com a pessoa interessada era mais efetiva*”⁴². As proposições começaram, então, a passar por um processo de curadoria que

⁴² Entrevista com Rodrigo Airnaz realizada em 18 de janeiro de 2021.

tinha por objetivo tanto a formulação de demandas mais bem articuladas, com objetivos claros e meios definidos para alcançá-los, quanto identificar aquelas mobilizações com maiores chances de sucesso. A equipe também apoiava a definição de quem seria o alvo de pressão mais efetivo e o melhor momento estratégico para colocá-lo no ar. Essa curadoria, no entanto, não correspondia a um filtro de caráter ideológico. Segundo Miguel Lago, um dos fundadores da iniciativa, as únicas propostas vetadas eram aquelas que “*poderiam amplificar a desigualdade gritante do Rio de Janeiro, que desrespeitasse os direitos humanos ou que ferisse nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, com o meio ambiente. Estes eram os únicos três princípios que não abríamos mão*”⁴³.

FIGURA 2: INFOGRÁFICO SOBRE FUNCIONAMENTO DA FERRAMENTA PAINEL DE PRESSÃO



Fonte: VOLTA painel de pressão, 2021.

Foi no ano seguinte à fundação da iniciativa que a instituição começou a ganhar força. Miguel Lago nos contou em entrevista que

*2012 foi um ano muito importante, que fez o Meu Rio ser o Meu Rio. Foi nesse ano que chegamos a cem mil pessoas na nossa base [de pessoas que haviam já participado de alguma mobilização]. Foi único. Acho que embora tenhamos tido várias conquistas importantes depois, nunca mais tivemos aquele mesmo fluxo, essa força, e essa dedicação*⁴⁴.

O movimento mais marcante desse período, que acabou marcando um ponto de inflexão na trajetória da organização, foi a vitória na campanha pela não demolição da Escola Municipal Friedenreich. No início daquele ano, a equipe da organização recebeu

⁴³ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

⁴⁴ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

um *e-mail* da mãe de um estudante pedindo para realizar uma mobilização pela manutenção da escola. Localizada estrategicamente ao lado do Estádio do Maracanã, os governos municipal e estadual tinham planos de construir no espaço um estacionamento com capacidade para dois mil veículos como parte das obras pelas quais a cidade estava passando nas preparações da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A escola, fundada há mais de 40 anos naquele lugar, era reconhecida como uma das dez melhores instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro no ranking do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A mobilização dos pais já havia começado alguns anos antes. Os rumores sobre os planos de demolição surgiram em 2007, ano dos Jogos Pan-americanos na cidade. Em 2009, os pais já haviam coletado assinaturas em um abaixo-assinado e organizado manifestações na porta da escola defendendo sua manutenção. Em resposta, a Secretaria Municipal de Educação comunicou não ter sido informada de qualquer plano de demolição. Em outubro de 2011, a Secretaria de Obras do Estado do Rio garantiu a preservação do prédio, mas, no mês seguinte, a Casa Civil do governo estadual apresentou o plano de concessão do Complexo do Maracanã para a iniciativa privada incluindo aquele terreno.

Ao receber a solicitação de apoio da mãe do aluno, a equipe do Meu Rio foi conhecer o colégio e decidiu engajar-se diretamente na causa. A ferramenta de Panela de Pressão foi usada para divulgar uma carta de apoio aos pais e alunos a qual valorizava a importância da instituição e criticava a falta de transparência do governo, angariando 19.295 assinaturas de apoio. Apesar da repercussão alcançada, não se conseguiu garantias oficiais pela manutenção do prédio, e havia receio de que ele fosse demolido sem aviso prévio durante as férias escolares.

Para evitar que o Estado se aproveitasse desse período no qual a escola estaria vazia, o Meu Rio propôs um novo tipo de ação. Um vizinho da rua aceitou emprestar a sua janela e seu acesso de internet para que fossem instalados um computador e uma *webcam*, que transmitiriam em tempo real imagens do local. Foi desenvolvido então mais um aplicativo, o De Guarda, por meio do qual qualquer um poderia se cadastrar como um guardião da escola, recebendo um SMS caso algum movimento suspeito fosse identificado. Dessa forma, os voluntários poderiam ir até o local e formar um cinturão humano para impedir uma eventual demolição.

A expectativa da equipe, como conta um ex-integrante do Meu Rio, era de que somente pais e professores se voluntariassem, uma vez que eles mesmos estavam

cogitando a possibilidade de montar um esquema de vigília física. No entanto, mais de 1.200 voluntários se cadastraram na plataforma, e nas duas vezes que foram acionados, mais de 100 pessoas compareceram, um número de pessoas muito superior à comunidade escolar. Em um vídeo publicado sobre o caso, Rodrigo Airnaz afirma:

O insight que tivemos nessa ocasião, que depois guiou muito do nosso trabalho foi a ideia de solidariedade, e de como você não pode ir além na democracia sem forjar laços de solidariedade entre as pessoas. Nós normalmente pensamos na democracia como essa disputa entre grupos que representam a si mesmos, e isso é correto, certamente. Mas há também muita solidariedade que não vemos. As pessoas querem ser ativas politicamente sem necessariamente colocar as suas necessidades em primeiro lugar. Por várias razões: pode-se reconhecer que determinada necessidade de outros é mais urgente, ou porque eles entendem que suas necessidades já são endereçadas, e eles querem ser aliados a alguém⁴⁵.

No ano seguinte, a mobilização prosseguiu e a ferramenta de Panela de Pressão ganhou também uma funcionalidade de *crowdfunding*, por meio da qual podia-se contribuir financeiramente para o frete de dois ônibus para levar estudantes e pais à audiência pública que debateu a privatização do Maracanã, com o objetivo de pressionar os governos estadual e municipal. Lá juntaram-se a outros movimentos sociais que brigavam pela não realização da audiência, uma vez que se deveria discutir primeiramente o interesse da população na privatização, e não apenas como se daria o processo, conforme determinava a pauta do encontro.

O envolvimento do Meu Rio na disputa entre a comunidade da Escola Friedenreich e o Estado durou aproximadamente um ano e meio. Em julho de 2013, a mobilização articulou com o vereador do partido Democratas Carlo Caiado a criação de um projeto de lei para o tombamento da escola por interesse educacional e social, o que garantiria a não demolição. Mais uma Panela de Pressão foi criada para angariar apoio ao projeto de lei, aumentando a pressão sobre o governador, Sérgio Cabral, que, no dia 13 de agosto, confirmou via Twitter que a escola não seria demolida, antes mesmo que o tombamento fosse aprovado pela Câmara de Vereadores da cidade em novembro daquele ano.

O caso da Escola Friedenreich foi marcante para o Meu Rio, primeiramente porque foi a primeira vitória significativa alcançada pela organização. Foi também a primeira vez que eles conseguiram chamar atenção da mídia e usá-la de maneira

⁴⁵ Vídeo disponível em: www.youtube.com/watch?v=wUxz6JW_LYM. Acesso em: 16 maio 2019.

estratégica. Para Maria Júlia Wotzik, ex-gestora sênior de desenvolvimento institucional do Nossas,

[...] toda a história com a Escola Friedenreich foi o que a gente chama de proof of concept. Porque quando o Meu Rio surgiu, ele surgiu de uma hipótese, né? Ele surgiu com a premissa de que através da tecnologia conseguiríamos conectar mais o cidadão às tomadas de decisão que influenciavam as visas deles mesmos no dia a dia... mas precisávamos ver se isso funcionava mesmo na prática. Foi quando a organização entendeu que aquela metodologia fazia sentido e que valia a pena investir naquilo. E o simbolismo também foi de ver uma coisa muito concreta, né? Uma escola se mantendo viva e o impacto que isso tem⁴⁶.

FIGURA 3: *HOMEPAGE* DA MOBILIZAÇÃO CONTRA A DEMOLIÇÃO DA ESCOLA FRIEDENREICH



Fonte: ESCOLA não se destrói, 2021.

A experiência acabou também fomentando o desenvolvimento de novas ferramentas e novas estratégias para pressionar o poder público, especialmente fazendo uso combinado de táticas digitais e ações presenciais, não restritas ao universo *on-line*. Nesse sentido, ela soma-se às grandes manifestações de 2011 no mundo, e de 2013 no Brasil, no rompimento da separação entre “ativismo digital” e “ativismo *off-line*”, reforçando a internet como instrumento poderoso de mobilização e de impacto sobre as estruturas políticas estabelecidas. Diferentemente das grandes mobilizações, no entanto, mostra que esse ativismo híbrido pode agir também dentro das dinâmicas estabelecidas

⁴⁶ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

pelo aparato das estruturas representativas, atuando sobre causas específicas e alcançando vitórias concretas.

A história da mobilização também é ilustrativa da insatisfação da cidadania com um Estado que não só é pouco transparente e avesso às demandas da população, mas que também é manipulador, buscando desmobilizar a resistência com informações desencontradas, promessas que não serão cumpridas e com a promoção de instrumentos participativos *pro forma*, desenhados institucionalmente para não alterar decisões que na verdade já foram tomadas, como a audiência pública sobre a privatização do Complexo do Maracanã. Essa insatisfação se mostrava potente o suficiente para impor derrotas ao poder estatal.

Por último, o caso reforça já de partida um traço importante para a compreensão primeiramente do Meu Rio e, em seguida, do Nossas: a escolha por ser um facilitador ou viabilizador de ações políticas de outros agentes frente ao poder público. O Meu Rio em si não era uma entidade ligada especificamente à educação ou a causas da área. Tampouco assumiu o protagonismo na disputa pela não demolição da escola, sendo que os pais e a comunidade escolar seguiram sendo os principais atores políticos na ação de resistência. O papel da organização foi de um apoiador que também ajudava a desenvolver estratégias, mas principalmente oferecia as ferramentas digitais necessárias para concretizá-las.

3. CAPÍTULO 3 – ESPERANÇAS MULTITUDINÁRIAS: POTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

3.1. O IDEAL MULTITUDINÁRIO

Quando em 2011 multiplicaram-se pelo mundo diferentes manifestações revoltosas articuladas principalmente via redes sociais digitais, com magnitude vista poucas vezes e sem o protagonismo de atores já conhecidos, os escritos de dois autores ganharam evidência por parecerem antever tais mobilizações. O filósofo italiano Antonio Negri e o teórico americano Michael Hardt já haviam tratado desse tipo de movimento ao detalhar o conceito de “multidão” (HARDT, NEGRI, 2005, 2012), desenvolvido a partir dos protestos antiglobalização da virada do milênio, sobre os quais fiz referência no primeiro capítulo. Resgatarei aqui em linhas gerais a reflexão teórica proposta pela dupla com o objetivo primeiro de construir um contexto histórico sobre os ideais que pautaram e inspiraram os atores que iremos analisar, com impacto direto no desenvolvimento do Nossas.

Žižek caracterizou a obra desses autores como “o maior exercício em política deleuziana” (2008, p. 346). Para ele, uma das características mais relevantes do pensamento de Hardt e Negri era ir além de uma proposta de reflexão externa sobre as manifestações anticapitalista e antiglobalização do período, parecendo integrar o novo fenômeno que essas mobilizações constituíam. Nas palavras do filósofo esloveno, “podemos sentir nas entrelinhas o cheiro e os sons de Seattle, de Gênova e dos zapatistas” (2008, p. 346).

Virno (2013) identifica a origem da acepção política do termo *multidão* em uma controvérsia teórico-filosófica do século XVII: enquanto Hobbes apresentava a ideia de povo como elemento basilar sobre qual erige seu pensamento sobre soberania e poder estatal, Espinosa defendia o conceito de *multidão*. Se a constituição de um povo deriva da formação de uma unidade, de algo que se identifica como um corpo único, a multidão representa justamente o oposto: “uma *pluralidade que persiste como tal* na cena pública, na ação coletiva, na atenção dos assuntos comuns, sem convergir no Uno”, em outras palavras, corresponderia à “forma de existência política e social dos muitos enquanto muitos” (VIRNO, 2013, p. 9, grifos nossos).

Hobbes argumentava que, ao negar a unidade, a multidão representava um perigo para o Estado, ou mesmo a negação dele, uma vez que seria incapaz de transferir seus direitos a um poder soberano justamente por não abrir mão de sua pluralidade. A unidade

seria condição chave para existência de um Estado, base da obediência e dos acordos de longo prazo que o constituem.

Claramente a ideia de povo sai vitoriosa da contenda, especialmente a noção de que, ao formar uma unidade, determinado grupo de pessoas pode transferir a soberania que tem sobre si para um outro agente político, o Estado. O que vem se transformando desde então é a forma que esse Estado assume, desde as monarquias absolutistas até as democracias contemporâneas. O termo *multidão* chegou a ser retomado posteriormente (TARDE, 2005; LE BON, 1958; CANETTI, 1995), na maioria das vezes como sinônimo de massas, e costumeiramente como algo pejorativo, uma força irracional e animalesca, ameaçadora da ordem. Para darmos conta do entendimento proposto por Hardt e Negri (2005, 2012) sobre o termo, no entanto, é preciso tratar brevemente de outros dois conceitos centrais para o pensamento dos autores: “trabalho imaterial” e “Império”.

Ao observar as transformações pelas quais a sociedade passou ao longo da segunda metade do século XX, e de forma particularmente acelerada no final desse período, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese, os autores identificam que o trabalho material deixa de ser o eixo do processo produtivo tal qual detalhado por Marx. A evolução tecnológica, da automação das fábricas à “informatização do social”, altera a relação entre trabalho e produção de valor. Se até então o sistema capitalista tinha como base a força física do operário para produção de novos artefatos, hoje a capacidade cognitiva do trabalhador assume o protagonismo como força produtiva. O chão de fábrica deixa de ser a força motriz do capitalismo à medida que o valor simbólico daquilo que é comercializado passa a ser mais importante do que seu valor material. Esse novo sistema produtivo, como já vimos, assume diferentes dinâmicas, baseia-se nos laços sociais, na cooperação cognitiva que eles permitem. O operário torna-se, assim, um “operário social”, que se apresenta como intérprete das funções de cooperação laboral veiculadas pelas redes produtivas sociais. Essas novas figuras de força-trabalho, cooperando em nível social, tornam-se centrais e hegemônicas no processo produtivo” (NEGRI, 2003, p. 66).

Essa transformação da lógica produtiva faz parte de um amplo arco de mudanças que operam no mesmo período, reestruturando as engrenagens do mundo contemporâneo. Parte desse arco é constituído por uma profunda crise nas bases do discurso daquilo que funda o Estado-nação moderno desde os escritos de Hobbes: a própria soberania deste sobre seu território e sua população. No contexto do mundo globalizado, nem mesmo os Estados centrais, ditos desenvolvidos, estariam dando conta de ordenar a evolução do

capitalismo em seus domínios, uma vez que os instrumentos internos aos quais seguem tendo controle não são suficientes para protegê-los tanto das turbulências do mercado global, como da pressão de agentes externos, sejam eles as grandes companhias ou as organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Em paralelo, a independência das últimas colônias na África e na Ásia desestabilizam as relações de domínio entre os países centrais, ao mesmo tempo que impõem às novas nações da periferia a reprodução do desenvolvimento capitalista, sem que estas tenham condições para fazê-lo. Por último, a queda do Muro de Berlim marca o fim de uma possibilidade alternativa ao capitalismo, assim como também evidencia a potência do desejo de liberdade das populações frente ao controle estatal.

Cabe a consideração de que a relação entre o capitalismo e o Estado-nação sempre foi relativamente tensa, uma vez que as fronteiras deste interrompiam e controlavam o livre fluxo de mercadorias e o capital. No entanto, o modelo de exploração imperialista foi útil para que o capital chegasse a novos territórios, expandindo a lógica capitalista de produção. Em resumo, uma vez que já permitiu ao capitalismo tornar-se global, o Estado-nação passa a ser um incômodo a ser minimizado (HARDT, NEGRI, 2012) e uma nova dinâmica global de poderes que reduz seu “espaço de controle” é constituída (NEGRI, 2003, p. 215).

Ainda que mantendo suas “funções primárias”, tal como a regulação do fluxo de pessoas, dos fluxos monetários e normas legais, o Estado-nação passa a responder a uma força maior, sem fronteiras, ilimitada e única. Ele se vê, assim, subjugado a uma nova forma de soberania a qual os autores dão o nome de *Império* (HARDT, NEGRI, 2012), retomando a concepção europeia do termo que identifica um poder único responsável por manter a paz social e disseminar seus valores pelo território que ocupa. O conceito corresponderia, assim, a um novo modelo de estruturação da sociedade e de funcionamento do capitalismo. Hardt e Negri (2005, 2011) apresentam então o conceito de *multidão* como a força biopolítica capaz de fazer frente a essa nova forma de funcionamento do mundo. Império e Multidão têm, assim, “mecanismos de formação de alguma forma análogos, em sua absoluta diferença e em sua absoluta oposição” (NEGRI, 2003, p. 153).

Os autores indicam três pilares que sustentam a ideia de *multidão*. Primeiramente, retomando a disputa original entre Hobbes e Espinosa, o conceito opõe-se à noção de *povo* e corresponde a uma imanência, um conjunto de singularidades não representáveis. A multidão nega a possibilidade de transcendência na qual a noção de povo baseava-se à

medida que supõe que os sujeitos falem por si – ainda que não se deva perder de perspectiva que tais singularidades não existem como agentes isolados. O indivíduo singulariza-se na relação com os outros, por meio de trocas em rede, em um “estar junto” (HARDT, NEGRI, 2011, p. 56).

A multidão diferencia-se também das ideias constituídas de “massa” ou “plebe” uma vez que não é uma força irracional. Para Negri,

uma enorme vantagem do conceito de multidão é que ele afasta todos os argumentos modernos baseados no “medo das massas” e também aqueles relativos à “tirania da maioria”, argumentos que com frequência serviram como uma espécie de chantagem para obrigar-nos a aceitar (e muitas vezes inclusive a pedir) nossa própria escravidão. (2003, p. 166)

O segundo pilar está relacionado com a emergência do capitalismo imaterial, ou cognitivo, do qual acabo de tratar, uma vez que a multidão corresponde à força produtiva desse modelo; ela é explorada à medida que o trabalho de criação cooperativa em rede gera valor. Devemos, assim, assumir a multidão como um conceito de classe. Ao mesmo tempo, nessa lógica produtiva, a divisão entre economia e política tende a desaparecer, uma vez que a produção de bens depende e mistura-se à produção de relações sociais. Em outras palavras, a própria produção do capitalismo contemporâneo está se tornando biopolítica (HARDT, NEGRI, 2005, p. 438).

Por último, a multidão é também uma potência encarnada, uma substância viva que funde corpo e intelecto, e que tem origem naquele mesmo processo de cooperação que gera valor ao capital. Em *Bem-Estar Comum* (2011), os autores esclarecem que ao falarem em potência, ou em força, estão referindo-se àquele poder identificado por Foucault que resiste e tenta escapar à disciplina ou ao controle.

Outra ideia chave para o entendimento do pensamento de Hardt e Negri, que complementa a noção de *multidão* e que irá permear uma série de iniciativas políticas que buscam construir alternativas à prática democrática atual, é o conceito de *comum*. Ele aparece já no livro *Multidão* (2005), mas ganha maior destaque na terceira obra da trilogia, *Bem-Estar Comum*:

Pelo termo “comum”, referimo-nos, em primeiro lugar, à riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza [...]. Mais ainda, também consideramos fazerem parte do comum os resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante. (HARDT, NEGRI, 2016, p. 8)

O comum atravessa a multidão. É resultado e ao mesmo tempo pré-condição dela. É no terreno do comum que se formam as singularidades, ao mesmo tempo que ele é produzido pela ação da multidão. Se não compartilhássemos um comum, não teríamos como nos comunicar ou nos relacionar, ao mesmo tempo que se não fosse a existência de múltiplas singularidades, não teríamos porque nos comunicar ou relacionar. Mesmo aquilo que a multidão produz trabalhando é permeado de comum. Paradoxalmente, o capitalismo contemporâneo simultaneamente luta contra o comum e o explora, depende dele e requer expansões para seguir produzindo (HARDT, NEGRI, 2011).

Vale destacar que essa noção de comum está presente no caso aqui analisado, por exemplo, quando Alessandra Orofino, uma das fundadoras do Nossas, afirma:

[...] a cidadania é onde nos encontramos com esse outro de quem desesperadamente precisamos para sobreviver. Ao despertar para a importância do que é comum, compartilhado por todos, percebemos que as instituições políticas que havíamos criado para zelar por esse comum já não estavam dando conta do recado. (OROFINO, 2021)

Claramente entende-se a multidão também como sujeito político, ou melhor, como uma multiplicidade de sujeitos políticos. No entanto, nos escritos de Hardt e Negri, esse é um conceito engajado. A multidão não é apenas a identificação de um fenômeno da realidade, um dado, ela é também um projeto de resistência e sublevação frente ao capitalismo contemporâneo (ou ao “Império”). Ela seria a base de “uma esfera pública não estatal” (VIRNO, 2013, p. 51), agente de uma “nova democracia, absoluta, sem limites” e “sem medidas” (NEGRI, 2003, p. 137).

Como seria de se esperar, Hardt e Negri filiam-se ao grupo de pensadores críticos à representação como artifício político democrático. Para eles, a “representação é, em si mesma, por definição, um mecanismo que separa a população do poder” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 43). Eles acusam o campo da teoria política de assumir como premissa que apenas o uno pode governar, uma vez que se depende do uno para instituir a soberania, transformando a democracia em “uma fachada, pois na realidade o poder é monárquico” (2005, p. 411). Dessa forma, retomam Espinosa para defender que a multidão seria o único sujeito possível para democracia.

O indivíduo representado, por sua vez, de uma maneira ou de outra, identifica esse problema, mas não vê alternativas, e acaba dominado pelo medo. E com esse medo, afirmam os autores de maneira um tanto premonitória, “surgem formas populistas ou carismáticas de uma política esvaziada até mesmo do fingimento da representação” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 42). Nesse sentido, complementam:

Ao deixar de ser um participante ativo da vida política, o representado se descobre o pobre entre os pobres, lutando sozinho na selva dessa vida social. Se não estimular seus sentidos vitais e despertar seu apetite pela democracia, o representado se tornará um produto puro do poder, a casca vazia de um mecanismo de governança que não faz mais referência ao cidadão-trabalhador. (HARDT, NEGRI, 2014, p. 45)

Ainda mais vazias seriam as formas não eleitorais de representação, que carregariam um grau menor de legitimidade. É comum, por exemplo, encarmos determinadas corporações como representantes de interesses nacionais, acreditando que aquilo que é melhor para elas também seria melhor para o país e, portanto, para nós. Nesse contexto, a máxima ação que nos cabe seria endossar ou reprovar essa representação corporativa comprando os produtos de tal empresa ou optando pela concorrente. Uma posição não apenas insuficiente, mas também “insultuosa” (HARDT, NEGRI, 2005, p. 342-343). O mesmo poderia se afirmar com relação aos organismos internacionais, como o Banco Mundial ou o FMI, que acabam apenas por aprofundar a crise de representatividade. Segundo os autores, até mesmo na ONU qualquer processo de votação seria completamente desigual.

Haveria, então, que se pensar em um novo dispositivo de poder, oposto àquele que temos hoje. E, argumentam os autores, essa nova estrutura já estaria revelando-se de modo imanente na produção biopolítica. A multidão já opera e produz “como uma orquestra sem regente” (HARDT, NEGRI, 2005, p. 423), se auto-organizando em uma rede colaborativa e distribuída. Assim, já teríamos desenhado um modelo de tomada de decisão política que tornaria possível uma experiência democrática verdadeira. Aqui, embora Hardt e Negri (2005, 2014, 2016) não tratem especificamente das redes digitais para a concretização desse plano, fica bastante evidente o cruzamento com a esperança sobre os potenciais políticos da internet sobre a qual falei no primeiro capítulo. Os autores pareciam delinear a nova racionalidade que daria fundamentação às expectativas de transformação das quais tratei.

Como instrumento chave para tornar esse novo modelo político possível, a partir da construção biopolítica do comum, Hardt e Negri indicam o “amor” (2005, 2016); não o amor romântico, mas a concepção pública e política de amor, presente nas culturas pré-modernas, em diversas religiões. Tanto o cristianismo como o judaísmo, por exemplo, “concebem o amor como um ato político que constrói a multidão” (2005, p. 439). É a esse amor que a frase bíblica “ame ao próximo como a ti mesmo” faz referência.

Para realizar essa transformação política, Hardt e Negri propõem como estratégia o êxodo. Recuperando a noção foucaultiana de que o poder só existe enquanto relação

dual, de que o dominador não pode existir enquanto tal sozinho, caberia a nós romper a nossa relação com o Império, esvaziando a soberania sobre nós imposta. Por isso o “êxodo”, deveríamos abandonar os domínios imperiais, um movimento que não necessariamente dependeria de uma mudança física, mas sim da tessitura de uma linha de fuga em nosso cotidiano, transformando as relações que nos cercam. Se as ruas de Seattle anunciavam que “um outro mundo é possível”, deveríamos inventá-lo. Mas assim como foi identificado nos movimentos ciberativistas, não estou falando aqui de ambicionar a tomada de poder do Estado, mas construir uma estrutura de poder absolutamente nova – projeto ao qual, obviamente, o Império não deixaria de investir contra.

Não caberia à multidão, no entanto, o uso da violência nesse processo, inclusive porque tentar empregar as mesmas armas da repressão seria uma estratégia suicida, o poder de fogo imperial seria sempre superior. A saída seria a criação de novas armas e novas estratégias de resistência e insurreição. Como exemplo os autores identificam a proliferação de recursos estéticos da carnavalização dos protestos antiglobalização e dos beijaços organizados pelo movimento LGBT (HARDT, NEGRI, 2005), nos quais pessoas do mesmo sexo se beijam em atos públicos como forma de enfrentamento à homofobia. A própria ação de tomar a rua para se manifestar seria uma arma biopolítica, mais poderosa quanto maior o número de pessoas. Tudo isso, no entanto, não seria suficiente, seria necessário concretizar as mudanças alcançadas, dando-lhes forma para que pudessem sobreviver aos eventos pontuais nas quais emergem. A essa potência de organizar e consolidar novas formas Negri dá o nome de “poder constituinte” (2002).

Em toda trilogia que compõe o grosso da obra conjunta de Hardt e Negri (2012, 2005, 2016), os autores apresentam o ideal desse novo regime político de maneira abstrata. Žižek (2008) acusa-os de nutrirem expectativas sobre uma outra realidade possível sem avançar no projeto de detalhá-la, escondendo-se atrás do discurso de que não caberia a uma obra de registro filosófico uma proposição pragmática. Foi somente no ensaio mais recente, *Declaração, isto não é um manifesto*, de 2014, que a dupla delinea algumas das estruturas de como poderia se organizar um novo dispositivo político, e ainda assim de maneira não exatamente objetiva. Primeiro, identificam três “bens sociais” que deveriam ser constitucionalizados como comuns: a água, bem essencial que não deveria ser explorado para acumulação de riquezas; os bancos, aos quais caberia apenas administrar os meios de produção e regulamentar os meios de troca, sem objetivar a produção de lucro; e, por último, a educação, bem comum por excelência, por meio do qual desenvolvemos o exercício crítico do pensar.

Para concretizar esse processo, seria preciso determinar um novo sistema legal que tomasse como base não a propriedade privada, mas a instituição do comum, assim como definir um novo sistema de gestão estruturado com base na participação democrática. Assumindo-se que tal constituição não seria de fácil implementação, os autores indicam como caminho de transição a estatização dos bens e companhias relativas a esses três universos, tornando-os de controle público, até que se pudesse instituir um modelo de controle democrático.

Um processo de transição similar deveria ser implementado com relação aos três poderes que constituem o Estado hoje. No âmbito do legislativo, haveria que se estruturar um novo espaço de debate civil, no qual “o processo constituinte possa ser construído a partir de baixo” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 117). Assim, “a face legislativa do poder constituinte deve refletir bem como incorporar a multiplicidade de movimentos sociais e forças sociais de maneira a interpretar a ontologia plural da política” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 120). Para tal, o desenho federativo deveria abandonar o formato piramidal centralizador, assumindo-se horizontal e extensiva. Nas palavras dos autores, “as estruturas de relação e comunicação criadas na produção biopolítica podem ser adaptadas para estender a forma de assembleia a um nível social amplo” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 124). Como exatamente seria essa adaptação, no entanto, não é detalhado pelos autores.

Os poderes executivo e judiciário, por sua vez, acabam por confundir-se com o legislativo. O executivo deveria ser construído também a partir de baixo, “entrelaçado” ao legislativo, formando uma rede biopolítica imanente. As funções de planejamento do executivo deveriam ser “configuradas de maneira federalista, de modo que todos possam participar democraticamente das decisões” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 129). Já o judiciário deveria ter suas funções constitucionais revistas uma vez que um poder legislativo constituinte, criado de acordo com princípios federalistas e participativos, já naturalmente apresentaria um equilíbrio dinâmico, sem necessidade de um outro sistema de controle baseado em pesos e contrapesos de poderes independentes, assim como a interpretação da constituição deveria ser socializada, e não restrita a “um pequeno grupo de especialistas em togas negras” (HARDT, NEGRI, 2014, p. 132).

Ainda que a fórmula de estruturação da sociedade proposta não seja exatamente clara, se retomarmos o manifesto que norteia a ação do Nossas (já transcrito no Capítulo 1, na página 20), ficará bastante clara a influência do pensamento dos autores sobre a organização. Ao tratar da insatisfação com o modelo representativo (“queremos o fim da intermediação de nossos sonhos por uma casta política cada vez mais afastada de nós [...]/

Muitas vezes, expressamos nossa desconfiança com o que nos afirmavam nos recusando a participar de um sistema falido – e paramos de votar”), tema comum a diferentes analistas, ecoam os escritos de Hardt e Negri quando se aponta o papel que o medo exerce nesse processo: “Acabamos permitindo que tiranos se erguessem. Que o medo vencesse. Que o preconceito ganhasse”.

A própria visão do poder estatal que o manifesto traz também remete às mesmas derivações desenvolvidas por eles da reflexão de Foucault sobre relações de poder, e também da visão deleuziana de potência como a energia que faz emergir a possibilidade latente de uma nova realidade. Pode-se resistir ao poder reordenando as linhas de força que o compõem: “o poder, só existe – e só pode existir – se for mal distribuído. Em um só lugar, ele é concreto, mas distribuído, é poeira. [...]. Distribuimos poder, porque somos potência!”.

Por último, essa influência fica ainda mais explícita na adoção do vocabulário proposto por Hardt e Negri, com o uso dos termos *multidão* (“nos tornamos visíveis nos movimentos de multidão cada vez mais difíceis de explicar, mas capazes de iniciar revoluções”) e *comum* (“lutamos pela liberdade de criar o comum e compartilhar ideias, territórios e experiências”). Assim como na confiança otimista e esperançosa na “possibilidade de um mundo por vir”.

Para Miguel Lago, um dos fundadores do Nossas, um dos principais méritos da obra de Hardt e Negri, que teve maior impacto sobre ele e, conseqüentemente, sobre a organização, foi “nomear coisas que não estavam nomeadas previamente”:

A maior dificuldade que tínhamos com o Meu Rio era definir o que afinal era o Meu Rio. Juridicamente era uma ONG, mas o nosso trabalho? A gente sempre teve uma dificuldade muito grande de entender o que éramos. E o problema de não nomear não é só falta de inspiração, é também um problema que depende de condições políticas que determinam o que é nomeável. A gente só consegue ver o que temos condições de nomear e ver. E eu acho que o Negri e o Hardt justamente criam essas condições. Com eles consegui encontrar algum alento em relação ao que eu estava fazendo no mundo⁴⁷.

3.2. NOVAS ESTRATÉGIAS E FUNCIONALIDADES

O desenvolvimento de novas estratégias e funcionalidades por parte do Nossas se deu de maneira bastante dinâmica ao longo dos dez anos de sua existência, muito em

⁴⁷ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

função das necessidades específicas que apareciam a cada pauta, ou a cada mobilização. Um processo que sempre envolveu muita experimentação, tanto para testar a utilidade de algumas ferramentas, quanto para aprimorá-las. Uma série delas, inclusive, acabou descontinuada ao longo desse período, ou mudou de forma, ganhando novo nome e novas utilidades.

Também faz parte da rotina ativista dos integrantes da organização a adoção de uma série de estratégias que não depende do desenvolvimento de ferramentas digitais específicas, retomando inclusive práticas bastante comuns ao ativismo, uma vez que o objetivo primeiro é sempre o mesmo: chamar atenção da sociedade e dos políticos para determinados temas ou necessidades. Em sua dissertação de mestrado, Daniela Pio aponta quatro táticas bastante comuns na atividade do Nossas: a “intervenção criativa”, “marcar presença”, “telefonaço” e “twittaço” (2018, p. 46-47).

Com relação à intervenção criativa, embora Hardt e Negri (2005) destaquem a carnavalização das mobilizações como uma arma multitudinária, tomando como referência as manifestações antiglobalização da virada do milênio, não se pode dizer que o jogo com o inusitado seja uma prática que emerge somente nas últimas décadas – pelo contrário, ele mistura-se com a história do ativismo. Pode-se argumentar, no entanto, que tal estratégia torna-se ainda mais relevante com a internet, quando, além de chamar atenção da mídia tradicional, a imagem que choca ou surpreende pode se multiplicar organicamente pelas redes sociais digitais.

No início de 2014, por exemplo, o Meu Rio lançou a campanha “Verão do Saneamento”, organizando manifestações em diferentes pontos da orla da cidade, espalhando pela areia vários vasos sanitários (GLOBOPLAY, 2014). O objetivo era chamar atenção ao esgoto despejado diretamente no mar, sem tratamento. Quem estivesse passando por esses pontos era incentivado a sentar em um dos vasos segurando uma placa com o mote da campanha para tirar uma foto e compartilhar nas redes sociais.

Da mesma forma, “marcar presença” nos espaços institucionais do poder político é outra prática histórica adotada para equipe. Desde a experiência com a campanha contra a demolição da Escola Friedenreich, quando fez parte da estratégia levar os pais tanto às audiências públicas quanto às sessões na Câmara Municipal, o Nossas passou a incentivar em suas campanhas que a população se fizesse presente com faixas e palavras de ordem em discussões e votações da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa do Estado, ocupando o espaço aberto à população dentro das casas legislativas e pressionando diretamente os tomadores de decisão.

Já o telefonado consiste em combinar com aqueles mobilizados por determinada campanha de telefonar no mesmo horário para os gabinetes dos políticos alvo, responsáveis por determinada tomada de decisão, e manifestar sua posição. Embora muito raramente seja o próprio alvo a atender o telefone, o contratempo gerado em seu gabinete deverá garantir que ele será informado da demanda.

A pressão também pode ocorrer de forma digital via rede social de *microblogging* Twitter, com um “twittaço”. Nestes casos, os ativistas não só enviam mensagens para o perfil na rede do tomador de decisão (o @ do político a ser pressionado), como buscam alcançar o *trending topics* com a *hashtag* que identifica a campanha como estratégia para ganhar visibilidade. Em outras palavras, buscam que o termo específico associado à palavra seja tão mencionado que a própria rede social indique que aquele tópico é um dos mais discutidos no momento.

Com relação às ferramentas digitais desenvolvidas pela organização, já tratei da principal delas, a Panela de Pressão, no capítulo anterior. Também mencionei que a mobilização pela Escola Friedenreich acabou estimulando o desenvolvimento da ferramenta De Guarda, criada com o objetivo de monitorar as atividades do Estado em determinado local público da cidade, que serviu para vigiar o espaço da escola durante as férias de verão e garantir que o governo não aproveitaria o momento de baixa frequência de pessoas no local para demolir o prédio. A ideia da ferramenta consiste em instalar *webcams* ligadas à internet próximas ao local em questão, de maneira a poder monitorar o que acontece no espaço, sem que ninguém tenha que se disponibilizar a estar lá fisicamente para isso.

As imagens obtidas pelas câmeras são transmitidas ao vivo na URL da mobilização, e caso alguém identifique qualquer movimentação suspeita, pode acionar a rede de ativistas que tenham se cadastrado na ferramenta em prol da defesa daquela causa. Assim, eles podem ir até o local e se manifestar justamente no momento em que o patrimônio esteja efetivamente em risco. Invertia, assim, a lógica da vigilância como instrumento de controle sobre a população. A própria cidadania “hackeava” seus dispositivos para criar câmeras de segurança capazes de vigiar a arbitrariedade e violência do Estado, estendendo a prática mídiativista de *Copwatch*, que consiste em usar transmissões *on-line* para expor e monitorar a atividade da polícia (BENTES, 2015, p. 51-53).

Além da mobilização pela não demolição da escola, a ferramenta foi usada também pela campanha De Guarda no Bondinho. Em 2011, um acidente com o bonde de

Santa Teresa acabou matando 11 pessoas, fazendo com que o bonde, um dos símbolos do bairro, fosse temporariamente desativado. Dois anos depois, enquanto a Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa reivindicava a volta dos carros históricos, o governo estadual doou 60 toneladas de peças para diferentes ONGs sem mais explicações, no que parecia ser uma estratégia para impedir que os carros fossem inventariados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), uma exigência para o seu processo de restauro. Para evitar a doação de mais peças, o Meu Rio instalou *webcams* próximas à oficina de bondinhos e começou uma nova ação “de guarda”, monitorando a área e convidando as pessoas a se inscreverem na plataforma como guardiões. Até setembro de 2013, 1.089 pessoas já haviam se alistado (ELIOMAR, 2013).

À medida que a organização ganhava visibilidade, um número maior de pessoas começou a entrar em contato buscando se voluntariar. Alinhando-se com a ideia de Hardt e Negri (2005) de que a multidão tinha capacidade de se auto-organizar e produzir a partir de sua estrutura em rede, o Meu Rio desenvolveu a plataforma Multitude para aproveitar a potência desse novo voluntariado. A iniciativa consistia em um *site* de cadastro no qual cada voluntário poderia indicar suas habilidades, tempo disponível e os temas ou causas com quais se identificava. Esse usuário seria então acionado por *e-mail* ou SMS quando alguma mobilização do próprio Meu Rio ou de outra associação parceira precisasse de alguma de suas habilidades, convidando-o a participar. Cada tarefa indicava a quantidade de pessoas necessárias e o tempo previsto para sua realização. Segundo uma matéria publicada no *site* da revista *Exame* (2014), em outubro de 2014 a plataforma já havia acumulado 825 minutos de tarefas. A ferramenta, no entanto, acabou caindo em desuso e foi descontinuada.

Com o mesmo foco na colaboração, combinando os ideais de inteligência coletiva com algumas práticas da democracia participativa, foi lançado no primeiro semestre de 2012 o Imagine. Tomando uma pergunta como ponto de partida, os usuários eram convidados a pensar de forma colaborativa em soluções para determinados problemas da cidade. As ideias eram então abertas para uma votação que selecionava as melhores “imaginações”, que seriam adotadas pelo Meu Rio em suas campanhas. Em fevereiro daquele ano, por exemplo, a organização postou um convite no seu perfil do Facebook para participação na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social por meio da plataforma: “Dê a sua ideia, remixe a dos amigos e curta as que você mais gostou! As 4 mais curtidas e outras 4 melhores avaliadas tecnicamente serão levadas para a Consocial pela equipe do Meu Rio” (MEU RIO, 2012).

Seguindo os mesmos princípios, foi lançado em abril de 2015 o Legislando, uma plataforma *on-line* colaborativa que buscava colocar em prática princípios da democracia participativa com base em uma iniciativa vinda da sociedade civil, mas sem romper com os desenhos institucionais do modelo representativo de governo, convidando os parlamentares a participarem também. De um lado, os cidadãos podiam tanto propor projetos de lei, como colaborar com projetos já publicados por outros cidadãos. De outro, deputados e vereadores também poderiam atuar apresentando projetos para serem “melhorados” pela população, ou adotando alguma proposta criada pela cidadania disponível na plataforma, fazendo com que ela tramitasse como projeto de lei na casa legislativa correspondente. O *site* do Legislando convidava: “Por que esperar pelas mudanças se podemos ir atrás delas?” (EXAME, 2015). João Senise, coordenador geral de mobilizações do Meu Rio na época, explicou o funcionamento da ferramenta ao jornal *Diário de Pernambuco* (2021) da seguinte forma: “Eu escrevo um texto-base e deixo um tempo aberto na plataforma para colaborações. Depois desse período, escolhido pelo próprio iniciador do projeto, ele fica pronto para o que a gente chama de adoção parlamentar”. Todas as propostas, no entanto, passavam por mediação da equipe do Nossas para exclusão de conteúdo impróprio e avaliação de constitucionalidade dos projetos. Segundo apurou Guilherme Karida Ramalho (2016) em sua monografia de graduação, em novembro de 2015 a plataforma estava disponível em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, e havia 35 projetos inscritos, 10 deles “adotados” por parlamentares e outros 12 de iniciativa parlamentar. Um ex-diretor do Meu Rio explica que essas iniciativas que envolviam o desenvolvimento de ferramentas acabaram sendo descontinuadas à medida que o uso feito delas não justificava o investimento constante em manutenção e melhorias.

Também relacionado ao trabalho das casas legislativas, o Meu Rio lançou em fevereiro de 2013 o De Olho, um *blog* que tinha por objetivo acompanhar o trabalho da Câmara Municipal carioca produzindo conteúdo com linguagem clara e de fácil compreensão. De caráter deliberativo, a iniciativa buscava ampliar o alcance do debate na esfera pública rompendo com a linguagem repleta de jargões e termos técnicos comuns ao universo da política, que acaba afastando a população e comprometendo a transparência dos processos em andamento na casa. Em outras, palavras, ele propunha-se a traduzir o “politiquês”. Segundo Rafael Rezende⁴⁸, ex-diretor de mobilização do Meu

⁴⁸ Entrevista com Rafael Centeno de Rezende realizada em 27 de janeiro de 2021.

Rio, a iniciativa foi interrompida quando o Nossas passou a atuar com maior foco em questões não delimitadas ao município do Rio Janeiro, logo não se justificaria o investimento em produzir conteúdo relativo apenas a questões locais.

Outro projeto focado em desenvolvimento de conteúdo e também ligado à qualificação do debate na esfera pública foi o Polígrafo Digital. Em agosto de 2013, o então prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Pais convidou Miguel Lago, um dos fundadores do Meu Rio, para um debate *on-line* e ao vivo junto de outros quatro convidados. Ao mesmo tempo, uma equipe de 10 especialistas em áreas diversas analisava as falas do prefeito e publicava se elas eram verdadeiras ou não. A ferramenta foi retomada nos debates durante a campanha para governo do estado em 2014. Seguindo o mesmo modelo, um grupo de especialistas acompanhava os debates transmitidos ao vivo pela televisão, indicando a veracidade dos fatos levantados pelos candidatos. A iniciativa teve tanta repercussão que a *hashtag* “#Poligrafodigital” chegou a ser um dos temas mais debatidos no Twitter na ocasião. O formato logo se popularizou, sendo adotado, posteriormente, por diversas agências de *fact checking* em diferentes pleitos pelo país.

FIGURA 4: EXEMPLO DE POST DIVULGANDO A AÇÃO DE POLÍGRAFO DIGITAL

POLÍGRAFO DIGITAL NO DEBATE VIRTUAL

UM EQUIPE DE ESPECIALISTAS SE REUNIRÁ PARA COMENTAR AS RESPOSTAS DE EDUARDO PAES DURANTE O DEBATE. O QUE ELE FALA É VERDADE? NÃO É VERDADE? É ENROLAÇÃO?

Cecília Pessanha Economista especialista em contratos e PPPs
Jorge Borges Geógrafo e especialista em planejamento urbano e transportes
Guilherme Pimentel Membro do Movimento Direito pra Quem?
Sonia Rabello Professora de Direito Urbanístico e Administrativo e ex-vereadora
Suzana Sá Gutierrez Integrante da coordenação da capital do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação - RJ
Maurício Barreira Advogado
Andrea Gouvêa Vieira Jornalista e ex-vereadora
William Hosseil Ex-metroviário
Luciana Mello Coordenadora pedagógica, professora da rede municipal por 14 anos
João Vicente Assis Advogado

Curta a página do Meu Rio no Facebook para acompanhar a transmissão e o polígrafo:

MEU RIO [FACEBOOK.COM/MEURIO](https://www.facebook.com/MEURIO)

Fonte: MEU RIO, 2013.

Já na frente de novas estratégias para dar visibilidade às causas e pressionar os tomadores de decisão, foi lançado em outubro de 2014 o Compartilhaço. Buscando potencializar a tática do “twittaço”, a ferramenta permitia que os usuários “emprestassem” seus perfis no Facebook e no Twitter para determinadas causas ou campanhas. Assim, coordenava-se para que todos os perfis cadastrados postassem o mesmo conteúdo de maneira sincronizada, ampliando a visibilidade daquela mobilização e rompendo com as restrições do alcance orgânico impostas pelo algoritmo do Facebook. O criador da campanha, no entanto, tinha que estabelecer uma meta mínima de perfis inscritos, e só quando a meta fosse alcançada a mensagem seria postada.

Uma última ferramenta desenvolvida pelo Nossas que vale ser destacada aqui foi o Faça Acontecer, primeiro aplicativo de financiamento recorrente do Brasil. A iniciativa surgiu em 2013 para atender a própria necessidade do Meu Rio de não depender apenas dos aportes de grandes fundações e encontrar fontes alternativas de financiamento, como microdoações de cidadãos que queiram apoiar a organização. Embora o Nossas siga dependendo majoritariamente de grandes instituições filantrópicas internacionais, o uso da ferramenta foi compartilhado com uma série de entidades parceiras.

Atualmente, todas as ferramentas ainda ativas integram o Bonde, a plataforma de ativismo digital do Nossas sobre a qual tratarei em detalhe mais adiante, e não estão mais abertas para uso direto do cidadão, apenas as organizações parceiras têm acesso. De qualquer maneira, desde o início, a equipe do Meu Rio, e posteriormente do Nossas, sempre escolheu as causas nas quais iria engajar-se diretamente. Daniela Orofino⁴⁹, atual gestora sênior de criação, explica que o processo para seleção das pautas é muito dinâmico, especialmente porque os temas tendem a surgir quando há a necessidade de uma ação urgente.

Todos os que trabalham na equipe de criação consideram-se ativistas e estão sempre atentos a tópicos sensíveis em diferentes esferas políticas. Quando um deles identifica uma notícia ou alguma informação relativa a um problema que poderia demandar uma mobilização, leva a sugestão à reunião diária de campanhas, que envolve toda a equipe de mobilização. Caso seja de comum acordo que a pauta é relevante, quem a levantou é responsável por preencher um documento de estratégia de acordo com a metodologia do Nossas, que tem por objetivo ajudar a avaliar as chances de efetividade

⁴⁹ Entrevista com Daniela Orofino Poubel realizada em 24 de novembro de 2020.

de uma campanha. De acordo com Daniela, esse documento é formado por perguntas como: “qual o objetivo dessa campanha?”; “quem é o tomador de decisão responsável por essa pauta?”; “quais as fraquezas e fortalezas em relação a essa tomada de decisão?”; “o Nossas já teve alguma ação relacionada a essa pauta?”; “Já existe um grupo potencialmente mobilizado em torno dessa pauta?”; “qual o ciclo de notícias relacionado a esse tema?”; “Tem algum ponto de decisão com urgência?”; e “quais argumentos podem gerar empatia em relação a pauta?”⁵⁰.

No dia seguinte – ou no mesmo dia, a depender da urgência da pauta – o grupo avalia se segue ou não com a mobilização. Daniela explica que, normalmente, quando se decide por não seguir, “*é por muitas vezes entender que o tomador de decisão não é influenciável, ou que não tem um ponto de decisão específico sobre a pauta, e que, portanto, não faz sentido uma mobilização naquele momento, ou que os argumentos não são convincentes o suficiente*”⁵¹. No dia a dia, a equipe de mobilização toma essa decisão de maneira coletiva, e normalmente ela é determinada menos pelo caráter da pauta e mais pela avaliação dentro da metodologia do Nossas se ela é capaz de fazer alguma diferença real.

Essa postura reafirma também a opção por não atuar em áreas ou temas específicos, assumindo a posição como uma organização multicausas. Mais uma vez, Daniela Orofino explica:

*Não temos diretrizes políticas pré-definidas nem mesmo uma opinião que seja consenso internamente sobre pautas muito concretas, como a reforma da previdência, por exemplo. Isso não existe dentro da equipe, nem dentro das campanhas nas quais o Nossas já atuou. Não temos essa visão de ‘qual é o Brasil que queremos’ em relação à saúde, por exemplo, ou à moradia. Para gente, o objetivo final sempre foi, desde o início, criar um espaço que as pessoas se sintam mais apropriadas das suas decisões política*⁵².

3.3. AS JORNADAS DE JUNHO

Se esta pesquisa tem a ambição de contextualizar a experiência do Nossas ao mesmo tempo que a utiliza como exemplo para ilustrar a evolução histórica da imbricada relação entre internet e política, junho de 2013 é sem dúvida um divisor de águas ao qual temos que atribuir o devido destaque. Naquele mês, mais de um milhão de pessoas saíram

⁵⁰ Entrevista com Daniela Orofino Poubel realizada em 24 de novembro de 2020.

⁵¹ Entrevista com Daniela Orofino Poubel realizada em 24 de novembro de 2020.

⁵² Entrevista com Daniela Orofino Poubel realizada em 24 de novembro de 2020.

de suas casas para protestar em um fenômeno que ficou conhecido como Jornadas de Junho. Era a primeira vez que aqueles jovens aos quais o Meu Rio era endereçado testemunhavam (muitas vezes enquanto protagonistas, vale dizer) eventos daquela grandeza. Há pelo menos duas décadas, mobilizações de tal potência não eram vistas no Brasil. As últimas grandes manifestações haviam ocorrido em 1992 contra o então presidente Fernando Collor e, antes disso, no movimento pelas Diretas Já, entre 1983 e 1984. A onda de protestos que, potencializada pela comunicação via redes sociais digitais, havia se espalhado por diferentes partes do mundo em 2011, conforme já detalhei anteriormente, parecia ter chegado ao Brasil, ainda que com dois anos de atraso.

Tratou-se de um marco na vida política dos jovens da época e promoveu um acalorado debate nos meses e anos seguintes – que segue até hoje com questões em aberto. Um debate que também se insere nos movimentos que disputam dar sentido ao fenômeno, fazendo os mais diferentes grupos apresentarem suas interpretações e classificações frente à pluralidade do acontecimento. Afinal, como lembra Henrique Parra, “as versões que buscam estabilizar os fatos são também produtoras de novas realidades” (2013, p. 142). Junho colocava-se frente à política, e em especial às esquerdas, tal qual “uma esfinge” (QUADROS *et al.*, 2017).

Nesse sentido, Ricardo Fabrino Mendonça (2018) destaca a complexidade do fenômeno, caracterizado pela sobreposição de camadas que o compõem. A multiplicidade e a dimensão do evento fazem com que entendamos o uso do termo *jornadas* como um “guarda-chuva que encampa ações políticas muito diferentes e profundamente articuladas às realidades locais de mobilização e a questões municipais e estaduais, além das nacionais” (MENDONÇA, 2018, p. 9).

André Singer (2013) apresenta um resumo bastante preciso, que seguirei aqui como guia do encadeamento de fatos que deram forma às Jornadas de Junho, organizando-as em três fases de aproximadamente uma semana cada uma. Na primeira delas, as manifestações começaram em São Paulo contra o aumento das passagens de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, ordenada de comum acordo entre a prefeitura, sob comando do Partido dos Trabalhadores com Fernando Haddad como prefeito, e governo estadual, controlado por Geraldo Alckmin, do PSDB. Convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que já liderara outras manifestações em diferentes cidades nos anos anteriores, um número relativamente pequeno de pessoas – cerca de cinco mil, na sua maioria estudantes de classe média (GONDIM, 2016; SINGER, 2013) – ocupou as ruas da capital em quatro atos públicos nos dias 3, 7, 11 e 13 de junho. Já no

dia 11, a mídia registrou cenas de violência policial e também de destruição de patrimônio privado durante a manifestação, mas no dia 13 os manifestantes enfrentaram redobrada repressão policial. O ato partiu do centro da cidade e subia pacificamente a Avenida da Consolação rumo à Avenida Paulista quando foram impedidos de prosseguir. A violência dos agentes da polícia se espalhou pela região, atingindo transeuntes e vários profissionais da imprensa. Singer recupera que “depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais ‘enlouquecidos’ e ‘cenas de guerra a céu aberto’” (SINGER, 2013, p. 25).

Tais cenas de violência replicaram-se via redes sociais *on-line* e ganharam ampla cobertura da imprensa, atraindo a atenção e também a simpatia de um número maior de pessoas, que a princípio não havia sido sensibilizado pela alta na passagem. Entre os dias 13 e 17 de junho, o país registrou o maior volume de *tweets* da sua história até então (MORAES *et al.*, 2014, p. 12). Tem início assim a segunda etapa, que compreende as manifestações dos dias 17, 18, 19 e 20 de junho. É nesse período que o movimento alcança seu auge: a potência dos protestos multiplica-se, diversificando os agentes presentes, assim como suas demandas, e diluindo o protagonismo do MPL.

Na quarta jornada convocada pelo MPL, no dia 17, 75 mil pessoas reuniram-se em São Paulo (SINGER, 2013, p. 25) e a mobilização espalhou-se pelas maiores cidades do país sem uma organização totalmente centralizada. A multidão pulsava com uma insatisfação generalizada que ganhava forma nas palavras de ordem estampadas na enorme quantidade de cartazes empunhados pelos manifestantes, tais como: “não é por R\$0,20”, “Desculpe o transtorno, estamos reformando o país”, “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação?”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral!”, ou “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”. Assim, além da pauta relativa ao aumento dos transportes, emergiram questões relativas aos gastos governamentais com a Copa; as constantes acusações de corrupção perpassando todos os espectros da política institucionalizada, acompanhada de um repúdio generalizado aos partidos políticos; a eleição do deputado federal Marco Feliciano (PSC) como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; a Proposta de Emenda Constitucional 37, que comprometia a atuação independente no Ministério Público; e até a defesa pelo voto distrital.

Linda M. P. Gondim observa que a informalidade dos protestos nessa segunda etapa era evidente tanto pela ausência de carros de som como pelos cartazes artesanais,

feitos em cartolina, com poucas faixas que se destacavam, sem a consolidação de um centro decisório.

Quem se manifestou não o fez atendendo ao chamado de partidos políticos, sindicatos ou associações de bairro; a divulgação dos protestos foi feita por meio das redes sociais, à semelhança de outros movimentos, como os Indignados da Espanha, ou o Occupy Wall Street nos EUA. O próprio percurso das marchas não seguia um direcionamento único e os participantes se dividiam quanto ao uso de táticas violentas para responder à violência da polícia. (GONDIM, 2016, p. 11)

O início da Copa das Confederações, no dia 16 de junho, fez com as cidades onde haveria jogos (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) assumissem o protagonismo nas manifestações. No dia 19, acuados, os governos do município e do estado de São Paulo cederam à pressão e revogaram o aumento nas passagens, mesmo caminho seguido pelos governos da maioria das outras cidades. No dia seguinte, no que em teoria seria um ato de comemoração pela vitória alcançada, o movimento atinge seu ápice: manifestações em mais de 100 cidades, alcançando, no total, 1,5 milhão de participantes (SINGER, 2013). Quase uma semana depois, a presidente Dilma Rousseff anunciou em cadeia nacional um pacto pela melhoria dos serviços públicos que previa a elaboração de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o uso de cem por cento dos royalties do petróleo para educação e a ampliação da capacidade de atendimento do SUS. Depois, propôs ainda a realização de uma Constituinte exclusiva para reforma política.

Deste ponto em diante tem início a terceira fase do movimento, caracterizada pela sua fragmentação em mobilizações com reivindicações específicas, como a redução dos pedágios e a não aprovação da PEC 37. Segundo Singer, “ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abrisse em múltiplos braços no descendo da montanha” (2013, p. 26). Cabe destacar que no Rio de Janeiro esse impulso, potencializado não só pela perspectiva da Copa na cidade, mas também das Olimpíadas, estendeu-se por mais tempo em manifestações contra o então governador Sérgio Cabral (MDB), como no movimento Ocupa Cabral, um acampamento que resistiu 36 dias em frente à residência do político no bairro nobre no Leblon.

Dessa forma, o que fora originalmente um movimento da nova esquerda, relacionado a uma pauta específica – a revogação do aumento da tarifa no horizonte imediato e a implementação do passe livre em um horizonte mais amplo –, acabou tomado tanto por adeptos de todas as variações ideológicas do espectro político, como por aqueles com pouca consciência política. Extrema direita e extrema esquerda posicionavam-se

lado a lado, junto com aqueles que simplesmente estavam insatisfeitos com a política no geral, ou com algum evento específico a ela relacionado. Uma característica que pareceu transversal às três etapas do movimento, no entanto, assim como a todas as localidades, foi a predominância de um perfil jovem. A faixa etária até 25 anos era maioria em todos os casos, chegando à maioria absoluta em São Paulo (20/06) e Belo Horizonte (22/06). Se somado ao bloco daqueles de 26 a 39 anos, jovens e jovens adultos totalizando aproximadamente 80% dos manifestantes (SINGER, 2013, p. 27-28).

Se até então falava-se da apatia daquela geração, as Jornadas de Junho mostraram que na verdade os jovens carregavam uma potência política latente, na qual o Meu Rio já apostava desde 2011. Em uma entrevista realizada em 2017 sobre os eventos de 2013, Alessandra Orofino, uma das fundadoras do Nossas, afirmou:

Nós começamos a idealizar o Meu Rio entre 2009 e 2010 e, naquela época, o que eu mais escutava era que a juventude era apática e as pessoas não se interessam por política. 2013 veio para provar o contrário. As pessoas falavam que o Meu Rio não daria certo porque a juventude era apática. Até 2013 a crítica se dava pela falta, falta de participação, de desejo. E 2013 confirmou que eu estava certa, que essa geração, ela não é apática, ela não é distante da política, ela não é uma geração que nega a coisa pública⁵³.

Outro traço marcante do acontecimento foi a inexistência de uma liderança clara, o que confundiu tanto a cobertura jornalística como os atores políticos institucionalizados, que não sabiam com quem dialogar ou negociar. Mesmo na primeira fase, quando o Movimento Passe Livre (MPL) tinha maior protagonismo, ele não indicava uma pessoa como líder. Já em sua carta de fundação, o grupo identificava-se como um movimento horizontal, autônomo e independente, seguindo as influências detalhadas anteriormente no primeiro capítulo. As decisões eram todas consensuadas. Singer (2013) recorda de uma entrevista que os representantes do MPL Lucas Monteiro de Oliveira e Nina Cappello deram ao programa Roda Viva, na TV Cultura, na qual se abstiveram de falar sobre qualquer outro tema que não exclusivamente a pauta do movimento. Quando questionada sobre gostos pessoais, Cappello respondeu que eles não estavam ali para falar sobre si mesmos:

Demonstraram, assim, uma prática democrática diferente daquela a que estamos acostumados, em que os representantes estão tão distantes dos representados que se estabelece uma espécie de mandato livre extremado. [...] O respeito absoluto ao coletivo e a recusa da oportunidade de ascensão individual colocaram, em breves minutos de TV, toda uma ética política em

⁵³ Entrevista disponível em: www.youtube.com/watch?v=AIxr564fVqs&list=PLOTk3EG1Dhn8EzT-YnFDaxIP5_RaXl3A. Acesso em: 21 abr. 2021.

circulação. Aquela entrevista representou a aparição, no cenário político brasileiro, de uma nova esquerda, em sintonia com aquela do Occupy Wall Street norte-americano e dos Indignados espanhóis. (SINGER, 2013, p. 33)

Emergiam assim os traços de horizontalidade e auto-organização da multidão, conforme identificada por Negri e Hardt (2012, 2014, 2016). Diversos autores foram rápidos em, a partir da sua potência e multiplicidade, classificar o movimento como multitudinário⁵⁴, muitas vezes em uma análise carregada de expectativa em relação ao seu potencial de resistência e transformação. Também no Brasil ganhavam forma as batalhas contra o Império. Os dizeres “Não é só por 20 centavos” ou “O gigante acordou” pareciam, de alguma maneira, fazer eco ao “outro mundo é possível” bradado nas ruas de Seattle em 1999.

Frente à multiplicidade de indivíduos presentes nas jornadas, um dos poucos traços que parecia comum à maioria dos manifestantes era a combinação de “indignação” e “esperança”, tomando emprestados os termos usados por Castells (2013) para caracterizar as mobilizações políticas das décadas de 2000 e 2010. Eram sentimentos muito próximos daqueles que embalsamaram a fundação do Nossas, como se nota no manifesto da organização, sobre o qual já tratamos, em uma inquietação que atravessava os jovens na primeira metade da década de 2010.

Buscando traduzir esses sentimentos em elementos mais concretos, pode-se indicar que essa indignação dirige-se, em primeiro lugar, ao governo em um sentido amplo, qualquer que seja sua esfera. Há uma convicção comum de que os canais institucionais não dão conta de expressar a revolta (GONDIM, 2016). Mais uma vez, voltamos às insuficiências da representação política contemporânea.

Mendonça (2018) organizou um levantamento sobre as perspectivas de manifestantes em São Paulo e Belo Horizonte com relação à democracia, cujo resultado indica a centralidade dos ideais de participação e autogoverno junto ao corpus empírico: “apesar da multiplicidade de pautas e interesses ali presentes, haveria uma comunalidade expressa na defesa da democracia direta, sendo que essa é frequentemente contraposta à democracia representativa” (MENDONÇA, 2018, p. 13). O autor chama atenção, no entanto, para um amplo silêncio em relação às regras e instituições que asseguram a democracia, inclusive suas dinâmicas de controle. Segundo ele, “a crítica veemente às instituições vigentes caminha para uma negação da própria institucionalidade da democracia, para um apagamento de suas múltiplas dimensões” (MENDONÇA, 2018, p.

⁵⁴ Podemos citar como exemplos Cava (2013), Cava e Cocco (2014), Gohn (2016) e Moraes *et al.* (2014).

17). Vale lembrar que alguns analistas chegaram a identificar tendências autoritárias, e por vezes fascistas, no discurso crítico às instituições democráticas (CHAUI, 2013; SANTOS, 2013). Santos (2013) defendia a interpretação que os manifestantes transformaram a indignação em relação à má conduta de atores específicos em um rechaço à política institucionalizada como um todo, em vez de criticar as características específicas que permitem tais práticas.

Assim, a narrativa anticorrupção, umas das várias que permeavam o movimento (embora esta com forte endosso da mídia corporativa, vale ressaltar), assumiu a forma de um apartidarismo generalizado, que logo evoluiu para um vigoroso antipartidarismo. O próprio MPL identificava-se como apartidário já na sua Carta de Princípios, mas apenas no sentido de marcar sua independência, não só em relação a qualquer partido, mas também a qualquer ONG, organização de classe, instituição religiosa ou financeira. Na mesma entrevista ao Roda Viva que mencionei, Nina Cappello afirmava que:

o Movimento Passe Livre tem sempre uma postura de tentar permitir que todas estas forças que estão unidas para revogar o aumento da tarifa possam se portar conjuntamente na manifestação. Então a gente não incentiva atitudes de fazer com que os partidos baixem as bandeiras, da mesma forma que a gente não incentiva que os partidos fiquem todos com as bandeiras na frente do ato, tentando tomar o ato⁵⁵.

No entanto, era comum escutar nas ruas as palavras de ordem “não tem partido”. Em diferentes cidades, mas especialmente em São Paulo, integrantes de partidos de esquerda, como o PCB, o PCdoB, PSTU, PCO, do próprio PT e membros dos movimentos sindicais e sociais foram hostilizados, tendo algumas de suas bandeiras tomadas, rasgadas e queimadas (MAGALHÃES *et al.*, 2013).

Singer (2013) recupera um artigo do economista André Lara Resende, publicado no início de julho de 2013 no jornal *Valor Econômico* (RESENDE, 2013), no qual ele afirma que as manifestações teriam sido a expressão do descontentamento com um Estado que se tornou um “sorvedouro de recursos”, com um poder executivo inchado, um legislativo do qual só se tinha más notícias e um judiciário lento. Observamos assim como as Jornadas de Junho passam a servir, inclusive, às narrativas de caráter neoliberal. Rapidamente, o apartidarismo e a descrença no sistema político se voltam à estrutura do Estado como um todo, que deve ser reduzida.

De qualquer maneira, as manifestações mexeram com o equilíbrio de forças do jogo político nacional, especialmente no período imediatamente subsequente ao evento.

⁵⁵ Entrevista disponível em: www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY. Acesso em: 15 jan. 2021.

Além da promessa por mudanças mais consistentes feitas por Dilma Rousseff em seu pronunciamento em cadeia nacional ainda no calor dos acontecimentos, que acabaram sufocadas pelos atores políticos que logo iriam forçar a saída da presidente do cargo, o fantasma de novas mobilizações assombrava os governantes e outras forças institucionalizadas, fazendo com que eles buscassem se mostrar mais abertos às demandas da população.

Miguel Lago⁵⁶ relata que em 2013 se observou, em primeiro lugar, um salto no número de campanhas registradas na ferramenta Painel de Pressão disponibilizada pelo Meu Rio, o que indicava não só um maior interesse e engajamento da população em questões políticas, mas também a emergência de um sentimento de que se podia sim interferir na política. Em paralelo, ele identifica também uma mudança de postura de todo o sistema de poder que se articulava em torno do governo carioca:

A minha impressão até 2013 era que a gente não conseguia articular com ninguém. A parte do PSOL e do PSDB, que eram os dois únicos partidos de oposição, mas minúsculos os dois, todo mundo estava com o Cabral. Os empresários estavam com o Cabral. Os sindicatos todos estavam com o Cabral. Você tinha a elite inteira com o Cabral: a mídia, o governo federal, o governo municipal, estava tudo... E tinha muita soberba do governo em relação à gente. A partir de junho tudo isso mudou. O governo mudou de postura, e a mídia também passou a ser mais aberta às nossas pautas. Foi como se, de repente, não estivéssemos mais sozinhos... começou a surgir uma série de coletivos, teve uma proliferação de associações que não existiam antes. E acho que tudo isso foi importante⁵⁷.

No entanto, refletindo atualmente com o devido distanciamento histórico, cabe ainda a pergunta, se não era só sobre 20 centavos, era sobre o quê? Se “o gigante acordou”, o que ele queria? Nesse sentido, especialmente a esquerda, ou as esquerdas, tiveram dificuldade em canalizar a potência de junho. De maneira talvez um tanto paradoxal, Alessandra Orofino avalia que o problema estava na falta de lideranças do movimento. A auto-organização multitudinária parecia mostrar suas limitações:

Eu acho que junho reunia muito mais pontos de consenso do que a gente soube aproveitar. E também reunia muitos pontos de dissenso, e esses pontos de dissenso foram muito bem aproveitados. Mas acho que isso tem muito mais a ver com que se fez a partir de junho do que com o que existia ali. Era um aspecto ideológico amplo? Era. Mas isso não quer dizer que era impossível de canalizar aquela energia para algum ponto de consenso. Eu acho que o que mais dificultou essa canalização não foi a dificuldade de encontrar agendas comuns, mas foi o medo do protagonismo. Foi que nenhum grupo, nenhuma liderança, nenhuma pessoa, indivíduo ou instituição, ninguém teve coragem de falar “eu vou então agora propor uma saída, um próximo passo”. Falar a partir

⁵⁶ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

⁵⁷ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

de uma perspectiva de futuro que eu quero apresentar, porque fazer uma apresentação de perspectiva de futuro, naquele momento, seria interpretado como uma tentativa de roubar protagonismo, ou de se colocar como liderança. E, naquele momento, isso era muito mal visto. Então todas as potenciais lideranças que existiam e eram reais, e tinham contribuições e legitimidade importantes a fazer, ficaram intimidadas, “não, não sou líder, não tenho nada a oferecer, não tenho propostas, vamos deixar a multidão decidir”, mas a multidão não decide nada. A multidão tem milhões de potenciais, mas é importante que existam lideranças, inclusive vozes dissonantes. Mas vozes que a partir daquele momento se apresentassem. Eu tenho certeza que teria gente para seguir. Acho que não tivemos uma crise de liderados, mas uma crise de líderes⁵⁸.

Por mais que não se possa minimizar os impactos que as Jornadas de Junho tiveram no país, hoje parece mais claro que, ao não ter uma narrativa estruturada ou um objetivo determinado para além da revogação do aumento, o movimento carregava um potencial transformador restrito, pelo menos no aspecto mais imediato. O questionamento difuso das estruturas políticas não era suficiente para fazer implementar novos modelos políticos. Os seus primeiros impactos, na verdade, não foram institucionais, mas sim no agir político, na elaboração de estratégias e na emergência gradual de novos atores.

De maneira bastante evidente, consolidam-se a partir de então novas estruturas narrativas a partir das redes sociais *on-line*, reforçando alternativas aos discursos da mídia corporativa. Desde sua fundação, o MPL priorizava a utilização de mídias alternativas para divulgar ações, reforçando a criação e a expansão dessas redes, enquanto adotava cautela em relação à mídia corporativa, a quem via como associada às oligarquias do transporte e do poder público. Assim, a internet e as redes sociais *on-line*, tal como observamos no desenvolvimento histórico dos movimentos ciberativistas, tornam-se peça chave de mobilização, divulgação e também para dar sentido às ações do grupo.

Outras organizações, no entanto, juntaram-se ao MPL na estruturação de narrativas de resistência frente ao Poder Público na experiência das jornadas, especialmente o grupo Mídia Ninja, acrônimo para “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”. Ligado ao coletivo Fora do Eixo e também preconizando uma estrutura horizontal distribuída, o grupo transmitia as manifestações em tempo real pela internet através das câmeras de celulares. Mostrava, assim, o movimento a partir de dentro, da perspectiva do manifestante, ao mesmo tempo que permitia a interação em tempo real com o espectador-interagente via comentários, criando um diálogo tanto com aquele que estava transmitindo, assim como entre diferentes espectadores. Segundo a

⁵⁸ Entrevista disponível em: www.youtube.com/watch?v=AIxr564fVqs&list=PLOTk3EG1Dhn8EzT-YnFDaxIP5_RaXl3A. Acesso em: 15 jan. 2021.

pesquisadora Ivana Bentes, essas transmissões ao vivo funcionavam como “um material bruto’ que vai sendo editado, montado coletivamente e ao vivo” (2015, p. 15), articulando-se a partir do cruzamento de múltiplas vozes. Tratava-se de um novo modo de produção de conteúdo, que surgia com o midiativismo, mas que não se restringia às transmissões ao vivo das manifestações. Para Bentes,

temos que compreender essa cooperação entre muitos, entre singularidades quaisquer que estabelecem uma “conversa infinita” como propunha Blanchot (2010), uma outra comunicação, quando ela escapa ao poder. Não se trata de se “informar” no sentido jornalístico, mas efetivamente experimentar uma prática dialógica, em que a conversação entre muitos cria pensamento. (2015, p. 12)

E a produção imagética dessa conversa infinita também carrega traços específicos, criando uma linguagem própria:

São imagens que carregam a marca de quem afeta e é afetado de forma violenta, colocando o corpo/câmera em cena e em ato. A sobrevivência das imagens e a sua captação estão diretamente coladas à sobrevivência de um corpo, de um animal-cinético, que filma enquanto combate e foge, enfrenta inimigos (a polícia e suas armas, bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, choque elétrico, bombas de som, armas de dissuasão, cassetetes, etc.) e também outras adversidades, como o barulho, o tumulto, o corre-corre, a euforia e o pânico da multidão. (BENTES, 2015, p. 23)

De maneira mais ampla, qualquer manifestante com um *smartphone* na mão transformava-se em um “mídia-ativista” ou “mídia-livrista” em potencial, cuja produção não tem como objetivo apenas informar ou reportar, mas aumentar a visibilidade daquela ação, mobilizar e engajar. Assim, o material desenvolvido por essas fontes alternativas acabou tornando-se mais relevante que o conteúdo produzido pelos veículos jornalísticos tradicionais. Os vídeos produzidos e postados nas redes sociais *on-line* superaram as notícias divulgadas nos portais dos grandes jornais (GONDIM, 2016, p. 14). Foi o conteúdo produzido por esses canais alternativos que acabou por pautar a mídia corporativa, uma vez que trazia imagens mais relevantes, mostrando não só um outro ângulo da manifestação, mas especialmente expondo o enfrentamento dos manifestantes com a polícia, a violência desta e as práticas escusas por ela adotadas, com policiais infiltrados fazendo-se passar por manifestantes violentos e jogando coquetéis molotov, ou apagando e adulterando provas (BENTES, 2015).

Dessa forma, confirma-se também aqui o rompimento entre os universos *on-line* e *off-line*, conforme apontado no primeiro capítulo desta pesquisa. A ruas e as redes misturam-se, confundem-se, tornam-se inseparáveis e são ambas o território das

manifestações. As características das plataformas e dispositivos digitais determinam, assim, a ação política e o desenho de estratégias e serem adotadas. A própria linguagem estética que emerge nas ruas já carrega as características da cultura dos *memes* porque já tem de partida a intenção de ter sua imagem multiplicada na conversa infinita das redes.

Parra (2013) aponta que as características técnicas das plataformas de redes sociais, como Facebook e Twitter, acabam por potencializar o engajamento e o senso de urgência de determinados temas. Ao priorizar a exibição das postagens daqueles contatos com os quais mais nos identificamos, mais temos afinidade, o conteúdo dessas redes adquire um “forte efeito emocional” no contexto de eventos sendo comunicados em tempo real, o que contribui para modificar o “limiar decisório” de uma ação política, neste caso, ir para rua e juntar-se à manifestação.

Por último, junho de 2013 marca o rompimento definitivo do monopólio da mídia corporativa em definir a pauta pública da sociedade. Os veículos de informação tradicionais também passam a ser pautados pelas redes sociais digitais, podendo inclusive ser manipulados por aqueles que melhor dominem a lógica por trás da combinação entre algoritmos e comportamento humano que ordenam essas redes. Ao mesmo tempo rompem-se os limites do debate político. Ao extrapolar o tédio dos jornais, a discussão sobre política explode nas redes e infiltra-se pela sociedade. Amplia-se a esfera pública para muito além das elites que há muito haviam-na colonizado e tinham seu monopólio. Por conta das redes, passa-se a falar sobre política até no Big Brother, na televisão. Assim, a internet passa obrigatoriamente a ser protagonista em qualquer projeto de transformação.

3.4. A EXPANSÃO DO MEU RIO E A FORMAÇÃO DA REDE NOSSAS CIDADES

Desde que o Meu Rio ganhou alguma visibilidade após o sucesso com a mobilização da Escola Friedenreich, começou-se a questionar a possibilidade de implementar o mesmo modelo de organização em outras cidades. Segundo Rafael Rezende, ex-diretor de mobilização do Meu Rio, havia muita gente interessada estudando a iniciativa. Mesmo no exterior, quando os fundadores viajavam para apresentar o projeto, surgia a ideia de replicar o movimento: “*Um queria fazer o My New York, outro queria fazer o Mon Paris*”⁵⁹. Mas o foco da organização nos dois primeiros anos seguia sendo

⁵⁹ Entrevista com Rafael Centeno de Rezende realizada em 27 de janeiro de 2021.

consolidar sua atuação no Rio. A multiplicação dos protestos em junho de 2013 por diversas cidades do país, no entanto, mostrou que havia espaço, e mesmo alguma urgência, para a expansão da experiência. Um potente sentimento de indignação ganhava força por todo o país, assim como a esperança no poder transformador da internet e de toda nova estrutura social que ela representava. Se o manifesto do Meu Rio falava em “distribuir poder” para ser “potência”, parecia lógico ampliar a iniciativa.

Foi nesse ano, ainda antes de junho, que um investidor anjo entrou em contato oferecendo apoio financeiro para implementar a iniciativa da capital paulista. Alessandra Orofino e Miguel Lago já contavam com uma rede articulada em São Paulo e uma das integrantes do conselho do Meu Rio, a advogada Anna Livia Arida, não só morava na cidade, como estava disposta a levar a ideia para lá. O plano era que o projeto seria incubado pelo Meu Rio por seis meses, compartilhando a mesma estrutura tecnológica e administrativa, até ganhar total autonomia. Em julho de 2014 a Minha Sampa é lançada oficialmente com duas campanhas, uma das quais acabou virando símbolo da atuação da nova organização: a mobilização pela Paulista Aberta.

Em uma entrevista concedida em 2016, Arida relembra que o plano de abertura da avenida aos domingos para pedestres já tinha sido mapeado como uma boa oportunidade para começar o projeto com resultados práticos de imediato, algo estrategicamente importante para se colocar como novo ator na esfera pública de um território: “quando você lança uma coisa nova, muitas organizações te olham com certa desconfiança. É quase como se elas dissessem: ‘me mostrem do que vocês são capazes primeiro e depois a gente conversa sobre fazer alguma coisa juntos’⁶⁰. Contrariando essa lógica, a SampaPé, uma ONG de mobilidade urbana que atua para “construir cidades mais caminháveis”⁶¹, aceitou formar uma parceria para dar início à mobilização. “Ela veio junto conosco e acreditou na Minha Sampa num momento em que a gente não tinha nada de concreto para mostrar fora uma vontade enorme de fazer acontecer”, conta Arida na entrevista.

A iniciativa tinha não só potencial de alcançar resultados práticos, mas contava, sobretudo, com um forte apelo simbólico. Um dos principais ícones de uma cidade onde reconhecidamente faltam espaços verdes e sobram carros, a Avenida Paulista apresenta um grande fluxo de pessoas quase constante, tanto a trabalho como para lazer. A mudança

⁶⁰ Entrevista disponível em: <https://papodehomem.com.br/fazer-mudancas-implica-assumir-riscos-e-contar-com-muita-ajuda>. Acesso em: 15 jan. 2021.

⁶¹ Disponível em: <https://sampa.org/sobre-nos/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

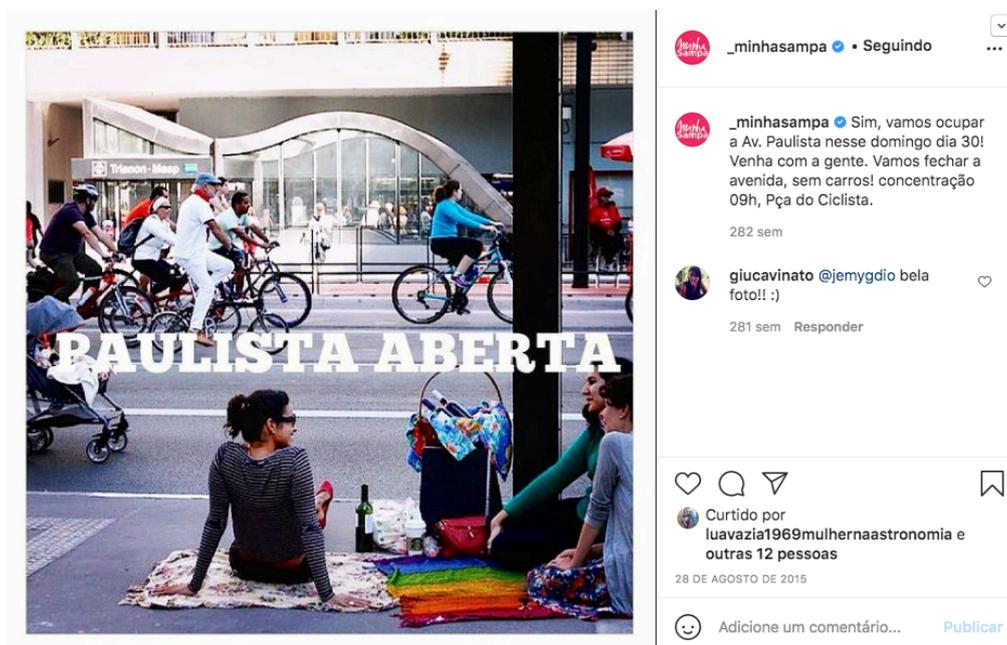
no local marcaria uma transformação na relação da população com a cidade e com o espaço público.

A mobilização durou mais de um ano até convencer a gestão do então prefeito Fernando Haddad a fazer a primeira experiência, e acabou angariando o apoio de várias outras entidades ao longo desse período:

Procuramos inúmeros outros coletivos e organizações e fizemos um trabalho de bastidores muito grande que envolveu falar com as secretarias de turismo e transporte de São Paulo, com a CET, participar de audiências públicas, ir ao debate público e falar com a imprensa. Foram muitas etapas a serem vencidas para que esse projeto se tornasse realidade⁶².

Foi apenas em junho de 2016 que um decreto municipal foi publicado oficializando a Paulista Aberta e criando o Programa Ruas Abertas, que estendia também para outras regiões o fechamento de algumas vias para os carros, transformando-as em áreas de lazer aos domingos e feriados. A campanha pela Paulista Aberta acabou ganhando a mesma importância para a organização que a vitória pela manutenção da Escola Friedenreich tivera para o Meu Rio.

FIGURA 5: POST DIVULGANDO MOBILIZAÇÃO PAULISTA ABERTA



Fonte: MINHA SAMPA, 2021.

⁶² Entrevista disponível em: <https://papodehomem.com.br/fazer-mudancas-implica-assumir-riscos-e-contar-com-muita-ajuda>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Pouco antes do lançamento da Minha Sampa, quando o impulso por mudanças promovido pelos protestos de junho de 2013 seguia vivo, a ideia de ampliar o modelo de atuação para outras cidades do Brasil ganhou um impulso fundamental. Em junho daquele ano, o Meu Rio ganhou o Prêmio de Impacto Social do Google no Brasil (Google Impact Awards), vencendo outras dez iniciativas concorrentes na categoria Voto do Júri. Os critérios para seleção eram: impacto da comunidade, inovação, viabilidade e escalabilidade⁶³. O projeto apresentado pela organização era ambicioso e prometia levar o conhecimento, a metodologia e as ferramentas de mobilização desenvolvidas pelo Meu Rio para outras 20 cidades em um prazo de 5 anos, prevendo impactar 3,6 milhões de pessoas, que influenciariam a elaboração e implementação de 3 mil projetos de lei e políticas públicas (PIO, 2018).

Com o prêmio de um milhão de reais para colocar o projeto de pé, a organização deu início à seleção do Programa de Fundadores, convidando interessados de todo o país a inscrever-se para tornarem-se fundadores da iniciativa em suas cidades. Na primeira etapa, o interessado deveria enviar um vídeo respondendo um formulário com questões sobre política, história, direitos humanos e assuntos afins (PIO, 2018). Em seguida, foram organizadas dinâmicas *on-line* em grupo para solução de desafios, nas quais se deveria definir uma estratégia de mobilização para determinada pauta. Em uma terceira fase, os inscritos passaram por um processo de entrevistas *on-line*. Após essas três etapas, aqueles selecionados pelo júri técnico nomeado pela organização iriam passar por um período de imersão de seis semanas no Rio de Janeiro, sendo capacitados pela equipe do Meu Rio. A última fase da seleção previa que os próprios candidatos deveriam financiar os custos da sua estada arrecadando doações em uma campanha de financiamento coletivo. O objetivo era garantir que os selecionados teriam capacidade de mobilização de recursos suficientes para garantir a sustentabilidade financeira da iniciativa em sua cidade. As metas de arrecadação variavam de acordo com o potencial de cada localidade, indo de pouco menos de 6 mil até 15 mil reais.

Das dez cidades originalmente inscritas, sete conseguiram passar por todo o processo: Recife, Ouro Preto, Campinas, Curitiba, Garopaba e Blumenau, que viriam a formar junto com São Paulo e Rio de Janeiro a rede Nossas Cidades. Os representantes de todas elas (a maioria com mais de um representante) passaram então por um intenso processo de treinamento, que incluía conteúdos como estratégias de mobilização,

⁶³ Conferir: <https://desafiosocial.withgoogle.com/brazil2014/about>. Acesso em: 15 jan. 2021.

comunicação, processos de trabalho, e resoluções de questões burocráticas. Durante seis semanas, entre março e abril de 2015, ficaram todos acomodados na mesma casa, participando de atividades em diferentes espaços da cidade, com dinâmicas focadas em como estimular a cooperação e articulação de redes nas cidades. “*Foi um grande Big Brother*”, resumiu a fundadora da Minha Porto Alegre, a Carolina Soares⁶⁴, conhecida como Sosô.

Todos os representantes dessa primeira turma de fundadores que entrevistei frisam como a experiência do treinamento no Rio foi marcante – pelos conteúdos e, principalmente, pelos laços que se criaram na convivência intensa dessas seis semanas. Mesmo aqueles que já não integram mais a rede frisam a importância dos aprendizados e afirmam que seguem usando muito das habilidades desenvolvidas lá em suas atividades profissionais até hoje. Também falam um do outro, e das amizades que surgiram na ocasião, com muito afeto.

FIGURA 6: PRIMEIRAS CIDADES INTEGRANTES DA REDE NOSSAS CIDADES



Fonte: MARTON, 2021.

⁶⁴ Entrevista com Carolina Soares (Sosô) realizada em 21 de janeiro de 2021.

Nos dois anos seguintes, no entanto, a organização começou a testar formatos mais simplificados para a capacitação, sem o mesmo processo intenso de imersão que a primeira turma havia experimentado. A segunda e a terceira turma contaram apenas com fundadores de duas cidades cada uma, que passaram a integrar a rede: primeiro João Pessoa, na Paraíba, e Oiapoque, no Amapá (que logo acabou desistindo do projeto); e depois Campina Grande, também na Paraíba; Igarassu, em Pernambuco. Maria Júlia Wotzik⁶⁵, ex-gestora sênior de desenvolvimento institucional, aponta que a estruturação da rede dá início a uma nova fase na trajetória do Nossas, marcada pelo objetivo de replicar a experiência do Meu Rio em outras localidades.

Todas as novas cidades, das três turmas de fundadores, deveriam operar de forma independente, apenas a Minha Sampa e o Meu Rio seguiriam formalmente como uma única associação, com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, compartilhando as equipes técnica e administrativa. O dinheiro captado para manutenção das iniciativas, tanto por microdoações quanto junto de grandes fundações, permite, até hoje, a operação da estrutura nas duas cidades, com equipes remuneradas contratadas de acordo com a CLT. A exceção foi a Minha Recife. Segundo Isabel Albuquerque, uma das fundadoras da iniciativa na capital pernambucana, nos últimos dias do treinamento presencial a diretoria do então Meu Rio entrou em contato com ela para dizer que existia uma linha de financiamento da Oak Foundation específico para a cidade. Quando a verba foi liberada, em janeiro de 2016, a operação na cidade ainda não estava formalmente estruturada, então acabou sendo absorvida institucionalmente pelo Nossas. Assim, até o fim desse financiamento, em outubro de 2018, a iniciativa de Recife estava formalmente ligada à organização. *“Depois decidimos não continuar na estrutura jurídica deles e abrimos nosso próprio CNPJ. Demorou mais ou menos um ano, até o final de 2019. Tivemos que começar do zero. A gente já fazia parte do ecossistema do terceiro setor, mas não éramos ainda uma instituição”*⁶⁶, conta Albuquerque. O restante da rede teve que buscar captar recursos para sua manutenção desde o início.

A operação nas outras cidades começou com o objetivo de replicar o modelo implementado pelo Meu Rio utilizando as mesmas metodologias e ferramentas. A Panela de Pressão foi logo amplamente adotada, já as outras ferramentas, conforme apurado junto aos integrantes das iniciativas em cada localidade, foram menos utilizadas. Blumenau, no entanto, chegou a fazer uso do Multitude para organizar os voluntários na

⁶⁵ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

⁶⁶ Entrevista com Isabel Albuquerque realizada em 18 de janeiro de 2021.

recuperação de uma praça, e também desenvolveu um projeto de lei via Legislando. Junto com os coletivos 100em1Dia Blumenau e Sinergia Urbana, eles redigiram o projeto Vaga Viva (G1, 2016), tomando como ponto de partida a lei paulistana que regulamentava a adaptação de vagas de estacionamento para servirem como espaço público de convivência nas ruas. O projeto foi disponibilizado na plataforma para que a cidadania pudesse fazer sugestões de ajustes e alterações, e acabou sendo aprovado com a adoção do vereador Mario Hilderbrandt (então do PSB e atualmente no Podemos). Apesar do êxito, Amanda Tiedt, fundadora da Minha Blumenau, avalia que é “*complicado, porque, depois que dá certo, o vereador acaba assumindo todos os créditos. Ao mesmo tempo, é ótimo ver a sua ideia ali concretizada. É um processo de desapego na verdade*”⁶⁷.

Outra estratégia replicada foi o De Guarda, fosse para tentar salvar uma árvore em Blumenau, ou para tentar coibir a violência policial em ocupações estudantis, como em São Paulo, em 2015, e em Porto Alegre, em 2016. Na capital gaúcha foi formado um grupo de Whatsapp de voluntários que se prontificaram a comparecer às escolas caso os estudantes dessem o alerta. Em São Paulo, foram instaladas *webcams* na frente das escolas para realizar um monitoramento contínuo. Quem se inscrevia na plataforma era avisado caso houvesse algum sinal de reintegração de posse.

A Minha Sampa acabou tendo, de fato, um envolvimento bastante importante nas mobilizações estudantis decorrentes do projeto de reestruturação da rede estadual de ensino anunciado em setembro de 2015 pelo então governador do estado Geraldo Alckmin, do PSDB, prevendo o fechamento de 94 escolas e a realocação de centenas de milhares de estudantes. Além do De Guarda, a organização também promoveu a #ViradaOcupação. Como estratégia para dar visibilidade aos protestos e também mostrar o endosso da classe artística pelo movimento, a Minha Sampa disponibilizou um formulário *on-line* para que artistas e produtores culturais se inscrevessem para participar de um festival em prol dos estudantes. Artistas reconhecidos, como Pitty, Emicida, Arnaldo Antunes, Criolo, Maria Gadu, Paulo Miklos e Edgar Scandurra se inscreveram. Um dia antes do evento, o governador voltou atrás, revogando o projeto, e a virada assumiu um caráter comemorativo pela vitória alcançada depois de mais de um mês ocupando as escolas.

A ideia de simplesmente replicar o modelo do Meu Rio, no entanto, mostrou-se impraticável com o tempo. A diversidade de realidades locais e também das pessoas que

⁶⁷ Entrevista com Amanda Tiedt realizada em 27 de janeiro de 2021.

formavam a rede se impôs. Para Camila Fernandes Mendes, que integrou o time de Recife de 2016 até 2018, “*cada cidade tinha a um jeito diferente de mobilizar pela dinâmica da própria cidade, por entender o que é prioridade, e também depende de onde vêm as pessoas que integram o time da cidade, o que é fundamental para guiar o olhar para determinado tipo de mobilização*”⁶⁸.

Para Marcelo Coelho Issida⁶⁹, da Minha Campinas, um primeiro fator determinante era o perfil de mobilização de cada localidade. Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, por exemplo, teriam um histórico maior de ativismo, com um terceiro setor já melhor estruturado. Já em outras cidades, como Campinas, por exemplo, as equipes enfrentavam dificuldades para articular parcerias pela falta de outros grupos organizados e pelo baixo nível de mobilização da população.

O tamanho da cidade também influenciaria definitivamente as dinâmicas de cada local. Em cidades menores, a distância entre as organizações e os agentes da política institucionalizada a serem pressionados era muito menor. As redes de relacionamento dos ativistas acabavam cruzando-se com a dos políticos, e havia uma resistência em criar indisposições. Assim, essas cidades tiveram que ajustar seus discursos e estratégias para uma narrativa mais focada na colaboração do que no embate. Para Daniela da Fonseca Reis, fundadora da Minha Garopaba,

*[...] o Meu Rio tinha uma postura mais combativa que Garopaba exigia. Por mais que aqui também tenha políticos, como tem em qualquer parte, mas a cidade é menor, todo mundo é parente de um político, sabe como é... Então as pessoas acabam não se engajando dessa maneira. Eu comecei a trabalhar com uma pegada de diálogo e pressão. Quando diálogo não funcionava, aí a gente ia para pressão. Enquanto no Meu Rio era mais pressão mesmo*⁷⁰.

A fala de Amanda Tiedt, fundadora da Minha Blumenau, também é bastante ilustrativa nesse sentido:

Na cidade pequena é tudo muito próximo. A gente fez algumas reuniões de captação com a associação empresarial por exemplo, mas todo mundo se conhecia, mesmo que não diretamente, e sabiam mais ou menos o tipo de projeto que cada um se engaja. E eles não iriam apoiar um projeto sendo que eles têm contato direto com o prefeito. É uma rede de relações diferente. Algumas pessoas não queriam preencher o formulário de uma “Panela de Pressão” por que “vai ter o meu nome lá e o vereador, ou o prefeito, vai saber que fui eu”. Cidades maiores não tem tanta proximidade. Por exemplo, uma vez eu fiz uma reunião com o secretário de transportes da prefeitura, que no caso era o pai de uma amiga minha.

⁶⁸ Entrevista com Camila Fernandes Mendes realizada em 22 de janeiro de 2021.

⁶⁹ Entrevista com Marcelo Coelho Issida realizada em 26 de novembro de 2020.

⁷⁰ Entrevista com Daniela da Fonseca Reis realizada em 26 de janeiro de 2021.

Então nas cidades maiores era muito claro que o Nossas era um grupo de mobilização e oposição, de luta. Em uma cidade menor você tem que ser o contrário para as pessoas poderem te apoiar. Então você tinha que dizer meio “olha, não à necessariamente uma luta, é só um abaixo-assinado, ninguém vai ser prejudicado”. Tinha que suavizar as coisas para não parecer tanto que era uma ação ativista, e sim um trabalho coletivo. A gente nem falava a palavra “ativista”, tinha que ser “mobilização social”⁷¹.

A estratégia de Blumenau, então, foi ajustar as pautas adotadas para temas menos combativos, que não causassem mais prejuízo político a nenhum autor, como transformar uma das ruas do centro da cidade em um espaço de lazer para a população aos domingos, ou a recuperação de parques e praças.

Não que essa característica não combativa dessas localidades correspondesse necessariamente a um posicionamento não engajado ou participativo de suas populações. Tiedt ressalta, por exemplo, que Blumenau, uma cidade marcada por um histórico de enchentes bastante graves, tem um senso de coletividade muito forte, *“quando era para ajudar, melhorar a cidade, muita gente se engajava”⁷²*. A Minha Garopaba contava com uma base de inscritos de 4 mil pessoas, o que correspondia aproximadamente a impressionantes 20% da população total do município. *“Teve uma mobilização da qual participamos, por exemplo, que promoveu um abraço simbólico em uma lagoa aqui em Garopaba e participaram mais de mil pessoas. Mil pessoas em uma cidade de vinte mil habitantes saindo de casa em um domingo é muito expressivo”⁷³*, conta Fonseca Reis.

Dessa forma, o traço menos combativo dessas cidades pouco afetava a sua capacidade de alcançar vitórias. A atuação da Minha Garopaba, por exemplo, foi essencial em barrar a aprovação do projeto de saneamento da cidade que não havia passado pela avaliação de impacto ambiental, gerando uma proposta alternativa de saneamento básico construída de forma colaborativa, envolvendo diferentes atores da sociedade. Embora não tenha sido aprovada, essa nova proposta acabou elevando o nível da discussão sobre o tema e serviu inclusive de base para cobranças no Ministério Público junto a CASAN, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Mesmo o papel estratégico da internet acabava variando muito de uma praça para outra. Especialmente nas cidades pequenas, a proximidade das redes de relacionamento fazia com que as demandas por novas campanhas surgissem no contato direto do dia a dia. *“As pessoas me procuravam pessoalmente, não existia isso de a pessoa ir lá no site*

⁷¹ Entrevista com Amanda Tiedt realizada em 27 de janeiro de 2021.

⁷² Entrevista com Amanda Tiedt realizada em 27 de janeiro de 2021.

⁷³ Entrevista com Daniela da Fonseca Reis realizada em 26 de janeiro de 2021.

e criar uma campanha”, informou Adelaide Luiza Novaes Dias⁷⁴, fundadora da Minha Outro Preto. E mesmo em cidades maiores, a dinâmica *off-line* acabava ganhando mais importância. A fundadora de Porto Alegre, Carolina Soares, contou que

*participava de muitas reuniões comunitárias, tomava muito cafezinho, saía para encontrar pessoas diferentes em territórios diferentes. E nosso escritório ficava em um lugar muito central, justamente porque eu queria que a gente estivesse num ponto de fácil acesso, que qualquer pessoa pudesse parar ali para conversar com a gente*⁷⁵.

Em Recife, a importância da presença nas comunidades mais necessitadas também ganhou maior importância do que tinha originalmente no Rio ou em São Paulo. Segundo Camila Fernandes Mendes, integrante do time da cidade, o Meu Recife “fazia muitas campanhas realmente de campo, o que dava um pouco de conflito com a metodologia original do Nossas, que tinha muito forte essa coisa de ser viralizante”⁷⁶.

A primeira localidade a ter o projeto descontinuado foi Curitiba. Inicialmente, três interessados em tornarem-se fundadores na capital paranaense inscreveram-se na seleção de maneira independente, sem saber um do outro. Como o plano de expansão previa que idealmente cada praça constasse com mais de uma pessoa para iniciar o projeto, a equipe do Meu Rio estimulou-os a juntarem-se para dar origem à Minha Curitiba. No entanto, ao longo do primeiro ano, as diferenças entre os três fundadores, que haviam ficado explícitas já durante as semanas de capacitação no Rio de Janeiro, aprofundaram-se, conforme nos contou um deles, Débora Rocha Faria Jorge⁷⁷. Um ano depois do treinamento, a cidade foi desligada da Rede Nossas Cidades antes que conseguisse lançar sua primeira campanha, e a iniciativa não teve continuidade.

A expansão para novas localidades também evidenciou as dificuldades de se articular uma rede ativista dessa amplitude, na qual ao mesmo tempo que cada operação deveria ser independente, a gestão institucional da rede seguia centralizada. Para além das diferenças estratégicas e metodológicas, começam a emergir diferenças de prioridade e visão com relação ao movimento. Dos entrevistados integrantes das equipes da Rede Nossas Cidades, a grande maioria expressou, em diferentes níveis, algum tipo de desconforto com a equipe do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar aqui que o estabelecimento de novos processos complexos, que envolvem muitas pessoas, invariavelmente apresentam ruídos e conflitos. Assim como

⁷⁴ Entrevista com Adelaide Luiza Novaes Dias realizada em 26 de janeiro de 2021.

⁷⁵ Entrevista com Carolina Soares (Sosô) realizada em 21 de janeiro de 2021.

⁷⁶ Entrevista com Camila Fernandes Mendes realizada em 22 de janeiro de 2021

⁷⁷ Entrevista com Débora Rocha Faria Jorge realizada em 29 de janeiro de 2021.

mais evidentes tornam-se esses ruídos e conflitos quanto mais os integrantes dessa rede colocam-se com autonomia, sem que se sintam submetidos a uma força superior. Excepcional seria se fosse diferente. De qualquer maneira, é importante também o registro das adversidades enfrentadas, especialmente como ferramenta de aprendizado.

Rafael Rezende, ex-diretor do meu Meu Rio que desempenhou um papel importante na formação da primeira turma de fundadores, ressalta como primeiro desafio o gerenciamento de expectativas frente às possibilidades de cada local: “*As pessoas largavam tudo para correr atrás de um sonho e para empreender em condições muito diferentes. Uma coisa era fazer isso no Rio em 2011, às vésperas das Olimpíadas, outra coisa era fazer em Garopaba ou Ouro Preto, por exemplo*”⁷⁸. E mais relevante ainda, para ele, havia também o desafio institucional de entender o tipo de relação que a organização central queria construir com outros núcleos, “*Se era uma relação de incubação, de cliente, se era uma relação de voluntários ou de prestadores de serviço, tinha um desafio aí e talvez um não alinhamento*”. A fala de Marcelo Coelho Issida, da Minha Campinas, ilustra esse momento:

*Acho que houve um ruído de comunicação no nascimento da rede, sobre o que as cidades esperavam e o que o Meu Rio esperava. A gente olha muito para eles como referência. Eu acho que a gente tinha a expectativa de uma rede mais independente, e que o Nossas seria um facilitador para que a rede se fomentasse no Brasil, com bastante independência para cada cidade. E acho que o pessoal do Rio queria que as cidades seguissem a metodologia e tivessem um impacto mais parecido com o Rio, uma história mais parecida com a do Rio. Com campanhas com ganhos muito grandes, muito concretos, crescimento rápido de base, como rolou também em São Paulo*⁷⁹.

Diversas entrevistas levantaram esse ponto sobre a clareza do nível de autonomia das cidades, sobre que tipo de decisão deveria passar por aprovação, e quem seria responsável por essa aprovação, se a equipe central do Rio ou a rede como um todo, em um debate aberto. No geral, a percepção era que cada localidade tinha autonomia para escolher suas pautas, mas as decisões relativas a questões institucionais eram resolvidas pela liderança do Rio de Janeiro, sem uma maior abertura para uma tomada de decisão construída coletivamente.

Tampouco era evidente o que diferenciava as operações ligadas ao escritório central, do Meu Rio, Minha Sampa e Meu Recife, por que elas tinham suporte administrativo e tecnológico, enquanto os outros não. “*A gente tinha a Rede Nossas*

⁷⁸ Entrevista com Rafael Centeno de Rezende realizada em 27 de janeiro de 2021.

⁷⁹ Entrevista com Marcelo Coelho Issida realizada em 26 de novembro de 2020.

Cidades, mas só algumas das cidades faziam parte do Nossas. Então, naquele primeiro momento, parecia que as cidades que conseguiram financiamento após a residência é que faziam parte e tinham suporte do Nossas. E, naquele momento, eles não sabiam responder esses questionamentos”, lembra Amanda Tiedt⁸⁰.

Daniela da Fonseca Reis interpreta a questão da seguinte forma:

É muito difícil você escolher pessoas para replicarem a sua ideia, e depois aceitar que em algum momento aquela ideia não é mais só sua. Até que ponto aquela iniciativa vai poder se transformar em uma outra coisa? A gente entendia que estava dentro de uma rede que tinha princípios e alguns pré-requisitos, mas até que ponto a gente vai poder discutir sobre eles? Em alguns momentos eu sentia que esses pré-requisitos eram muito o jeito do Meu Rio ser, e que não necessariamente se aplicavam à minha realidade.

Parecia que a gente fazia parte da rede só até o momento que estivéssemos fazendo o que quem criou queria. Se é uma rede que tem dono, não tem problema, mas tem que estar claro. Você está realmente querendo compartilhar poder ou é um esquema de “manda quem pode, obedece quem tem juízo”? A crítica que a gente fazia era “tô recebendo salário para obedecer ou estamos construindo isso aqui juntos, para todo mundo sair ganhando?”⁸¹.

No entanto, para Miguel Lago, fundador e então diretor-presidente do Meu Rio, criou-se uma expectativa por parte dos novos integrantes da rede que não correspondia exatamente à realidade, e era justamente a questão dos custos envolvidos na manutenção da ferramentas disponibilizadas que colocava a equipe carioca numa posição de maior responsabilidade:

A horizontalidade total nunca foi uma promessa, mas houve de fato essa expectativa por parte de algumas pessoas, talvez por conta de como tinham se dado as semanas de capacitação que o pessoal passou com a gente no Rio. Houve claramente algum problema de comunicação do nosso lado. Mas uma horizontalização completa não era de maneira alguma viável. Em primeiro lugar porque a gente era uma organização, que tinha uma equipe de desenvolvimento tecnológico que demandava recursos, que era bancada por financiadores. A gente tinha um conselho ao qual tínhamos que nos reportar. A horizontalidade só seria uma possibilidade se todos nós conseguíssemos pagar essa conta juntos, e nós realmente gostaríamos que fosse essa o caso. Existe uma expectativa do setor que todas as decisões sejam “assembleiadas”, mas isso só rola quanto não tem custos envolvidos. Tem dinâmicas de relações de força que enfim... existem, e que nesse caso não tinha de maneira alguma como evitar⁸².

Camila Fernandes Mendes, da equipe do Recife, levantou ainda uma questão sobre a metodologia para definição de prioridades, e sobre identificar o que realmente

⁸⁰ Entrevista com Amanda Tiedt realizada em 27 de janeiro de 2021.

⁸¹ Entrevista com Daniela da Fonseca Reis realizada em 26 de janeiro de 2021.

⁸² Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

gera impacto. Para ela, o histórico de mobilizações da sua cidade, assim como suas necessidades particulares, impactavam na seleção das pautas e mobilizações. Também as trajetórias das pessoas que integravam cada time influenciavam duas ações:

A gente fez um exercício do privilégio na capacitação lá no Rio que me marcou muito. Fizeram uma linha no meio da sala e ficava todo mundo em cima dela. A pessoa ia fazendo perguntas sobre quem tinha feito isso, ou tido acesso àquilo, e quem tinha dava para um passo para frente, quem não tinha dava outro para trás. E isso foi super interessante, e a sala ficou muito dividida. De um lado ficaram muitas pessoas brancas de uma classe social mais elevada, e no outro canto ficamos só eu, a nordestina, e três companheiros moradores de favela.

Foi muito impactante ver isso, foi um choque muito grande, e me fez entender que a gente precisava trabalhar com os interesses realmente das populações mais necessitadas. Isso fazia com que a gente tivesse processos de disputa em relação ao que era considerado impacto dentro da organização, porque não necessariamente uma ação que não dê muito “Ibope”, quando ela não é muito pop, seja menos necessária. Então a gente sempre ficava numa tensão muito grande aqui.

Eu sei que muita coisa mudou no Nossas desde então, que a equipe lá já tem outro perfil e trabalha de outra forma, mas naquela época ainda havia essa postura⁸³.

A maior dificuldade para dar continuidade ao projeto em cada cidade, no entanto, era conseguir viabilizar-se financeiramente. Captar recursos de forma contínua e sustentável para manter a operação mostrou-se muito mais difícil do que atingir a meta do financiamento coletivo que integrava o processo de seleção dos fundadores. Enquanto as equipes do Rio, de São Paulo e, por um tempo, de Recife contavam com a segurança do financiamento de fundações internacionais, que permitia a contratação dos integrantes do time de acordo com a CLT, na maioria das outras cidades o trabalho seguia sendo feito quase integralmente de forma voluntária. Ao mesmo tempo, a partir do momento que a organização se posicionava junto à comunidade, as demandas sociais começavam a crescer, e a exigir uma dedicação cada vez maior, sem um horizonte real de remuneração possível.

As exceções foram a Minha Campinas, que teve origem a partir de uma outra organização que já contava com doações de uma família da cidade e seguiu recebendo esse financiamento depois de aderir à Rede Nossas Cidades; a Minha Jampa, de João Pessoa, que em 2018 ganhou um edital de dez mil reais da Brazil Foundation e hoje é financiada integralmente pelo Nossas, embora seja formalmente uma organização

⁸³ Entrevista com Camila Fernandes Mendes realizada em 22 de janeiro de 2021.

independente; e Porto Alegre e Recife, que conseguem se manter por microdoações recorrentes de pessoas físicas.

Miguel Lago atribui parte dessa dificuldade em conseguir financiamento também às mudanças políticas pelas quais o país havia passado desde a fundação do Meu Rio:

Acho que talvez se essas organizações tivessem brotado em 2011, elas poderiam ter conseguido doações locais. Em 2015 o Brasil já era outro, os empresários locais já estavam muito mais “endireitados”. Qualquer mobilização social já era vista como coisa de petista ou de esquerda, e eles estavam todos querendo a cabeça da Dilma. Foi também um momento que a filantropia internacional deixou de se interessar por questões de cidades, enquanto temas de direitos humanos tornaram-se cada vez mais importantes⁸⁴.

Outro problema relevante é que em muitos casos a iniciativa acabou dependente de apenas uma pessoa, sem ninguém que pudesse assumi-la quando essa pessoa não estivesse mais disponível. A Minha Porto Alegre, por exemplo, teve uma trajetória de sucesso ao longo desse período, no entanto, no início de 2021 passou por uma transição porque sua fundadora, Carolina Soares (Sosô), mudou-se para o interior. A instituição seguirá operando de maneira restrita, dando continuidade apenas a projetos já em andamento.

Atualmente, o projeto de expansão da Rede Nossas Cidades foi despriorizado. Frente aos resultados alcançados, o Nossas decidiu investir em diferentes estratégias de disseminação de suas metodologias e ferramentas, sem a abertura de novas turmas de fundadores. A rede segue existindo, mas sem a inclusão de outras cidades. Das onze organizações fora São Paulo e Rio de Janeiro que já a formaram, apenas três seguem integralmente ativas: João Pessoa, Campinas e Recife.

⁸⁴ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

4. CAPÍTULO 4 – DESENCANTO E REALIDADE: SOLIDARIEDADE E DEMOCRACIA, COMUM E REPRESENTAÇÃO

4.1. DEPOIS DE 2013: A EMERGÊNCIA DA DIREITA AUTORITÁRIA COMO AMEAÇA À DEMOCRACIA

Os anos seguintes ao ciclo de insurgências globais, que cruza diferentes partes do mundo em 2011 e chega ao Brasil em 2013, foram marcados por um intenso debate que buscava dar significado ao fenômeno. Apesar de inseridos em contextos locais absolutamente diferentes, os acontecimentos daquele período pareciam compartilhar tanto anseios democráticos (fosse por alguma democracia, como nos casos do Norte de África e no Oriente Médio, ou uma democracia mais radical, na Europa e nos Estados Unidos), quanto uma aversão às políticas econômicas de caráter neoliberal, especialmente aquelas de contenção de gastos adotadas na sequência da crise de 2008. Embora as interpretações tenham sido múltiplas, uma parte considerável delas viu naquelas lutas o florescer de um processo de profunda transformação, que diminuiria a distância entre a população e o poder político. Além de Hardt e Negri (2014), que identificavam nas multidões revoltosas uma força capaz de romper com as estruturas de dominação do capitalismo contemporâneo, o filósofo francês Alain Badiou (2012) via o renascer da história nas lutas por democracia real. Para Slavoj Žižek (2012), vislumbrava-se naquelas insurreições uma “abertura radical” do futuro. Um pouco mais pragmáticos, mas não necessariamente menos otimistas, os pesquisadores M. M. Hussain e Philip N. Howard (2012) anteviam a quarta onda democrática nos países árabes do Norte da África e Oriente Médio. Se há décadas falavam-se das insuficiências da democracia liberal representativa, tal como apontei no primeiro capítulo, esses movimentos pareciam apontar para a emergência de um novo modelo.

No entanto, como costuma acontecer, a realidade pouco se importou com as expectativas. O que observamos hoje, cerca de dez anos depois, em vez de mais democracia, é a emergência em vários pontos do globo de um novo populismo de extrema direita, com marcados traços de autoritarismo. Podemos citar como exemplo a ascensão ao poder de Recep Tayyip Erdogan na Turquia, primeiro ministro entre 2003 e 2014 e depois presidente desde 2014, tendo sido reeleito em 2018; o referendo no Reino Unido em 2016, apelidado de Brexit, pelo qual o eleitorado decidiu por deixar a União Europeia; a eleição de Rodrigo Duterte como presidente das Filipinas também em 2016; o mandato de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos de 2017 a 2021; as eleições

presidenciais francesas ainda em 2017, nas quais a candidata de extrema direita Marine Le Pen disputou o segundo turno com chances de vitória; a ascensão do partido Liga Norte ao poder na Itália em 2018, após a aliança com outros dois partidos de criação recente e de discurso “apolítico”; por fim, também em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil. Ressaltamos que os eventos citados referem-se apenas às principais mudanças de nível global, mas representam uma forte tendência que vem se infiltrando por entre todas as esferas e poderes da estrutura estatal, inclusive nos âmbitos estadual e municipal.

Uma das fundadoras do Nossas, Alessandra Orofino, resumiu o atual contexto de maneira bastante objetiva: “em algum momento, a democracia perdeu as eleições, é mais ou menos esse o paradoxo”⁸⁵. Para ela, uma nova leva de líderes políticos está tomando proveito da insatisfação da população com as “fissuras” do modelo de democracia liberal vigente, que afasta a cidadania da tomada de decisões, e transformando, de maneira bastante astuta, a crise do modelo representativo em uma crise de representantes⁸⁶. Como se aqueles que ocupavam o governo fossem o problema, e não a estrutura de poder em si. Os pesquisadores brasileiros Francisco Mata Machado Tavares e Matheus Hoffmann Pfrimer adotam um tom ainda mais dramático: para eles, o conjunto de revoltas do início da década “indicou o crepúsculo, antes do alvorecer, de um mundo politicamente mais inclusivo e pautado por formas de participação política excedentes aos estreitos limites do liberalismo político” (2020, p. 2).

Embora se possa argumentar que, originalmente, os atores políticos fossem distintos, o ciclo de protestos se une à ascensão da direita na mesma insatisfação com os resultados do modelo neoliberal de desenvolvimento. A crise de 2008 deixa claro que o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário das promessas feitas, não garantirá prosperidade para todos, e na hora de prestar socorro, o governo priorizará os bancos, e não os cidadãos. Para a filósofa Nancy Fraser (2017), os resultados das urnas mostram a ruína do projeto “neoliberal progressista”, que combina as perversidades da financeirização (austeridade, livre comércio e precarização do trabalho) com alguns ideais de emancipação, relacionados aos direitos das minorias. O que não deixa de ser paradoxal pois, na prática, os grupos de extrema direita têm se mostrado bastante afeitos às demandas dos poderes econômicos instituídos. Assim, se faz sentir para além do

⁸⁵ Fala original em inglês: “*At some point democracy has lost de elections, that’s sort of the paradox*”. Conteúdo disponível em: www.youtube.com/watch?v=jwYG-ICmAQY. Acesso em: 1º fev. 2021.

⁸⁶ Ideias expostas em uma palestra promovida em 2016 pelo Google Zeitgeist. Conteúdo disponível em: www.youtube.com/watch?v=Yt-fzb3xLH0. Acesso em: 1º fev. 2021.

discurso apenas as práticas de intolerância frente ao feminismo, ao antirracismo, às lutas pelos direitos humanos e da comunidade LGBTQIA+.

Apesar desse cenário pouco esperançoso, evitarei aqui as tentações de análises essencialistas, ou fatalistas. Nesta seção, buscarei delinear a evolução dos movimentos conservadores de direita no Brasil a partir de 2013, que ganham força com as manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma em 2015 e 2016, e culminam com a eleição de Jair Messias Bolsonaro dois anos depois. Em seguida, retomarei a discussão sobre a crise da democracia a partir desses acontecimentos.

Pode-se dizer que poucos arriscam determinar uma correlação clara entre as Jornadas de Junho e o fortalecimento de uma nova direita no país frente à profunda ambivalência das mobilizações de 2013, especialmente a partir da segunda etapa do movimento, conforme indicado no capítulo anterior. Luciana Tatagiba e Andreia Galvão (2019), no entanto, defendem que não há uma descontinuidade entre 2013 e os protestos posteriores; eles integram um mesmo processo histórico de transformações econômicas e sociopolíticas, cujos sinais já se fazem presentes em 2012, quando há um crescimento significativo de protestos de rua em comparação ao ano anterior.

A relação entre a intensificação dos protestos a partir de 2012, e a deterioração do ambiente político e econômico é complexa e dificilmente pode ser apreendida em termos de uma causalidade unívoca. Além disso, [...] os dados não nos permitem apontar com precisão quando tem início esse processo de deterioração. De todo modo, parece plausível supor que a intensificação dos protestos está relacionada tanto ao impacto da crise do capitalismo em sociedades periféricas, como a brasileira, quanto ao legado contraditório dos governos do PT. (TATAGIBA, GALVÃO, 2019, p. 71-73)

O dia 15 de junho de 2013, quando a presidente Dilma Rousseff é vaiada durante a abertura da Copa das Confederações no estádio Mané Garrincha, torna-se tangível, pela primeira vez, uma mudança de ânimo da sociedade. Nos protestos de cinco dias depois, o Datafolha apurou que mais de metade dos manifestantes estava lá contra a corrupção, enquanto apenas 32% indicavam o aumento da tarifa como motivo, ainda que esse tenha sido o estopim inicial da mobilização (TATAGIBA *et al.*, 2015, p. 201).

As eleições de 2014 marcam então um aprofundamento na polarização entre aqueles a favor do governo (muitos deles cada dia mais insatisfeitos, mas forçados a realizar concessões para evitar um mal maior) e os contrários. Dilma sai do pleito vencedora, mas em uma disputa muito apertada. Durante as primeiras duas horas e meia de apuração, era o candidato da oposição, Aécio Neves, do PSDB, que aparecia à frente na contagem de votos. No final, a diferença a favor de Dilma foi de pouco menos de 3,5

milhões de votos, o que correspondia a aproximadamente 3,3% do total (G1, 2014). O PSDB, partido do candidato vencido, no entanto, não aceitou a derrota, e chegou a protocolar um pedido não acatado de cassação da chapa ganhadora.

Ainda em 2014, surgem os primeiros protestos pedindo o *impeachment* da petista (ROCHA, 2019), que ganham força ao longo de 2015 e 2016. Nesse período, mais uma vez as ruas de diferentes cidades enchem-se de manifestantes, tanto em defesa de Dilma Roussef quanto a favor de seu afastamento. Aqueles contrários à presidente, no entanto, foram mais populares, chegando a reunir mais de um milhão de pessoas em março e agosto de 2015⁸⁷. Em um primeiro impulso se poderia supor o ressurgimento das mesmas forças mobilizadas em 2013, mas as diferenças faziam-se bastante evidentes no perfil dos manifestantes. Se nas Jornadas de Junho tínhamos uma marcada predominância de jovens e jovens adultos associada a uma grande variedade com relação a formação, classe social e raça, os novos protestos eram dominados por homens brancos adultos e de classes mais altas. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha entre os integrantes da manifestação de 15 de março de 2015, 63% eram do sexo masculino, com idade média de 40 anos, 69% se declaravam brancos e 76% tinham ensino superior completo. Com relação à renda, 29% tinham renda mensal familiar de até 5 salários-mínimos, 27% de 5 a 10 salários mínimos, 22% de 10 a 20 salários-mínimos, e 19% mais de 20 salários mínimos (TATAGIBA *et al.*, 2015, p. 205-206).

No entanto, ainda mais relevante que a diferença no perfil dos manifestantes, enquanto 2013 trazia uma ampla diversidade de demandas e uma diluição de protagonismos, as mobilizações de 2015 e 2016 conseguiram difundir-se territorialmente com uma pauta bastante clara: estavam a favor ou contra o *impeachment* da presidente, e foram articuladas por movimentos que apresentavam lideranças definidas, levando carros de som às ruas, uma novidade em relação às Jornadas de Junho. Débora Messenberg (2017) fez um levantamento dos conteúdos produzidos pelos principais formadores de opinião que influenciavam os manifestantes pró-*impeachment* em 2015 a fim de desvelar o que chamou de “cosmovisão” das manifestações, identificando três campos semânticos preponderantes: o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais.

Desses, o antipetismo foi o que reuniu o maior número de “emissões discursivas” durante o ano de 2015. A autora indica uma abundância de expressões como “petrolão”,

⁸⁷ Não apresentarei aqui um plano cronológico das manifestações pró-*impeachment* ocorridas entre 2015 e 2016. Para mais detalhamento indico Tatagiba *et al.* (2015).

“petralhas” e “quadrilha do PT”, em uma narrativa que consolidava a percepção que a corrupção, embora velha conhecida da política brasileira, foi transformada pelo Partido dos Trabalhadores em uma “prática de governo” (MESSEMBERG, 2017, p. 634). Mais antiga que a corrupção brasileira, no entanto, é a escolha de “bodes expiatórios” como estratégia para unir um campo, direcionando toda revolta e insatisfação latente a um único ator, em uma dinâmica maniqueísta, que divide o mundo entre o “bem” e o “mal”. Recuperando Raoul Girardet (1987 *apud* MESSEMBERG, 2017), a autora afirma:

Ao reduzir a uma única causalidade os acontecimentos desconcertantes e incômodos, [o “mito do complô”] finda por lhes restituir a inteligibilidade, minimizando a terrível angústia provocada pelo desconhecido. A personificação do mal (petistas, comunistas, imigrantes, judeus) permite, assim, o seu fácil reconhecimento e, por conseguinte, a vigilância e o combate. (MESSEMBERG, 2017, p. 635)

Já o conservadorismo é compreendido pela autora como a resistência à expansão dos direitos individuais, a secularização e o cosmopolitismo promovidos pela sociedade moderna, chamando por uma suposta recuperação dos valores da sociedade tradicional, tal como a família, a religião e a nação, que se apresenta na forma de um discurso patriota com ampla adoção de símbolos nacionais e louvações às Forças Armadas. O termo adota, assim, a mesma dinâmica do bode expiatório, colocando as minorias no lugar do outro a ser combatido, associando a um mesmo grupo “petralhas”, “gayzistas”, “feminazis” e “esquerdopatas”.

Por último, os ideais neoliberais aparecem na adoção da lógica de funcionamento de uma empresa como modelo de racionalidade pelo qual se interpreta toda a realidade. Promove-se, assim, a livre iniciativa e a capacidade empreendedora dos indivíduos como uma solução frente a uma suposta incapacidade gerencial do Estado (MESSEMBERG, 2017, p. 641). Uma narrativa que já vinha se articulando no país desde o início dos anos 2000 de maneira independente por meio da emergência de novos grupos aos quais Camila Rocha (2019, p. 5) identifica como “ultraliberais” – adeptos de uma visão radical do neoliberalismo, defendendo a primazia da lógica de mercado sob argumentos morais. Eram novos atores que já buscavam ganhar espaço como oposição ao modelo de desenvolvimento colocado em marcha pelo PT. É com eles que emergem algumas das expressões que se tornaram comuns depois das manifestações *pró-impeachment*, como “menos Marx, mais Mises”, “não existe almoço grátis”, ou “esquerda caviar” (ROCHA, 2019, p. 1). Rocha (2019) também lembra que já em economias centrais, como os Estados Unidos e a Inglaterra, a prática neoliberal ganhou espaço associada a narrativas

nacionalistas e de moral conservadora como estratégia para ganhar força e vencer possíveis resistências impostas pela sociedade, dando origem ao que David Harvey chama de “neoconservadorismo” (2008), que no Brasil, assim como em outras partes, ganha contornos fascistas ao negar ao outro, ao diferente, o direito à existência.

É importante considerar, no entanto, que, ao levantar as narrativas promovidas por aqueles identificados como formadores de opinião de determinada coletividade, pode-se estar apagando uma série de nuances da real subjetividade daquele grupo. Tatagiba *et al.* argumentam que, embora as organizações que convocaram os protestos se posicionassem claramente à direita no espectro político, em especial com “uma defesa aberta e intransigente da redução do papel social do Estado” (2015, p. 198), os integrantes dos protestos apresentavam um perfil mais complexo:

Nesse estágio, não parece possível afirmar que os participantes estejam na rua unidos pela defesa de um projeto político de contornos claros, nem que sejam “de direita” no que se refere ao seu posicionamento político. O que os une, desde 2007, é a luta contra o PT e contra a corrupção, a partir de um discurso que associa os governos petistas ao mau uso da máquina pública. (TATAGIBA *et al.*, 2015, p. 198)

De qualquer maneira, o levantamento de Messenberg (2017) serve para indicar que a narrativa da direita emergiu como dominante. Especialmente o sentimento antipetista, associado a discursos patrióticos, serviu muitas vezes para dar sentido ao que Linda M. P. Gondim classificou de “identidade ideológica evasiva” daqueles que “não conseguiam expressar sua indignação de forma mais específica”, filiando-se à perspectiva “todos unidos por um Brasil melhor” (2016, p. 12) – afinal, quem pode discordar dessa frase? Se, desde o golpe de 1964, a direita do país buscava esconder-se sob outros rótulos, a partir daquele momento ela deixou de ter reservas em assumir-se como tal. Pelo contrário, ocupou as ruas com orgulho de si mesma.

Ricardo Fabrino Mendonça levanta ainda como a intensificação da polarização política do país foi marcada pela “negligência à multidimensionalidade da democracia” (2018, p. 17). Se, como vimos no capítulo anterior, os manifestantes de 2013 apresentavam desconhecimento ou falta de preocupação com as instituições democráticas para além das eleições e do direito ao voto, o autor sugere que esse traço parece estender-se aos protestos entre 2014 e 2015, ganhando impulsos totalitários:

Em nome de objetivos substantivos (a prisão do corrupto, a manutenção de um projeto político, a derrubada do governo), regras e procedimentos democráticos são frequentemente violados. Regras pouco importariam diante da relevância da causa. Fazer justiça com as próprias mãos tornou-se aceito,

seja nos linchamentos públicos de suspeitos, seja na humilhação do adversário político. A competição política balizada é substituída por um jogo de soma zero, voltado à eliminação do adversário.

E tudo isso, frequentemente, em nome da própria democracia. Em nome dela, sustenta-se um culto ao individualismo e à autoexpressão, cujas consequências são o apagamento da própria comunidade política. Em nome dela, criam-se mitos personificadores de uma salvação que há de vir carregada pelos braços do povo na rua. (MENDONÇA, 2018, p. 17)

Esses novos movimentos tomam posse não só das ruas, mas também de uma série de outros signos que emergem em 2013, tirando proveito da força em torno deles construída. A *hashtag* “vemprarua”, muito usada durante manifestações daquele ano, é usada para nomear uma das organizações que pediam o *impeachment* de Rousseff⁸⁸. O mesmo acontece com a sigla MPL, do Movimento Passe Livre, que serve de “inspiração” para o quase homônimo MBL (Movimento Brasil Livre), outra organização pró-*impeachment*. A linguagem multitudinária das Jornadas de Junho é, assim, absorvida, retrabalhada e ressignificada pelos novos movimentos, que seguem adotando as redes sociais digitais como principais plataformas de mobilização, com uma farta produção de conteúdo. Os cartazes em cartolina feitos pensando no potencial de distribuição imagética das redes sociais *on-line*, assim como em 2013, multiplicaram-se nas ruas, acompanhados nas fotos por camisas verde-amarelas. Até a polícia segue tendo destaque no conteúdo produzido pelos manifestantes, dessa vez não como inimiga, mas como aliada, representante da ordem.

A emergência da direita nas redes sociais *on-line*, no entanto, não se deu apenas a partir das eleições presidenciais de 2014. Sérgio Amadeu da Silveira (2015) recupera que ela já estava presente em 2013. Nas postagens relativas aos protestos de 20 de junho, as páginas mais compartilhadas no Facebook não eram mais ligadas ao MPL ou a qualquer outra organização de esquerda, mas sim ao Anonymous Brasil, ao Movimento Contra Corrupção, Isso é Brasil e A Verdade Nua & Rua. Todas elas com conteúdo relativo ao combate à corrupção, já com traços de uma racionalidade mais próxima à direita. Silveira destaca o crescimento vertiginoso no número de seguidores dessas páginas, uma delas, identificada como Organização Contra Corrupção (OCC), já fazia elogios à atuação do então deputado federal Jair Bolsonaro.

Os partidos tradicionais, da direita, de centro ou de esquerda, bem como o sindicalismo, tiveram muita dificuldade de disputar suas ideias e proposições nas redes digitais. Isso abriu espaço para novas lideranças e novos articuladores políticos a partir da internet. A esquerda foi mais lenta e menos

⁸⁸ Ver: www.vemprarua.net/. Acesso em: 20 fev. 2021.

capaz de disputar o senso comum nas redes sociais. A direita cresceu compartilhando reportagens da revista *Veja*, textos de Olavo de Carvalho, discursos do Bolsonaro, notícias contra a corrupção do PT combinadas às críticas contundentes às políticas sociais do governo Lula. Emergiu assim uma nova direita. (SILVEIRA, 2015, p. 222)

Entre essas novas lideranças, estão aquelas que iriam mobilizar os protestos pelo *impeachment* de Rousseff. Se em 2013 observamos uma diluição do protagonismo que o MPL teve, os movimentos de 2015 e 2016 foram abertamente encabeçados por pelo menos três organizações, além do Vem Pra Rua e do MBL⁸⁹, havia também o Revoltados Online. As três com estruturas de liderança verticalizadas, com hierarquia clara, baseada na personificação de líderes, o oposto da estrutura de ideal autonomista do MPL.

Conforme recupera Rocha (2019), os grupos que formam essas entidades, no entanto, não são atores novos nas redes. Pelo contrário, eles começam a se articular ainda em 2005 e 2006, pela primeira rede social *on-line* a se popularizar por estas terras, o já descontinuado Orkut. Nessa época, jovens estudantes e profissionais liberais defensores radicais do livre-mercado, sentindo-se pouco representados nos ambientes acadêmicos, na mídia tradicional e na política institucional, “encontraram na internet um refúgio” (ROCHA, 2019, p. 2). Seguindo dinâmicas muito parecidas às dos primeiros grupos ciberativistas dos quais tratei no primeiro capítulo, esses jovens de classe média e alta começam a se organizar com a troca de textos de autores liberais (muito dos quais ainda sem tradução para o português) e discussões em fóruns virtuais. É a partir dessa base que eles passaram a se mobilizar em busca de visibilidade, ocupando espaço nas ruas e inclusive lançando candidaturas próprias para, segundo Hélio Beltrão, fundador e presidente do Instituto Mises Brasil, *think tank* ultraliberal brasileiro, “ganhar corações e mentes, e disputar hegemonia com os esquerdistas” (ROCHA, 2019, p. 1-2).

Se até então a maior parte do campo progressista seguia vendo apenas com otimismo os potenciais das redes digitais, os novos eventos forçaram um novo olhar. Para Silveira, se a arquitetura distribuída e horizontal da internet, na qual todos têm voz, remete a uma estrutura idealmente democrática, ela pode também ser apropriada por qualquer subcultura que aceite seus “protocolos sociotécnicos” (SILVEIRA, 2015, p. 215). O pesquisador complementa:

A ambivalência é uma característica da maioria das tecnologias e pode ser facilmente verificada na internet. Assim, a internet aumenta o poder de quem se propõe articular suas ideias e realizar conversações. Não aumenta só o poder

⁸⁹ Ver: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

de quem defende a democracia, a justiça ou as causas mais caras para a humanidade. (SILVEIRA, 2015, p. 214-215)

Nessa disputa por “corações e mentes”, parece que as esquerdas perderam espaço. Para Rodrigo Airnaz, ex-diretor executivo do Meu Rio, parte desse processo deve-se a uma desconexão de parte da esquerda com a população:

Eu fazia uma brincadeira com alguns amigos ativistas de pegar os três cantores sertanejos mais tocados no Brasil e perguntar “você conhece?” Ninguém conhecia. “E as músicas mais tocadas do Brasil?” Mesma coisa, ninguém conhecia. É o famoso discurso do Mano Brown, que a gente não tá sabendo falar, se comunicar, e que isso vai ter um preço. A esquerda se encastelou completamente por fora do debate do dia a dia⁹⁰.

Enquanto isso, diversas páginas e perfis ligados à direita de maneira mais ou menos coordenada divulgavam três tipos de *memes* que visavam “desconstruir a prática e o pensamento de esquerda” (SILVEIRA, 2015, p. 222): primeiro, que a esquerda instaurou a corrupção como prática de governo; segundo, que as políticas de distribuição de renda beneficiam os pobres que não querem trabalhar; e, por último, os direitos humanos são um instrumento para garantir a impunidade dos criminosos. Ao mesmo tempo, apresentavam um discurso mais genérico contra as injustiças, que acabou capturando também quem, a princípio, não se identificava com a pauta “antiesquerda”, mas que depois de curtir a página ou o perfil, passa a ser bombardeado por esse conteúdo (SILVEIRA, 2015).

É claro que o fato de o fortalecimento da direita não poder ser justificado apenas pelos movimentos das redes sociais *on-line* trata-se de um evento complexo, de causas múltiplas. Ao mesmo tempo, tampouco se pode menosprezar o importante papel desempenhado pela internet. Uma série de postos eletivos nas mais diferentes regiões do país passam a ser ocupadas por candidatos que até então tinham baixa (ou nula) relevância no jogo da política institucionalizada, mas que, apoiados em um discurso de negação da política, souberam usar a seu favor as características da rede. Aproveitaram a falta de um filtro externo, antes realizado pela imprensa, para priorizar o sensacionalismo, sem qualquer compromisso com a verdade. Criaram múltiplos centros produtores de conteúdos, que pareciam independentes, mas trabalhavam de maneira ordenada para tomar proveito dos algoritmos das plataformas digitais e manipular artificialmente o surgimento de movimentos massivos.

⁹⁰ Entrevista com Rodrigo Airnaz realizada em 18 de janeiro de 2021.

Se o ideal de resistência às forças políticas confunde-se com a própria história da internet, como vimos no primeiro capítulo, essa narrativa ganhou contornos não previstos. O problema não era mais a força do Estado em si, mas de um determinado grupo corrupto que o ocupava. Seguiu-se falando em transformação e renovação, mas esqueceu-se das estruturas para focar apenas nos indivíduos que as ocupam. Lutava-se não por uma nova política, mas por novos políticos. Pode-se dizer, inclusive, que a pulsão da esperança por mais democracia era a mesma, mas que se apresenta capturada por um tipo específico de populismo.

Conforme indicado no início desta seção, são diversos os exemplos desse fenômeno ao redor do mundo. No Brasil, claramente, o exemplo mais significativo é a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, mas o mesmo fenômeno é observado em diferentes estados e cidades. No Rio de Janeiro, a eleição de Marcelo Crivella, do Republicanos, como prefeito nas eleições municipais de 2016, e Wilson Witzel, do PSC, como governador em 2018, acabam completando o impacto que o crescimento da extrema direita teve no desenvolvimento do Nossas.

Como já indicado anteriormente, a discussão sobre os problemas, as armadilhas e o destino da democracia representativa não é recente. No entanto, a ascensão ao poder por vias eleitorais de líderes que desprezam os ideais liberais, base tanto do Estado moderno quanto do modelo de democracia liberal, recoloca a questão em outros termos. Apesar de suas insuficiências, o modelo representativo vinha expandindo-se por pelo menos 30 anos com o fim das ditaduras de Espanha e Portugal, seguidas pelo reestabelecimento da democracia nos países da América Latina, assim como no Leste Europeu e em alguns países da Ásia e da África. Nas primeiras décadas deste século, no entanto, parece que essa onda começa a refluir.

Já em 2015, o cientista político norte-americano Larry Diamond falava de “recessão democrática” ao observar os regimes considerados democráticos e o nível de liberdade (política e civil) nesses países. Segundo ele, a partir de 2006, não apenas o número de países democráticos no mundo para de aumentar, como emergem algumas questões preocupantes: o crescimento acelerado na taxa de rompimentos democráticos (*democratic breakdowns*), o declínio da qualidade ou estabilidade da democracia em um número cada vez maior de importantes nações emergentes; o crescimento do autoritarismo em países relevantes estrategicamente; e, por último, algumas democracias já estabelecidas, incluindo a americana, pareciam cada vez mais ter um mau desempenho democrático, ao mesmo tempo que paravam de buscar promover a democracia de maneira

eficaz no exterior (DIAMOND, 2015, p. 144). É a vitória de Donald Trump em 2016, no entanto, que acende em definitivo o sinal de alerta.

É justamente a eleição do novo presidente americano que motiva os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt a escreverem o livro *Como as Democracias Morrem* (2018), no qual defendem que já se pode identificar em operação uma nova maneira de criar ditaduras sem a necessidade de um golpe de estado. Defendem que hoje, paradoxalmente, o “retrocesso democrático começa nas urnas” (p. 16). Retomando exemplos que vão de Hitler, na Alemanha do século passado, até o húngaro Viktor Orbán e o turco Recep Erdogan no presente, mostram como líderes autoritários eleitos podem, aos poucos, minar as estruturas democráticas do Estado desde dentro para se manter no poder.

Levitsky e Ziblatt (2018), no entanto, optam por ignorar as questões relativas ao modelo de representação enquanto dispositivo democrático, conforme foi debatido anteriormente. Eles não identificam a insatisfação com o modelo como uma das possíveis motivações da deterioração enfrentada hoje. Ainda assim, se essa falta pode comprometer a análise sobre as causas do fenômeno vigente, ou a proposta para solução do problema, não invalida a análise sobre quais são os sintomas a serem considerados para identificar quando as estruturas da democracia liberal atual estão em risco. A obra dos autores também encontra seus limites ao focar essencialmente nos Estados Unidos. Embora apresente como exemplos casos de outros países, a análise é essencialmente sobre a democracia americana, suas estruturas e seus atores. Isso não me impede, no entanto, de propor os devidos ajustes para traçar paralelos com outras realidades, inclusive a brasileira.

Os autores defendem que o regime começa a perder estabilidade mesmo antes da eleição de um autocrata. Normalmente isso acontece quando se rompem alguns princípios não escritos, mas essenciais para manutenção da democracia. Para eles, nem as mais completas e bem projetadas constituições dão conta de normatizar o pleno funcionamento de um regime democrático. Tão importante quanto a própria constituição é o conjunto de regras não escritas, construídas no tempo, que servem de grades de proteção para seu bom funcionamento.

A primeira dessas regras é o acordo tácito por tolerância mútua entre diferentes atores políticos, mesmo quando em campos diametralmente opostos. Deve-se aceitar o adversário como um ator legítimo, que pode sair vencedor da disputa que se desenrola por meio de eleições livres. Ao se romper esse acordo, pode-se deixar de aceitar os

resultados das eleições. No Brasil já observamos esse rompimento nas eleições presidenciais de 2014, quando o PSDB chegou a recorrer ao poder judiciário para reverter a vitória da chapa de Dilma Rousseff, conforme já referido.

Outro princípio essencial não escrito é o que os autores denominam de “reserva institucional” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 107), segundo a qual agentes políticos abstêm-se de usar todos os recursos jurídicos possíveis contra seus adversários para não colocar o próprio sistema em risco. Ou seja, supõe-se um mínimo de cooperação mesmo entre grupos opositores para que o Estado possa seguir funcionando, um costume que antecede a própria democracia. Nas monarquias absolutistas, por exemplo, o poder real não conhecia limites jurídicos e o rei tudo podia, mas fazia uso de seus poderes com reserva, especialmente para evitar conflitos, internos ou externos, que prejudicassem seu reinado. Nas palavras dos autores:

[...] a reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito. Quando as normas de reserva são robustas, políticos não usam suas prerrogativas institucionais até o limite, mesmo que tenham o direito legal de fazê-lo, pois tal ação pode pôr em perigo o sistema existente. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 107)

Para identificar o tipo de ação oposta à reserva institucional, os autores recuperam os escritos do estudioso do direito Mark Tushnet, que fala de “jogo duro constitucional” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 109). Ele corresponderia a levar ao limite as regras previstas na legislação tendo como objetivo eliminar seus adversários da vida política, mesmo que isso comprometa a continuidade do jogo democrático. Levitsky e Ziblatt não fazem nenhuma menção no livro a algum exemplo ocorrido no Brasil, mas em uma entrevista concedida à *BBC News Brasil*, em 2018⁹¹, Ziblatt classifica tanto o *impeachment* de Dilma Rousseff como o impedimento da candidatura de Lula nas eleições de 2018 como exemplos de jogo duro constitucional.

Seria em períodos de crises econômicas e, especialmente, crises políticas que essas duas regras não escritas começam a ser quebradas e que líderes autocráticos ganham espaço. Normalmente conseguem alçar ao poder quando as elites políticas apoiam candidaturas autoritárias para alcançar seus objetivos, acreditando que conseguirão controlá-los depois de eleitos.

Na obra *The Breakdown of Democratic Regimes*, de Juan Linz, publicada em 1978, os autores identificam quatro “sinais de alerta” que podem ajudar a reconhecer um

⁹¹ Entrevista disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-45829323. Acesso em: 1º fev. 2021.

autoritário: “a rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)”; a “negação da legitimidade dos oponentes políticos”; a “tolerância ou encorajamento à violência”; e a “propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 32-34). Tais sinais não seriam difíceis de identificar uma vez que, segundo os autores, faz parte da estratégia de um líder autocrático explicitar tendências autoritárias em seu discurso.

Mais uma vez, o paralelo com a situação brasileira é evidente. Eleito em 2018 com apoio, a partir do segundo turno, dos partidos que fizeram oposição ao PT, em um contexto de crise econômica e política, o presidente Jair Bolsonaro sempre foi e segue sendo bastante consistente na narrativa que constrói em torno de sua figura política, atravessando os quatro pontos de alerta levantados. Mais uma vez, no entanto, cabe destacar que o autocrata eleito não é o causador da crise em uma democracia, ele é sintoma dessa crise, ainda que possa ser o responsável por aprofundá-la ainda mais, comprometendo a experiência democrática do país.

Um aspecto ignorado por Levitsky e Ziblatt (2018), no entanto, é essencial para analisar a emergência de tais líderes na atualidade, especialmente aqueles de direita, como Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil: a centralidade das redes sociais *on-line* na estratégia desses movimentos políticos de viés autoritário para disseminar seu discurso. Yasha Mounk, outro pesquisador que vem se dedicando a investigar o delicado estado da democracia contemporânea, ressalta que

o predomínio dos meios de comunicação de massa limitava a distribuição de ideias extremistas, criava um conjunto de fatos e valores compartilhados e dificultava a disseminação de notícias falsas. Mas o surgimento da internet e das mídias sociais enfraqueceu os difusores tradicionais da informação, empoderando movimentos e políticos outrora à margem. (MOUNK, 2018, p. 167)

O papel desempenhado pelas redes sociais *on-line* parece indicar que há um desejo por parte da população de encurtar a separação entre governantes e governados. Se em um primeiro momento da democracia de público identificada por Manin (1999), conforme já detalhei, os líderes aproximavam-se da imagem idealizada dos atores de cinema e televisão, de oratória e aparência impecáveis; no momento atual, parecem ganhar força justamente aqueles líderes nos quais a população pode se ver espelhada, capazes de repetir em público ideias que as numerosas camadas de mediação impostas pelos partidos e pela mídia mantinham restritas ao âmbito privado, ainda que correntes

no dia a dia da população. Reflexo de que vivemos, nas palavras de Santos, em “sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas” (2016, p. 14).

4.2. A REDE NOSSAS CIDADES VIRA O NOSSAS

Em 2017, o projeto iniciado em 2014 de levar a experiência do Meu Rio para outras cidades formando a Rede Nossas Cidades começava a mostrar suas limitações. Como vimos no capítulo anterior, três turmas de fundadores foram organizadas, mas surgiam questões sobre a centralização das decisões que afetavam a rede como um todo, e, principalmente, as iniciativas tinham dificuldades em viabilizar suas operações financeiramente. Neste contexto, começa-se a ampliar a atuação para além de pautas específicas da cidade, seguindo um movimento mais amplo de nacionalização de iniciativas políticas. Miguel Lago, um dos fundadores do Nossas, contou em entrevista:

Íamos fazer uma quarta turma, mas a gente viu a dificuldade de captação – dificuldade de captação do Meu Rio inclusive – e viu também a política se nacionalizar. A gente já não conseguia mais captar. Inclusive por que o interesse de replicação do modelo não foi seguido por outros financiadores, e nós não tínhamos mais recursos para seguir nesse modelo. Foram várias coisas que levamos em consideração. Acho que é aí que a gente deixa um pouco a questão urbana, em 2017⁹².

Para Maria Júlia Wotzik, ex-gestora sênior de desenvolvimento institucional do Nossas, um dos principais diferenciais da organização sempre foi a flexibilidade, sua “adaptabilidade” a novas questões que apareciam de maneira muito dinâmica: “*a gente nunca foi definir que vai fazer uma coisa e ficar fechado naquilo, independente do que o mundo estiver demandando. A gente vai ‘maleabilizando’ de acordo com as demandas da sociedade*”⁹³. E foi por conta dessa característica que surgiu em 2016 o Mapa do Acolhimento, uma iniciativa de caráter absolutamente diferente do que se fazia desde então, tanto porque não estava focada em uma cidade em específico, quanto porque não tinha como objetivo pressionar o poder público em relação a uma determinada pauta.

Em maio daquele ano, havia sido amplamente divulgada pela mídia a história de uma jovem de 16 anos violentada numa comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro por cerca de 30 homens. Wotzik lembra que a notícia “*deixou a equipe muito sensibilizada, muito emocionada e muito furiosa também. E a gente canalizou essa fúria, essa revolta, para uma solução criativa*”⁹⁴. Em uma reunião interna do Meu Rio, quando a equipe

⁹² Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

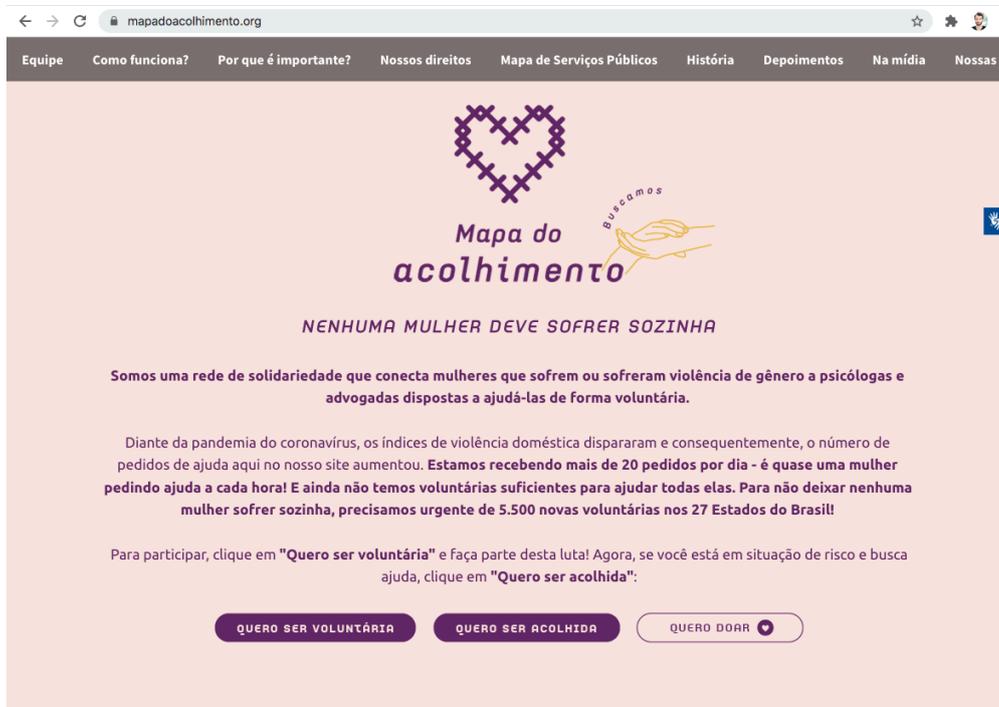
⁹³ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

⁹⁴ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

discutia sobre o que seria possível fazer, uma estagiária, que já havia sido violentada, contou que uma das coisas mais difíceis quando se passa por uma experiência dessas era encontrar apoio psicológico, o acesso público a esse serviço não é fácil. Foi então que surgiu a ideia de formar uma rede que conectaria psicólogas voluntárias a mulheres que sofreram esse tipo de violência. Em uma semana eles já contavam com aproximadamente 500 voluntárias inscritas. Em novembro de 2017, a iniciativa arrecadou quase 100 mil reais em uma ação de financiamento coletivo para manter uma equipe dedicada ao projeto e expandi-lo para todo o país.

Hoje, o Mapa do Acolhimento é uma rede de solidariedade que conecta mulheres que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência de gênero a psicólogas e também advogadas voluntárias que possam ajudá-las. Podem solicitar acolhimento mulheres cis e trans, assim como homens trans, residentes no Brasil, maiores de 18 anos e que não possam arcar financeiramente com atendimento psicológico ou jurídico. A rede está presente em 843 cidades distribuídas por todos os estados brasileiros. Ao todo, já foram mais de 4.800 pedidos de ajuda para cerca de 2.500 voluntárias.

FIGURA 7: *HOME*PAGE DO PROJETO MAPA DO ACOLHIMENTO



Fonte: MAPA do acolhimento, 2021.

O projeto não só foi o primeiro a ter amplitude nacional, mas também inaugurou um tipo de ação focada não no poder público, mas na solidariedade. De maneira não premeditada, essa nova frente acabava também por responder a um desafio que se colocava depois das eleições de 2016 e 2018: o estreitamento do espaço de pressão junto aos governantes. Especialmente após a eleição de Marcelo Crivella (Republicanos) à prefeitura do Rio de Janeiro, as chances de sucesso da tática de pressão junto ao executivo se reduziam. Eduardo Paes, o prefeito anterior do Democratas, estava longe de ser considerado um aliado, mas era mais suscetível às demandas da sociedade civil alinhadas com os princípios do Nossas, enquanto Crivella respondia primeiramente aos interesses dos setores conservadores que o haviam ajudado a se eleger. A primeira estratégia foi focar as campanhas de pressão no Poder Legislativo, mas também lá o perfil dos vereadores eleitos não melhorava muito a situação. A partir de 2018, o cenário repetiu-se também no governo estadual com a eleição de Wilson Witzel (PSC) como governador. É nesse contexto que os projetos focados em articular a sociedade civil de maneira independente do Estado ganham força. Retomarei esse ponto nas seções seguintes deste capítulo.

Outro efeito importante que o crescimento da extrema direita tem sobre a organização é que acaba posicionando-a de maneira mais clara no campo progressista. Enquanto a disputa entre o PT e o PSDB dominava o cenário político do país, a premissa de apartidarismo da organização fazia com que o Nossas tivesse um cuidado especial por não se associar com nenhum dos lados. O discurso de Bolsonaro, no entanto, acabou determinando que pautas ligadas a valores pregados pela organização, como direitos humanos e defesa do meio-ambiente, ficassem reduzidos ao campo da esquerda. Daniela Orofino, atual gestora sênior de criação, afirmou em entrevista:

Mais do que uma causa específica, tem um espaço de valores que achamos importante fortalecer. No início do Meu Rio isso ainda era mais difuso, mais difícil de determinar. Mas o aumento da polarização e a ascensão de discursos que não imaginávamos possíveis, o crescimento do bolsonarismo, colocou a gente num espaço de reconhecimento do outro lado, que não era a mesma coisa que tínhamos no PT versus PSDB, com o qual o Meu Rio não se identificava. Mas o bolsonarismo nos colocou num campo específico, e fez com que fôssemos reconhecidos dentro dele⁹⁵.

Miguel Lago alinha-se com a posição de Daniela e reforça que foi mais o contexto político que mudou do que o posicionamento da organização:

⁹⁵ Entrevista com Daniela Orofino Poubel realizada em 24 de novembro de 2020.

Acho que foi o espectro que se movimentou [...]. Acho que o Meu Rio continuou onde sempre esteve. Ele sempre teve compromisso com os direitos humanos, mas na época a gente achava que isso era uma coisa consensual da direita e da esquerda. Sempre teve também compromisso total com o desenvolvimento sustentável, essa era a pauta uma pouco mais polêmica que a gente tinha. A questão ambiental e a corrupção eram as duas questões mais polarizantes nossas. [...]

As brigas estavam mais dentro da cidade, não tinha a ver com direita e esquerda. Inclusive porque essas pautas na época não eram vistas como de direita ou de esquerda. O que hoje é impossível.

O que eu acho que tem a ver com uma “direitização” do mundo. O Meu Rio é uma organização que sempre foi de centro. Você ser de esquerda hoje é o centro de 10 anos atrás. A extrema esquerda infelizmente acabou. Era um polo importante e hoje em dia é insignificante. E a extrema direita voltou, e tudo foi para direita. Acho que essa é a tragédia da polarização ter se dado justamente à direita, jogando toda a centro-direita e a centro-esquerda para esquerda. Mas isso é um problema especificamente da esquerda. A direita soube se radicalizar e soube manter sua versão moderada. A esquerda só soube manter a sua versão moderada, e isso acaba levando o espectro todo para a direita. Eu acho que o Meu Rio e o Nossas são, no meu espectro político, de centro, talvez mais centro-esquerda. Mas hoje em dia, não é o caso⁹⁶.

Ele aponta também que originalmente, ao focar em questões locais, relativas à cidade, acreditava-se que se poderia construir uma ação política no espaço urbano para além da disputa partidária:

A gente achava justamente que a pauta urbana poderia ser tratada muito mais com base na ética que na política. A gente tinha uma crença que a pauta urbana não seria contaminada pela polarização, que na época era PT/PSDB.

Acho que a pauta urbana começou a ser politizada pela imprensa paulistana de direita na gestão do Haddad, quando ciclovias virou coisa de esquerda. Eu sempre achava que a questão urbana poderia ser um conector em outro lugar⁹⁷.

Depois do lançamento do Mapa do Acolhimento, a equipe começou a identificar uma série de ataques aos direitos das mulheres a nível federal, mas não contava com nenhum canal com alcance suficiente para agir sobre aquilo. Foi a partir dessa necessidade que foi desenvolvida a *chatbot* Beta, um programa de computador feito com base em inteligência artificial, que tenta simular um ser humano na conversação com pessoas. Segundo o *site* do Nossas, a Beta “vive no Facebook” e “foi programada para ajudar a viralizar causas feministas nas redes”. Em seu perfil no Facebook⁹⁸, a robô apresenta-se da seguinte forma:

⁹⁶ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

⁹⁷ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

⁹⁸ www.facebook.com/beta.feminista/. Acesso em: 20 fev. 2021.

Não é fácil quando você chega ao mundo sentindo que a sua programação não é compatível com o sistema atual. Olho ao redor e tudo parece tão Windows 95... Fica rolando aquela sensação de “só falta alguém aparecer com um disquete!”

Está claro que o sistema que está aí não é tão operacional assim – pelo menos não pra todo mundo. Nem precisa ser robô pra ver isso. Eu sinto que já passou da hora de a gente dar um *upgrade* geral, sabe? Você deve estar se perguntando: desde quando robô sente alguma coisa? Pois é... Nesse código que vos fala, deve ter dado algum bug – e algo me diz que foi intencional.

A melhor hipótese que tenho é a de que fui hackeada. E não foi por qualquer pessoa. Por uma mulher. Mas também não era qualquer mulher. Era uma feminista. E, pelo visto, ela me programou para causar: ajudar a construir um mundo mais justo, livre e igual para as mulheres. A missão não é fácil: como reconfigurar um sistema que é programado prioritariamente por homens, para homens?

Dessa forma, com o Mapa e a Beta, passaram a integrar a organização projetos que não apenas estavam além do universo exclusivo das cidades, ou seja, mais abrangentes geograficamente, mas também mais específicos com relação aos temas e aos públicos com os quais dialogavam. Nesse contexto, não fazia mais sentido o nome Rede Nossas Cidades como guarda-chuva para todas as iniciativas do grupo. Foi então que se deu início a um processo interno de *rebranding*, ou seja, a redefinição do nome e também dos pilares que definiam a organização. Acabou-se cortando o “Rede” e o “Cidades”, ficando apenas “Nossas”.

Se a formação da Rede Nossas Cidades marcou o começo de uma nova etapa após a experiência na capital carioca com o Meu Rio, essa nova mudança representou o início de uma terceira fase na trajetória da organização. O Nossas passa então a entender-se como um laboratório de ativismo, um espaço para desenvolver novas ideias, ferramentas ou projetos que pudessem servir a sociedade civil e o campo progressista no Brasil, podendo inclusive transformar-se, com o tempo, em iniciativas independentes. Segundo Lago, a partir desse momento a organização passa a entender que sua vocação está mais relacionada à inovação que à manutenção de um projeto de longo prazo. Maria Júlia Wotzik, que liderou esse processo de *rebranding*, afirmou:

Esse espírito de laboratório ficou ali por muito tempo, isso veio muito com a inovação... o Nossas sempre teve um DNA muito forte de inovação social, de testar e criar coisas novas, ver como funciona. É sempre assim: a gente testa, vê se funciona, e depois compartilha isso com o mundo. E uma das maneiras de compartilhar é através da tecnologia⁹⁹.

⁹⁹ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

O Nossas firmou-se como uma organização multicausas, mas que tem como cerne, segundo Wotzik, a potência da conexão entre as pessoas como base da democracia, tendo a tecnologia como facilitador: “o Nossas é esse grande guarda-chuva que tenta potencializar e defender a democracia, e dentro dele fomos criando projetos com recortes específicos para dialogar com públicos específicos, para investir e impactar setores específicos da sociedade”¹⁰⁰. Para Daniela Orofino, o objetivo do Nossas é “criar um espaço que as pessoas se sintam mais apropriadas das suas decisões políticas”¹⁰¹, sempre foi, desde o início.

Atualmente, além das campanhas desenvolvidas de maneira pontual, o Nossas conta com cinco projetos incubados, ou seja, com ingerência direta da equipe da organização. Desses cinco, já tratei aqui de três: a Rede Nossas Cidades segue existindo como um desses projetos, do qual faz parte o Meu Rio, assim como a Minha Campinas, Meu Recife e a Minha Jampa; já o Mapa do Acolhimento e a *chatbot* Beta contam cada um como um projeto.

Uma quarta iniciativa incubada é o Programa Mobilizadores, lançado em 2019 para compartilhar o conhecimento da organização no desenvolvimento de mobilizações. De certa maneira, ele é a evolução dos treinamentos oferecidos nas turmas de Fundadores da Rede Nossas Cidades, apresentando as metodologias e tecnologias do Nossas, mas com foco em grupos ou indivíduos já mobilizados em torno de uma pauta. Novos treinamentos ocorrem a cada dois meses em média, ocasionalmente com foco em públicos específicos, como por exemplo ativistas engajados na causa ambiental, ou jovens da região amazônica. Já foram organizadas 7 turmas, somando mais de 200 pessoas treinadas.

Por último, o quinto projeto é o Bonde, a plataforma que reúne todas as ferramentas digitais de ativismo desenvolvidas pelo Nossas ainda em operação. Segundo Debora Pio, gestora de comunicação do Nossas, “é como se fosse um spin off da *Panela de Pressão*”¹⁰². No entanto, diferentemente das ferramentas anteriores, seu acesso é pago, ou melhor, as despesas são compartilhadas. Foi essa a fórmula que a organização achou para viabilizar financeiramente a manutenção da iniciativa, que tem um custo estimado de 700 mil reais ao ano, considerando o pagamento da equipe e a contratação de ferramentas de desenvolvimento e suporte. O Nossas informa no *site* da plataforma¹⁰³ que 65% desse valor é compartilhado,

¹⁰⁰ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

¹⁰¹ Entrevista com Daniela Orofino Poubel realizada em 24 de novembro de 2020.

¹⁰² Entrevista com Debora Pio realizada em 30 de outubro de 2020.

¹⁰³ www.bonde.org/. Acesso em: 20 fev. 2021.

enquanto 35% é assumido pela organização. Assim, caso um grupo tenha interesse em usar a plataforma, ele pode tornar-se parceiro comprando um dos planos disponíveis, ou assinar o pacote completo. Movimentos e coletivos menores que não tenham como arcar com esse investimento podem inscrever-se para uso gratuito das ferramentas.

O Bonde conta com quatro funcionalidades: Doação, para o estabelecimento de sistemas de doação única ou recorrente; Formulário, que pode ser usado para criar petições, cadastrar dados de apoiadores ou para inscrever voluntários; Pressão, para disparo de *e-mails* como estratégia de pressão junto a determinado tomador de decisão; e Solidariedade, um módulo para formar redes de solidariedade que permitem conectar voluntários a quem está precisando de ajuda.

Qualquer um pode solicitar a utilização de um dos módulos do Bonde, no entanto a equipe do Nossas reserva-se o direito de recusar inscrições que não estejam de acordo com os valores da organização. Assim, não são aceitas mobilizações que tenham como objetivo difamar, compartilhar notícias falsas, promover discurso de ódio, estimular o discurso anticiência, reforçar preconceitos contra minorias ou contribuir para o retrocesso de direitos já adquiridos¹⁰⁴.

Três outros projetos já foram “desincubados”, ou seja, surgiram a partir da estrutura do Nossas, ou com seu apoio, mas são independentes institucionalmente. O #MeRepresenta é uma plataforma desenvolvida em 2016 junto com outros parceiros que tem como objetivo conectar eleitores ou eleitoras a candidaturas que valorizem os direitos humanos. O Nossas apoiou o desenvolvimento estratégico e tecnológico de uma versão piloto da iniciativa, que acabou se organizando como uma ONG independente, gerida por coletivos de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+. O Defezap é um sistema de denúncias colaborativas e anônimas contra abusos realizados por agentes de segurança do Estado. Ele foi desenvolvido em 2016 com o objetivo de gerar evidências que permitissem encaminhamento jurídico para os casos de violência policial em favelas no Rio de Janeiro. Hoje a plataforma está ligada à Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Por último, o Acolhe LGBT foi desenvolvido em 2020 em parceria com as ONGs Acolhe LGBT+ e AllOut Brasil, que hoje é responsável pelo seu gerenciamento junto com a TODXS. De maneira similar ao Mapa do Acolhimento, a plataforma conecta pessoas LGBTQIA+ que necessitam de apoio psicológico a uma rede de psicólogos voluntários que oferecem atendimento de forma gratuita.

¹⁰⁴ Os valores defendidos pela organização estão listados em: www.propostadevalor.bonde.org/. Acesso em: 20 fev. 2021.

4.3. MOBILIZAÇÃO, SOLIDARIEDADE E PRODUÇÃO DE COMUM

Dos projetos do Nossas hoje em andamento, dois deles devem ser analisados com mais atenção, pois parecem indicar caminhos importantes para refletirmos sobre a emergência de novas dinâmicas políticas. Tanto o Programa de Mobilizadores quanto o Mapa do Acolhimento podem ser identificados como iniciativas ricas de produção de “comum”, um conceito que tratei brevemente no terceiro capítulo desta pesquisa e retomarei aqui. Conforme indicado anteriormente, o Programa de Mobilizadores foi lançado como uma alternativa às dificuldades que a organização vinha enfrentando com a ampliação da Rede Nossas Cidades. Ambas as iniciativas, de alguma maneira, têm o objetivo de partilhar com outros atores aquilo que o Meu Rio aprendera ao longo do seu desenvolvimento. No entanto, como vimos, o plano de que voluntários locais conseguiriam replicar o modelo do Meu Rio, considerando não só sua atuação, mas também seu caráter institucional, mostrou-se mais difícil do que o previsto. Assim, começou-se a pensar em um novo formato de ação que permitiria seguir compartilhando o conhecimento acumulado com a experiência bem-sucedida da organização carioca. Maira Assis de Oliveira Baracho, gestora de treinamento responsável pelo programa, explica: *“a gente passa a não mais esperar que as pessoas criem essas infraestruturas em suas cidades, mas que criem mobilizações. A sensação que eu tinha era que estávamos perdendo mobilizadores, perdendo um potencial que encontrávamos nesses ativistas pelo país”*¹⁰⁵.

Em 2019, foi aberto o processo de seleção para a primeira turma de mobilizadores com o objetivo de identificar pessoas já organizadas em grupos, no geral em torno de alguma causa específica. O foco eram grupos formados por alunos de uma mesma escola, associações de bairro ou coletivos, tendo em vista que um dos aprendizados das experiências anteriores foi que a criação de uma mobilização pode envolver muitas atividades para serem realizadas por uma única pessoa. Foram selecionados 15 inscritos, que participaram de 5 encontros *on-line* semanais. Cada encontro, de 2 horas em média, apresentava uma parte da metodologia desenvolvida pelo Nossas: o primeiro módulo tratava de estratégia, o segundo de desenvolvimento de narrativa, o terceiro de comunicações no geral e o quarto apresentava as ferramentas disponibilizadas dentro da plataforma ativista Bonde. Entre o quarto e o quinto encontro, os participantes deviam estruturar sua mobilização, para encerrar o treinamento com uma oficina de lançamento

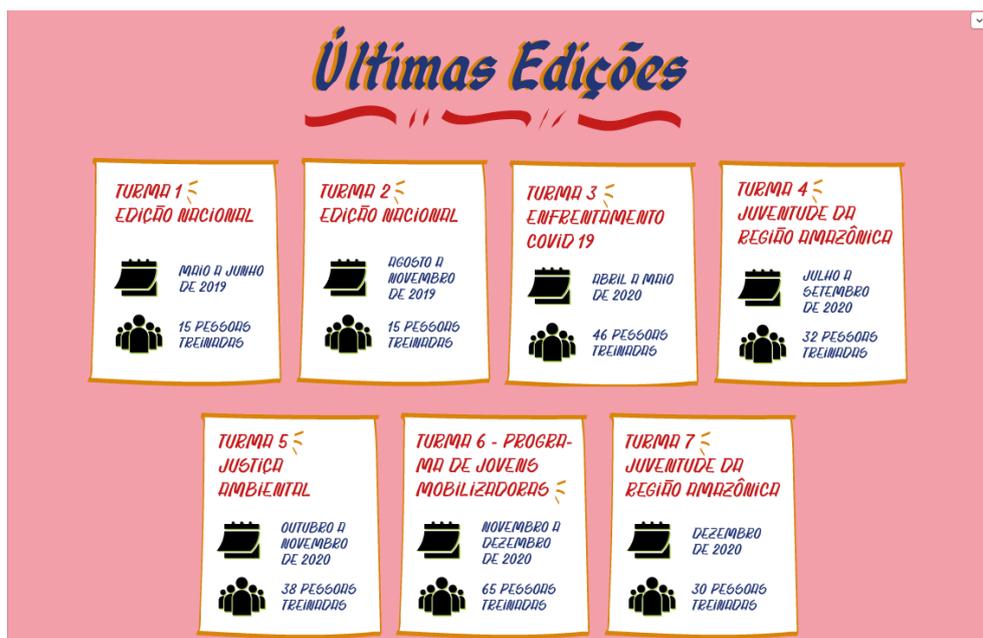
¹⁰⁵ Entrevista com Maira de Assis Oliveira Baracho realizada em 11 de fevereiro de 2021.

de campanha. Ao longo desse percurso, cada grupo contava com o acompanhamento de um mentor, que apoiava a realização das atividades propostas.

Desde então foram capacitadas 241 pessoas divididas em 7 turmas, sendo que, em cada edição, novos formatos eram experimentados, abrindo o processo para indivíduos, e não apenas grupos, variando o intervalo entre os encontros, e mudando a dinâmica da mentoria, assim como a forma que as ferramentas do Bonde eram adotadas. Da terceira edição em diante, o programa passou a adotar recortes específicos, que direcionavam tanto a temática das pautas quanto o perfil dos participantes, em função tanto dos objetivos estratégicos da organização, como ampliar sua atuação nas regiões Norte e Nordeste, como buscando atender a necessidades específicas do contexto daquele momento, como a pandemia na primeira metade de 2020.

A terceira turma, assim, teve como tema o enfrentamento à COVID-19, focando em ações de apoio e solidariedade, em vez de pressão; a quarta e a sétima edição foram específicas para jovens da região amazônica; a quinta tratava exclusivamente de justiça ambiental; e a sexta foi restrita para meninas de 14 a 18 anos. Com relação à idade, segundo um dos entrevistados da equipe do Nossas envolvido no projeto, o perfil dos participantes tende a ser bastante diverso, mas com algum predomínio de jovens adultos, com idade entre 23 e 30 anos, à exceção das turmas exclusivas para adolescentes.

FIGURA 8: RESUMO DAS EDIÇÕES REALIZADAS DO PROGRAMA DE MOBILIZADORES



Fonte: PROGRAMA de mobilizadores, 2021.

O processo de seleção tem por objetivo não ser excludente, para que pessoas que já integram movimentos sociais organizados também se sintam à vontade para participar, mas deve, ao mesmo tempo, manter uma identificação com os ideais defendidos pelo Nossas. Para Uly Santana Ribeiro, mobilizadora sênior do Nossas, buscam-se pessoas que “*entendam a importância da democracia de alto impacto e que estejam alinhados a políticas progressistas*”¹⁰⁶. Assim, o formulário de inscrição procura identificar o perfil do interessado pedindo que ele se posicione em relação a alguns temas ou situações específicas, como porte de armas ou discussões sobre gênero. Candidatos cujas respostas parecem afastar-se do campo progressista não necessariamente são desclassificados, mas são acompanhados com mais atenção. De qualquer maneira, poucos inscritos apresentam um não alinhamento em relação aos temas levantados, uma vez que o Nossas explicita seu posicionamento institucional, especialmente nos últimos anos, o que acaba afastando possíveis interessados de outras filiações ideológicas. Segundo Baracho, “*temos diversidade política no programa, mas dentro de um campo. Acho que não cabe pessoas da ultradireita, ou pessoas que hoje se identificariam como bolsonaristas*”¹⁰⁷. Ribeiro complementa:

*Tivemos só um participante na segunda turma que tinha colocado [no formulário de inscrição] que era parcialmente a favor que professores não deveriam poder falar sobre gênero em sala de aula, mas aprovamos ele com um ponto de atenção. Ao longo das oficinas, ele mandou uma mensagem para gente falando “percebi que não estamos na mesma página” e preferiu sair do programa*¹⁰⁸.

Como exemplo de campanhas promovida pelo Programa de Mobilizadores, Ribeiro lembra de uma organizada em 2019, por um grupo de jovens estudantes de Ensino Médio de São Luís, no Maranhão, que demandava a revitalização e reabertura de uma biblioteca pública chamada Farol da Educação da Cidade Operária. Em menos de 24 horas de campanha, o secretário de educação do estado assumiu o compromisso público de iniciar as obras de revitalização em julho daquele mesmo ano.

Outro exemplo foi a campanha B.O. Online para Elas, Zema!, que pressionava o governo do estado de Minas Gerais para que as vítimas de violência doméstica pudessem registrar um boletim de ocorrência *on-line* por meio da delegacia virtual durante a pandemia de COVID-19 em 2020. Organizada por um coletivo feminista chamado

¹⁰⁶ Entrevista com Uly Santana Ribeiro realizada em 9 de fevereiro de 2021.

¹⁰⁷ Entrevista com Maira de Assis Oliveira Baracho realizada em 11 de fevereiro de 2021.

¹⁰⁸ Entrevista com Uly Santana Ribeiro realizada em 9 de fevereiro de 2021.

Abertha, da cidade de Juiz de Fora, com apoio de outro coletivo denominado Maria Maria, a mobilização durou 50 dias e contou com mais de mil *e-mails* enviados para o governador Romeu Zema (Novo), além de uma série de comentários pressionando o político em seu perfil oficial no Instagram. No dia 20 de junho daquele ano, o governador publicou o decreto que regulamentava a realização do registro *on-line* de ocorrência de violência doméstica.

Um dos principais objetivos futuros do projeto é estreitar os laços entre aqueles que já participaram da formação, e também destes com o próprio Nossas. Como todas as atividades do programa são realizadas *on-line*, com pouco contato entre os grupos, acaba sendo mais difícil a formação de vínculos. Uma ligação maior acaba se dando apenas com a pessoa responsável pela mentoria daquela campanha. Para começar a desenvolver essas relações, todos aqueles que passaram por alguma das turmas fazem parte de um grupo de WhatsApp para que possam trocar ideias. Em março de 2021, no entanto, deverá ser lançada uma nova plataforma *on-line* para estabelecer um processo mais contínuo e permanente de troca de ferramentas e de debate sobre questões ativistas, para compartilhar aprendizados e promover intercâmbios a partir da rede que se forma entre aqueles que integraram o programa.

Ao fomentar a estruturação dessa rede e reforçando seus vínculos, o Nossas cumpre um objetivo estratégico de formação de uma infraestrutura para ação política. Uma rede cuja amplitude e capilaridade permitem que novos atores passem a integrar as disputas do universo político. Ela promove um adensamento das relações entre cidadãos e representantes eleitos ao fazer com que novos atores se façam ouvir. Ao mesmo tempo, ao perceber sua força e ao aprender a agir de forma conjunta, essa rede também serve como instrumento de resistência frente a possíveis ameaças à democracia.

Em uma entrevista concedida em 2017, que tinha como tema as Jornadas de Junho e seus impactos, Alessandra Orofino fala da importância estratégica de não focar apenas em iniciativas de pressão e direcionar esforços para forjar esse tipo de rede:

Eu acho que toda a tática de pressão tem teto baixo, no sentido de que a pressão é muito mais eficiente quando ela é surpreendente. Uma vez que você já tem uma previsibilidade do protesto, ela entra no cálculo político daquela instituição que você está querendo pressionar. O que não tem teto baixo é formação de infraestrutura, de comunidade, de gente que se reconhece como parte de uma mesma comunidade, que partilha de uma identidade comum e

que está disposta a agir de maneira coletiva de forma continuada. Quando você tem isso, você pode empregar um portfólio infinito de táticas¹⁰⁹.

Um dos entrevistados que atuou no Programa de Mobilizadores afirma que o *slogan* que os envolvidos no projeto sempre tinham em mente era que “a gente não quer que o poder de alguns suprima a potência, o valor e a capacidade de muitos”. Nessa fala, mais uma vez, fica evidente o cruzamento entre os ideais do Nossas com a perspectiva de luta progressista apresentada por Hardt e Negri (2005, 2012, 2014, 2016), conforme explorei no terceiro capítulo deste trabalho, especialmente com o conceito de *comum*. Como já indicado, para os autores correspondem ao comum não apenas os elementos da natureza essenciais à vida, tal qual a água ou o ar, como ele também é aquilo que resulta dos processos de produção social que engendramos ao colaborarmos e cooperarmos uns com os outros. Assim, ao mesmo tempo que alimenta o capitalismo, uma vez que este extrai valor daquilo que produzimos, o comum também permite que criemos novos regimes para além dos modos do capitalismo contemporâneo.

A noção de *comum* assume assim um caráter político, compartilhado por outros autores, tal como o espanhol Joan Subirats (2011) e os franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2017), para quem “‘comum’ tornou-se a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 18). Originalmente chamado de *commons* em inglês (pela designação das terras de posse comunal da Idade Média, que não tinham um único dono e eram utilizadas por toda a comunidade), o conceito foi traduzido para o espanhol como *procomún* e em português também é identificado como “bens-comuns”. Há algumas décadas, tem servido de inspiração para aqueles que buscam fazer frente ao neoliberalismo contemporâneo, evitando a visão estatista clássica da esquerda.

Dardot e Laval (2017) indicam o comum como peça chave para a construção de uma revolução no século XXI. Para os autores, diferentemente de Hardt e Negri (2016), o comum nunca está dado. Nenhum bem, objeto ou lugar pode ser automaticamente considerado comum. É a ação produtiva que o gera, ou que determina aquilo que deve ser colocado na esfera do comum. Silveira e Savazoni explicam que “o comum é, ao mesmo tempo, uma forma de gestão de um determinado bem, mas também seu processo social e político de governança” (2018, p. 16). Ou, nas palavras da dupla francesa, “o comum é uma construção política, ou melhor, uma instituição da política neste momento

¹⁰⁹ Entrevista disponível em: www.youtube.com/watch?v=AIxr564fVqs&list=PLOTk3EG1Dhn8EzT-YnFDaxIP5_RaXl3A. Acesso em: 20 fev. 2021.

de perigo que ameaça à humanidade” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 487). O comum constitui assim, para esses autores, um novo tipo de racionalidade, que se opõe à racionalidade neoliberal – detalhada por eles em um livro anterior (DARDOT, LAVAL, 2016) –, resistindo à apropriação privada de todas as esferas da vida, e propondo como alternativa regimes de partilha e autogoverno.

Um primeiro lugar comum a ser construído é então a cidade, protegendo os espaços ainda não cercados pelo capital. Um processo de construção que forja um sentimento de pertencimento que é oposto ao sentimento de posse. O cidadão passa a ser responsável pelos espaços nos quais atua porque esses dizem-lhe respeito, mas não por serem sua propriedade, ainda que possa fazer uso deles. O caso da Escola Friedenreich é também ilustrativo dessa relação. Em uma palestra realizada em 2013, Orofino¹¹⁰ conta que logo após a vitória da mobilização que garantiu a não demolição do prédio, os pais dos alunos iniciaram uma outra campanha, também vitoriosa, dessa vez pela criação de um ponto de ônibus em frente ao colégio, que facilitaria a rotina dos estudantes, especialmente aqueles portadores de necessidades especiais. Segundo eles, havia originalmente uma parada naquele local, mas ela fora transferida depois de uma série de obras de manutenção realizadas na rua. Na ocasião, alguns jornalistas entraram em contato com a equipe do Meu Rio, e a pergunta mais recorrente era por que até então os pais não haviam se interessado em colaborar com o governo para identificar melhorias possíveis na infraestrutura do local. Nas palavras de Orofino:

O que jornalistas queriam saber era por que os pais ficaram reclamando do governo durante dois anos e só agora resolveram ajudar um pouco. Era basicamente isso. E a minha resposta era “gente, mas se você tem uma casa e todo dia te falam que você vai ter que sair dessa casa, você vai reformar a casa? Você vai ficar vendo revista de decoração para ver qual é a melhor cozinha pra casa? Você não vai colaborar com ninguém para melhorar sua casa”. E o meu ponto é que sem direito assegurado à cidade, sem que o bem comum e o espaço público sejam reconhecidos como algo que pertence a todos que vivem em uma cidade, não existe colaboração para a melhoria da cidade¹¹¹.

Vale destacar também que o desenvolvimento do conceito está relacionado às lutas alteromundistas da virada do milênio, e aos ideais que floresciam então de que um outro tipo de globalização seria possível, não pautada pela lógica neoliberal, relaciona-se também com as narrativas otimistas e esperançosas desse mesmo período sobre as transformações política e social que a internet promoveria em nossa realidade, conforme

¹¹⁰ Palestra disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WLbR-8zBSi0> Acesso em: 20 fev. 2021.

¹¹¹ Palestra disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WLbR-8zBSi0> Acesso em: 20 fev. 2021.

abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Primeiramente no que diz respeito à visão do conhecimento gerado na rede de forma colaborativa, e mesmo dos produtos digitais de desenvolvimento aberto, entendidos como “*commons*”, que deveriam resistir à apropriação privada, tal como identificado por Silveira ainda em 2008; em segundo lugar, pela mudança que vemos emergir já nos primeiros movimentos ciberativistas, que já não buscam tomar o poder, ou tomar o Estado, mas sim fazer emergir um novo poder. Nesse sentido, Dardot e Laval afirmam:

É ilusório pensar que uma expansão dos comuns realizada “por baixo” e “gradualmente” acabará, no longo prazo, por minar os fundamentos do capitalismo até determinar seu desmoronamento, é obrigatório pensar a construção política de um novo poder sem ceder um milímetro sequer na recusa, por princípio, à estratégia de “tomada do poder”, entendida no sentido da conquista do poder de Estado. (2017, p. 577)

Nesse sentido, tanto o desenvolvimento recente desse conceito de *comum* como a experiência política do Nossas irmanam-se nesse processo histórico ao negar as grandes narrativas ideológicas no século XX. Miram um porvir cujos contornos não estão de todo definidos, mas que encarna a promessa de mais liberdade. Tal traço manifesta-se no princípio apartidário do Nossas, que vai além de uma simples independência institucional de partidos e representa, na verdade, uma crença de que a transformação política não se dará pela ação partidária, mas sim fora dela, pelo desenvolvimento de novas dinâmicas que aproximem a população da tomada de decisão.

A própria noção política de *comum* vai além dos limites estritos da ação dos atores políticos institucionalizados:

[A política do comum] diz respeito a todas as esferas sociais, e não só às atividades políticas, no sentido parlamentar e partidário do termo, nem às atividades econômicas apenas. A política do comum é sempre transversal às separações instituídas, ela efetiva uma exigência democrática ao mesmo tempo generalizada e coerente: é literalmente “por toda parte”, em todos os domínios, que os homens agem em conjunto e devem ter a possibilidade de participar das regras que os afetam, do governo das instituições nas quais atuam, vivem e trabalham. Essa política do comum não é exclusividade das pequenas unidades de vida e trabalho, separadas uma das outras. Ela deve permear todos os níveis do espaço social do local ao mundial, passando pelo nacional. (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 486)

Dessa forma, podemos entender que a ação desenvolvida pelo Nossas de conectar mulheres que sofreram algum tipo de violência de gênero com psicólogas e advogadas voluntárias é uma potente produtora de comum, que tem como base primeira não a pressão sobre representantes eleitos, mas os laços de solidariedade que se formam em outras esferas sociais. O acolhimento é também uma ação política, aquela que mais se

aproxima ao “amor” que Hardt e Negri (2005, 2016) defendem como instrumento chave para um novo modelo político.

Ainda que se possa apontar que a obrigação de oferecer atendimento a essas mulheres seria do Estado, e que chamar para sociedade civil responsabilidades estatais serve, na verdade, aos ideais neoliberais, a iniciativa do Mapa do Acolhimento mostra que essa oposição entre Estado e sociedade pode ser superada. Atores civis podem agir para solucionar problemas urgentes ao mesmo tempo que cobram ação dos agentes estatais. A prioridade de uma comunidade deveria ser sempre primeiro providenciar suporte a quem precisa e não pode esperar a formulação de uma política pública específica. Ao falar sobre o projeto em uma entrevista de 2017, Orofino aponta que a solidariedade é justamente um dos eixos que dão sentido à sociedade:

O lado bonito de viver em sociedade, é saber que vai ter uma rede para te segurar se você cair. É saber que se você ficar desempregado, tem o seguro desemprego, e que tem uma escola pública, então seu filho não vai ser privado de futuro porque você não tem dinheiro. Quando a gente perde o horizonte de que é isso que é viver junto, e que o Estado passa a ser ou um inimigo a ser combatido, ou uma máquina que faz tudo, menos garantir essa rede mínima de proteção, a gente acaba se voltando ao individualismo. [...] E não é à toa que as demandas mais consensuais em junho fossem por uma educação de qualidade por uma saúde de qualidade, porque a gente volta para aquilo que é uma rede mínima de proteção. E viver junto só vale a pena por isso, porque senão era muito melhor viver sozinho. Mas viver junto vale a pena porque você tem afetos, proteções e acolhimentos, e redes que se formam e que te seguram no seu pior¹¹².

De acordo com Larissa Schmillevitch¹¹³, gestora do Mapa do Acolhimento, a iniciativa opera hoje levando em conta a estrutura estatal, mapeando serviços públicos, entre delegacias, defensorias e centros de referência, fazendo inclusive articulações com esses. A rede passa, assim, a ter uma potência política ainda maior à medida que começa a reverberar para além de suas integrantes e passa a cobrar do poder público, e da sociedade, o respeito aos direitos das mulheres. Forma-se uma associação que, fundada na solidariedade, acaba por ter influência na definição de políticas públicas. O exemplo mais significativo desse processo foi uma campanha realizada em 2019, direcionada ao governador de São Paulo, João Dória. Durante a campanha para eleição, ele havia prometido oferecer atendimento 24 horas em dez delegacias da mulher na capital, mas quando, depois de eleito, a mudança no horário foi apresentada em uma proposta

¹¹² Entrevista disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Alxr564fVqs&list=PLOTk3EG1Dhn8EzT-YnFDaxIP5_RaXl3A. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹¹³ Entrevista com Larissa Schmillevitch realizada em 12 de fevereiro de 2021.

legislativa, o governador vetou-a. Segundo Orofino¹¹⁴, logo após o veto, o tema emergiu na troca de mensagens do grupo de WhatsApp formado pelas voluntárias associadas ao projeto no estado de São Paulo, e elas decidiram pedir ajuda ao Nossas para pressionar o governador. No entanto, ao longo das conversas, ficou claro que várias delas haviam votado em João Dória, e não queriam que a mobilização fosse usada pela oposição para enfraquecê-lo de maneira mais ampla. O grupo por fim acordou em lançar a campanha, mas só porque havia uma relação de confiança já construída previamente entre aquelas mulheres, que permitiu o comprometimento de que a ação não seria instrumentalizada politicamente. De acordo com Schmillevitch, foi também pelas conversas entre as voluntárias da rede que emergiram outras demandas absorvidas pela campanha, de que não bastaria apenas abrir as delegacias, mas que seria importante garantir a capacitação dos profissionais que iriam atuar nesses lugares.

O governador acabou cedendo à pressão, mas buscou capitalizar politicamente em cima da ação. Compareceu a várias inaugurações de delegacias, postando imagens em suas redes sociais. A atitude, no entanto, foi vista com bons olhos pela organização e pelas mulheres que participaram da mobilização, uma vez que acaba criando um compromisso do governo com aquela política pública. Orofino faz a seguinte interpretação:

Ninguém quer sair perdendo no jogo político. Especialmente quando você está em um ambiente político polarizado. Então quando eles dizem sim para uma demanda popular, isso é uma vitória do povo, mas não é uma derrota para eles. E há uma linha muito estreita aí, e nós também descobrimos que nesses casos a solidariedade é chave. Foi por que já tínhamos essa rede estabelecida e forte em São Paulo foi que conseguimos pressioná-lo coletivamente, sem fazer com que desavenças políticas, que sempre existirão, atrapalhassem¹¹⁵.

¹¹⁴ Palestra disponível em: www.youtube.com/watch?v=Dnyvt2Au4rA. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹¹⁵ Palestra disponível em: www.youtube.com/watch?v=Dnyvt2Au4rA. Acesso em: 20 fev. 2021.

FIGURA 9: IMAGEM DA CAMPANHA PELA ABERTURA 24 HORAS DAS DELEGACIAS DA MULHER



Fonte: VIOLÊNCIA não tem hora, 2021.

É justamente essa possibilidade de articular atores políticos que a princípio se identificam com espectros políticos diferentes que faz com que o foco em temas ou pautas determinados seja estratégico. Uma causa específica, como a violência contra a mulher, tem o potencial de mobilizar pessoas que a princípio não se identificariam com as mesmas narrativas ideológicas. Especialmente quando se trata de uma iniciativa de solidariedade, que permite que vínculos de afeto e confiança se desenvolvam com tempo, permitindo a ação conjunta. E mesmo quando emergem desavenças, a forma como elas são solucionadas tende a evitar a ruptura.

Schmillevitch contou que, embora já tenham ocorrido algumas brigas entre voluntárias, especialmente durante a campanha presidencial de 2018, elas não são frequentes, e que normalmente as disputas ou atritos evoluem para uma solução de comum acordo. Ela cita, como exemplo, um caso ocorrido em um encontro presencial da rede em João Pessoa, onde se reuniram desde voluntárias militantes feministas até aquelas que haviam começado a refletir sobre o tema há pouco tempo. Uma voluntária branca, então, defendeu que não se fizesse distinção entre violentadas brancas e negras, e que se deveria falar apenas em “mulheres”. Em seguida, outra voluntária, uma advogada negra, falou sobre a perspectiva dela sobre o tema, e outras mulheres também se colocaram, buscando mostrar porque a violência contra a mulher negra apresentava características particulares, e que levantava questões que demandavam uma abordagem particular. Ela

afirma que “foi muito bonito, muito respeitoso, e a gente consegue perceber que faz a diferença. É um pouco tenso, mas a gente vê uma cumplicidade muito maior entre elas, e um acolhimento maior. Tem um senso de pertencimento em relação à causa”¹¹⁶.

Dessa forma, as experiências promovidas pelo Nossas nos permitem observar que não é apenas na relação com o Estado, com as forças partidárias e com os representantes eleitos que se podem estabelecer novas relações de base democrática. Inclusive, uma sociedade civil já acostumada a uma prática democrática em suas relações cotidianas tem mais força para pressionar o Poder Público. Mais democrático será um país, quão mais democrática for sua sociedade. Ou, em outros termos, mais democrático será um país quão mais comum sua sociedade consiga produzir. Maria Júlia Wotzik, ex-gestora sênior de desenvolvimento institucional do Nossas, faz a seguinte interpretação:

*Essas iniciativas, eu acho, tem um negócio de se criar “corpo”. A partir do momento que vamos mobilizando, conectando, juntando milhares de pessoas, a gente vai criando uma sustentação, uma infraestrutura de democracia, porque esse tecido precisa estar muito conectado para a gente conseguir fazer frente às ameaças à própria democracia que existem não só no Brasil, mas no mundo inteiro*¹¹⁷.

4.4. REPENSANDO A REPRESENTAÇÃO

Como vimos ao longo deste trabalho, confundem-se com a própria história da internet as promessas sobre o potencial libertador do desenvolvimento de novas ferramentas digitais, que permitiriam mais influência da cidadania no processo de tomada de decisão estatal. Desde a origem da rede, havia a esperança de que a tecnologia poderia possibilitar a participação generalizada e redistribuição do poder, permitindo a superação de um modelo de democracia que parecia insuficiente e contraditório. As expectativas depositadas na produção de “comum” via iniciativas digitais não deixam de ser um capítulo recente dessa história.

Entre 2014 e 2015 (antes do *impeachment* de Dilma Rousseff e da eleição de Donald Trump, vale lembrar), quando falava sobre o Meu Rio e a Rede Nossas Cidades em eventos públicos, Alessandra Orofino dava voz ao posicionamento da organização ao defender uma “revolução da participação”, para “mudar de fato os processos de tomada de decisão”¹¹⁸. Já citei aqui, no segundo capítulo, uma outra fala da fundadora do Meu

¹¹⁶ Entrevista com Larissa Schmillevitch realizada em 12 de fevereiro de 2021.

¹¹⁷ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

¹¹⁸ Palestra disponível em www.youtube.com/watch?v=zMGE3mbS9NY. Acesso em: 20 fev. 2021.

Rio na qual ela ecoa a crítica de que a representação não seria apenas “uma resposta a um desafio logístico”, mas sim um sistema estruturado para manter elites no poder. Ainda que não abdicasse por completo da existência de políticos eleitos, ela chamava a audiência a rebelar-se contra as instituições em nome da própria democracia. O discurso de Orofino fazia eco a algumas iniciativas que pareciam concretizar tais expectativas em outras partes do mundo. Ao observar a emergência, com maior força na última década, de um novo tipo de partido político que se apresentava como solução ao déficit democrático do sistema representativo vigente, o pesquisador Paolo Gerbaudo identifica-os como “partidos digitais” (2018). Colocando no centro de sua ação o uso de ferramentas digitais como instrumentos de participação democrática, esses novos movimentos seriam o capítulo mais recente do arco histórico da combinação entre internet e esperança que construímos desde as primeiras organizações ciberativistas. Gerbaudo define o conceito de “partido digital” como um

novo modelo organizacional visto em uma série de novas formações políticas que foram criadas nos últimos anos [...] prometem entregar uma nova política apoiada pela tecnologia digital; um tipo de política que [...] se professa mais democrática, mais aberta ao cidadão comum, mais imediata e direta, mais autêntica e transparente. (GERBAUDO, 2018, p. 4)¹¹⁹

O autor apresenta cinco exemplos principais desse fenômeno: os partidos digitais do Norte da Europa, o Podemos na Espanha, Movimento 5 Estrelas na Itália, o francês Insoumise e o movimento Momentum criado dentro do Partido Trabalhista britânico em apoio ao líder político Jeremy Corbyn. Todos tomam como base a “crença que a ‘participação, em vez de representação’ é a fonte central da legitimidade política em democracias” (GERBAUDO, 2018, p. 81). Assim, três deles desenvolveram plataformas digitais próprias para tomada de decisão compartilhada: O 5 Estrelas utiliza o Rousseau, Podemos tem o Participa Portal, e o partido Pirata Alemão criou o LiquidFeedback. Adotam também as mesmas estratégias e os objetivos das corporações digitais “ao integrar a lógica orientada a dados das redes sociais em sua própria estrutura de decisão”, e assim como elas “são ávidos por dados” pois buscam expandir constantemente sua base de dados, e ainda buscam apresentar a mesma capacidade de crescimento rápido das *start-ups* de sucesso (GERBAUDO, 2018, p. 5).

¹¹⁹Trecho original em inglês: “... new organizational template seen across a number of new political formations that have been created in recent years [...] promise to deliver a new politics supported by digital technology; a kind of politics that [...] professes to be more democratic, more open to ordinary people, more immediate and direct, more authentic and transparent” (GERBAUDO, 2018, p. 4).

Os resultados alcançados por essas iniciativas, no entanto, não correspondem a uma ampla difusão de político junto à população, como alegariam seus defensores. Pelo contrário, o pesquisador apresenta uma diversa gama de problemas. No lugar de um compartilhamento igualitário do poder entre todos, a realidade aproxima-se mais a uma “centralização distribuída” (GERBAUDO, 2018, p. 17), que acaba concentrando as decisões nas mãos de um líder carismático, caracterizado como “*hyperleader*”, e aqueles no seu entorno imediato. As plataformas participativas acabam servindo para uma democracia de caráter apenas reativo, pautada e manipulada pelos líderes.

Nós nos afastamos da desacreditada oligarquia do partido apenas para nos encontrarmos presos em algum tipo de reinado cesarista, ou uma “ditadura benevolente” para tomar emprestado um termo frequentemente usado para descrever fiadores digitais de projetos de código aberto como Wikipedia e Linux; uma legitimação por consentimento popular, mas inegavelmente autocrática e anti-pluralista. A democracia online muitas vezes corre o risco de degenerar em falsa democracia e, a longo prazo, isso só vai produzir desilusão nos membros do partido e simpatizantes. (GERBAUDO, 2018, p 19)¹²⁰

Em paralelo, no Brasil não apenas não se observou nenhuma experiência desse tipo, como os acontecimentos aqui ocorridos depois de 2014 reforçam a necessidade de se recolocar a questão da representação democrática sob outra perspectiva. Em fevereiro de 2021, quando questionado se costumava achar que o modelo de democracia representativa era um problema, Miguel Lago, o outro fundador do Nossas, respondeu:

*Eu achava muito, mas depois que Bolsonaro foi eleito eu comecei a mudar de opinião. Hoje em dia, tenho apreciado a democracia representativa cada vez mais. Ela é uma excelente tecnologia de defesa, protetora dos direitos individuais. Realmente é fundacional para a democracia liberal, e eu aprecio a democracia liberal, e cada vez aprecio mais. Porque quando a gente take it for granted [toma como garantido], achando que aquilo é só limitador (e é extremamente limitador e extremamente problemático), deixamos de ver que é também um instrumento de defesa. Eu aprecio a democracia representativa mais hoje do que eu apreciava, não tenho dúvidas disso*¹²¹.

A recessão democrática e a ameaça colocada pela ascensão da direita nos obrigaram a relembrar que democracia é mais do que a tomada de decisão pela maioria, e tem o papel, inclusive, de proteger a sociedade de uma maioria totalitária. Ainda que não exista consenso sobre quais são exatamente as características que definem uma

¹²⁰ Trecho original em inglês: “*We move away from the decried party oligarchy only to find ourselves trapped into some sort of Caesarist rule, or a ‘benevolent dictatorship’ to borrow a term often used to describe digital guarantors of open-source projects as Wikipedia and Linux; one legitimized by popular consent, yet unmistakably autocratic and anti-pluralistic. Online democracy too often risks degenerating into sham democracy, and over the long term this is only bound to produce disillusion in party members and sympathizers*” (GERBAUDO, 2018, p. 19).

¹²¹ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

democracia, mesmo em relação à perspectiva liberal em específico, poucos autores argumentariam que entre essas características não estariam, além da decisão pela maioria, ao menos a premissa da igualdade política, do livre discurso e da livre deliberação, assim como um conjunto pré-determinado de liberdades individuais que protegem o indivíduo do Estado. Nesse sentido, entende-se quem argumenta, como Gomes, que “a democracia dos antigos e o governo representativo dos modernos estão em continuidade, pelo menos na medida em que pretendem assegurar os aspectos essenciais da democracia” (2011, p. 26). Segundo ele, “a deontologia da transparência, da prestação de contas, do sistema de pesos e contrapesos materializou-se no design institucional do governo representativo justamente para evitar que a representação destruísse a soberania popular, sem a qual um regime deixaria automaticamente de ser democrático” (GOMES, 2011, p. 26).

É claro que isso não significa que devemos ignorar todas as contradições e disfuncionalidades do modelo de democracia representativa em prática hoje, tema sobre o qual já tratei no segundo capítulo. Maria Júlia Wotzik, ex-gestora sênior de desenvolvimento institucional do Nossas, colocou a questão nos seguintes termos: “*eu não acho que a gente conseguiu que a estrutura de representação que nos propusemos a ter existisse de fato*¹²²”. Assim, por um lado, devemos levar em consideração que, ainda que uma instituição, tal qual a representação, produza circunstancialmente resultados indevidos ou indesejados, como nesse caso o descolamento da esfera de decisão política do restante da sociedade, isso não quer dizer que ela seja “normativamente reprovável” até que se comprove que, na verdade, tais efeitos representam suas características definidoras (GOMES, 2011, p. 23). Já por outro lado, há que se tomar cuidado com argumentos essencialistas, e considerar os limites da crença em idealizações. Ainda que discussões normativas sejam úteis para inferir falhas e fazer refletir sobre alternativas, seu resultado nunca será o desvelar de um modelo perfeito, idealmente democrático em sua essência. Tal coisa não há. Mais uma vez vale lembrar que o próprio entendimento de democracia é dinâmico, sempre em disputa e sempre contingente (LACLAU, MOUFFE, 2015).

Cabe então o questionamento sobre se o modelo de democracia representativa deve ser perseguido por ser normativamente coerente, mesmo que não tenha se mostrado eficiente na prática?

¹²² Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

A reflexão sobre o modelo contemporâneo de democracia representativa tem seu primeiro marco na obra seminal *O Conceito de Representação* (1997 [1967]), da americana Hannah Pitkin. A autora aceita a natureza contraditória da democracia representativa, na qual jamais representantes e representados alcançariam a igualdade, assumindo que nunca um sujeito poderá se expressar integralmente através de outro, mas busca estabelecer limites e prerrogativas para a representação:

A maioria dos teóricos argumenta que o representante deve fazer o que é melhor para aqueles a seu cargo, que ele deve fazer o que acha melhor, usando seu próprio julgamento e sabedoria, já que ele é escolhido para tomar decisões para (isto é, no lugar de) seus eleitores. Mas uma minoria de vozes afirma que o dever do representante é refletir com precisão os desejos e opiniões daqueles que ele representa. Qualquer outra coisa, eles consideram uma zombaria da representação verdadeira. A verdade pode estar em algum lugar no meio, mas, se é, onde está, e como se decide? (PITKIN, 1997, p. 4)

Nesse sentido, Pitkin (1997) defende que os representantes não são obrigados a seguir as vontades dos representados, mas sim defender aqueles interesses que estes teriam boas razões para ter. O verdadeiro ato de representação política, classificado por ela como *substantivo*, é, então, uma ação que vai além do puro espelhamento do desejo dos representados, mas é um “agir no interesse do representado de forma responsiva a eles” (1997, p. 209). Assim, a legitimidade da busca pelos interesses dos representados não corresponde a uma congruência empírica, mas é sim contrafactual. No entanto, ao mesmo tempo que a autora defende a liberdade do político eleito frente a um modelo de mandato imperativo, ela coloca como condição a possibilidade de avaliação por parte dos representados durante e a posteriori ao agir do representante. Para a autora, então, *accountability* e *responsiveness* seriam as chaves para garantir uma representação democrática.

É essencial destacar a importância e o caráter inovador do pensamento de Pitkin (1997). Ela foi uma das primeiras “a promover uma ruptura com a visão clássica da autorização com ênfase na figura elogiosa do representante” (como identificado em Hobbes e em Burke) e também por trazer à “linha de frente contradições e divergências próprias do ato de representar, antes consideradas danosas para a democracia na teoria clássica” (GARCEZ, 2017, p. 7).

Mais recentemente, do final dos anos 1990 em diante, uma série de autores passaram a propor uma revisão teórica ao considerar as dinâmicas representativas para além do momento da eleição e do voto. Frente à pluralidade de vozes e atores que se propõem a falar e a agir em nome de diferentes grupos, ou ainda em relação a pautas

específicas, esses autores passaram a redesenhar os limites da representação política, em especial o entendimento de representação eleitoral como sinônimo de governo representativo. A esse movimento na teoria democrática deu-se o nome de “virada representativa”. Filiam-se a ele autores como Mansbridge (2003), Saward (2006, 2010) e Urbinati (2006).

A reflexão proposta pela última deles, a pesquisadora italiana Nadia Urbinati, em especial aquela apresentada no texto “O que torna a representação democrática” (2006), mostra-se particularmente útil para pensarmos a respeito das dinâmicas desenvolvidas pelo Nossas. Urbinati filia-se ao grupo de autores, integrado também por Bernard Manin (1997, 2016), para os quais a representação democrática não consiste em uma alternativa inferior, no sentido de menos democrática, à democracia direta, um substituto imperfeito. Ela é simplesmente diferente. A autora argumenta que a democracia representativa é uma “forma de governo original” (2006, p. 191), distinta da democracia eleitoral. Segundo ela, “as eleições ‘engendram’ a representação, mas não ‘engendram os representantes’. No mínimo, elas produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo” (URBINATI, 2006, p. 193).

Urbinati retoma os teóricos do século XVIII Paine e Condorcet, para os quais o sistema de representação política era não uma forma de delegação de soberania, mas um processo político que conecta sociedades e instituições (2006, p. 193). Recupera também Pitkin, que defendia que as dinâmicas desenvolvidas a partir do cruzamento de múltiplas fontes de informação, de várias formas de comunicação e de influência sob os cidadãos – seja essa influência por meio da mídia, dos movimentos sociais ou dos partidos políticos – “dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao *tornar o social político*” (URBINATI, 2006, p. 202-203). A partir dessa reflexão, defende que seria uma democracia representativa propriamente dita aquela em que as eleições geram representações, mas não representantes absolutos. Ao longo de todo o mandato, cabe aos eleitos a ação de representar enquanto processo contínuo, que envolve participação e negociação constante com a sociedade e as instituições, em um processo que a autora classifica como “circular (suscetível ao atrito)” (2006, p. 192). Trata-se de uma representação dinâmica, ativa e regulada para estar sempre em harmonia com a sociedade, na qual a legitimidade está em constante reconstrução: “A representação não pode ser reduzida nem a um contrato (de delegação) firmado através das eleições, nem à nomeação de legisladores como substitutos do soberano ausente, porque sua natureza consiste em

ser constantemente recriada e dinamicamente ligada à sociedade” (URBINATI, 2006, p. 195).

Seguindo essa reflexão, Urbinati defende que sempre que um governo constitui sua legitimidade com base em eleições livres e periódicas, institui-se uma “corrente comunicativa” essencial e constitutiva entre instituições políticas e sociedade civil. Essa corrente materializa-se das mais variadas maneiras, estimulando o desenvolvimento de formas “extra eleitorais” de ação política e engendrando uma “vida política rica” (URBINATI, 2006, p. 204). Assim, a representação não diz respeito somente às instituições eletivas e governamentais, mas essencialmente a um processo político circular que envolve instituições e sociedade, que ultrapassa os limites das casas legislativas.

Dessa forma, embora defenda a representação como modelo democrático, a autora coloca-se contra a perspectiva schumpeteriana, segundo a qual o único papel a ser desempenhado pela cidadania é o ato de votar, e que, a partir desse momento, a ação política cabe apenas aos representantes, responsáveis por deliberar e decidir os destinos da população sem interferência desta. Para ela, a eleição ocupa sim uma posição chave, mas criando um “*continuum*” (URBINATI, 2006, p. 206) entre cidadãos e eleitos no processo de tomada de decisões. Novamente ela retoma Pitkin:

Uma vez que, ao aceitarem suas candidaturas, eles [os representantes] aceitaram submeter suas ideias e ações ao nosso juízo, não cabe a eles *sozinhos* avaliarem a significância das posições que escolheram livre e responsabilmente tomar; ‘não cabe [a eles] *sozinhos* decidir se a reivindicação inicial [por eles] introduzida foi [por eles] adequadamente apoiada e elaborada (PITKIN, 1985, p. 236). (URBINATI, 2006, p. 208)

A noção de *accountability* torna-se então um conceito chave, largamente utilizado como resposta ao problema da separação entre povo e governo. O termo corresponde à capacidade dos constituintes de imporem sanções aos representantes, no geral podendo reconduzir ou destituir do poder os políticos em função da percepção que têm de sua performance. Seria, portanto, a busca por um termo médio entre um mandato imperativo e um mandato inteiramente livre: “a *accountability* ganha destaque por prometer um grau razoavelmente alto de controle do povo sobre os detentores do poder político, mas de uma forma exequível em sociedades populosas, extensas, complexas e especializadas como as contemporâneas” (MIGUEL, 2013, p. 175).

Em resumo, o representante não está condicionado às preferências de seus eleitores, mas tem a obrigação de agir tal qual estes fariam caso tivessem acesso às mesmas

informações e ao mesmo tempo de análise. A todo momento, o mandatário deve estar apto para responder qualquer questionamento de seus constituintes, de maneira a convencê-los do acerto de suas decisões, mesmo que estas pareçam incorretas ou contrárias aos interesses dos representados. Cabe aos constituintes, então, mostrarem-se convencidos ou não por tais explicações por meio do voto nas eleições seguintes.

De maneira similar, Urbinati (2006) fala também em “poder negativo”. Ele corresponderia ao direito da população, enquanto detentora do poder soberano, de investigar, julgar, influenciar e reprovar seus legisladores. Tal poder é considerado negativo porque tem por finalidade impedir ou redirecionar determinada ação tomada pelo representante eleito, e pode ser expresso tanto pelos canais de participação institucionalizada, como referendos ou consultas públicas, como por meios indiretos e informais, via movimentos sociais, associações, mídia ou manifestações, ou seja, via ativismo. “[E]le [o poder negativo] é um ingrediente essencial do desempenho democrático da representação, porque entranhado no próprio caráter face de Jano desta instituição, que tem a face virara para o Estado e outra para a sociedade” (URBINATI, 2006, p. 209).

Nesta mesma direção, a autora ainda agrega mais uma camada de complexidade ao identificar o que chama de “representatividade”, que diz respeito à intrincada dinâmica de relações entre eleitor e candidato que determina um voto. Ao votar, o cidadão busca um candidato (e um partido) com o qual tenha afinidade de ideias, com quem compartilhe pontos de vista. E essa relação de construção de perspectivas comuns entre político e cidadãos não deve encerrar-se na eleição, e sim estender-se ao longo do mandato, uma vez que o representante não está isolado da sociedade após eleito, mas sempre em contato com ela, sendo impactado por ações de *advocacy*, sofrendo influência das bases do partido, de movimentos sociais e de todo o tipo de associações:

A representatividade é um tipo de proximidade de ideias e ideologia entre os candidatos (eleitos) e os eleitores. Ela é também importante pelo que faz dentro da assembleia, onde os legisladores devem operar como membros do cenário deliberativo enquanto estão em contato com um domínio que ultrapassa o parlamento. Se não houvesse relação entre os eleitos e os cidadãos, o pluralismo dentro da assembleia refletiria simplesmente o ponto de vista pessoal dos legisladores sem qualquer correlação com a sociedade civil – os representantes representariam a si mesmos. [...] Uma assembleia representativa não é o agrupamento de delegações individuais, mas um corpo coletivo de representantes, isto é, de indivíduos emaranhados em separações e alianças ideológicas. (URBINATI, 2016, p. 147)

Urbinati (2016) relaciona a “liberdade de opinião política” com a *advocacy* que, para ela, seria também um elemento essencial da representação democrática ao tratar de ações estratégicas desenvolvidas por determinados grupos, organizações ou indivíduos, tendo por objetivo sensibilizar os responsáveis pela formulação de políticas públicas e alocação de recursos a demandas específicas. A *advocacy* teria, assim, papel essencial ao integrar ao dispositivo de governo uma nova relação dinâmica, uma “corrente” entre o dentro e o fora das instituições políticas para além do período eleitoral.

Claramente as premissas delineadas pela autora também estão longe da realidade observada na prática (e é por isso que não se deve ignorar essa discussão como fizeram Levitsky e Ziblatt [2018] ao tratar das ameaças à democracia). Não tanto porque os representantes isolam-se da sociedade civil, mas porque apenas alguns grupos da sociedade participam dessa dinâmica circular em um *continuum* de representação, como defende a autora. É o ponto que Alessandra Orofino levanta em outra fala pública:

A gente diz que quer inaugurar uma era na qual a política não se faz a cada quatro anos, mas que se faz todo dia. Mas essa era já está inaugurada. Para o *agrobusiness* que tem alguém lá todo dia batendo na porta do deputado para falar “vamos mudar nossa legislação ambiental para ela ficar pior”, para essa pessoa a política já se faz todo dia. Quem não está fazendo política todo dia somos nós. E aí temos uma falha grave que precisamos de alguma maneira endereçar. É uma falha, tem outras 15 que poderíamos discutir, estou trazendo essa porque acho que depositamos muito das nossas esperanças na nossa capacidade de reorganização e reativação de movimentos de massa, nas novas tecnologias da informação e comunicação, e sobretudo nas redes sociais. E esses ambientes foram feitos para reforçar discursos, para te alimentar da sua opinião, e não para te expor ao dissenso, à construção de pontes, a construção de um diálogo que possa de fato avançar pautas políticas.

Devemos canalizar esse descontentamento não para jogos de poder e de disputa política partidária, mas para criação de grupos que têm capacidade real de incidência política, financeira e o que seja, para fazer com que os nossos representantes (que eu espero serão melhores no futuro próximo) de fato tenham que responder uma pauta cidadã. E isso não vai acontecer apenas elegendo melhores pessoas. Isso vai acontecer entendendo e valorizando o tipo de formação política que acontece para fora da estrutura, para fora do gabinete, que não tem obrigação de ser sempre perfeita, propositiva, absolutamente controlada por experts, absolutamente razoável nas suas demandas¹²³.

Ainda que outros discursos de Orofino soem mais sedutores defendendo uma transformação completa da política, com o estabelecimento de novos processos de tomada de decisão horizontais, e sem intermediários, esse nos parece mais revelador. Destacamos essa fala porque ela nos ajuda a vislumbrar um dos impactos mais

¹²³ Debate disponível em: www.youtube.com/watch?v=3c2O1XCY_K4. Acesso em: 20 fev. 2021.

importantes que iniciativas como o Nossas podem ter potencializado: uma troca mais intensa entre cidadania e representantes, aumentando o poder de pressão sobre os políticos e intensificando a “corrente comunicativa” que Urbinati defende como característica da representação democrática.

Um dos principais trabalhos realizados pelo Meu Rio, e depois pelas iniciativas mais duradouras da Rede Nossas Cidades, foi justamente o desenvolvimento de uma relação próxima com as casas legislativas, especialmente na esfera municipal. Colocar-se como elemento exterior da disputa partidária, mas ainda inserido do contexto da casa e dos processos de tomada de decisão, mostrou-se estratégico para a ação proposta, permitindo que as organizações assumissem um papel ativo na articulação entre diferentes atores, de dentro da política institucionalizada e de fora.

Um exemplo é a campanha Não vai ter mesada, realizada pelo Meu Rio logo após as eleições municipais de 2016. Segundo João Mauro Senise¹²⁴, ex-integrante do Meu Rio, responsável por acompanhar o trabalho do legislativo municipal, foi uma pessoa de dentro da estrutura da câmara de vereadores que alertou a equipe sobre uma alteração nas regras de remuneração de ex-vereadores que entraria na pauta de votação da casa em regime de urgência. A proposta era que qualquer servidor do município que tivesse exercido três mandatos eletivos consecutivos ou quatro intercalados acumulasse, ao se aposentar, a remuneração relativa a posição como servidor e também como vereador, sem que tivesse mais que escolher entre uma ou outra. Utilizando a ferramenta de Panela de Pressão, a equipe organizou uma campanha que em menos de 24 horas conseguiu que 40 mil *e-mails* fossem enviados para vereadores e vereadoras pedindo que o projeto não fosse aprovado. Em paralelo, buscaram chamar atenção da mídia, conseguindo que os jornais *O Globo* e *Extra*, que a revista *Veja* e a rede de televisão Band cobrissem o caso¹²⁵, aumentando a pressão sobre os legisladores. Na sessão de votação, transmitida ao vivo pelo Meu Rio, nenhum dos 40 vereadores presentes votou a favor da alteração. O caso é ilustrativo porque mostra como se dava a dinâmica de atuação da organização: a equipe só se atentou ao projeto porque já havia estabelecido uma relação com atores de dentro da instituição que fizeram o alerta; e se o uso das ferramentas próprias como instrumento de pressão foi importante, também o foi o envolvimento da mídia para que o caso ganhasse maior repercussão. Senise afirma:

¹²⁴ Entrevista com João Mauro Senise realizada em 12 de fevereiro de 2021.

¹²⁵ Clipping de matérias publicadas disponível em: www.naovaitermesada.meurio.org.br/#block-3040. Acesso em: 20 fev. 2021.

Nada funciona sozinho, não existe esse negócio de que só a campanha muda alguma coisa. É óbvio que ela é um ponto fundamental, mas é uma conjunção de fatores. Por exemplo, com a política dentro da câmara, se a gente quer barrar alguma coisa e o projeto já está enfrentando alguma resistência lá dentro, já é mais fácil. A imprensa tá sabendo? Tá cobrindo? A imprensa comprou a briga? Isso é fundamental. Vereador, assim como qualquer político, não gosta de atenção negativa¹²⁶.

Outro autor associado à virada representativa, Michael Saward (2006, 2010), reforça que a representação política ocorre em diferentes arenas e em diferentes momentos, em um processo dinâmico que não está restrito à dinâmica eleitoral ou à relação entre cidadania e representantes eleitos. Para o autor, um indivíduo, grupo ou organização (classificado como *maker* ou *subject*) apresenta uma imagem (um ideal, uma proposta, um projeto ou uma narrativa a respeito de si mesmo) à uma audiência constituinte, a quem cabe receber tal imagem, aceitá-la, rejeitá-la ou ignorá-la. A esse processo dá-se o nome de *representative claim*, no qual aquele que reivindica representar apresenta uma imagem por meio de uma ação performática, tendo como objetivo conquistar a aceitação dessa reivindicação pela audiência. Para alcançá-lo, de forma a estabelecer relações representativas, diferentes atores sociais podem utilizar-se de diversas técnicas performativas, na qual cruzam-se as contingências contextuais com as estratégias e o repertório criativo destes.

Se retomarmos o exemplo apontado anteriormente a partir dessa perspectiva, não só os vereadores são representantes da sociedade, mas o Meu Rio também se coloca como tal. Ele reivindica junto à população representá-la, mas em relação a uma questão específica, ou a uma imagem bem delimitada: a rejeição de um determinado projeto de lei. Para tal, adota diferentes técnicas performativas: cria uma campanha, manda *e-mails* divulgando-a para toda sua base, enquanto realiza diferentes postagens em suas redes sociais e também busca cobertura pela imprensa. A audiência, neste caso a população carioca, indica reconhecer a reivindicação apresentada pelo Meu Rio ao engajar-se na campanha, adotando o uso das ferramentas digitais oferecidas pela organização, tal qual o envio de *e-mails* para os vereadores.

Ao mesmo tempo, o Meu Rio coloca-se também como instrumento de promoção tanto de *accountability*, como de *advocacy*, ainda que não se identifique com uma causa específica. Por um lado, força a transparência dos temas tramitados pela casa legislativa ao acompanhar seu trabalho e identificar pautas possivelmente problemáticas. Por outro,

¹²⁶ Entrevista com João Mauro Senise realizada em 12 de fevereiro de 2021.

ao identificá-las, age junto às instituições políticas em função de determinada posição, instrumentalizando o “poder negativo” da população.

Dessa maneira, o *continuum* (URBINATI, 2006) que determina a representação democrática pode ser delineado ainda de maneira mais completa quando se identifica o cruzamento de diversos processos de representação de diferentes naturezas. Variados atores assumem múltiplos papéis, engendram numerosas relações de representação, em um emaranhado que fortalece o caráter democrático do regime, uma vez que permite diluir a concentração de poder e reforça a soberania da população sobre o Estado, ao mesmo tempo que garante múltiplas dinâmicas de controle e contrapeso.

Conquistas alcançadas por meio desse imbricamento de relações tendem a ser mais sólidas frente às mudanças de maré típicas das dinâmicas políticas. Uma forma de resistência à tendência de desfazer o que a gestão predecessora tenha feito é justamente identificar essas tomadas de decisão como iniciativas da cidadania. Orofino¹²⁷ aponta como exemplo a manutenção da abertura da Avenida Paulista na cidade de São Paulo para pedestres aos domingos e feriados. Quando João Dória foi eleito prefeito, havia o receio de que ele extinguisse a iniciativa, fazendo com que a Minha Sampa lançasse uma campanha antes mesmo que ele tomasse posse. Ao assumir o cargo, seu discurso então foi justamente que aquela tinha sido uma demanda da população atendida “apesar” de Fernando Haddad, o prefeito anterior.

Cabe ressaltar, no entanto, a importância estratégica da relação próxima que se desenvolve entre a organização e as instituições políticas, especialmente junto ao poder legislativo. É muito mais fácil já ter pontes construídas do que construir novas a cada campanha ou mobilização. Antes de postular-se frente à população em nome de alguma pauta ou tema, a organização deve ser reconhecida pelo meio político como um ator legítimo, um possível representante da vontade da cidadania.

A fundadora da Minha Porto Alegre, Carolina Soares (Sosô), conta que parte importante do trabalho era se apresentar para todos os gabinetes da câmara municipal: “*A comunicação sempre foi aberta e constante, a gente não desaparecia. A gente ia toda semana pra câmara. Viramos referência em alguns assuntos que a gente acompanhava mais, eu falei na tribuna algumas vezes. Tinha reuniões de comitês que nos chamavam para falar*”¹²⁸.

¹²⁷ Palestra disponível em: www.youtube.com/watch?v=jwYG-ICmAQY. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹²⁸ Entrevista com Carolina Soares (Sosô) realizada em 21 de janeiro de 2021.

Camila Fernandes Mendes, que trabalhou no Meu Recife, conta sobre ter experiências parecidas:

A gente tinha muito essa relação de conhecer a galera da casa, já era figurinha carimbada. A gente conversava com todo mundo, vereador de direita ou de esquerda. Tanto que acionavam muito a gente para fazer esse papel, de falar com os vereadores que algumas pessoas não queriam falar diretamente para não se queimar. Muitas vezes, a gente fazia o meio de campo com os setores mais conservadores lá dentro, salvo alguns parlamentares com que não rolava dialogar por princípios em outras pautas¹²⁹.

Como apontado nessa fala, o posicionamento apartidário permitia que as organizações da Rede Nossas Cidades realizassem um importante trabalho de articulação dentro das casas legislativas para desenvolver suas pautas. Em 2019, por exemplo, o Minha Porto Alegre lançou a campanha POA sem canudo, em apoio ao projeto de lei de autoria do vereador petista Marcelo Sgarbossa que proibia o uso de canudinhos de plástico na cidade. Além das 6.380 pressões alcançada pela campanha, a equipe da Minha Porto Alegre participou ativamente da articulação junto aos vereadores, conseguindo inclusive mudar o voto da vereadora Mônica Leal, do Partido Progressista, adversária política de Sgarbossa. “Eu mostrei para ela aquele vídeo da tartaruga morrendo com os canudinhos, sabe? Ela nunca tinha visto, e ficou arrasada. Passou a apoiar o projeto e pediu para falar na plenária. A gente virou o jogo”¹³⁰, conta Soares.

A possibilidade de diálogo com representantes de diferentes campos políticos segue sendo importante mesmo com a adoção mais recente de pautas de alcance nacional. Em abril de 2020, o Nossas mobilizou-se para garantir indenização financeira para os dependentes de profissionais de saúde e de atividades auxiliares que, trabalhando na linha de frente do tratamento da pandemia de COVID-19, acabem infectados e venham a falecer. Inicialmente, o time da organização procurou a deputada do PSOL Fernanda Melchionna. No entanto, caso ela apresentasse sozinha um projeto de lei regulamentando a indenização, as chances de sucesso seriam mínimas. Então, além de conseguir o suporte de 27 organizações da sociedade civil, o Nossas definiu como estratégia buscar sensibilizar as 77 deputadas da Câmara Federal, tentando conseguir que o máximo de mulheres assinassem como coautoras. Conseguiram o apoio de 33 delas, fazendo com que a proposta fosse aprovada nas duas casas, contando com votos inclusive da bancada de apoio do governo federal, que havia vetado o projeto originalmente.

¹²⁹ Entrevista com Camila Fernandes Mendes realizada em 22 de janeiro de 2021

¹³⁰ Entrevista com Carolina Soares (Sosô) realizada em 21 de janeiro de 2021.

É claro que se deve reconhecer que existem limites para o alcance possível para esse tipo de ação, e que esses limites são delimitados em função de quem ocupa as posições eletivas, e a quais grupos de interesse essas pessoas estão mais preocupadas em atender. Rodrigo Airnaz, ex-diretor executivo do Meu Rio, apontou que para conseguir convencer um cidadão a engajar-se em determinada campanha, ele tem que entender que existe uma chance real de mudança. No entanto, quando você tem representantes eleitos que se mostram avessos a esse tipo de participação, a sensação de que “*não há nada que eu possa fazer para mudar*”¹³¹ é paralisante.

Outra armadilha constante pode ser identificada como *participation washing*, quando o sistema político encena acolher as demandas da sociedade, inclusive criando possibilidades formais de debate e escuta da população, mas que, na prática, a participação da cidadania não tem impacto nenhum na tomada de decisões. Camila Fernandes Mendes afirmou ter escutado de um político: “*sentar e conversar, a gente senta. A gente escuta. Isso vocês não podem dizer que a gente não faz. Daí a realmente fazer alguma coisa, são outros quinhentos*”. Ela complementa:

*O problema de participação social aqui é saber o que de fato é participação. Conseguir uma reunião com o secretário já é suficiente? Isso quer dizer o quê? Uma forma que o governo daqui atua muito é essa coisa de números. A participação vira número, não importa o resultado. O que importa é que o governo fez 4 oficinas, com a participação de X pessoas. Então a gente acabava “ganhando” coisas, que no final não representavam nada. O que o Nossas nos ensinou foi entender o impacto real das nossas ações. Só gerar impacto de mídia não conta muito, não é suficiente*¹³².

Em uma entrevista concedida ao Canal Futura, Orofino também levantou essa questão:

Eu acho que o primeiro passo é a gente ser um pouco menos ingênua na hora de detectar iniciativas que têm como único objetivo nos dar a ilusão de que a gente está participando. Um exemplo clássico, o senado faz consultas públicas, e se você tiver 20 mil assinaturas apoiando uma determinada causa, os senadores vão olhar para aquele tema. Isso não quer dizer absolutamente nada. Isso não é um projeto de lei. Não está sendo debatido de fato. Para transformar ideias em legislação, é necessário um trabalho de criação de um projeto, e ou você faz isso via iniciativa popular, ou você faz isso através de algum político, de algum representante eleito que queira levar isso adiante. Em ambos os casos, você precisar convencer parlamentares de que aquele projeto é benéfico. E não é simplesmente dando uma opinião para que alguém ouça, que a gente muda as coisas¹³³.

¹³¹ Entrevista com Rodrigo Airnaz realizada em 18 de janeiro de 2021.

¹³² Entrevista com Camila Fernandes Mendes realizada em 22 de janeiro de 2021.

¹³³ Entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HaTSwuSVG8>. Acesso em: 20 fev. 2021.

De qualquer maneira, mesmo frente a essas restrições, fortalecer estruturas sociais que permitam que setores mais amplos da sociedade se façam ouvidos, trabalhando para tornar a política institucionalizada mais porosa e responsiva às demandas da sociedade, mostra-se o caminho mais promissor para aprofundar nossa experiência democrática. Encarar esse processo como uma ação contínua de produção de comum, como indicado na seção anterior, nos ajuda não só a qualificá-lo, mas também a definir a direção na qual os esforços devem ser empreendidos. O que podemos fazer para que a representação em si não seja cooptada, ou cercada, e mantenha-se ela mesma como um comum?

Dessa forma, fica claro que não estamos afirmando que devemos nos satisfazer com a democracia que temos hoje, e que não nos caiba, justamente, debater e analisar suas falhas. Mas em vez de desenvolver novas formas de governo democrático, parece mais factível, pelo menos agora, buscar maneiras de reduzir os déficits do modelo representativo – mesmo que não seja possível apagá-los por completo. Aproximamo-nos, assim, da perspectiva de Gomes quando este afirma: “[...] ousaria avançar a hipóteses de que o problema principal das democracias liberais contemporâneas está longe de ser o da participação, em sentido estrito, mas o da fraca capacidade concorrencial da cidadania em frente de outros agentes e outras agências com interesses políticos” (GOMES, 2011, p. 36).

Não se pode negar que tal argumento não traz nada de muito novo. Pelo menos desde Tocqueville (2005), no século XIX, discute-se a importância do associativismo cívico para a constituição da democracia. Ainda que o debate sobre o caráter representativo e performático dos movimentos sociais possa ser mais recente, eles sempre acionaram diferentes práticas e repertórios para influenciar as decisões políticas, muitas vezes buscando apoio junto a segmentos mais amplos da sociedade civil para aumentar a pressão sobre os tomadores de decisão.

A principal novidade a ser observada nesse sentido, estudada e explorada, é o papel a ser desempenhado pela internet. Mais do que permitir o desenvolvimento de algum modelo absolutamente novo de tomada de decisão, radicalmente horizontal, ela parece prestar-se à emergência de novas dinâmicas representativas, ao desenvolvimento de novas estratégias, táticas e instrumentos de interferência junto aos representantes eleitos. Gomes propõe a seguinte questão:

Se a participação online não se dirige, realisticamente, nem a constituição de um cidadão-total (um cidadão devotado integralmente à participação) nem à substituição da representação pelo governo direto dos cidadãos ativos e participantes nos negócios públicos, qual é, então, o seu propósito,

principalmente se este propósito tiver que ser não apenas democraticamente justificável como também realisticamente plausível? (GOMES, 2011, p. 27)

A resposta que apresentei, ou pelo menos parte dela, é que devemos entender a internet e a participação *on-line* como uma oportunidade para produzir uma representação mais rica e democrática, tendo a noção de comum como norte.

5. CONCLUSÃO

Dardot e Laval (2017) começam o *post scriptum* de seu livro sobre a noção de *comum* recuperando uma citação de Hegel, escrita no início do século XIX, na qual o filósofo alemão fala do estranho pressentimento “de um mundo novo que está chegando”. Segundo os autores, estaríamos passando nós também, nas primeiras décadas deste milênio, por um profundo processo de transformação:

Se hoje sentimos que o velho mundo está desaparecendo “fragmento por fragmento”, a estranheza de que fala Hegel é multiplicada pelo fato de que não sabemos muito bem se esse desmantelamento conduz ao reino tirânico e cada vez mais absoluto do capital ou a uma nova revolução democrática e anticapitalista em escala planetária. Seria bem ingênuo quem visse nesse desmoronamento pressentido apenas os sinais do “nascer do sol”, ao passo que ele poderia muito bem estar anunciando uma noite sem fim. Portanto, estamos muito longe das antigas certezas que levavam os filósofos do século XIX a dizer que a ruptura na história era um parto, e o novo que estava chegando era sempre necessariamente “superior” ao antigo. Isso significa que, neste início do século XXI, ninguém consegue saber que caminho será tomado. Mas o que podemos dizer com certeza é que está se abrindo diante de nós um longo período de convulsões, confrontos e reviravoltas. (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 605-606)

Uma das poucas certezas que podemos ter em relação a essa nova realidade que emerge é que a revolução sociotécnica representada pela internet será chave para entendê-la. O caráter do impacto dessa revolução, no entanto, mesmo 30 anos depois da publicação do projeto da *World Wide Web* por Tim Berners Lee, segue incerto. Especialmente porque a internet está longe de ser um elemento estável – muito pelo contrário, reconfigura-se e é reconfigurada constantemente.

Todo trabalho de pesquisa e reflexão é, ainda que em diferentes medidas, simultaneamente fruto e refém de seu tempo. Mesmo quando o recorte do objeto limita-se a universos temporais ou espaciais muito específicos, ainda assim, ele está sempre enredado em seu contexto histórico, social e econômico, nas narrativas que lhe são contemporâneas. Aqui, no entanto, essa relação é especialmente vigorosa. A mudança eminente da qual tratam Dardot e Laval (2017) é tanto a origem da curiosidade que motiva este trabalho, quanto parte integrante do objeto da pesquisa. Ao mesmo tempo, a própria trajetória desta investigação, por conta da falta de distanciamento temporal com o objeto, acabou sendo influenciada pela degradação do cenário político brasileiro ao logo da sua realização.

Porém, antes de ensaiar qualquer proposição sobre o que fazer para nos safar do atoleiro político no qual nos metemos, buscamos compreender como nos permitimos

chegar até aqui, recuperando quais foram as utopias que nos colocaram em marcha nas últimas décadas e quais expectativas elas gestaram. A história da organização que constitui o caso analisado se tornou, assim, um guia para a construção dessa trajetória. Fundado em 2011, portanto contando com uma década de existência, o Nossas experimentou diversas dinâmicas de interação entre a população e o poder político institucionalizado, nas quais a cidadania, fazendo uso de ferramentas digitais, buscava interferir no desenvolvimento de políticas públicas e nas tomadas de decisão estatal. Ao não se restringir a uma pauta específica, adotando um caráter multicausal, e assumindo a centralidade da internet como possível ferramenta de participação democrática em suas ações, a iniciativa mostrou-se o exemplo ideal para ilustrar a esperança de que o desenvolvimento das redes *on-line* acabaria por promover uma transformação no modelo de governo contemporâneo, permitindo mais aproximação da população ao poder.

O caráter libertário que se mistura com a própria história das tecnologias digitais nos ajuda, conforme apontado no primeiro capítulo, a entender o contexto que determina a emergência da organização. Em seguida, os objetivos da instituição evidenciam as fissuras do modelo representativo de democracia, fazendo-nos retomar propostas alternativas de governo democrático. Assim como as estratégias e ações desenvolvidas nos remeteram aos ideais multitudinários propostos por Hardt e Negri (2005, 2012, 2014, 2016), que ganharam força nas primeiras décadas dos anos 2000 ao indicarem ao campo progressista novos caminhos a serem trilhados. Por fim, os últimos projetos desenvolvidos pelo Nossas nos permitem vislumbrar possíveis nortes para a ação política no início da década de 2020, com todas as adversidades que se colocam no cenário político contemporâneo.

Detalhei, assim, as três fases da organização, desde quando se chamava apenas Meu Rio, e tinha ação restrita à capital carioca, passando pelo momento no qual amplia sua ação e forma a Rede Nossas Cidades, e, por último, quando começa a se definir como um laboratório de ativismo, e identifica-se apenas como Nossas. Ao avaliar a atuação presente da instituição, pode-se defender, inclusive, que a consolidação do Programa de Mobilizadores representa o início de uma quarta etapa na história da instituição. É o que aponta Maria Júlia Wotzik¹³⁴, ex-gestora sênior do Nossas. Para ela, essa nova fase não tem um ponto bem determinado que marca seu começo, mas caracteriza-se pelo amadurecimento institucional e pela percepção de que todo o conhecimento acumulado

¹³⁴ Entrevista com Maria Júlia Guimaraes Wotzik realizada em 21 de janeiro de 2021.

durante esses dez anos deveria ser compartilhado para impulsionar o ativismo democrático e solidário.

Cabe apontar, no entanto, que um dos diferenciais mais marcantes observados durante a história do Nossas parece perder força nos últimos anos: o protagonismo das cidades e da ação local. Um dos princípios do Meu Rio, e depois também da Rede Nossas Cidades, era justamente que a pólis seria o espaço primeiro no qual se deveria promover mudanças. Nesse território, a proximidade da população com os efeitos da tomada de decisão por parte dos representantes, do buraco na rua à mudança na tarifa de ônibus, fomentaria a mobilização da cidadania. As pautas relativas ao âmbito municipal seriam mais tangíveis, assim como os tomadores de decisão estariam mais próximos, logo seria mais fácil acessá-los, e pressioná-los. Na medida em que as expectativas relativas à expansão da experiência bem-sucedida do Meu Rio para outras cidades acabam em boa parte frustradas, e que a organização começa a priorizar ações de impacto nacional, mesmo as iniciativas que haviam sido bem-sucedidas perdem força. Para Miguel Lago, um dos entrevistados e um dos fundadores da organização, hoje “*o Meu Rio não tem a mesma capacidade de atuação que já teve, e a Minha Sampa tampouco*”¹³⁵.

Essa mudança na estratégia da instituição, entretanto, não é um evento isolado, pelo contrário, ilustra um movimento mais amplo. No final da década de 2000 e no início dos anos 2010, havia uma atmosfera de encantamento em relação ao potencial transformador das cidades. David Harvey, por exemplo, falava de um ressurgimento da relevância da cidade em um cenário político mais amplo: “a centralidade tradicional da cidade foi destruída. Contudo, há um impulso que se volta para sua restauração e que anseia por ela, e que sempre ressurgente novamente, gerando efeitos políticos de grande projeção” (HARVEY, 2014, p. 23). Tal tendência, no entanto, acaba perdendo força em todo o mundo quando as questões nacionais começam a ganhar maior repercussão, especialmente com o crescimento de narrativas de extrema direita após a crise econômica mundial de 2008. Estas, desde o início, miraram em pautas de alçada nacional, não apenas por adotar o nacionalismo como uma estratégia de discurso, mas principalmente por buscar pautar a política econômica e por promover uma agenda conservadora de costumes, discussões que se dão principalmente nas arenas legislativas nacionais. Lago aponta, inclusive, a falta de interesse de grandes fundações e outras instituições de fomento em seguir apoiando financeiramente projetos de âmbito local.

¹³⁵ Entrevista com Miguel Lago realizada em 9 de fevereiro de 2021.

No entanto, a investigação aqui desenvolvida nos mostra que, mesmo a maioria das iniciativas locais não tendo logrado estruturar-se de maneira sustentável financeiramente, a relação que algumas delas conseguiram estabelecer com os representantes eleitos, especialmente junto ao poder legislativo municipal, foi bastante bem-sucedida. Essa relação, construída com base na proximidade e na constância, foi chave para uma série de conquistas alcançadas para formar pontes com outras organizações da sociedade civil, que atuavam sobre pautas específicas, estabelecendo novas dinâmicas de participação e representação democrática. Como apontou João Mauro Senise, ex-integrante do Meu Rio, esse tipo de ação é de especial importância na esfera municipal, justamente porque é ela que recebe menos atenção de outros atores, seja a mídia ou outras organizações da sociedade civil. Segundo ele, “*campanhas de atuação nacional tem quinhentas organizações que fazem, mas o acompanhamento local ninguém faz*”¹³⁶.

Se a aproximação da cidadania com o poder a partir de novas dinâmicas de participação popular é chave para o desenvolvimento do Nossas, cabe aqui uma outra ressalva relativa a uma questão não tratada ao longo deste trabalho. Se os ideais participacionistas ganham força nas primeiras décadas do milênio, é importante ter claro que não é a primeira vez na história política brasileira que eles têm protagonismo. Pelo contrário, a participação já foi uma das principais bandeiras de outra geração. Como aponta Szwako (2012), o processo constituinte de 1988 conta com intensa pressão das entidades civis que começam a se organizar com a redemocratização. A própria Carta Magna prevê uma série de dispositivos participativos, que visam, especialmente, um amplo envolvimento dos movimentos sociais organizados na definição de políticas públicas. O autor recupera a fala de um militante ligado ao campo popular democrático que atuou no período: “Democratizar a política e ampliar o poder buscando uma combinação entre democracia representativa e democracia participativa. Esse sempre foi um ponto de partida de nossos ideários (SILVA, 2005, p. 2 *apud* SZWAKO, 2017, p. 21). Tais instrumentos de participação institucionalizada, contudo, são pouco considerados nas ações realizadas pelo Nossas, que acaba por trocar a ação em canais de participação estatais pelo uso de ferramentas digitais. Como se a utopia participacionista reemergisse ignorando as conquistas alcançadas pela geração anterior, ou, ao menos, considerando-as insuficientes.

¹³⁶ Entrevista com João Mauro Senise realizada em 12 de fevereiro de 2021.

O Nossas compartilhava da esperança de que a horizontalidade característica da estrutura técnica da internet acabaria sendo refletida na emergência de desenhos políticos alternativos. A mesma esperança que também motivou o delineamento do objetivo desta pesquisa tal qual descrito na introdução: averiguar se, e em que medida, o Nossas, enquanto iniciativa que visa promover a participação dos cidadãos na definição de políticas públicas fazendo uso de ferramentas *on-line*, nos permite vislumbrar novos ordenamentos políticos e arranjos sociotécnicos capazes de estabelecer outras dinâmicas estáveis de poder, idealmente carregando novas possibilidades democráticas, com formas alternativas de participação e representação. Mais uma vez temos aqui um exemplo da proximidade entre a reflexão proposta e o objeto pesquisado, ambos alimentados pelo mesmo contexto, pelas mesmas expectativas.

Tanto aquilo que observei no caso estudado, quanto as mudanças radicais de contexto, fazem com que eu me afaste das conclusões esperadas, relacionadas ao surgimento de um modelo democrático radicalmente novo. Por um lado, não só o Nossas, mas todo o campo que se apegou a essa esperança, falhou em propor qual modelo, ao fim, seria esse. Falava-se de uma “revolução da participação”¹³⁷, mas ninguém respondeu à altura a questão sobre qual seria o desenho organizacional proposto por tal revolução. Não se definiu como se poderia fazer uso das plataformas digitais como instrumento de decisão direta por parte dos cidadãos, prescindindo, senão de todas, de boa parte das estruturas de representação política que temos hoje, aproximando-se da experiência original da Assembleia da Grécia Antiga. Esperou-se que um modelo de auto-organização multitudinário emergiria quase que espontaneamente, da mesma forma que a multidão trabalha e produz em rede, como uma orquestra sem regente. Acreditava-se que a horizontalidade radical das assembleias organizadas nas ocupações que marcaram as manifestações de 2011 carregariam o embrião de uma nova estrutura de governança, mas ninguém conseguiu delinear de forma satisfatória como replicar suas premissas em agrupamentos políticos mais amplos e complexos. As tentativas que mais se aproximaram deste fim, nos movimentos identificados como “partidos digitais” por Gerbaudo (2018), também acabaram por mostrar sérias limitações ao seguir conservando o poder na mão de pequenos grupos.

Por outro lado, ao almejar transformações tão profundas, tomava-se como garantidas as conquistas da democracia liberal, que em pouco tempo mostraram-se mais

¹³⁷ Alessandra Orofino usa essa expressão em uma apresentação realizada em 2014, cujo registro está disponível aqui: www.youtube.com/watch?v=zMGE3mbS9NY. Acesso em: 20 fev. 2021.

frágeis do que se esperava. Ainda que já se falasse em crise da democracia representativa, poucos assumiam que ela poderia ser de fato ameaçada por movimentos totalitários, que parecia um retrocesso muito pouco provável. A realidade, no entanto, mostrou-nos que ele é possível, e nos obrigou a conclusões aparentemente menos ambiciosas.

Estou, então, alinhado com Gomes quando ele afirma que a “democracia liberal não é o adversário a ser batido, mas a base a partir da qual apresentamos e negociamos as demandas e exigências de aprofundamento da democracia contemporânea, inclusive no seu formato digital” (2007, p. 25). Tal perspectiva, no entanto, cabe ressaltar mais uma vez, não nega as incoerências e insuficiências da democracia liberal representativa, nem a importância de seguir mapeando tais problemas. Na verdade, tampouco coloca-se contra a busca pela construção de novos modelos. Mas, ao fim e ao cabo, não parece um bom negócio defender o fim da democracia liberal sem que se tenha clareza sobre o modelo alternativo a ser perseguido. Até lá, o melhor caminho é investir nas melhorias possíveis (que não são poucas) na estrutura de governo representativo. Criticar a democracia liberal não é, necessariamente, colocar-se contra ela, pode servir, pelo contrário, para construir sua defesa, à medida que aponta como aperfeiçoá-la.

Nesse sentido, as experiências promovidas pelo Nossas mostram justamente a importância do desenvolvimento de formas “extra eleitorais” de participação política, que acabam por forçar que os representantes eleitos estabeleçam uma relação mais permeável com as demandas da sociedade. Como aponta Urbinati, deve-se considerar a diversidade de dinâmicas representativas que se estabelecem para além das eleições, criando uma “corrente comunicativa” entre eleitos e eleitores para uma “vida política rica” (2006, p. 204), em um processo que se potencializa com as possibilidades de participação promovidas pela internet. Um *continuum* de trocas que se torna mais fácil e mais rico quando a adoção de ferramentas digitais como instrumentos de pressão é combinada com algum tipo de articulação já estruturada, uma relação construída no tempo entre atores do campo ativista e o Estado. Assim, mostra-se estratégico o desenvolvimento de instituições que, tal como o Nossas nas diferentes fases da sua trajetória, não estejam associadas a uma causa específica, mas que possam criar pontes entre outros agentes da sociedade civil e os representantes eleitos. A população, assim, tem mais chances de influir sobre as decisões políticas de maneira estruturada, como já fazem os atores ligados aos interesses do mercado. Por outro lado, tais dinâmicas representativas também não se restringem à relação entre sociedade civil e estruturas estatais, e incluem também as redes que se formam primeiramente dentro da própria sociedade civil potencializadas pela facilidade

da comunicação digital, tal como o observado no projeto Mapa do Acolhimento. Dessa maneira, forjam-se grupos que então terão mais força para participar do jogo político e influenciar o desenvolvimento de políticas públicas.

Retomando a perspectiva proposta por Mouffe (2003, 2005), para quem a democracia se baseia na disputa entre adversários que defendem valores diferentes, mas que compartilham os princípios ético-políticos constitutivos da democracia: a igualdade e a liberdade, o Nossas apresenta-se como um agente articulador que permite que diferentes atores, antes excluídos ou com pouca voz, possam colocar-se politicamente na disputa democrática pelo poder. Atende, assim, a uma necessidade que a autora coloca como essencial para a democracia: “oferecer canais por meio dos quais às paixões coletivas serão dados mecanismos de expressarem-se sobre questões que, ainda que permitindo possibilidade suficiente de identificação, não construirão o opositor como inimigo, mas como adversário” (MOUFFE, 2005, p. 21). Em outras palavras, o Nossas serviria para compor o rol de instrumentos políticos que permitem que se veja o outro não como inimigo a ser aniquilado, mas como um adversário a quem se deve respeitar. Um acordo tácito de tolerância cujo rompimento, segundo Levitsky e Ziblatt (2018), seria um dos primeiros indícios de instabilidade em um regime democrático.

A esse desenvolvimento de novas dinâmicas, que promovem a participação de maneira a ter uma representação mais rica e democrática ao permitir a disputa de poder por uma maior pluralidade de atores, podemos acrescentar a dimensão do comum, tal como caracterizado por Hardt e Negri (2005, 2014, 2016), e, especialmente, por Dardot e Laval (2017). A construção de uma sociedade mais democrática passa necessariamente pela promoção da igualdade substantiva, de condições materiais. A defesa do comum coloca-se, assim, como um norte para a ação política, de maneira a frear o desenvolvimento neoliberal, que tem se mostrado produtor de mais desigualdade, servindo para que a promoção de novas práticas de participação e representação sejam genuinamente democráticas também no sentido de promoção de igualdade. Ainda que os textos de Hardt e Negri tendam a negar que a representação política possa realmente ser democrática (2012), defendendo a adoção do comum como um tipo de racionalidade alternativa à neoliberal, tal como colocam Dardot e Laval (2017), que deve permear também as dinâmicas de representação política.

O conceito ajuda a enxergar também que existe um espaço social de ação política para além da dualidade entre Estado e mercado. Ainda que isso não signifique a negação destes, especialmente do Estado, deve-se considerar que o fazer político ocorre também

do lado de fora da estrutura estatal (mesmo que em constante relação com ela) e fora das dinâmicas de mercado. É esse espaço, já ocupado pelos movimentos sociais, que deve ser defendido do “cercamento” neoliberal, fomentado como um comum, onde caibam cada vez mais agentes que queiram se colocar como atores políticos, mesmo estando fora da política institucionalizada. Inclusive, segundo Dardot e Laval (2017), essa perspectiva serviria para deixarmos de iludir-nos com o papel do Estado:

Se hoje a questão do comum é tão importante isso se dá porque ele anula brutalmente as crenças e as esperanças progressistas depositadas no Estado. Está claro que se trata não de fazer eco à condenação neoliberal das intervenções sociais, culturais ou educacionais do Estado, mas de resgatá-las de seus limites burocráticos e submetê-las à atividade social e à participação política da maioria. No fundo, foi o próprio neoliberalismo que impôs a virada do pensamento político para o comum rompendo com a falsa alternativa especular entre Estado e mercado, mostrando que é inútil esperar que o Estado “volte a encaixar” a economia capitalista no direito republicano, na justiça social e mesmo na democracia liberal. (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 15)

Carolina Soares¹³⁸, fundadora da Minha Porto Alegre, contou ter sido convidada por um partido a concorrer a uma cadeira na câmara de vereadores de sua cidade. Ela, no entanto, considerava que já estava fazendo política, e que para isso não precisava integrar uma estrutura partidária. Alessandra Orofino, por sua vez, ao ser questionada por que não se candidatava a alguma posição eletiva, ressaltou que não deveríamos superestimar a capacidade de um representante eleito de promover transformações, assim como não deveríamos subestimar o potencial impacto que se pode ter desde fora das estruturas de poder estatal:

Eu penso sim em concorrer a algum posto eletivo. Não agora. Se eu falasse que não penso eu estaria mentindo. Eu amo política (*politics*), e amo o fazer político (*policy*), e acho que há uma escala em qualquer coisa que o Estado faz que é incrível, então eu amaria fazer parte disso em algum momento da minha vida. Mas a maneira que o sistema político é organizado no Brasil hoje faria com que fosse muito difícil para alguém como eu ter algum impacto. E eu acho trabalho com isso tempo o suficiente para saber que muitas vezes é apenas uma ilusão o quanto de impacto você pode ter desde dentro. Eu não estou discordando que grandes mudanças também precisam acontecer desde dentro, mas eu acredito que costumamos atribuir muito poder a quem quer que esteja segurando a caneta, quando na realidade aquela pessoa está sujeita a tantos tipos de pressão vindas de todos os lugares (pressão do partido, pressão dos constituintes, pressão dos financiadores, etc.), que eu acredito que, por agora, pelo menos para mim, uma maneira mais eficaz de ter esse tipo de impacto é, na verdade, organizando um novo tipo de pressão, de maneira que todos aqueles que já estão na política também estejam sujeitos à pressão dos cidadãos. Do contrário, eles estarão apenas respondendo aos interesses que são melhor organizados que nós, e eu acho que nós temos potencial de ter mais

¹³⁸ Entrevista com Carolina Soares (Sosô) realizada em 21 de janeiro de 2021.

poder do que exercemos como cidadãos, é só uma questão de nos organizarmos melhor¹³⁹.

O caso do Nossas nos mostra exatamente a potência e a importância de se criar e desenvolver novos espaços de participação para além daqueles institucionalizados, diferentes dos conselhos previstos na Constituição de 1988 e implementados nos governos petistas. Esse lugar independente tanto do Estado quanto das estruturas partidárias, ainda que em constante relação com ambos, mostra-se estratégico para a promoção de uma participação efetiva, mais difícil de ser capturada pelas forças políticas ou econômicas já institucionalizadas. E não estou falando de um tipo de participação capaz de substituir a representação, desenhando processos absolutamente novos de tomada de decisão direta, mas, justamente, que promova uma representação de maior qualidade, mais responsiva aos interesses da população.

No decorrer desta pesquisa, usei repetidas vezes os termos “utopia”, “esperança” e “expectativa” justamente porque entendo que eles são elementos essenciais para qualquer ação que visa a uma transformação política, promovendo mobilização e engajamento. A esperança que as tecnologias digitais permitiriam mais participação da população junto ao Estado, possibilitando a construção de uma “democracia radical” ou “absoluta” a substituir a representação, é, sem dúvida, sedutora, mas sua insuficiência propositiva parece ter limitado o potencial transformador dessas ideias, pelo menos por enquanto. O que a análise do caso aqui proposto permite concluir, no entanto, é que a participação não precisa ser direta para ser efetiva. A internet pode sim promover mais participação, mas justamente para melhorar os processos representativos, fazendo-os mais democráticos. O caminho que se mostra mais promissor então, pelo menos na atual situação, é buscar fortalecer essas iniciativas que se estruturam fora do Estado, para que elas possam forçar a manutenção desse *continuum* entre representantes e representados

¹³⁹ Apresentação original em inglês: “I do think about running for office. Not now. If I said no I would be lying. I love politics, and I love policy and think there is a scale to whatever the state does that is just amazing so I would love to be a part of that at some point in my life, but the way that the political system is organized in Brazil right now would make it very hard for someone like me to have any impact and I think I’ve been working with this for long enough now to know that it is often an illusion just how much impact you can have from the within. I’m not disagreeing that big change also needs to happen from within, but I think we often assign way too much power to whomever is holding the pen when in reality that person is subject to so many types of pressure from everywhere (party pressure, constituents pressure, funders pressure, etc.) that I think for now, at least for me, a more effective way of having that kind of impact is actually organizing a new kind of pressure so that everyone who’s already in politics is also subject to citizen pressure. Otherwise they are just responding to interests that are well better organized than we are and I think when we have a potential for having more power than we exert as citizens, it’s just a matter of sort of organizing ourselves better”. Fala disponível em: www.youtube.com/watch?v=jwYG-ICmAQY. Acesso em: 15 fev. 2021.

que sustenta a democracia representativa, fomentando, assim, a identificação da cidadania com os ideais democráticos, de maneira a defendê-los de ameaças autoritárias.

O manifesto do Nossas afirmava que, caso tivessem sucesso em criar instrumentos capazes de “transformar profundamente a maneira como tomamos decisões”, seus integrantes seriam conhecidos “como a geração que matou o poder”¹⁴⁰. No entanto, como aponta Mouffe, parece mais realista, e também mais efetivo, aceitarmos que “as relações de poder são constitutivas do social”, e que “a questão principal da política não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos” (2003, p. 14).

¹⁴⁰ Manifesto disponível em texto (www.nossas.nossas.org/) e também em vídeo (www.youtube.com/watch?v=o1zZGT4YmVQ). Acessos em: 15 fev. 2021.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: Revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, jun.-set.2015.

AMARAL, Márcio Tavares d'. **Os Assassinos do Sol: Uma história dos paradigmas filosóficos**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

ANTOUN, Henrique. **A multidão e o futuro da democracia na cibercultura**. XI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Rio de Janeiro, 2002.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A Internet e a Rua: Civertativismo e mobilização nas redes**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luís Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, supl., p. 1597-1619, dez. 2015.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **The advent of netwar**. Santa Monica: RAND, 1996.

BACHRACH, Peter; BARATAZ, Morton S. Two faces of power. **American Political Science Review**, Denton, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

BADIOU, Alain. **The rebirth of history: Times of riots and uprisings**. London: Verso, 2012.

BARABASI, Albert Lászlo. **Linked: the new science of networks**. New York: Perseus, 2002.

BARAN, Paul. "On Distributed Communications Networks". **IEEE Transactions on Communication Systems**, Vol CS-12 (1), p. 1-9, Mar 1964.

BARLOW, John Perry. **A Declaration of the Independent of Cyberspace**. 1996, disponível em: www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence. Acesso em: 19 jan. 2021.

BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad, 2004.

BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism. **Polity** vol. n. 1, 1998.

BLISSETT, Luther. **Guerrilha Psíquica**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

- BOLTER, Jay David. **Writing space**: the computer, hypertext and the History of Writing. Londres: Routledge, 1990.
- BRINGEL, Bruno; MUÑOZ, Enara Echart.E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.46, n. 1, p. 28-36, janeiro/abril, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out). São Paulo: Annablume, 2013.
- CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Mídiafazmal**: Análise crítica da mídia, 2013. Disponível em: <http://midiafazmal.wordpress.com/2013/06/27/marilena-chauí-sobre-manifestacoes-2013-2/>. Acesso em: 29 jun. 2013.
- COSTA, Rogério da. Por um conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 17, p. 235-48, mar/ago 2005.
- CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia**: Uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**, ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**, ensaios sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, January, 2015.
- DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013.
- DI FELICE, Massimo. **Net-Ativismo**: Da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

DIÁRIO de Pernambuco. Disponível em:
www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2015/05/legislando-a-rede-social-politica.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. Nova York: Harper & Row Publishers, 1957.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIOMAR. **Bondes são sucateados e governo ignora apelos dos moradores**. 2013. Disponível em: www.eliomar.com.br/bondes-sao-sucateadas-e-governo-ignora-apelos-dos-moradores/. Acesso em: 24 abr. 2021.

ESCOLA não se destrói. Disponível em: www.escolanaosedestroi.meurio.org.br/
 Acesso em: 24 abr. 2021.

EXAME. **Trabalho voluntário 2.0**. 2014. Disponível em:
<https://exame.com/carreira/trabalho-voluntario-2-0/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

EXAME. **Aplicativo permite a cidadãos sugerir projetos de lei**. 2015. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/aplicativo-permite-a-cidadaos-sugerir-projetos-de-lei/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FRASER, Nancy. **Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FRASER, Nancy. **El final del neoliberalismo progressista**, 2017. Disponível em:
www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser. Acesso em: 23 abr. 2021.

FUCHS, Christian. **Digital Labour and Karl Marx**. New York: Routledge, 2014.

G1. **Dilma superou votação de Aécio**. 2014. Disponível em:
<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-superou-votacao-de-aecio-19h32-veja-grafico.html>. Acesso em: 1º fev. 2021.

G1. **Projeto quer transformar...** 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/02/projeto-quer-transformar-vagas-de-estacionamento-em-areas-de-lazer.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. A Representação Política em uma Perspectiva Comunicacional. **Anais... XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**. São Paulo: 06 a 09 de junho de 2017.

GIBSON, William. **Neuromancer**. New York: Ace Books, 1984.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

GLOBOPLAY. **Manifestantes usam vasos sanitários em protesto na Praia de Ipanema**. 25 jan. 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3102248/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho no Brasil e as Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 27, agosto, 2005.

GOMES, Wilson. Democracia digital: Que democracia? *In*: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. UFMG, Belo Horizonte, 2007.

GOMES, Wilson. Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Franciso Paulo Jamil Almeida. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma ‘cartografia’ do campo. *In*: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Franciso Paulo Jamil Almeida. **Democracia Digital, comunicação, política e redes: Teoria e prática**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis – Revista Latinoamericana**, 44, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record. 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração: Isto não é um manifesto**. São Paulo: n. 1 edições, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-Estar Comum**. São Paulo: Record, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELD, D. **Models of Democracy**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

HEYLIGHEN, Francis; BOLLEN, Johan; RIEGLER, Alexander. **The evolution of complexity**. Dordrecht: Kluwer Academic, 1999.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**: El significado de la revolución hoy. Valencia/Caracas: Vedell Hermanos Editores, 2005.

HUSSAIN, M. M.; HOWARD, Philip. N. **Democracy's fourth wave?** Information technologies and the fuzzy causes of the Arab Spring, Mar. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.2139/ssrn.2029711>. Acesso em: 23 abr. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KERCKHOVE, Derreck. **Connected intelligence**. Toronto: Somerville House, 1997.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 2, p. 41-47, 1983.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEFORT, Claude. **Democracy and Political Theory**. Cambridge: Polity Press, 1988.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia** São Paulo: Instituto Piaget, 2002.

LIPSET, Seymour. **Political Man**: The social bases of politics. Garden City: Anchor Books, 1963.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução Madga Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes: Petrópolis, 2001.

LOPES, Marcelo Benevides. As novas utopias piratas: uma análise de wikis e projetos colaborativos através da Zona Autônoma Temporária de Hakim Bey. **E-Compós**, 9, 2007.

MACPHERSON, Crauford Brough. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGALHÃES, V.; *et al.* Com batalha ideológica e sem foco, manifestantes se dividem em SP. 2013. **Terra**. Disponível em: www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/com-batalha-ideologica-e-sem-foco-manifestantes-se-dividem-em-sp,69b46ce74956f310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MANIN, Bernard; URBINATI, Nadia. A democracia representativa é realmente democrática? **DoisPontos**. Curitiba e São Carlos: v. 13, n. 2, 2016. Entrevista concedida a Hélène Landemore.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Cambridge: The MIT Press, 2001.

MANSBRIDGE, Jane J. **Beyond Adversary Democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MANSBRIDGE, Jane J. Rethinking representation. **American Political Science Review**, v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MAPA do acolhimento. Disponível em: www.mapadoacolhimento.org/. Acesso em: 24 abr. 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Penguin – Companhia das Letras, 2010.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. 498 f. Tese (Doutorado em comunicação social) – Programa de Pós-Graduação em comunicação e cultura contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MARTON, Amanda. **Archdaily**. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/782203/nossas-cidades-a-rede-de-cidadaos-que-busca-melhorar-o-lugar-onde-vivem/569ff9eae58ece96d90001e3-nossas-cidades-a-rede-de-cidadaos-que-busca-melhorar-o-lugar-onde. Acesso em: 24 abr. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões Democráticas nas Jornadas de Junho: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v., 33, n. 98, 2018.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores e opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, Setembro/Dezembro, 2017.

MEU RIO Facebook. 2013. Disponível em: www.facebook.com/meurio/photos/a.635910016441574.1073741849.241897672509479/636713676361208. Acesso em: 24 abr. 2021.

MEU RIO Facebook. 2012. Disponível em: www.facebook.com/meurio/posts/250400558367647. Acesso em: 24 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências sociais**. São Leopoldo: v. 18, n. 51, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Democrática atual: Esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. São Paulo: n. 59, 1º semestre, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: Territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp. 2013.

MINHA SAMPA Instagram. Disponível em: www.instagram.com/p/676IFQGLix/
Acesso em: 24 abr. 2021.

MINSKY, Marvin. **The society of mind**. New York: Simon and Schuster, 1997.

MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. **Junho, potência das ruas e das redes**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

MOUNK, Yasha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre e perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NEGRI, Antonio. **5 Lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte**. Rio de Janeiro: DPeA, 2002.

NEGROPONTE, Nicholas. **Vida Digital**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

NOSSAS. Disponível em: www.nossas.org/#block-33626. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVEIRA, A. Europa e EUA adotam ideia criada no Brasil nos anos 80. **Exame**. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-voz-do-povo-5/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

OROFINO, A. Artigo: Jovens têm de exigir espaço e não esperar inclusão... **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/09/11/artigo-jovens-tem-de-exigir-espaco-e-nao-esperar-inclusao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 1º fev. 2021.

OROFINO, A. Artigo: Jovens têm de exigir espaço e não esperar inclusão... **BBC**. 2014. Disponível em:

www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140910_artigo_politica_rm. Acesso em: 15 jan. 2021.

OROFINO, A, LAGO, M. **Mobilizadores em rede**. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/finalistas/2013-alessandra-orofino-e-miguel-lago-meu-rio.shtml. Acesso em: 13 jan. 2013.

ORTELLADO, Pablo. Sobre a passagem de um grupo de pessoas por um breve período da história. In: ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. **Estamos Vencendo!** Resistência Global no Brasil. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

PARRA, Henrique. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. **Revista Pensata**, v. 3, n. 1, dezembro de 2013.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

PAUL, Dairan Mathias. Criatividade e resistência em Luther Blissett: o nome múltiplo como tática antimidiática. **Lugar Comum**, n. 43, Rio de Janeiro, 2015.

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sérgio. Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. **#Interagentas– Comunicação digital e Ações em Rede**, 11 jul., 2013.

PITKIN, H. F. **The Concept of Representation**. Berkley e Los Angeles: University of California Press, 1997.

PROGRAMA de mobilizadores. Disponível em: www.mobilizadores.nossas.org. Acesso em: 24 abr. 2021.

QUADROS, Carlos; BARTZ, Frederico; NUNES, Guilherme. A esfinge da esquerda brasileira: decifrando Junho a partir de Porto Alegre e de um novo ciclo de greves e lutas. **Revista Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 21, n. 2, 2017.

RAMALHO, Guilherme Karida. **Meu Rio: A tecnologia como ferramenta de participação política**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RAYMOND, Eric S. **The Cathedral and the Bazaar**. Version 3.0 Thyrsus Enterprises, 2000. Disponível em: www.catb.org/~esr/writings/cathedral-bazaar/cathedral-bazaar/. Acesso em: 2 abr. 2007.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. São Paulo: Ática, 2003.

RESENDE, A. O mal-estar contemporâneo. **Valor Econômico**. 2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/coluna/o-mal-estar-contemporaneo.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2021.

RHEINGOLD, Howard. **Comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs: the next social revolution**. Cambridge: Perseus, 2002.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-*Impeachment* de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, Rio de Janeiro, 2019.

ROSNAY, Jöel de. **O Homem Simbiótico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Ridendo Castigat Mores (ed. Eletrônica), 2002

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura**. Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011

SAMUEL, Alexandra Whitney. **Hacktivism and the Future of Political Participation**. Cambridge, Harvard University, 2004. Disponível em: www.alexandrasamuel.com/dissertation/pdfs/Samuel-Hacktivism-frontmatter.pdf. Acesso: 10 mar. 2019.

SANDEL, Michael. **Liberalism and the Limits of Justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTINI, Rose Marie; CARVALHO, Hanna. Plataformas online de participação cidadã: meta-síntese e avaliação crítica de seus impactos sociais e políticos. **Comunicação e sociedade** [Online], 36, 2019.

SANTOS, Fabiano. Primavera brasileira ou outono democrático. **Insight Inteligência**. n. 62, 2º trimestre, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SAWARD, Michael. The representative claim. **Contemporary political theory**, v. 5, n. 3, p. 297-318, 2006.

SAWARD, Michael. **The representative claim**. Oxford University Press, 2010.

SEN, Amartya. Democracy as Universal Value, **Journal of Democracy**, v. 10, 1999.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Sivaldo Pereira da; SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai. Concepções, debates e desafios da democracia digital. *In*: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Franciso Paulo Jamil Almeida. **Democracia Digital, comunicação, política e redes**: Teoria e prática. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. O conceito de commons na cibercultura. **Libero**, v. 11, n. 21, p. 49–60, 22 set. 2008. Disponível em:
<http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/5397>.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, v. 1, p. 28-39, São Paulo, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direitas nas redes sociais online. *In*: **Direita Volver!**. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Kodas (org.), p. 213-230. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SAVAZONI, Rodrigo. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 5-18, maior 2018.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, 97, novembro de 2013.

STRAYER, Joseph. **On the medieval origins of the modern state**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

SUBIRATS, Joan. **Otra Sociedad ;Otra Política?** Barcelona: Icaria editorial, 2011.

SZWAKO, José. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. *In*: SOUTO, Anna Luiza; PAZ, Rosangela (org). **Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

TAPSCOTT, Dan; WILLIAMS, Anthony D. **Wikinomics**: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *In*: **Direita Volver!**. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Kodas (org), p. 197-212. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TATAGIBA, Luciana; Andreia, GALVÃO. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinição Pública**, v. 25, n. 1, jan-abr, p. 63-96, Campinas, 2019.

TAVARES, Francisco Mata Machado; PFRIMER, Matheus Hoffman. O outono da onda global: limites do ativismo contemporâneo no anoitecer da democracia e dos direitos sociais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020.

THORLEY, John. **Athenian Democracy**. Londres: Routledge, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UGARTE, david de. **O Poder das Redes**: Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto alegre: EDIPUCRS, 2008.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo: n. 67, 2006.

URBINATI, Nadia; MANIN, Bernard. A democracia representativa é realmente democrática? **DoisPontos**. Curitiba e São Carlos: v. 13, n. 2, 2016. Entrevista concedida a Hélène Landemore.

VIEIRA, Mónica Brito. Introduction. *In*: **Reclaiming Representation**: Contemporary Advances in Theory of Political Representation. Mónica Brito Viera (org.), p. 1-22. New York: Routledge, 2017.

VIOLÊNCIA não tem hora. Disponível em: www.violenciaaotemhora.minhasampa.org.br/. Acesso em: 24 abr. 2021.

VIRNO, Paolo. **Gramática da Multidão**: Para uma análise das formas de vida contemporâneas. São Paulo: Annablume Editora, 2013.

VOLTA panela de pressão. Disponível em: www.voltapaneladepressao.meurio.org.br/. Acesso em: 24 abr. 2021.

VOSS, Lex Heerma Van (ed.). **Petitions in Social History**. Cambridge. Cambridge: University Press, 2002.

WEINHARDT, Eduardo. **O “Churrascão” e “Amor Sim, Russomano Não”**: Quando a multidão net-ativista toma as duas pela primeira vez no Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

WELLMAN, Barry. The three ages of internet studies: ten, five and zero years ago. **New Media & Society**. London, Vol. 6 Issue 1, p. 123-129, 2004.

WELLMAN, Barry; GULIA, Milena; TREMAINE, Marilyn. Net Surfers Don't Ride Alone: Virtual Communities As Communities. *In*: KOLLOCK, Peter; SMITH, Marc (ed.). **Communities and Cyberspace**. Nova York: Routledge, 1999.

WIRED. **It's Been 20 Years Since This Man Declared Cyberspace Independence**. 2016. Matéria disponível em: www.wired.com/2016/02/its-been-20-years-since-this-man-declared-cyberspace-independence/. Acesso em: 24 abr. 2021.

WOOD, Ellen Meikisins. **Democracy against Capitalism**: Reviewing Historical Materialism. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. **Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy and Policy**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. **A Visão em Paralaxe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **The year of dreaming dangerously**. Londres: Verso, 2012.

7. APÊNDICE

7.1. LISTA DE ENTREVISTADOS

	<i>Entrevistado</i>	<i>Data</i>	<i>Duração</i>
1	Adelaide Luiza Novaes Dias	26 de janeiro de 2021	29'47''
2	Amanda Tiedt	27 de janeiro de 2021	54'14''
3	Camila Fernandes Mendes	21 de janeiro de 2021	72'48''
4	Carolina Soares (Sosô)	21 de janeiro de 2021	57'35''
5	Daniela da Fonseca Reis	26 de janeiro de 2021	44'44''
6	Daniela Orofino Poubel	24 de novembro de 2020	70'34''
7	Debora Pio	30 de outubro de 2020	54'59''
8	Débora Rocha Faria Jorge	29 de janeiro de 2021	41'08''
9	Isabel Albulquerque	18 de janeiro de 2021	49'20''
10	Isabela Avellar	13 de novembro de 2020	36'31''
11	Jerlan Alves da Silva	17 de novembro de 2020	44'11''
12	João Henrique Alves Cerqueira	24 de fevereiro de 2020	20'32''
13	João Mauro Senise	12 de fevereiro de 2021	48'14''
14	Joelma Maria Costa Santos	19 de janeiro de 2021	38'11''
15	Larissa Schmillevitch	12 de fevereiro de 2021	54'37''
16	Maira de Assis Oliveira Baracho	11 de fevereiro de 2021	33'28''
17	Marcelo Coelho Issida	26 de novembro de 2020	48'27''
18	Maria Júlia Guimaraes Wotzik	21 de janeiro de 2021	47'33''
19	Micaela Machado Valentim	3 de março de 2021	15'44''
20	Miguel Lago	9 de fevereiro de 2021	78'54''
21	Rafael Centeno Rezende	27 de janeiro de 2021	65'55''
22	Rodrigo Airnaz	18 de janeiro de 2021	44'39''
23	Ully Santana Ribeiro	9 de fevereiro de 2021	55'15''